



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Ação Popular do Brasil:
Da JUC ao Racha de 1968

Karolina Kneip de Sá

Recife
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968

Karolina Kneip de Sá

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: **Prof. Dr. Maria do Socorro Abreu e Lima**

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S111a

Sá, Karolina Kneip de.

Ação Popular do Brasil : da JUC ao racha de 1968 / Karolina Kneip de Sá. – Recife: O autor, 2015.

275 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Maria do Socorro Abreu e Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Socialismo. 3. Humanismo. 4. Juventude Universitária Católica. 5. Ação Popular (Organização política). I. Lima, Maria do Socorro Abreu e (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-133)



KAROLINA KNEIP DE SÁ

AÇÃO POULAR DO BRASIL: Da JUC ao Racha de 1968

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **05/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof^a. Dr^a. Marcilia Gama da Silva
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*À minha família, de sangue e de coração, pelos sorrisos e lágrimas que tornam a vida muito
mais prazerosa e complexa de ser vivida.*

AGRADECIMENTOS

Dentre as mais importantes partes de um trabalho, está, sem dúvidas, os agradecimentos. Neste momento de transição acadêmica e conclusão de dissertação é que percebemos que nada seríamos sem as pessoas que abriram os braços a nós em todos os momentos de insegurança e de lágrimas, e sorriram conosco em todos os outros de vitórias, construídas cotidianamente.

Primeiramente, gostaria de agradecer a primeira pessoa que me abriu os olhos e os caminhos ao “fazer acadêmico”: a minha querida “professora Socorro” que durante anos esteve disponível ao entendimento e às críticas: saiba que nenhuma linha deste trabalho teria sido escrita sem seu apoio ininterrupto nas minhas inseguranças. Nunca terei palavras suficientes para agradecê-la, principalmente por ter respeitado minhas decisões e teimosias, mesmo quando me estendi demais em diversas partes deste trabalho. Muito obrigada!

Este trabalho não seria possível também sem o apoio de primeira hora de Marcília Gama da Silva, que gentilmente cedeu muitos dos seus preciosos minutos para discutirmos alguns caminhos por mim escolhidos para abordar os complexos meandros da Ação popular. Meus eternos agradecimentos, não só por esse presente, mas por ter aceitado estar na minha banca. Ao professor Antônio Paulo de Moraes Rezende, que antes mesmo de ser um mestre presente em minha vida durante a faculdade de história, já estava em meu imaginário, ao basear meus estudos durante o período escolar; e que sempre representou um exemplo a ser seguido, seja pela sua honestidade e capacidade quanto ao “fazer histórico”, quanto sua presença humanizada e sempre gentil, marcantes a cada um que lhe solicita. Obrigada a ambos por estarem presentes neste momento único em minha vida.

Aos meus amigos, instrutores e orientadores do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) pelos três anos de convivência amistosa e descobertas mil, que possibilitaram a mim um maior conhecimento no trato documental.

Aos meus amigos do mestrado da UFPE, Raissa Orestes, Laura da Hora, Rodrigo Dantas, Greyce Falcão e Jerferson Joyly e, pela convivência transformada em amizade, pela troca de experiências, pelas conversas de corredor e entre aulas, sempre muito regadas a risos e preocupações inerentes a futuros mestres.

Meus sinceros agradecimentos às pessoas que mais amo, os meus pais, Giselda e Rui, a minha irmã Karinna e a minha sobrinha Gabriela, por fazerem parte da minha vida, na convivência diária de desafios nem sempre tão fáceis. Aos meus tios e primos, em especial minha tia Jacira, que a todo o momento esteve presente nos meus períodos de tristezas e alegrias.

Gostaria de agradecer especialmente à minha família de alma, aquela que foi escolhida pelo coração: minhas irmãs que a faculdade me presenteou, Poliana Priscila, Anna Maria e Marina Padilha, a quem nunca poderei agradecer o suficiente por estarem presentes, fazendo parte dos momentos importantes (como este), sempre dispostas a me acompanhar nessa “estranha loucura” que é a vida. Aos meus amigos não menos importantes, Bruna Danielle, Fernanda Rodriguês, Surianne Machado e Thayana Marcelino, que me presenteiam com sua amizade desde a infância; e aos companheiros que fiz na graduação, Aline Pereira, Mariana Mina, Maria Gilca,, Juliana Alves, Juliana Pinho, Jeniffer Ferreira, Natália Lima, Amanda Alves e Victor Hugo.

Meus agradecimentos às Secretarias da Graduação e Pós-Graduação de História da UFPE, principalmente nas pessoas de Sandra e Levi, pela prontidão, profissionalismo e cuidado com que sempre me trataram. Obrigada pela delicadeza com que tratam as vicissitudes das ocorrências departamentais, transformando as estafantes burocracias em possíveis e tangíveis resoluções.

Meus agradecimentos estendidos àqueles que fizeram possível este trabalho, à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), que durante dois anos esteve presente viabilizando esta pesquisa; e aos facilitadores do Arquivo Edgard Leunroth da UNICAMP e do DOPS-PE, pela gentileza e prontidão da ajuda, indispensáveis a esta dissertação.

À todos meu muito obrigada!

RESUMO

Pretendemos nesta dissertação demonstrar, primeiramente, como setores leigos da Igreja católica (principalmente a JUC e a JEC) vão, progressivamente, adquirindo feições políticas de esquerda (influenciados pelos acontecimentos dos anos 50/60), a ponto de em 1962, se transformarem numa associação política socialista humanista, a Ação Popular. Intentamos, assim, traçar a história política desses agentes, que aos poucos assumem características heterogêneas, lutando por espaços, principalmente no meio juvenil. Vislumbraremos como estes momentos de rupturas e inovações vão se desenvolver na organização e quais os meios que a AP se utilizou para se manter atuante na sociedade sob o signo da ilegalidade. Permeada pela heterogeneidade, se formará duas alas opostas na organização: os guevaristas e os maoístas. Analisaremos como estas disputas serão acirradas após os acontecimentos de julho de 66, fato que levará a uma diretiva cada dia mais maoísta, afirmada na vitória da Carta dos Seis pontos. A vitória da ala maoísta da organização ocasionará um momento de racha em 1968, com a expulsão de membros importantes da hierarquia partidária e com os mesmos fundando o PRT. Para alcançar nossos objetivos, a fim de estabelecer um maior diálogo entre bibliografia e acontecimentos, pretendemos utilizar uma vasta gama de fontes, encontradas, sobretudo, no arquivo DOPS- PE e no fundo Duarte Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), presente no Campus da UNICAMP. Assim, utilizaremos os diversos Jornais, livretos e textos produzidos pela Imprensa local e pela AP; bem como as fontes orais de ex-militantes apistas.

Palavras-chave: Socialismo. Humanismo. Juventudes. Ação Popular. Guevarismo. Maoísmo.

ABSTRACT

We intent to demonstrate in this work, first, as laypeople of the Catholic Church (especially the JUC and the JEC) will progressively acquiring leftist political features (influenced by the events of 50/60 years), at the point in 1962, were transformed into a political association humanist and socialist, the Ação Popular. Thus, we will tracing the political history of these agents, who gradually take heterogeneous, fighting for spaces, especially in the youth environment. We will see how these moments of breaks and innovations will develop in the organization, and what means that AP was used to keep itself active in a society under the signo of lawlessness. Full of heterogeneity, will be form two opposing wings inside the organization: the guevarists and the maoists. We analyze how these disputes will be fierce after the events of July 66, a fact that will lead to a directive, everyday, more and more maoist, affirmed in the victory of the charter of Seis Pontos. The victory of the maoist wing in the organization will result in a moment of “crack” in 1968, when happens expulsion of important members of the party hierarchy and with they founding the PRT. To achieve our goals, and establish a better dialogue between the literature and the events, we intend to use a large range of sources, founding, primarily, in the file DOPS-PE and at the file Duarte Pacheco Pereira, located in a Edgard Lauenroth Archive at UNICAMP. So, we intend to use various newspapers, books and texts produced by the press and the AP itself, as well, oral sources of former militants of Ação Popular.

Keywords: Socialism. Humanism. Juventudes. Ação Popular. Guevarism. Maoism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14.
CAPITULO 1 - EVOLUÇÃO SOCIO-POLÍTICA DOS LEIGOS INSERIDOS NA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA.	
1.1. Breve Histórico da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil	31.
1.2. Ascensão da Juventude Universitária Católica e a descoberta das práticas político-sociais (1946-1959)	40.
1.3. A Juventude Universitária Católica nos anos 60: a formação na ação	52.
1.3.1. A virada dos anos 60	52.
1.3.1.1. <i>A Inserção no campo e no Movimento Estudantil: os Movimentos em prol da Educação e Cultura Popular e o Sindicalismo Rural</i>	57.
1.3.1.2. <i>A busca da "consciência histórica" e o início da hegemonia jucista no Movimento estudantil</i>	63.
CAPÍTULO 2: AÇÃO POPULAR E O COMPROMISSO HUMANISTA SOCIALISTA.	
2.1. O "incrível" ano de 1963	77.
2.2. Nascimento e Desenvolvimento da Ação Popular do Brasil no período democrático: a consciência histórica cristã e a dialética (método e forma) marxista	82.
2.2.1. A Ação Popular e os Movimentos de Cultura e Educação Popular: o dinamismo da consciência na ação	97.
2.2.2. As ações nos meios operário e camponês	104.
2.3. No olho do furacão.	109.
2.4. Ana Paula no "Combate nas Trevas".	121.
2.4.1. A Resolução Política e o giro foquista da Ação Popular: a AP que cresce e a que morre	131.
CAPITULO 3 – NAS ONDAS DO PRÉ-68.	
3.1. A sociedade brasileira na transição dos governos militares: de Humberto de Alencar Castelo Branco a Arthur da Costa e Silva	136.
3.2. A Ação Popular sob a égide da <i>Resolução Política</i> de 1965	149.
3.2.1. A mística das ideias que faziam a cabeça dos apistas: a introdução de Althusser na Ação Popular	155.

3.2.2. O ápice da luta pelo discurso vencedor: O atentado ao Aeroporto dos Guararapes e seus desdobramentos para a Organização	160.
---	-------------

CAPITULO 4 – A CAMINHO DO MAOÍSMO.

4.1. O ano que não terminou	177.
4.2. “Viver em comum, sofrer em comum e lutar em comum”: a inserção da Ação Popular junto às classes fundamentais	187.
4.3. Ação Popular e as lutas pelo discurso vencedor: o tortuoso caminho ao maoísmo cristão	205.
4.3.1. A I RADN: a ascensão de Dorival e a expulsão do grupo provocador de Rolando	215.

CONSIDERAÇÕES FINAIS	227.
FONTES	230.
REFERÊNCIAS	237.
ANEXOS	244.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AC – Ação Católica.
ACB – Ação Católica Brasileira.
ACO – Ação Católica Operária.
AI – Ato Institucional
AP – Ação Popular.
ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
CA – Centro Acadêmico.
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha.
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores.
CIA – Central Intelligence Agency.
CIE – Centro e Informação do Exército.
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
CN – Coordenação Nacional.
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
CNI – Confederação Nacional da Indústria.
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.
CPC – Centro Popular de Cultura.
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.
DA – Diretório Acadêmico.
DB – Documento Base da Ação Popular.
DCE – Diretório Central dos Estudantes.
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.
DOI – Departamento de Ordem Interna.
DOI/CODI – Departamento de Ordem Interna/ Centro de Operações de Defesa Interna.
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.
ESG – Escola Superior de Guerra.
EUA – Estados Unidos da América.
FAB – Força Aérea Brasileira.
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais.
IPM – Inquérito Policial Militar.
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

JAC – Juventude Agrária Católica.

JC – Juventude Comunista.

JCB – Juventude Católica Brasileira.

JEC – Juventude Estudantil Católica.

JECI – Juventude Estudantil Católica Internacional.

JIC – Juventude Independente Católica.

JK – Jucelino Kubitschek.

JOC – Juventude Operária Católica.

JUC – Juventude Universitária Católica.

LAC – Liga de Ação Católica.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

MCD – Movimento Contra Ditadura.

MCP – Movimento de Cultura Popular.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

ME – Movimento Estudantil.

MEB – Movimento de Educação de Base.

MEC – Ministério de Educação e Cultura.

MEC – USAID – Convênio do Ministério da Educação e Cultura com o United States Agency for International Development.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade.

PC – Partido Comunista.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCC – Partido Comunista Chinês.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

SNI – Serviço Nacional de Informações.

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.

STF – Supremo Tribunal Federal.

STM – Supremo Tribunal Militar.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária.

UCEB – União Cristã dos Evangélicos do Brasil.

UEE – União Estadual dos Estudantes.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UME – União Metropolitana dos Estudantes.

UNB – Universidade Nacional de Brasília.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICAMP – Universidade de Campinas.

Introdução

As décadas de 50 e 60 do século XX foram um período de intensas transformações no mundo: a crescente polarização entre capitalistas e comunistas – marcadas pela vitória da Revolução Cubana de 1959, pela ascensão da China comunista de Mao-TséTung, e pela Guerra do Vietnã – se aprofunda, levando a acentuadas lutas internacionais.

Nessa conjuntura, importantes transformações também ocorrem dentro dos setores leigos da Igreja Católica, principalmente a partir das profundas mudanças instauradas pelo papado de João XXIII e pelo Concílio do Vaticano II¹. A Ação Católica, criada em 1935, era o berço da militância leiga, em especial das “Juventudes”², que procuram superar a visão medieval para questionar o papel dos cristãos no mundo seguindo para uma atuação mais engajada e ativa. A partir de tais mudanças, e dos escritos de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, Pierre Teilhard de Chardin, Padre Vaz, Jean-Paul Sartre, dentre outros, começa a surgir o socialismo humanista e personalista dessa ala da Igreja no Brasil.

A nova mentalidade politizada dessa juventude que começava a surgir incomodou importantes setores da Igreja. No seio da União Nacional dos Estudantes, fortalecida pelos Seminários Nacionais de Reforma Universitária, pelas greves³ e pela UNE-VOLANTE⁴, é que nascerá a necessidade de uma associação apartidária de cunho explicitamente político. Assim se lançaria solenemente em 1962⁵, Ação Popular do Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais: “A AP organizava-se na época em âmbito municipal, regional (8 regiões, englobando 21 estados), e nacional, cada um com suas respectivas coordenações”⁶. A nova organização

¹ Papado em que se passou a pregar uma sociedade mais justa, humana e universal, onde sejam superadas as disparidades entre capital e trabalho, entre urbano e rural e entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Critica ainda o autoritarismo e utilitarismo, o imperialismo, e as guerras, mostrando-se a favor da liberdade, e solidariedade entre os povos. Ver SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60 A Geração de Betinho**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p.35-41.

² Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

³ Como a greve dos 1/3, que mobilizou a juventude por mais participação e representatividade nas Universidades.

⁴ Espécie de caravana que levava cultura popular às diversas capitais do país, através de teatro, leituras de textos, projeção de filmes, conferências, palestras, entre outros.

⁵ Fundadores: Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Luís Alberto Gomes de Souza, Haroldo Lima, Cosme Alves Neto, Duarte Pereira, Antônio Lins, Severo Sales, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro, Manoel Joaquim Barros, entre outros. Ver RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p.231.

⁶ Idem, ibidem.

era composta em sua maioria por estudantes, artistas e profissionais liberais (além do apoio de alguns parlamentares⁷); tendo braços no campesinato⁸ e no operariado. O Documento Base da Organização de 1963:

[...] declarava abertamente seus objetivos: traduzir em “ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade” e “transformar radicalmente” a sociedade pela “mobilização consciente do povo” na luta pelo “homem e com o homem”.⁹

O ano de 1963 vai inaugurar uma nova era na sociedade brasileira. Com as "utopias tangíveis" inicia-se também uma fase de acentuada polarização da sociedade, dividida entre os de "extrema-direita"¹⁰ e a imensa camada reformista da população. O desfecho dessa polarização foi a vitória dos conservadores, e a quebra da ordem democrática em 1º de abril de 1964. De pronto a repressão atinge em cheio as capitais brasileiras, em especial Porto Alegre, reduto dos legalistas, e Pernambuco, estado tido como “revolucionário” por essência¹¹. Na AP a situação é crítica: muitas baixas, com centenas de exilados e torturados; desagregaram e enfraquecem ainda mais a incipiente organização.

Desorganizada e abatida por um golpe que a legaria ainda mais à ilegalidade, a AP, assim como várias outras organizações, se via impossibilitada de fazer algo mais efetivo. No entanto, aos poucos iria se reestruturando no meio estudantil, a partir da Direção Provisória paulista e da militância que se encontrava anteriormente no exterior, que proclamam um Comitê Nacional de onde sai o documento *Resolução Política de 1965*, que dava mais ênfase ao socialismo humanista e à necessidade da luta armada revolucionária para a libertação das

⁷ De acordo com Duarte Pereira, “parlamentares participaram das primeiras articulações, embora alguns não se tenham tornado militantes, mas apenas amigos e aliados, quando AP se organizou efetivamente, com estrutura e disciplina (por exemplo, Paulo de Tarso, Almino Affonso, Max da Costa Santos e outros; daí a participação da AP no Ministério da Educação, no Ministério do Trabalho, na Supra etc., durante o governo Jango). RIDENTI, Marcelo, op. cit, p.249.

⁸ Ligas Camponesas, Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

⁹ AÇÃO POPULAR. **Documento Base**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1963. SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979, p.118. In: SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60 A Geração de Betinho**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p. 60.

¹⁰ Entre eles: grupo de intelectuais do complexo IPES/IBAD, políticos da União Democrática Nacional, setores médios civis e militares da Escola Superior de Guerra.

¹¹ Sobre o golpe militar de 1964 em Pernambuco, COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Edições Bagaço, Recife, 2004.

massas¹². Esse passo não foi acompanhado por todos os integrantes da AP, que sofreu um racha.

Nesse âmbito, começa a se delinear no seio da Ação Popular duas vertentes cada vez mais dicotômicas: a que se aproxima ainda mais do foquismo e da guerra de guerrilhas cubana¹³; e a maoísta, da maioria dos militantes. Os embates entre as duas alas se aprofundou e teve seu clímax em 1966, quando uma ação levada a cabo por um dirigente de influência cubana levaria a uma mudança de posição por parte da Direção nacional da AP¹⁴. Registros originais da organização trazem à luz a ação levada em conta quando da visita do “candidato à presidência” general Costa e Silva à Recife. Um militante recém-chegado de treinamentos em Cuba teria montado uma ação militar que resultaria na explosão no Aeroporto Internacional dos Guararapes em 26 de julho de 1966, que mataria o almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho, deixando ainda 14 pessoas feridas¹⁵. O atentado chocou a direção, que decidiu dissolver os poucos comandos armados e lançar uma nova diretriz, afastando-se de Cuba e do foquismo, bem como das ações armadas urbanas.

Assim, em 1967, a Direção Nacional, em sua maioria, aprova o Esquema dos Seis pontos¹⁶, reafirmando ainda mais ideologia maoísta e a escolha da revolução inspirada no modelo chinês. Assim, motivadas pela Revolução Cultural chinesa (1966-1976), pela Guerra do Vietnã (1959-197) e pelo movimento de padres operários franceses (1950/1960); a direção vai impor o modelo de Integração na Produção¹⁷, obrigatória para todos os membros apistas a

¹² A partir de então, a AP estabelece a diretiva de treinamentos com armas e explosivos e depósitos de armas na região nordestina e no estado do Paraná, com a formação de quadros combatentes. Apesar dessa preparação, a AP nunca chegou, de fato, à prática de guerrilhas. GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

¹³ Representados por Paulo Wright e padre Alípio de Freitas.

¹⁴ A autoria do atentado ainda é incerta, como discutiremos mais adiante.

¹⁵ O reconhecimento da autoria do atentado deu-se publicamente por **Jair Ferreira de Sá, no Jornal da República e no Em Tempo, em 1979**. Discute-se ainda hoje em dia se Raimundinho (Raimundo Machado, depois migrado para a VAR PALMARES e morto em tiroteio com policiais no Recife em abril de 71) teria sido o executor do plano. Afora tal atentado, ainda explodiriam no mesmo dia e quase mesmo horário na capital pernambucana duas outras bombas, nas sedes da União Estadual dos Estudantes e no Serviço de Informações estadunidense. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 11.

¹⁶ O “Esquema dos seis pontos: 1. definia o pensamento de Mao Tse-tung como a etapa atual de desenvolvimento do marxismo; 2. caracterizava a sociedade brasileira como semifeudal e semicolonial; 3. estabelecia o caráter nacional e democrático da revolução brasileira; 4. optava pela guerra popular como caminho revolucionário (em oposição ao foquismo); 5. colocava a tarefa de reconstruir o partido revolucionário marxista-leninista no Brasil; 6. apontava para a integração na produção como meio de transformação ideológica dos militantes da AP”. Ver RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 238.

¹⁷ A integração na produção ou movimento de proletarianização dos militantes, estabelecida formalmente em 1968, na I Reunião Ampliada, tinha como objetivo promover a “transformação ideológica” a partir da integração ao

partir de 1967/1968. A vitória da Carta dos 6 pontos e da Corrente I¹⁸ acaba por gerar uma importante cisão interna em fins de 1968: membros insatisfeitos com o afastamento da AP da luta armada e de Cuba (como o padre Alípio Freitas, Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas Jr.) são expulsos da Ação Popular¹⁹. Ligados à ex-membros da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), esses setores formam o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) em janeiro de 1969²⁰. A Ação Popular ainda passará por diversos rachas até chegar a sigla de Ação Popular Marxista Leninista, para enfim se incorporar ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) da década de 70.

Nessa conjuntura, tal estudo se justifica por diversas razões: a força de tal organização – que socialista-humanista conquista importantes setores da sociedade brasileira em um breve espaço de tempo – não pode nem deve ser negligenciada. A Ação Popular se transformou numa das maiores organizações de esquerda no pré-64, principalmente por seu carisma e humanismo de cunho religioso, que a aproximava das massas profundamente cristãs da sociedade brasileira; lutando, e muitas vezes, ganhando espaços (principalmente no meio juvenil) com precursores da esquerda brasileira, como o PCB, a POLOP e o PCdoB; sendo uma das organizações de esquerda mais revolucionárias do Brasil (principalmente, por ser a única que professava um socialismo, a conhecida “terceira via”, negando tanto o capitalismo quanto o comunismo). Acredita-se que em 1964, a AP tivesse cerca de 3000 membros²¹,

campesinato e operariado a fim de formar a base para o “verdadeiro partido do proletariado”. A ação se dava em separar destacamentos que deveriam se “integrar” no campo e no operariado (como assalariados rurais ou camponeses; produtores fabris), de acordo com as prioridades regionais, zonais ou seccionais. Essa integração causou diversos problemas, como desgaste, desilusão, pauperização, quebra de vínculos profundos regionalmente e abalos na estrutura financeira do partido. Assim, militantes da AP participaram das greves operárias de 1968 em Osasco e Contagem, integraram-se ao movimento operário em São Paulo e no ABC paulista, com atuação especialmente entre os metalúrgicos, em comissões de fábrica e oposições sindicais. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular. Da JUC ao PC do B.** São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984, p. 110-119.

¹⁸ Tendo como maior expoente o dirigente Jair Ferreira de Sá.

¹⁹ Aldo Arantes e Haroldo Lima, assim caracterizam a posição da *Corrente 2*: “Sustentavam posição anti-revisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão por que defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país. Não tinham resposta clara a respeito do caminho da revolução, embora alguns de seus mais destacados representantes tivessem nítida posição ‘foquista’”. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo, op. cit., p. 71.

²⁰ O PRT se baseava na revolução socialista, na teoria da dependência, na iminência de explosões sociais, na guerrilha como caminho pela luta armada; à orientação cubana (só divergindo quanto a questão do partido). O Partido aderiu à guerrilha urbana e logo viria a dissolver-se no início de 70, após sucessivas ondas de prisão e morte de vários de seus militantes. RIDENTI, op. cit., p. 238.

²¹ SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1979, p. 118. In SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60 A Geração de Betinho.** São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p. 62.

número acima da média nas associações da "nova esquerda"²². Alguns autores analisam que, se a ditadura empresarial-militar²³ de 64 não tivesse ocorrido, a AP poderia ter se tornado uma grande organização de massas, com amplo apoio popular e centenas de militantes.

Justificamos ainda que a abordagem aqui proposta pretende se inserir em uma gama de estudos de caráter teórico-historiográfico que já vêm sendo feitos no Brasil sobre o socialismo humanista. Desta forma, pretende-se revisitar tais pesquisas à luz de perspectivas mais atuais, analisando as formas do fazer político da Ação Popular; visto que:

Entre as organizações da esquerda brasileira, a trajetória da AP foi uma das mais sinuosas e eruptivas. [...] até chegar ao ato final da incorporação, supressora da própria identidade, a AP precisou atravessar o campo minado das lutas internas e sofrer grandes perdas de substância partidária.²⁴

Essa característica heterogênea (presente em várias instituições esquerdistas da época) se revela pelas diferentes visões que embasavam a AP daqueles tempos, fortemente permeada por rupturas e inovações. Entender como essa esquerda única se manteve, apesar das divergências e dificuldades, presente na ideologia e formas de ação na sociedade, nos ajuda a entender um passado ainda pouco revisitado na memória brasileira.

É importante destacar que nosso trabalho também pretende discutir as razões que levaram a AP a não desenvolver sua proposta de sociedade brasileira como um todo; viés ainda pouco discutido pela historiografia sobre a Ação Popular. Nesse ínterim, faz-se necessário revisitar a obra de Giovani Semeraro, que em seu livro *A Primavera dos anos 60. A Geração de Betinho*, realiza um balanço crítico acerca de tais frustrações²⁵, explanando como as falhas e os limites da política praticada pela esquerda católica inviabilizaram seus projetos de transformação da sociedade brasileira.

²² Como ficaram conhecidas as esquerdas que diferenciavam-se ideológica e politicamente do Partido Comunista Brasileiro.

²³ Termo cunhado por Deiruss em seu clássico livro **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**, em que defende que o termo "ditadura civil-militar" se mostrava abrangente e injusto com a grande camada social que não teria participado do golpe. O termo "ditadura empresarial-militar" seria, assim, mais preciso para se reportar à natureza daquele regime. Ver DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

²⁴ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 117.

²⁵ A principal crítica do autor, aqui discutida e analisada, diz respeito à visão romântica e ingênua de uma vanguarda intelectual que agitaria as massas e essas agiriam naturalmente a caminho da revolução. Esta visão apresenta uma carência de embasamento teórico-prático, problema que levou muitos setores da esquerda, e em especial, a Ação popular, às ações improvisadas e malsucedidas. Para mais informações, ver SEMERARO, Giovanni, op. cit., p. 185-197.

Para tal, pretendemos revisitar as lembranças dos ex-militantes da organização, aspecto de suma importância, visto que tais “arquivos provocados”²⁶ ainda necessitam de uma pesquisa mais aprofundada. Tal recurso nos permitirá assinalar “o *incipit*, o princípio da história [...] a passagem do equilíbrio, do estático e da ordem para a desordem, o conflito e o dinâmico”²⁷, e também como a Instituição se manteve operante e de que forma tais militantes participaram da história do país durante esses tempos, se afirmando como atores e não simples expectadores, com ideologias, linguagens e “esquecimentos” próprios. Tal abordagem vai de encontro com muitos relatos existentes sobre a AP e o período selecionado, já que pretende se distanciar dos limites que o recurso oral traz consigo.

A saga da AP importa também porque, inserido na história mundial daquele período, faz parte de um grupo em um dos países que vivenciaram a passagem de agrupamentos políticos cristãos ao marxismo, fenômeno ainda pouco vislumbrado no que concerne aos estudos comparados.

Nesse aspecto, cabe ressaltar a influência da JUC e da AP no contexto internacional (considerável inclusive no Chile de Allende, em Montevideu e em Paris, para onde foram alguns militantes exilados, e de onde davam base aos militantes que continuaram no Brasil), e a importante contribuição para a formação do novo pensamento católico latino-americano que a organização representou, como por exemplo, nos casos de Medellín em 68²⁸, das experiências pastorais nos anos 70²⁹ e das Comunidades Eclesiais de Base³⁰.

²⁶ BECKER, Jean-Jacques. **O handcap do a posteriori**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 29.

²⁷ PORTELLI, Alessandro. **O massacre da Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 112.

²⁸ Quando da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada na Colômbia no segundo semestre de 1968. Nela, se deu especial atenção às diretivas do Concílio Vaticano II para a Igreja latino-americana. A abertura da Conferência foi feita pelo Papa João Paulo VI, naquela que foi a primeira visita de um pontífice à região. Ver mais em: GORSKI, Juan. **El desarrollo histórico de la Misionología en América Latina - Orientaciones Teológicas del DEMIS-CELAM: 1966-1979**. La Paz: 1985.

²⁹ Para mais informações, observar INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. **Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70. Caminhos, experiências e dimensões**. Igreja do Brasil: Petrólis, 1994, pp. 161-185.

³⁰ As CEBs são comunidades ligadas à Igreja Católica que propagam a inclusão política e social, o desenvolvimento, e a “vida na religião” através das máximas do ver-julgar-agir. As CEBs se espalharam pela América Latina nas décadas de 70-80. Observar em CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. Brasília: 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, 23 a 26 de novembro de 1982. Disponível em http://www.cnb.org.br/component/docman/doc_view/87-25-as-comunidades-ecclesiais-de-base-na-igreja-do-brasil. Acesso: em: 20/06/2015 às 18:58h.

Em última instância, cabe ressaltar que das Juventudes, e posteriormente da AP, ainda floresceram membros importantes da intelectualidade que acabaram por fazer parte efetivamente da história política e intelectual do Brasil³¹.

Desta forma, torna-se aqui presente a importância deste trabalho, que intenta, primeiramente, traçar a história de um setor leigo da Igreja católica dos idos dos anos 60; que, cada dia mais politizado, supera a visão passiva do mundo e assume características socialistas em suas bases, ao mesmo tempo em que se transfigura em uma associação política de esquerda com o passar dos anos 60. Junto a esses fatos, os mecanismos de sobrevivência após o golpe ditatorial da organização, bem como o momento do racha em 1968, ainda são momentos basilares para delinear o perfil heterogêneo, objetivo primordial para o entendimento de todos os mecanismos de acomodações, divergências e coalizões, que vão permear a história da Ação Popular brasileira nesses anos.

Assim, o presente projeto, portanto, se enquadra no estudo da história de um destacado setor da Igreja brasileira, que “socialista humanista”, posteriormente se torna maoísta, revelando maneiras bem particulares de luta sob o signo da ilegalidade a que foram forçadas as esquerdas nos conturbados anos da ditadura empresarial-militar que se instaurou no Brasil. Assim, nosso estudo abrange as análises dos movimentos da esquerda católica à posterior fundação da Ação Popular (1962); como também as disputas internas que levariam em 1968 a uma nova diretriz e expulsão de membros importantes da hierarquia partidária.

Diante da vasta bibliografia que compreende esta temática, optamos pela brevidade nos debates das obras que serão abordados em três vertentes distintas: os estudos acerca da sociedade em que foi pensada e implantada a Ação Popular, estudos sobre a categoria estudantil, bem como estudos sobre as tensões que levaram à quebra do regime democrático brasileiro, inseridos aqui os estudiosos que posteriormente pensaram e discutiram as ações das esquerdas na sociedade brasileira dos anos 1962-1968; os principais idealizadores que embasaram os Documentos e as ações da AP durante os anos que compreendem este trabalho;

³¹ FERREIRA, Daniela Maria. **Educação, militatismo católico e Filosofia no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200008. Acesso: em: 20/06/2015 às 18:59 h.; ou NOBRE, Marcos; Rego, José Márcio (org.). **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

e dos pensadores que trataram especificamente da formação dessa esquerda diferenciada, conhecidos teóricos da Igreja no país, das Juventudes e da Ação Popular do Brasil.

Para o entendimento desta esquerda no Brasil é indispensável revisitar pesquisas que centrem os estudos nos conturbados anos 60: neste contexto são fundamentais as obras *O Brasil Republicano III*³², *Brasil: de Getúlio à Castelo*³³, *O governo João Goulart e o golpe de 1964*³⁴, *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)*³⁵, *Em guarda contra o “perigo vermelho” - O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*³⁶ e *Estado e Oposição no Brasil*³⁷. Essas obras se enquadram num exame mais completo do período democrático brasileiro (1945-1964), e revelam como o apogeu e queda do modelo populista vai gerar tensões e dar outro tom às ideologias nos atribulados anos 60, a ponto de dividir vários setores da sociedade brasileira: ao entorno das lutas pelas Reformas de Base, ou no apoio efusivo dos conservadores ao golpe nas instituições democráticas que aconteceu em 1964. Os importantes balanços do golpe de abril de 1964, bem como da sociedade dos anos sessenta, vão ser aqui comentados, em todas as suas vertentes, nas obras *Brasil Republicano IV*³⁸, *Direita Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco*³⁹, *1964: A conquista do Estado, 1964: O Golpe passado a limpo*⁴⁰. Nesse ínterim, a escolha de Dreifuss⁴¹ se justifica pelas importantes contribuições do autor à historiografia do tema, principalmente ao desenvolver a teoria de "ditadura empresarial-militar"⁴², qualificação utilizada durante todo este trabalho. Neste ínterim, cabe

³² FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. V.3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª Edição, 1979.

³⁴ TOLEDO, Caio Navarro. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

³⁵ PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

³⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005.

³⁸ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. V.4. O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁹ O estudo do advogado Fernando Coelho ainda nos presenteia com um riquíssimo *corpus* de informações e documentos que serão de suma importância para o tema proposto. COELHO, Fernando. **Direta Volver. O Golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2004.

⁴⁰ ARAÚJO, Rita de Cássia de & BARRETO, Túlio Velho (org). **1964: O Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

⁴¹ DREIFUSS, René Armand. **Op. cit.**

⁴² Ver mais em discussão de Demian Bezerra. MELO, Demian Bezerra. **Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no Pós-64 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural, ano XIII, n. 27, segundo semestre de 2012.

ressaltar também a obra *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, organizada por Damian Bezerra de Melo⁴³, que contribui com riquíssimas discussões sobre o movimento revisionista, em voga nos estudos historiográficos contemporâneos.

Sobre a importante inserção dos movimentos estudantis na sociedade, sua crescente polarização e no processo de "contra-revolução" brasileira do pós-64, cabe aqui ressaltar importantes estudos de autores como Maria Paula Nascimento Araújo⁴⁴, José Sanfelice⁴⁵, Nilton Santos⁴⁶ e Bresser-Pereira⁴⁷; que ainda tratam da história da representação estudantil na UNE (de predominância apista pós-62), "dando voz" aos seus dirigentes e militantes; e de sua característica revolucionária como principal categoria da mudança social.

O estudo os autores que dão protagonismo às esquerdas marginalizadas pela ilegalidade no período que compreende a ditadura empresarial-militar brasileira dá sentido à última parte de obras desta vertente. Desta forma, autores como Daniel Aarão Reis⁴⁸, Marcelo Ridenti⁴⁹ e Jacob Gorender⁵⁰, trazem à luz importantes constatações sobre tais setores, principalmente no que tange a sua história e aos erros de diagnóstico do projeto dessas esquerdas⁵¹.

⁴³ MELO, Damian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁴⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis: Da Fundação da UNE os nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

⁴⁵ SANFELICE, José L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. São Paulo, Cortez, 1986.

⁴⁶ SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

⁴⁷ BRESSER-PEREIRA. **Das revoluções utópicas: a revolução política na Igreja - a revolução estudantil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁴⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Organizações comunistas e a luta de classes, 1961-1968**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.; REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁴⁹ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.

⁵⁰ GORENDER, Jacob. **Op. Cit.**

⁵¹ Cabe aqui ainda ressaltar as obras: BEZERRA, Gregório. **Gregório Bezerra. Memórias**. São Paulo: Bointempo, 2011 e CAVALCANTI, Paulo. **A Luta Clandestina**. Recife: Guararapes, 1985. Tais obras apresentam visões de autores que estiveram presente nos acontecimentos narrados; análise de suma importância para o entendimento das mentalidades da época. As biografias de Gregório Bezerra e de Paulo Cavalcanti, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro, ajudam a entender as diretrizes da maior esquerda daqueles tempos.

Desta maneira, tornam-se essenciais os escritos de um dos maiores intérpretes da realidade brasileira: Caio Prado Jr. Historiador e militante crítico do PCB, Prado Jr fez estudos que influenciariam sobremaneira os acadêmicos posteriores. Sendo assim, é importante destacar a abordagem e a contribuição deste autor no que concerne à filosofia, economia, política e ao "sentido da história brasileira": em todos seus escritos perpassa uma preocupação com a identidade, com a origem e o destino dos brasileiros. Dentre os clássicos do autor utilizados para a realização desse estudo está a *Formação do Brasil Contemporâneo*⁵²; e *A Revolução Brasileira*⁵³, utilizado aqui por ser uma crítica audaz e precoce ao projeto das esquerdas (entendidas aqui como o PCB) no ano de 1966, discurso esse do qual nos apropriamos para o entendimento das limitações teóricas e empíricas que fizeram o projeto das esquerdas ser malgrado⁵⁴.

Procurando entender o pensamento e a dinâmica que nortearam as mentalidades da esquerda cristã brasileira nos anos 60, revisitamos pensadores e ideólogos que influenciaram o caráter socialista-humanista da Ação Popular. Entre esses, torna-se imprescindível o estudo dos escritos que nortearam o pensamento esquerdista da Juventude Universitária Católica e da AP, em especial, os de Marx, Lenin, Che Guevara, Mao-TséTung e Althusser. Esses autores darão embasamento teórico às duas alas presentes na AP (guevaristas e maoístas), razão de várias rupturas pela qual passará essa organização. Já a vertente cristã-humanista dessa esquerda fica a cargo das encíclicas e cartas papais que transformarão a Igreja nos anos cinquenta⁵⁵, bem como dos boletins publicados pela Comissão Nacional de Bispos do Brasil, da Ação Católica Brasileira, JUC e AP; e de pensadores como Jackson de Figueiredo⁵⁶, Emmanuel Mounier, Jacques Maritain, Padres Almerly Bezerra, Lage e Vaz, Freis Cardonnel e Romeu Dale (assistente da JUC), Jean-Paul Sartre, entre outros; que ainda legarão à instituição o personalismo, a consciência histórica e a filosofia existencialista.

⁵² PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Vol. 1. Editora Brasiliense, 1945.

⁵³ PRADO JR, Caio. **A Revolução brasileira**. Editora brasiliense, 1966.

⁵⁴ Dentre as referidas críticas, é pertinente destacar: 1. análise apriorística da sociedade brasileira, com conceitos abstratos e pré-estabelecidos, sem a consideração adequada dos fatos, 2. A pressa das esquerdas na direção ao socialismo, 3. Existência de um feudalismo brasileiro, 4. Uma má análise que levou a alianças com a burguesia, e a um distanciamento do proletariado 5. O "Entreguismo brasileiro", 6. Desorganização e falta de unidade por parte das esquerdas, 7. Atitude esnobe quanto ao resto da América Latina, o que dificultaria uma maior integração na região.

⁵⁵ Como as de Leão XIII, Pio XI e João XXIII.

⁵⁶ Idealizador do Centro D. Vital.

Diante da proposta ainda de entendimento de todas as fases pelas quais passaram a militância da Ação Popular, contemplamos os estudos de importantes autores que tratam especificamente sobre as ações da esquerda católica, a progressão das juventudes (principalmente JUC) e da constituição da organização política AP. No que concerne aos estudos da Igreja no Brasil, são relevantes as obras de Cândido Mendes⁵⁷, Márcio Moreira Alves⁵⁸, Roberto Romano⁵⁹ e Emmanuel Kadt⁶⁰, que tratam da evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil, iniciada a partir da Doutrina Social da Igreja nos anos cinquenta.

Ainda neste âmbito, cabe destacar a obra de Giovanni Semeraro, *A Primavera dos Anos 60. A Geração de Betinho*⁶¹, que concentra numa apreciação filosófica, teológica e histórica acerca do pensamento da JUC entre os anos de 1959-1964, focando-se na trajetória dos socialistas humanistas, que cada vez mais ligados ao social e político, transformariam o meio estudantil brasileiro. O autor se preocupa também em traçar como o movimento resultou na criação da Ação Popular. A crítica de Semeraro a essa esquerda, “ingênua e apressada”, é uma contribuição ímpar para o desenvolvimento deste projeto.

No que concerne aos estudos das Juventudes, cabe aqui citar Daniela Maria Ferreira⁶², que ao embarcar no universo jecista, delineia o perfil de lideranças apistas a partir de importantes depoimentos; e Luiz Alberto Gomez de Souza⁶³, que traz em sua obra uma interpretação madura da estrutura, militância, inserção no meio estudantil, entre outras ações dos jucistas, por um viés notadamente político; bem como José Luiz Sigríst⁶⁴ que trata da ideologia, estruturação e filosofia da JUC e da Ação Católica Brasileira.

⁵⁷ MENDES, Cândido. **Memento dos Vivos - A esquerda católica no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

⁵⁸ ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁵⁹ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979.

⁶⁰ KADT, Emmanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: INEP. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

⁶¹ SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60. A Geração de Betinho**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

⁶² FERREIRA, Daniela Maria. **Op. cit.**

⁶³ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁶⁴ SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma ideologia (1950-1968)**. São Paulo: Cortez e Universidade Metodista de Piracicaba, 1980.

Ainda sobre os estudos da militância jucista e apista, vale destacar os importantes estudos: as teses de doutoramento de Franklin Oliveira Junior⁶⁵ e de José Reginaldo Benedito Dias⁶⁶, a dissertação de mestrado de Hugo Villaça Duarte⁶⁷, e os escritos de Marcelo Ridenti.

A tese e a dissertação produzidas por Oliveira Junior e Duarte serão as principais obras aqui utilizadas, devido à sua importância única nos estudos sociais, sendo um dos poucos trabalhos preocupados em tratar dessa esquerda diferenciada do ponto de vista historiográfico. Enquanto que Duarte se interessa mais por traçar as ideologias dos vários momentos vividos pelos militantes apistas, Franklin se propõe a explorar completamente a sociedade brasileira: suas ideologias e estruturas, além de uma análise das diversas organizações de esquerda e da AP nos anos sessenta e setenta.

Já Marcelo Ridenti, em seu texto *Ação Popular: cristianismo e marxismo*⁶⁸ nos apresenta um riquíssimo relato historiográfico e sociológico sobre a AP, cobrindo desde a JUC à posterior integração ao PCdoB. Partindo do conceito de um “romantismo revolucionário”, o autor faz uma crítica das duas vertentes que desde cedo se destacariam na Ação Popular: os guevaristas e os maoístas. Assim como Jacob Gorender, Ridenti também atribui ao atentado ao Aeroporto dos Guararapes em 1966 a razão principal pela vitória da ala maoísta dentro da organização, o que ocasionará o racha na instituição em 1968, objeto deste estudo.

Dentro das propostas de análise sobre a Ação Popular, é importantíssimo "dar voz" a militantes e escritores que no "calor do momento", escreveram suas opiniões e propostas para a organização. Entre estes, vale destacar o escrito de E. Gallejones em 1965, *AP: socialismo*

⁶⁵ OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP**. Tese de Doutorado em História apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

⁶⁶ DIAS, Reginaldo B. **A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). São Paulo, 2014; _____. **Da Esquerda Católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/088/88dias.htm> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:01 h.

⁶⁷ DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:05 h.

⁶⁸ RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

brasileiro, que pode ser encontrado no Fundo Duarte Pacheco Pereira da UNICAMP. A obra se trata de uma das primeiras pesquisas sobre a AP (ideologia, estrutura, finanças) realizadas, possivelmente, com a ajuda de documentos presentes nos porões da ditadura⁶⁹, de visão “conservadora”, porém fiel aos fatos.

Herbert de Souza (Betinho) é outro grande autor da história apista, com suas dezenas de escritos e memórias; bem como Haroldo Lima & Aldo Arantes em *A História da Ação Popular. Da JUC ao PC do B*⁷⁰. Estas apresentam um relato biográfico da militância, desde seus idos nas décadas de 50/60 (e as diversas rupturas), até à incorporação ao PC do B, já na década de 70. Os autores, ex-dirigentes da Ação Popular, versam sobre importantes momentos da organização sob a ótica de quem esteve presente em todas as épocas na AP. Trata-se de um relato político que, apesar de parcial e carente de auto-crítica, é fundamental para os estudos dos caminhos percorridos pela organização no Brasil.

Para respondermos às questões centrais de nossa pesquisa, bem como para embasá-la, faz-se necessário o suporte de uma teoria e a utilização de uma metodologia que comporte a pesquisa em questão. Deste contexto, quatro correntes históricas foram utilizadas aqui: a teoria marxista, principalmente no que concerne à teoria das lutas de classe e dos parâmetros historiográficos contidos em Karl Marx e nos estudiosos posteriores de seus escritos, como Mao Tse-Tung, Che Guavara, Fidel Castro e Gramsci; os escritos de Foucault, que pretende elucidar e rastrear várias esferas do poder; a escola teórica de Annales⁷¹; e os estudos referentes à história política (conhecida como a “história presente”), que resgata os sentidos e importância de uma dimensão historiográfica que foi por muitos menosprezada com o passar dos tempos, mas que faz parte, inexoravelmente, do fazer história⁷².

⁶⁹ De acordo com Duarte, em inscrição no próprio livreto contido no Fundo Duarte Pacheco Pereira, do AEL da UNICAMP.

⁷⁰ LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular. Da JUC ao PC do B**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.

⁷¹ Para ver contribuições da interdisciplinaridade, da longa duração e do fato histórico; além das importantes contribuições no que concerne ao estudo das fontes; LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996; BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. SP, Ed. 2007; LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (direção). **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

⁷² Ver RÉMOND, René & ROCHA, Dora. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996; NORA, Pierre. **O retorno do fato**. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (direção). **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, em que o autor discute o papel da notícia e do fato com o passar do tempo; FALCON, Francisco. **História e Poder**. In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

No que concerne à metodologia utilizada, nos basearemos nas análises do discurso e de conteúdo, a fim de perceber o real sentido dos discursos envolvidos nesta pesquisa; bem como no campo da semiótica⁷³, que junto às fontes orais, serão mais um recurso analítico-documental para a construção do discurso dos membros da organização, permitindo-nos preencher as lacunas existentes, já que:

[...] a história oral ocupa um lugar especial, pois permite que categorias cujo ofício não é escrever possam se expressar. Ela pode dar palavra aos "esquecidos da história", aos que não tem capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever...⁷⁴

Desta forma, se inserir nas discussões acadêmicas acerca da metodologia da fonte oral torna-se imprescindível, visto a maior adequação sobre o que perguntar e a quem "escutar"⁷⁵. O trabalho com essas fontes, portanto, se torna mais rico quando há uma crítica a esses documentos provocados, a fim de fazer a melhor interpretação acerca dos esquecimentos, repetições, pontos de vista do fato, entre outros; sempre comprometido com o ofício do historiador, que advoga:

...a opção de trabalhar com esta ou aquela memória por si só já indica os compromissos do historiador, pois haverá demasiada oferta de memórias para que se produzam histórias de variados gêneros sendo impossível desvinculá-las por completo da memória individual e, principalmente, da sua dimensão coletiva, cujos compromissos com determinadas visões de mundo são incontornáveis.⁷⁶

Assim, iremos nos inserir cada vez mais no entendimento das ideologias dessa Instituição; procurando verificar os períodos de socialismo humanista, de guevarismo e de maoísmo da AP⁷⁷.

⁷³ Estudo dos signos e das representações mentais de mundo.

⁷⁴ BECKER, Jean-Jacques. **O handicap do a posteriori**. IN FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 29 e 30.

⁷⁵ De acordo com Senna Jr, os historiadores devem estar sempre atentos das significações e ressignificações daquilo em torno do que os relatos orais pretendem lembrar e esquecer (através das lembranças “subterrâneas”, “proibidas” ou “indizíveis”): “...o esforço de memória dos militantes e ex-militantes deve ser objeto de atenção redobrada por parte dos historiadores, visto que sujeito aos efeitos da irrupção de ressentimentos acumulados ou nostalgias recalcitrantes, terminam por significar muito mais um acerto de contas com uma tradição do que um mero ato de rememoração”. SENNA JUNIOR, Carlos Z. de. **Mito, Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo**. IN: MELO, Damian Bezerra de (org.). **Op. cit.**, p. 103.

⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 105.

⁷⁷ Para maiores elucidação dos conceitos e do modus operandis de recolhimento dessa fonte, ver ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. Editora Fontes, 2005.

Ainda contaremos com riquíssimo *corpus* documental ligado aos partidos de esquerda no Brasil e à história da Ação Popular. Tais documentos estão presentes, sobretudo, nos diversos acervos espalhados pelo país. Além de tais documentos, ainda podemos contar com os jornais escritos à época e posteriormente; sejam eles produzidos pela AP ou pela Imprensa brasileira.

Duas fontes arquivísticas são de imensa importância: o arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo) e o importante fundo Duarte Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), à disposição no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UNICAMP).

O arquivo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), encontrado no Arquivo Público Estadual João Emereciano (APEJE) é de grande contribuição para o entendimento da AP, tanto na região quanto no Brasil; tornando-se uma fonte arquivística fundamental para os estudos na área, principalmente no que concerne aos arquivos referentes à história das Juventudes (entre eles, o processo 7710 sobre a JEC, e o 26667, sobre a JUC), da Ação Popular desde seus primórdios (arquivo 29661, contendo também listagem e histórico de militantes da associação, presos em 1973); e entre os vários Inquéritos, podemos ainda destacar o relativo à Bomba do Aeroporto Internacional dos Guararapes (arquivo 30253) e à explosão da USIS (arquivo 30247), arquivos permeados de imagens e testemunhos, ainda pouco trabalhados. O arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS-RJ), além dos documentos sobre os apistas, proporciona um rico acervo de importantes jornais produzidos à época, que ajudaram sobremaneira nesta pesquisa. Nesse ínterim, vale também destacar o arquivo do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo e Santos (DOPS- SP), que disponibiliza online as fichas pessoais de importantes militantes apistas.

O riquíssimo fundo Duarte Pereira é uma fonte ímpar em documentos da Ação Popular: edições originais de importantes documentos, como diretivas e declarações da organização, entre eles o *Documento base* (1963), a *Resolução Política* (1965), o esquema dos *Seis Pontos* (1968) e a *Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico* (a partir de 1966); bem como cópias de textos e jornais editados pela Ação Popular; material basilar para o desenvolvimento do projeto. Dentre esses textos e jornais, torna-se importante citar os Jornais

*Ação Popular*⁷⁸, *Revolução*⁷⁹, e *Libertação*⁸⁰ (1968-1975); o *Livro Negro*⁸¹ (1968); e os *Textos para Militantes*⁸² (65-67). Além deste arsenal de documentos da organização, podemos ainda encontrar textos produzidos pela imprensa sobre a organização.

Tais fontes e metodologias permitem realizar o diálogo entre estes documentos e a bibliografia sobre o tema, aumentando assim nosso grau de visão e apuro tanto na interpretação da documentação, quanto dos novos trabalhos que tocam o tema.

Desta forma, a partir do que foi discutido, passemos à estrutura desta dissertação, dividida em quatro capítulos. No primeiro, observaremos uma breve e elucidativa iniciação aos estudos da Igreja Católica brasileira, onde discutiremos os pressupostos do Projeto Ultramontano e da Doutrina Social desta Igreja, e das fissuras ocorridas em fins dos cinquenta no apostolado leigo, a criação da ACB em 1922, e de escritos de Maritain e Mounier, proporcionados também pela "inserção no meio" das Juventudes, a partir do Congresso de 10 anos da JUC e da conquista dos órgãos representativos do Movimento Estudantil. A decorrência dessa inserção – que gera embates entre a alta hierarquia e a militância – é que gerará a organização política Ação Popular.

A partir desta caracterização, procuramos dar razão aos meandros do surgimento da AP enquanto organização laica e não-confessional, discutindo sua denominação e compromisso socialista-humanista também inserido no meio, como os movimentos de Cultura e Alfabetização brasileiros, e os trabalhos juntos aos setores operário e camponês no pré-64. Neste capítulo também discutiremos a continuação do projeto político apista após os acontecimentos de março/abril de 1964, seus principais embates e problemáticas na exceção democrática: a Direção Provisória em São Paulo, as militâncias no exílio, os impasses entre "novos e velhos" apistas em 1965 e a publicação da *Resolução Política*, último documento humanista-personalista, de cunho também foquista, baseado na guerra de guerrilhas *à la cubana*.

⁷⁸ Jornal oficial publicado até 1964. Ver em: LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo, op. cit., p. 107.

⁷⁹ Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1965-1968.

⁸⁰ Jornal publicado a partir de 1968. Idem, Ibidem.

⁸¹ Que denuncia a "tirania da ditadura", Idem, Ibidem, 1972.

⁸² Idem, Ibidem.

No terceiro capítulo pretendemos dar vazão ao estudo do momento vivido pelo Brasil na transição do governo Castelo Branco para o regime mais “duro” do linha-dura Costa e Silva, destacando o aparato coersivo e repressivo estatal que funcionará a partir de então, principalmente contra o setor estudantil, importante voz que se levantará contra o regime. Também objetivamos analisar a ação popular sob a égide da *Resolução Política*; a inserção de Louis Althusser na organização (a partir dos apistas que se encontravam em Paris e que tiveram contato direto com o autor), amplamente difundida a fim de dissolver o cunho religioso da AP a partir de teses estruturalistas e anti-humanistas. Por fim, destacaremos o ápice das lutas pelo discurso vencedor na heterogênea Ação Popular, com o atentado ao Aeroporto dos Guararapes e seus principais desdobramentos, como o afastamento gradual de Cuba e a aproximação com a China de Mao Tsé-Tung.

Em última instância, discutiremos os acontecimentos substanciais do importante ano de 1968, que “viu nascer” a ascensão estudantil e popular à cena social, política e ideológica mundial e brasileira. A seguir, abordaremos e problematizaremos a diretiva de Integração na Produção (baseada no molde chinês), seu *modus operandis* e atribuições, bem como as visões dos agentes apistas sobre a questão. A partir de então, discorreremos sobre as lutas finais das correntes guevarista e maoísta, destacando seus princípios teóricos, projetos políticos e de formulações a respeito da caracterização da sociedade brasileira e dos caminhos para a revolução.

CAPITULO 1 - EVOLUÇÃO SOCIO-POLÍTICA DOS LEIGOS INSERIDOS NA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA.

1.1. Breve Histórico da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil.

A Igreja que é fundada no Brasil é resultante de um processo de reveses que se inicia com o advento do protestantismo e do nacionalismo renascentista, que marca uma nova era de monarquias europeias. Desde então, a Igreja passou a ser subjugada aos Estados Nacionais, como parte de um conjunto de órgãos que supria e ao mesmo tempo era gerida e autenticada por tais governos: formalmente, a Igreja Moderna passava a ser parte do poder sem de fato o ser.

Desta forma, a história da Igreja Católica nos idos da formação da terra brasilis se confunde bastante com os caminhos traçados pelo patronato real ao traçar sua empreitada de colonização do além-mar. Os reis ibéricos tinham autonomia concedida pelo Vaticano de aprovar ou não textos papais, o que tornava a Igreja Brasileira um apêndice de seu poder. As diversas ordens⁸³ e irmandades que aqui se instalaram no século XVI serviram, assim, para consolidar o poder português, seja na ação missionária de catequização dos indígenas ou na manutenção e apaziguamento do papel das classes do Brasil.

Apesar da noção de "apêndice do poder", a Igreja Católica brasileira sempre manteve certa autonomia, visto a distância do poder central controlador que impossibilitava a este responder rapidamente as demandas da Igreja local, bem como de vigiá-la constantemente. Desde os tempos mais primórdios, portanto, a Igreja no Brasil sempre foi uma estrutura ímpar no que concerne as mentalidades que atingia, sempre forte, principalmente por se mostrar onipresente, inclusive nos vazios de poder deixados pela impotência inoperante da coroa portuguesa. As diversas irmandades das quais foi patrocinadora (e patrocinada), bem como o forte apelo que exercia desde as camadas populares à família patriarcal rural (detentora do poder) são provas concretas que sua influência foi decisivamente modeladora da sociedade brasileira.

⁸³Jesuítas (que com sua influência proibiram a escravidão indígena quando chegaram em 1549), franciscanos, capuchinhos, carmelitas, beneditinos, clarissas, entre outras.

Com a emergência do século XVIII se inicia um processo de desmoronamento da organização eclesiástica devido à crescente perda do sistema sustentador em que ela estava ancorada há cerca de 300 anos. No âmbito formal (apesar da grande influência que ainda vai demonstrar nos 800), a fragilidade da Igreja é demonstrada nos governos dos Imperadores (1822-1889), que pouco ou nada se importavam com as "querelas" religiosas. Muitas das Irmandades e Intuições geridas pela Igreja foram relegadas ao esquecimento e abandono, ou simplesmente destituídas para que suas propriedades fossem reintegradas ao Império. Ainda de acordo com Alves⁸⁴, a maçonaria e o cientificismo em voga na sociedade brasileira da época, contribuíram para que a política papal passasse a ser progressivamente mais contestada e anulada na *agenda* governamental. Tidas como "assuntos de segunda ordem", foram tanto condicionadas por ordem jurídica à promoção da carreira eclesiástica ao poder civil, como também proibidas de abrir seminários no país sem aval do Imperador⁸⁵. De Roma, pouco podia fazer o papado, envolvido nas lutas contra o galicanismo⁸⁶ e nos encargos do empreendimento da unificação italiana. Tais ações delegaram a Instituição ao esquecimento a longo prazo⁸⁷. Apesar deste panorama, como nos atenta Roberto Romano:

[...] os burocratas do Estado moderno mantêm em relação a ela [a Igreja] uma atitude hostil e ambígua: sua força de poder conservador lhe desperta a desconfiança, por causa de seu caráter irracional e da impossibilidade de cálculo, mas, ao mesmo tempo, os atrai por reconhecerem sua importância como elemento domesticador dos dominados.⁸⁸

A partir dos últimos anos do século XIX, cresce no seio da Igreja uma profunda oposição à "modernização" dos costumes e crenças, fazendo com que a função social da Organização entrasse em crise. Neste contexto, surgem as bases para o que se chamaria mais tarde de "Projeto Ultramontano da Igreja Católica", que é assim conceituado por Duarte:

A reação católica aos chamados "erros" da Modernidade e das revoluções "sem Deus" ficou conhecida como ultramontanismo, doutrina cujo objetivo primordial era reafirmar a posição da Igreja Católica frente às recentes transformações políticas e sociais através de uma ação política que, por um

⁸⁴ ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 28.

⁸⁵ Reforma das ordens religiosas de 1854-1855.

⁸⁶ Movimento francês que previa a independência do corpo clerical de cada país do papado em Roma.

⁸⁷ Resultado dos anos de esquecimento, é que foram criados apenas três bispados nos primeiros quinze anos de governo de D. Pedro II. Até o fim do Império, no Brasil existiam apenas doze dioceses, algumas centenas de padres seculares e quase nenhuma Irmandade no Brasil, entre orfanatos, asilos, leprosas e hospitais militares. Ver em ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, p. 33.

⁸⁸ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 72.

lado, buscava enfatizar a autoridade papal, e que, por outro, impulsionava a aplicação de uma série de medidas voltadas para a recristinização do mundo.⁸⁹

A consolidação dessa doutrina (que pode ser observada durante o papado de Pio VII⁹⁰ ao de Pio IX⁹¹) exprime as lutas da Igreja brasileira para que houvesse a soberania do Vaticano sobre a Instituição local, com a tentativa de implementação do Partido Ultramontano e diversos problemas causados entre o governo e a hierarquia católica brasileira⁹².

A situação da Igreja no mundo contemporâneo se torna mais difícil nos últimos anos do século XIX, com a aceleração do capitalismo industrial e com a emergência da burguesia ao poder em 1889. No Brasil, cada dia mais a Igreja era relegada ao esquecimento, com a crescente burocratização da sociedade que, agora republicana, positivista e portanto, laica, não necessitava mais da "palavra divina" para a condução governamental.

Em um Decreto de 1890 foi enfim feita a tão intentada regulamentação das relações entre o Estado e a Igreja Católica do Brasil, proibindo o Governo de legislar sobre as questões religiosas (restituindo sua tutela ao Vaticano), além de declarar e assegurar liberdade de crença e reconhecer a posse dos bens das Ordens religiosas existentes na sociedade brasileira.

Um ano após o Decreto de 1890 no qual a Igreja reconhecia diversos direitos conquistados, a nova Constituição brasileira faria com que a hierarquia estivesse cada vez mais longe das esferas do poder político ao proibir o ensino religioso nas escolas públicas, e afundar muito a já abalada Instituição ao retirar do Estado a obrigação de subvencionar a Igreja Católica brasileira.

Apesar desta separação oficial entre Igreja e Estado, fruto também da forte repulsa da classe burguesa (liberal e, portanto, anticlerical, mundana e racional) às instituições da Igreja Católica, esta nunca deixou de ser utilizada por aquela no que tange à "domesticação" das diversas classes sociais. Por conta disso, as relações com entre estes dois setores são reinstauradas ainda em 1916, a partir das ações do D. Sebastião Leme (figura ímpar em sua

⁸⁹ DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p.7. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:05 h.

⁹⁰ 1800-1823.

⁹¹ 1846-1878.

⁹² A propósito de tais preposições, ver ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, pp. 31-32.

importância para a hierarquia brasileira). Mais uma vez, "[...]a Igreja dinamiza[ria] suas mais antigas tradições para colocar-se na ordem do dia."⁹³ já que "[...] desde que sua burocracia ou sua legitimidade seja contestada, ela, em crise, busca renovar sua política diante da sociedade e do Estado."⁹⁴

Nesse ínterim, surge a chamada "Doutrina Social" da Igreja, inaugurada pelo papa Leão XIII (1878-1903) com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891). A partir dela (e de várias encíclicas posteriores), a política ultramontana se tornou mais forte com a tentativa de intervenção na realidade. Desde então, era extremamente aconselhável que, através de estratégias caritativo-assistenciais, o povo cristão superasse os problemas gerados pelas contradições da modernidade.

Apesar de se mostrar bastante conservadora⁹⁵, a Encíclica é a primeira a reconhecer vários problemas intrínsecos ao sistema capitalista, como "a riqueza nas mãos de um pequeno número, ao lado da indigência da multidão"⁹⁶ e "a situação dos trabalhadores isolados e sem defesa...entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça da concorrência desenfreada."⁹⁷; além de exigir a restauração ao respeito e à dignidade humana. A esse respeito, traz à luz Roberto Romano:

A legitimidade das formações sociais e do Estado exige, para ela, o respeito dos direitos naturais das pessoas, direitos estes vindos de Deus, que teria reservado à Igreja as tarefas complementares de anunciá-los, reconhecê-los e denunciar seu não-cumprimento efetivo.⁹⁸

Com o advento do século XX, a Doutrina Social da Igreja tem o seu clímax, iniciado no papado de Pio X (1903-1914), que marca, entre outros, o oferecimento do primeiro chapéu cardinalício da América Latina ao Monsenhor Arcoverde (1905), como reconhecimento da

⁹³ ROMANO, Roberto. **Op. cit.**, p. 63.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 64.

⁹⁵ Visto o saudosismo à Idade Média e a promoção da conciliação das classes, a Encíclica ainda defendia a manutenção da ordem social através de repressão às greves e da proteção e inviolabilidade da propriedade privada, propondo que os trabalhadores reconhecessem sua "condição social" e com resignação esperassem a plena realização na eternidade, na salvação do espírito. Para mais informações, ver DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**, pp. 8-9.

⁹⁶ LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Vaticano, 1891, p. 147. Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:06 h.

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 149.

⁹⁸ ROMANO, Roberto. **Op. cit.**, p. 62.

importância da Igreja latino-americana na fé católica, numa clara tentativa de contornar a perda de poder da Igreja local, principalmente no que concerne a uma retomada de influência desta sobre as classes dirigentes.

Após a I Guerra Mundial (1914-1918), começa um período de intensa efervescência no mundo, com o advento dos "loucos anos 20". No Brasil, floresce movimentos e Instituições, entre as quais, o Partido Comunista, o Movimento Tenentista e a Semana da Arte Moderna de 1922. Como uma reação a tais ações é fundada na capital do Brasil o Centro D. Vital⁹⁹, uma iniciativa de Jackson de Figueiredo¹⁰⁰. O Centro era baseado na Action Française, portanto cultuava o que se pode chamar de um catolicismo nacionalista puro. Tratava-se da primeira iniciativa leiga brasileira, e objetivava atrair a intelectualidade católica através de reuniões, palestras, discussões e estudos. O aconselhamento da Instituição ficava ao cargo do Cardeal Sebastião Leme. Ainda são iniciativas do Centro D. Vital a Confederação Nacional da Imprensa Católica (embrião das Universidades Católicas), a Liga Eleitoral Católica (LEC)¹⁰¹, entre outras. Com a morte de Jackson em 1928, assume Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), que introduz o estudo de Jacques Mauritian¹⁰² na Instituição a partir de 1937.

Com a ascensão de Pio XI (1924-1939), um novo inimigo é eleito pela hierarquia ao lado das críticas ao modernismo e ao capitalismo: o comunismo. A partir de então:

[...] seu discurso se lança contra a sociedade moderna, à medida que esta, em suas formas individualistas e coletivistas, tendentes a abafar os valores de responsabilidade e liberdade, absolutizam a propriedade, compreendendo-a

⁹⁹ Que no século anterior enfrentara o Estado e havia estado na prisão. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 59.

¹⁰⁰ Fundador da Revista *A Ordem*, e autor de livros como *Pascal e a inquietação moderna*, Jackson de Figueiredo foi uma das principais lideranças católicas brasileiras, fundador e base para diversos movimentos do apostolado leigo, inclusive após sua morte em 1928. Para mais informações, ver CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO (CDPB). **Jackson de Figueiredo (1891-1928). Bibliografia e Estudos Críticos**. Salvador, 1999. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/jackson_figueiredo.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:07 h.

¹⁰¹ Com a decisão de D. Leme de aprofundar o diálogo com as elites e com a sociedade política através da hierarquia, no Brasil não foram criadas associações políticas leigas de peso (como os diversos partidos social-cristãos ao redor do mundo). De acordo com Gomez de Souza, "A vigilância sobre os partidos políticos se daria pela mediação da Liga Eleitoral Católica (LEC), criada para pronunciar-se sobre os candidatos nos momentos de eleições e que teria por presidente o próprio Amoroso Lima." GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 60. O livro de Gomez de Souza ainda mostra um claro painel das tentativas de criação de um partido social-cristão no país, e as consequentes reações da hierarquia (pp. 60-61).

¹⁰² Filósofo francês de orientação católica, um dos principais responsáveis pela reformação dos ideais tomistas no século XX. Entre seus escritos, está *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*, importante obra para os futuros setores especializados da ACB, influenciando fortemente a Democracia cristã e a doutrina social da Igreja.

como atributo exclusivo do indivíduo ("liberalismo capitalista") ou a destroem, afirmando o Estado como único proprietário, isto é, como única fonte de coesão social ("totalitarismo comunista").¹⁰³

Para tal, um novo setor da Igreja foi recrutado e fortalecido: o laicato, que deveria agir dentro de associações conhecidas como Ações Católicas¹⁰⁴. A Igreja reafirmava sua condição de "sociedade civil autônoma"¹⁰⁵, mantendo organismos privados ou influenciando diretamente as sociedades. As Ações Católicas manteriam e legitimariam entre o apostolado leigo, o papel do "intelectual orgânico"¹⁰⁶ (neste caso exercendo função de hegemonia). Desta forma, de acordo com a encíclica *Divini Redemptoris*:

Soldados da Ação Católica, assim preparados e adestrados, serão os primeiros e imediatos apóstolos de seus companheiros de trabalho, e se tornarão preciosos auxiliares do sacerdote, para levar a luz da verdade e aliviar graves misérias materiais e espirituais, refratárias em várias partes à ação do ministro de Deus ou por inveterados preconceitos contra o Clero, ou lamentável apatia religiosa. Cooperar-se-á de tal modo, sob a direção de sacerdotes especializados, naquela assistência religiosa às classes trabalhadoras, meio para tanto encarecemos como o mais apropriado meio para preservar queridos filhos Nossos da cilada comunista. Além do apostolado individual, quase sempre oculto, mas sobremaneira útil e eficaz, cabe à Ação Católica fazer, com a propaganda oral e escrita, larga difusão dos princípios fundamentais que sirvam para a constituição duma ordem social cristã, de acordo com os documentos pontifícios.¹⁰⁷

Como primeiras reações a essa prerrogativa no Brasil, é fundado em Recife em setembro de 1928, a União dos Moços Católicos (UMC); posteriormente, em 1930, também é fundada a Associação Universitária Católica (AUC), pelo Centro D. Vital, com sedes em Pernambuco, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre; e uma associação feminina, a

¹⁰³ ROMANO, Roberto. **Op. cit.**, p. 62.

¹⁰⁴ É importante destacar que já existia projetos de um apostolado leigo desde o papado de Leão XXIII, mas é Pio XI quem estrutura e amadurece a ideia das "Ações Católicas". Diversas obras foram escritas sobre a Ação Católica. Ver em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, pp. 91-92.

¹⁰⁵ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

¹⁰⁶ Conceituação de Antônio Gramsci. Para o autor, cada classe social "cria organicamente, ao mesmo tempo que ela própria, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão sua homogeneidade e a consciência de sua própria união, não somente no domínio econômico, mas também no domínio político e social." GRAMSCI, Antônio. **Op. cit.**, p.3. Esse conceito é ampliado para os que detem funções de coerção, hegemonia e os que organizam a economia. Nesse ínterim, ver o importante estudo do autor na situação concreta da AC italiana, onde reafirma a Igreja no papel de intelectual tradicional, que "perde terreno, ainda que, ao retirar-se, aconteça se concentrar, opor uma grande resistência e pareça ser relativamente poderosa". GRAMSCI, Antônio. **Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno**. Quaderni XXII, Turim: Einaudi p. 230. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 40.

¹⁰⁷ PIO XI. *Divini Redemptoris*. Vaticano, 1937. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19031937_divini-redemptoris_en.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:08 h.

Juventude Feminina Católica (JFC), em junho de 1932¹⁰⁸. Também na década de trinta são lançadas as primeiras experiências de setores especializados da ACB, com a Juventude Operária Católica (de modelo belga, baseado nas ideias de Padre Joseph Cardijn¹⁰⁹), nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.¹¹⁰

O "longo processo do capitalismo dependente e associado"¹¹¹ que se inicia com a crise de 1929, é responsável no Brasil pelo modelo de substituição de importações, fortalecido pela "Era Vargas" (1930-1945), que intentava pôr fim à dominação governista das oligarquias rurais. A nova diretiva propiciou a imersão e um rápido desenvolvimento da burguesia industrial e financeira, que começava por tomar os espaços políticos como nova classe na direção do poder. Essa burguesia dos anos trinta desde cedo teve que lidar com os movimentos grevistas e reivindicatórios das classes pouco privilegiadas socialmente, fator que favoreceu um novo pacto social: uma aliança inédita com os antigos detentores do poder (oligarquias), com classes médias e com as classes trabalhadoras, cooptadas por ações sociais, que eram duramente reprimidas quando se colocavam contra a política de Estado de Vargas. Em contrapartida, a fim de estabelecer um maior domínio estatal sobre a classe trabalhadora, este vai reconhecer direitos aos trabalhadores notadamente com a Consolidação das Leis Trabalhistas na década de 40. O "getulismo" surgia como uma força nova e influente baseada no mito da personificação de Getúlio Vargas, que governava soberano sobre o conjunto da sociedade e arbitrava o "compromisso social" ancorado nas classes dominantes¹¹².

Os primeiros sinais de que a política de aproximação com a sociedade leiga reafirmada pela encíclica *Quadragesimo Anno*¹¹³ dava, enfim, seus resultados: foram as influências dos leigos da LEC nos quadros civis que viriam a constituir a Assembleia Constituinte de 1934. O impacto desta influência dos militantes da ACB na política é sentido já no prefácio da

¹⁰⁸ Ver em SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma ideologia (1950-1968)**. São Paulo: Cortez e Universidade Metodista de Piracicaba, 1980, p. 15.

¹⁰⁹ Padre belga, criador do método "ver, julgar e agir", muito ligado às causas sociais, que esteve no Brasil em 1963. Ver mais em: MATOS, R.C.O. **A Juventude Operária Católica - Visão de uma Utopia**. Saber Digital, Revista Eletrônica do CESVA, Valença: n.I, 2008. Disponível em http://www.faa.edu.br/revista/v1_n1_art06.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:09 h.; Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuários 27572 (Igreja Católica e ACO) e 28967 (JOC).

¹¹⁰ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 94.

¹¹¹ Idem, Ibidem, p. 50.

¹¹² Para mais referências, observar em FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹¹³ PIO XI. **Quadragesimo Anno**. Vaticano, 1931. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_en.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:10 h.

Constituição, que coloca o povo brasileiro "sob a proteção de Deus", marcando assim o fim da era positivista estatal. Há ainda o retorno, pelo Estado, de antigos privilégios perdidos em 1891, como obtenção de direitos cívicos pela hierarquia, o matrimônio religioso reconhecido pela lei civil, a impossibilidade do divórcio, a volta do financiamento estatal para a Igreja e a reconquista do ensino religioso obrigatório.

Neste contexto, germina no Brasil, a partir de 1935, a Ação Católica Brasileira¹¹⁴; lançada sob a égide do Centro D. Vital e baseada nas ideias de D. Sebastião Leme, que em 1923 havia publicado o livro *Ação Catholica* (contendo instruções para a organização e funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro). A incipiente organização, de origem autoritária e conservadora¹¹⁵, visava unir o apostolado leigo em seções, divididas primeiramente por idade e sexo, ao modelo italiano¹¹⁶, com a alegação de evitar denominações e lutas de classe entre os grupos, mas de fim sobretudo moral. Demonstrava uma ideologia de extrema direita nacionalista, com o sensível intuito de reconquistar as massas atraídas por outras ideologias; problema desde cedo respondido pela preocupação com a volta do estudo evangélico da bíblia.

Neste primeiro momento, aos leigos da AC, era proibida autonomia, que deveria ser posta sob a tutela de sacerdotes especializados e da rígida estrutura hierárquica, os assistentes, que representavam a autoridade e papel da Igreja e eram designados pelos bispos para representar o pensamento, orientação e autoridade da Instituição. Devido a isso, era explicitamente recomendável a manutenção dos posicionamentos ideológicos dependentes da ortodoxia católica; já que o fundamental era "[...] a participação organizada do laicato do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social."¹¹⁷. Em 1938, faziam parte da Junta nacional: Alceu Amoroso Lima na presidência, e como assistentes, o Monsenhor Leovigildo França e o Padre Leonel França.

¹¹⁴ Observar a carta de Pio XI ao Cardeal D. Sebastião Leme e aos Bispos do Brasil, com os Estatutos Gerais da AC brasileira, aprovado por Roma. Ver em SIGRIST, José Luiz. **Op. cit.**, pp. 17 e 18.

¹¹⁵ Chegando, inclusive, a se envolver com o integralismo. Em RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In: REIS FILHO, Daniel A. & RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp. 214-215.

¹¹⁶ Os primeiros grupos da ACB foram: Homens da Ação Católica, Liga Feminina da Ação Católica, Juventude Católica Brasileira (masculina) e Juventude Feminina Católica. Ver em SIGRIST, José Luiz. **Op. cit.**, p. 16.

¹¹⁷ DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**

A ascensão de Pio XII (1939-1958) marca um período de grandes conturbações, com a deflagração da II Guerra Mundial (1939-1945), fato que mudaria as sociedades mundiais e também as feições das Ações Católicas. No Brasil, há o rompimento definitivo da hierarquia e de setores importantes da intelectualidade leiga católica com a extrema direita, particularmente com o Integralismo¹¹⁸; bem como a queda do governo ditatorial varguista. A morte de D. Leme (1942) e a nomeação de D. Jayme de Barros Câmara (1943)¹¹⁹; bem como o abandono de boa parte da liderança como Correia de Oliveira e Castro Mayer (à época, assistente geral da Ação Católica), que seria de extrema relevância para os novos rumos da associação, que, a partir de então, cada vez mais despertaria as consciências para as condições do povo e para os problemas sociais brasileiros. Vai se delineando, assim, a base para a atitude cristã progressista que permeará a ACB e os setores especializados pelos anos que virão.

É importante destacar que, de modo algum, o movimento progressista na ala especializada da ACB era unânime. Como ilustra Gomez de Souza:

A Igreja, indica E. Poulat, é uma instituição de grande densidade, mas é também um *lugar social*, onde não cessam de se enfrentar discursos que concorrem entre si e que são desiguais, onde o intercâmbio com o mundo exterior nunca cessa.¹²⁰

Portanto, é comum existirem discrepâncias resultantes dos diferentes grupos humanos, interesses e representações de uma Igreja que, apesar de presente nas mentalidades de grande parte da população, de maneira alguma era fechada em si mesma no que tange às relações sociais; muito menos homogênea. Trata-se aqui do conflito no seio da hegemonia, do consenso (que nesse caso, pode ser aqui entendida como a crença no Cristo da Igreja). Essa heterogeneidade no seio da Igreja se faz presente nas reações ao progressismo latente da ACB, comentada por Lima & Arantes:

A evolução do pensamento de setores da intelectualidade católica repercutiu de tal forma na Ação Católica, que, em 1943, os futuros fundadores da reacionaríssima Tradição, Família e Propriedade (TFP), Antônio de Castro

¹¹⁸ Particularmente, D. Hélder Câmara e Alceu Amoroso Lima. Lima & Arantes escrevem sobre essa relação que perdurou os anos 30. Em: LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da ação popular. Da JUC ao PC do B.** São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984, p. 26.

¹¹⁹ De acordo com Gomez de Souza, pastor de pouca relevância, de maneira nenhuma comparável a D. Leme; "sendo um pastor mais voltado para o trabalho intra-eclesial e com visão bem mais limitada". GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 63.

¹²⁰ POULAT, E. **Eglise contre bourgeoisie.** Tournai: Casterman, 1977, p. 59. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 32.

Mayer, atual Bispo de Campos; Geraldo Proença Sigaud, ex-Bispo de Diamantina; e Plínio Correia de Oliveira, que haviam militado na Ação Católica na década de 30, denunciaram o "modernismo" de que estaria impregnada a Ação Católica.¹²¹

O ano de 1946 é decisivo para a sociedade brasileira, com a "volta" ao período democrático (1945-1964), quando há o auge do "pacto populista"¹²². No Nordeste são criadas as primeiras Ligas Camponesas, e os embates entre camponeses e proprietários de terras começa a se tornar frequentes na região.

A ACB também muda com o fim da Guerra: padres canadenses vêm visitar o Brasil¹²³, fato que exercerá influência decisiva na mudança de perspectivas da Ação Católica, que em seus Estatutos, que aprovados pelo papado e declarados no I Congresso Nacional da Ação Católica, tem sua estrutura reformada, ao estilo francês e belga¹²⁴. No mesmo período, Amoroso Lima, importante teórico maritainista também deixaria a ACB:

[sua saída] foi considerada, na ocasião, como uma perda irreparável; na prática, o resultado foi que a AC ficou menos ligada à polêmica em torno de Mauritian e ao movimento litúrgico, assim como à orientação muito intelectual do Centro D. Vital. Isso permitiu inclusive o desenvolvimento de novas tendências, mais atenta aos movimentos especializados.¹²⁵

A partir de então, as especializações advindas da Juventude Masculina Católica e da Juventude Feminina Católica, serão decisivas na ala progressista da Igreja dos anos seguintes: nascem, enfim, as Juventudes, estruturadas por D. Hélder Câmara¹²⁶ e associadas à ACB, com o papel ímpar de reconquistar as elites e os costumes para o cristianismo.

1.2. Ascensão da Juventude Universitária Católica e a descoberta das práticas político-sociais (1946-1959).

¹²¹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 26-27.

¹²² Sobre as discussões acerca do conceito de populismo, em voga na historiografia revisionista contemporânea, ver DEMIER, Felipe Abranches. **Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo**. In: MELO, Damian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 99-156.

¹²³ Ver documento que analisa o método de atuação da Ação Católica Especializada nesses tempos. DELGADO, D. José de Medeiros. **O homem e a comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Agir. IN: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d.

¹²⁴ Mais "livre", ligada ao meio e às bases sociais. O estilo francês também se destacava por permitir os grupos mistos dentro das Juventudes.

¹²⁵ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.** Petrópolis: Vozes, p. 96.

¹²⁶ Hélder de Pessoa Câmara foi importante sacerdote: participante assíduo das discussões políticas e sociais, de seu ordenamento, em 1931 à sua morte, em 1999; motivo pelo qual diversas associações, hospitais, escolas e outros levam seu nome. Observar mais sobre a biografia desse importante agente, em PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara – O profeta da paz**. São Paulo: Contexto, 2009.

*[...] Os evangelhos possuem muitas facetas. Interpretados sob um ponto de vista, podem ser vistos como um apelo à paciência, ao conformismo, à resignação. Vistos sob um outro ângulo, porém, podem ser interpretados como uma mensagem de amor, justiça e vida comunitária, a qual, quando posta em confronto com uma dada realidade social e política, pode transformar-se para muitos em uma mensagem revolucionária.*¹²⁷

O setor universitário das especializações da ACB desde cedo merece um destaque especial por parte da hierarquia: dali que saíam os principais líderes da sociedade brasileira, e criar uma aliança com essa elite acadêmica mostrava-se, assim, primordial para o intento da Igreja de despertar as consciências individuais para o cristianismo. Além disto, os universitários eram essenciais na assessoria a padres e bispos, como destaca Márcio Moreira Alves:

Ao nível diocesano os bispos tinham necessidade de quadros organizacionais e de animadores; ao nível nacional precisavam de conselheiros capazes de auxiliar a ação de D. Leme. Quadros e conselheiros não se poderiam encontrar senão entre o setor culturalmente privilegiado, o que significava dizer os que tinham passado pela universidade...¹²⁸

Portanto, como traz à luz Sigrist: "A Juventude Universitária Católica, nos seus primórdios, mais do que um *movimento*, é uma *associação* de universitários cristãos ainda muito fechada sobre si mesma"¹²⁹, com preocupação fundamental de formar seus membros na fé e nas ações missionárias em que os militantes "dêem o exemplo de uma estrutura cristã, viva, integral [...] A ação seria então um transbordamento da formação"¹³⁰ catequética e litúrgica. Fazia ainda parte dos deveres dos jucistas: espalhar a ordem divina na terra, bem como o aprofundamento pessoal da fé, reformando as consciências para valorização da harmonia social, do homem e seu papel na sociedade e nas instituições vigentes; o trabalho missionário para salvação das almas (só pelo plano social); o anticomunismo¹³¹; entre outros. O meio universitário deveria ser conquistado para Cristo, por intermédio da Igreja, que nas universidades era representada pelos jucistas; a "elite acadêmica católica". A atitude conservadora destes primeiros tempos é evidenciada pelos Encontros dos "eleitos

¹²⁷ BRESSER-PEREIRA. **Das revoluções utópicas: a revolução política na Igreja - a revolução estudantil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 58.

¹²⁸ ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, p. 38.

¹²⁹ SIGRIST, José Luiz. **Op. cit.**, p. 27.

¹³⁰ JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC). **Boletim da JUC**. Rio de Janeiro, n.3, 1960, pp. 2 e 4. IN: SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60. A geração de Betinho**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

¹³¹ Sobre esse anticomunismo, observar algumas manchetes em Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuário 27572 - Igreja Católica e ACO.

privilegiados pela fé" na escolha dos temas de discussão, como "vida em equipe", "família", "ensino religioso, "visão da profissão e da universidade em face do Absoluto - Deus"¹³², etc.

Com a instituição do setor especializado na ACB, as Juventudes começam, assim, suas primeiras ações na sociedade brasileira como "eleitos de Cristo", exercendo o papel de "intelectual coletivo"; como nos traz à luz Gomez de Souza:

O intelectual não é pois o que traz idéias, o que "pensa", mas o *organizador*, no sentido mais amplo. Poderíamos aplicar isso à Igreja e dizer que aí o intelectual não é apenas o teólogo ou o clérigo, mas todo o cristão que tem uma função na vida eclesial. E, nesse caso, movimentos como o da Ação Católica - e no nosso caso a JUC - não seriam verdadeiros "intelectuais coletivos?"¹³³

Ainda em fins da década de trinta, a Associação dos Universitários Católicos¹³⁴, criada pelo Centro D. Vital em 1929, é integrada à incipiente e ainda fragilizada Juventude Universitária Católica, que tem sua Semana Nacional, em São Paulo ainda em 1947. Neste mesmo ano, D. Hélder Câmara é nomeado assistente nacional da ACB. Ele e Padre José Távora vão ser, de acordo com Gomez de Souza, os modeladores para a transformação posterior dos setores especializados da Ação Católica, "se apoiando mutuamente em um sem-número de empreendimentos"¹³⁵, inclusive na posterior ideia da Confederação Nacional de Bispos do Brasil.

Cedo, os militantes da Juventude Universitária Católica começam a conquistar importantes meios de luta da causa estudantil. Durante a "era socialista" na União Nacional dos Estudantes (1947-1950), duas gestões, a de Roberto Gusmão (1947-48) e Genival Barbosa Guimarães (1948-49)¹³⁶, já tiveram como vice-presidentes, membros jucistas mais moderados, que participariam liderados por Célio Borja (vice na gestão 48-49) do XII Congresso Nacional de Estudantes, realizado na Bahia. De acordo com o Boletim da JUC deste ano, a Diretoria Nacional da ala teria comparecido ao encontro "[...] para evitar possíveis explorações em torno do nome da JUC, e, além disso, para, através de um contrato

¹³² Idem, Ibidem, pp. 1-6.

¹³³ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 36.

¹³⁴ Que procurava fazer uma certa "política de cunho cristão", tinha como principais atribuições, o estudo da teologia, religião e da filosofia. A associação publicou o jornal "AUC" e a revista "Viva". Tinha sua sede no Rio de Janeiro, e muitos dos seus militantes seguiriam a vida religiosa, como Frei Romeu, mais tarde assistente da JUC. Ver mais em: Idem, Ibidem, pp. 93-94.

¹³⁵ Idem, Ibidem, p. 63.

¹³⁶ Idem, Ibidem.

entre os jucistas dos vários Estados, congregá-los na defesa de todos os princípios que estivessem em jogo"¹³⁷. Como demonstra esta passagem, apesar da aliança com socialistas no meio universitário, a JUC nasce ainda bastante conservadora.

O ano de 1948 também proporcionará uma grande mudança no seio dos ramos especializados da AC, com a realização da Semana Nacional da Ação Católica. Nela, embasados pelas experiências principiantes nos meios de luta das alas especializadas, acima de tudo no setor universitário, serão discutidas amplamente as ideias de Mauritian, que pouco a pouco mudará completamente o modo de ver e agir na sociedade; influenciando numa atitude, a partir de então, mais compromissada com o homem e com as transformações necessárias à sociedade e à humanidade. O método de "revisão da vida na ação", com a adoção do "ver, julgar e agir"¹³⁸ apontados por Monsenhor Cardjin, ainda contribui decisivamente para a transformação das mentalidades dos militantes da JUC, visto que propunha uma ação sensível ao contexto em que estavam inseridos esses jovens, a fim de avaliar os passos e ações no meio (ver), julgar essas ações com os princípios cristãos a fim de mudar a realidade, e, a partir de então, introduzir tais jovens na ação (fato que ficou conhecido como "solução cristã"). A JUC nesses tempos tenderá mais a abandonar a especialização por sexos, tornando-se o primeiro setor misto do apostolado leigo da ACB.

Ainda em 1948 aconteceria a sessão mundial do Centro Internacional de Documentação e Formação (CIDI), futura JEC Internacional, que reuniria a elite das Juventudes em Chicago. Os três brasileiros que lá estiveram (Geraldo Barroul de São Paulo, Fernanda de Moraes Sarmento, filiada ao setor especializado no Canadá e Miriam Graça do Rio de Janeiro), lançaram as sementes para os primeiros planos do que seria a Semana Interamericana de JEC -JUC, intentada para acontecer em 1949 e realizada em 1950; data tida como o marco da consolidação da JUC no Brasil.

Esse período também demonstra uma clara preocupação dos jucistas com a perpetuação da cultura universitária de elite, abrindo as discussões pela busca de uma genuína cultura brasileira. Abre-se as mentalidades deste setor para a necessidade de reformas

¹³⁷ Juventude Universitária Católica (JUC). **Boletim**. Diretoria Nacional, ano I, n. I, outubro de 1949, pág 08. IN: SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, 1994.

¹³⁸ Método desenvolvido pelo Padre Cardjin, a partir das experiências que realizou com jovens da JOC em Bruxelas, que defendia que a evangelização devia estar inserida na própria realidade dos militantes.

estruturais na sociedade brasileira, dentre elas, a reforma na educação, particularmente, das Universidades; lutas estas fortalecidas no posterior governo de João Goulart (1961-1964).

A consolidação e fortalecimento da Juventude Agrária Católica, da Juventude Operária Católica e da Juventude Universitária Católica; se dá em 1950, com a IV Semana Nacional da ACB; sendo ainda criadas a Juventude Estudantil Católica e a Juventude Independente Católica. Esse ano é tido como propriamente o marco da JUC como movimento da Ação Católica Brasileira Especializada, principalmente devido à Semana Interamericana de JEC e JUC, realizada de 29 de janeiro a 5 fevereiro, onde participaram delegados de diversas áreas do país, como do Distrito Federal, de Belo Horizonte, de Porto Alegre e de Recife¹³⁹.

Os temas que permearam as discussões da juventude envolvida no encontro mostrava bem a característica de intervenção na realidade que fará parte dos setores especializados estudantis na década e 50¹⁴⁰: "o estudante", "formação na ação e pela ação", "cuidado na formação integral", "responsabilidade dos leigos na Igreja", "o método ver-julgar-agir", entre outros¹⁴¹. A discussão da inserção dos jucistas e jecistas no plano político fica fixado: a partir de então, é permitido o ingresso nos Partidos políticos, contanto que estes não contrariem os preceitos da mentalidade cristã nem os ensinamentos e linhas gerais da Igreja Católica. O movimento se mantém, porém, não confessional.

No encontro ficava-se fixado também a estruturação da JUC. De acordo com Sigrist:

Criada a "Equipe Nacional", encarregada de coordenar o movimento em todo o País, aos poucos vão se constituindo as 'Equipes regionais', no sentido de conseguir oferecer maior unidade e assistência às "Equipes Diocesanas" e às "Equipes de Base". Essas equipes eram formadas por um padre-assistente, dirigentes e militantes.¹⁴²

Ficou acordado, então, que a JUC se centraria numa equipe de militantes organizada, em geral, por faculdades (e dependendo da dimensão ou tamanho do grupo, por ano), em equipes locais e de base (que teriam cada dia mais autonomia), com reuniões semanais. Estas

¹³⁹ DALE, Frei Romeu. **JUC do Brasil: Uma Nova Experiência da Ação Católica**. Rio de Janeiro, 1962, p. 3.

¹⁴⁰ É importante destacar que é também nos idos dos anos cinquenta que começam os contatos internacionais, com militantes comparecendo à Assembleias Interfederais da Pax Romana, nos anos de 50 (Holanda) e 52 (Canadá), por exemplo. Ver em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 112.

¹⁴¹ AÇÃO CATÓLICA. **Boletim da Ação Católica Brasileira**. n.2, Rio de Janeiro, dezembro de 1960, p. 4. IN: SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, 1994

¹⁴² SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma ideologia (1950-1968)**. São Paulo: Cortez e Universidade Metodista de Piracicaba, 1980, p. 20.

eram geridas por uma equipe de direção ou equipe diocesana, que assegurava a coordenação geral e realizava dias de estudo e encontros. Cada dirigente local também fazia parte de uma equipe de gestores regionais que, por sua vez, realizavam encontros preparatórios que decidiam os temas dos Conselhos Nacionais, e anualmente elegiam metade da equipe nacional, divididas por equipes-pilotos temáticas (como problemas apostólicos, intervenção na realidade, tesouraria, entre outros)¹⁴³.

Após o I Congresso da JUC da ACB, começa a se desenvolver no seio da militância laica uma "volta aos meios", ao povo e à promoção humana através de ações que elevariam o nível e a expectativa de vida dos menos abastados, ideologia baseada já nos escritos de Maritain e Mounier, amplamente difundidos na associação. Essa aproximação dos setores leigos da ACB com a sociedade se dava também devido ao momento político, social e econômico brasileiro, que exigia o protagonismo do meio estudantil. Vargas voltaria ao poder este ano através do Partido Trabalhista Brasileiro, e abriria mais espaço e apoio ao movimento sindical e trabalhista a partir das ações do Ministério do Trabalho. As transformações político-ideológicas e sócio-econômicas do pós-guerra são sentidas com profundidade nesses tempos: período de efervescência do nacionalismo, das lutas pelo "Petróleo é nosso" (que vai contar com decisivo apoio dos estudantes) e da criação de estatais importantes, como a Petrobrás. Progressivamente no país se delineia forças antagônicas e destoantes, nos mais variados setores: militantes políticos, estudantes, forças armadas, etc. São também tempos da poesia concreta, da estetização da política, da arte engajada de João Cabral de Melo Neto, do existencialismo, dos naturalistas e abstracionistas, com suas rupturas e a busca pela identidade brasileira.

O ano de 1954 marca um momento de muitas tensões na sociedade brasileira, "com os comunistas lançados numa linha de radicalização e a direita numa campanha moralista, ambos hostilizando o governo"¹⁴⁴, o que causaria um desfecho nefasto com o suicídio de Getúlio Vargas dia 24 de agosto. Esta manobra política foi desencadeada pelo incidente ocorrido na madrugada do dia 05¹⁴⁵, que levaria uma camada da classe política (como seu vice-presidente

¹⁴³ Idem, Ibidem.

¹⁴⁴ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 118.

¹⁴⁵ Fato conhecido como "atentado da Rua Toneleros", ocorrido na madrugada do dia 05/08. Nele, o jornalista Carlos Lacerda sofreria uma violação, que o feriria, e mataria o Marechal da Aeronáutica Rubens Vaz. A autoria do fato foi atribuída à presidência, revés instigado devido aos constantes ataques públicos de Carlos Lacerda ao

Café Filho), bem como setores militares e empresariais a exigir seu afastamento do cargo, sendo levantadas ainda várias propostas de uma intervenção golpista para o afastamento do populista Vargas. Com o suicídio, a situação se transformaria completamente para esses setores: a partir da leitura da carta-testamento nas rádiosuforas, a população manifestava-se em passeatas e afins, revoltada com os extremos que a crise política havia imposto a Getúlio. Carlos Lacerda, considerado o principal responsável pela morte do presidente, se exila com receio das represálias. O golpe intentado neste período perdeu-se nas areias do tempo, impopular e impraticável, ainda que tencionado por diversas vezes até 1964, ano em que o golpe de estado almejado por essa elite foi finalmente alcançado¹⁴⁶.

A ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder (56-61) marca também o esgotamento do modelo de substituição de importações. Se instalava "era do capitalismo dependente-associado"; anos em que a sociedade brasileira vê um aumento maciço da entrada de capital estrangeiro no país, propiciado pelo "Planos de Metas", em que o país cresceria "50 anos em 5". As principais áreas atingidas pelo boom desenvolvimentista foram as indústrias automobilística, siderúrgica e de construção naval, o setor rodoviário e de hidroelétricas, o de maquinaria e produtos elétricos; bem como na área de produtos farmacêuticos e químicos e no aumento da produção petrolífera¹⁴⁷. O alto grau de industrialização e modernização pelo qual passava o país, desemboca no apogeu e decorrente esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e populista do governo Kubitschek (56-61), fato sentido com os governos de Jânio Quadros e João Goulart, como veremos posteriormente.

Ao lado do desenvolvimento acelerado nesses setores e dos grandes saldos econômicos estimulados nesse período, houve um drástico e insustentável revés para os menos abastados socialmente, com a crescente desvalorização da força de trabalho e o aumento da exploração da massa da população. Este quadro foi muito bem elucidado pelos níveis de concentração de renda e de terra dos anos 50-60: enquanto que dados de 1960

governo "populista" varguista. As investigações concluíram e apontaram culpabilidade do chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato, aprofundando ainda mais a crise política.

¹⁴⁶ Observar em FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. V.3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁴⁷ Para mais informações do período, observar MENDONÇA, Sônia R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 57-65.

revelaram que apenas 17% da renda nacional ficaram com os 50% mais pobres¹⁴⁸; Dreifuss nos atenta que, nessas décadas, 47,29% do controle da terra estava nas mãos de míseros 0,98% de grandes proprietários¹⁴⁹.

Em Pernambuco, a eleição para prefeitura da capital de Pelópidas Silveira, marca a eleição da primeira candidatura de cunho popular no Estado, só possível graças à Frente do Recife, ampla coligação entre PSB, PTB, PTN e diversos grupos de esquerda¹⁵⁰. Pelópidas realizou uma gestão bastante progressista, dando "voz ao povo" ao priorizar as Audiências públicas e estimular as associações de bairros¹⁵¹. No Estado, as tensões se aprofundariam, com a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no Engenho Galiléia. É a era do "Nordeste incendiário", que ganha projeção nacional após as ações em prol dos camponeses do advogado e deputado estadual Francisco Julião (1915-1999) serem enquadradas na Lei de Segurança Nacional; período de intensas disputas no campo, mas também de ganhos inigualáveis para os camponeses regionais, principalmente em Pernambuco do governador Cid Sampaio, reconhecido internacionalmente como o governo que desapropriou terras inutilizadas dos proprietários para dar aos camponeses¹⁵².

Os estudantes envolvidos nos órgãos representativos começam a se projetar socialmente ao se deparar com tal cenário econômico-social, travando lutas que vão tornar essa classe, paulatinamente, numa das mais importantes no cenário político brasileiro; marcadamente após a eleição em 1956 da esquerda na UNE¹⁵³, representando uma virada latente dos jucistas, que despertam para uma atitude mais compromissada com a sociedade, começando, assim, a fomentar nos seios do apostolado leigo uma crítica aos movimentos circunscritos às ações apostólico-educativas. Reconhece-se as falhas até então presentes nos meios especializados da ACB, intentando instrumentos de análise e de reflexões mais precisos. O incomodo com a alta hierarquia da Igreja, que há muito busca podar as "ações

¹⁴⁸ MATTOS, Marcelo Bradaró. **O Sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 56.

¹⁴⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 69.

¹⁵⁰ COELHO, Fernando. **Direta volver. O golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2004, pp. 46-49.

¹⁵¹ Os governos de Pelópidas e Arraes são amplamente discutidos por toda a obra de Coelho. Idem, Ibidem.

¹⁵² Para maiores informações sobre a situação nacional e do Nordeste; bem como o impacto do "Nordeste incendiário", ver PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972; e FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **Op. cit.**

¹⁵³ Para mais informações, ver ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis: Da Fundação da UNE aos Nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

radicais", acaba por gerar um salto de participação social que se afluaria e desenvolveria na década de 50.

Essa atitude seria um desenvolvimento direto do curto, mas decisivo papado de João XXIII¹⁵⁴ (1958-1963), onde foram valorizados o diálogo entre os povos, a humanidade, a simplicidade e abertura da Igreja e dos grupos a ela ligados, para o mundo, afim de adaptar-se às modernidades e reestabelecer seu domínio nas classes sociais, que não precisavam mais dela para a governança e a haviam abandonado em favor de outras religiões, que apresentavam respostas mais diretas às suas necessidades. A Igreja se põe a "serviço do mundo", incentivando ações de engajamento no meio, para o fortalecimento e manutenção dos direitos naturais humanos, que advindos de Deus, legava à Instituição as tarefas complementares de anunciá-los, reconhecê-los e denunciar seu não cumprimento efetivo¹⁵⁵. Começava, assim, uma nova era de engajamento político e social das juventudes da ACB.

Durante o papado de João XXIII é planejado e concluído o projeto da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em 1952. De acordo com Gomez de Souza esse seria "[...] como um organismo *suis generis* e inovador na Igreja Católica, um dos primeiros lugares de experimentação de um trabalho em comum dos episcopados nacionais"¹⁵⁶, que passaria a ter o papel de porta-voz da hierarquia. O programa buscava "Estudar os problemas do interesse da Igreja, no Brasil em particular; apresentar as normas, aprovar e coordenar as medidas que facilitem e promovam a unidade de orientação e a necessária atualização da pastoral"¹⁵⁷. Como se vê, o Estatuto é bem vago no que concerne às ideologias e planos de ação propostos; situação existente, sem dúvidas, devido à heterogeneidade das mentalidades de seus fundadores¹⁵⁸, razão pela qual foi fundamental na sociedade brasileira daqueles tempos, pois preenchia um papel organizacional vago e sem muita polêmica. A relevância de tal organização se deve, como destaca Semeraro, pois,

¹⁵⁴ Primeiro papa de origem camponesa.

¹⁵⁵ ROMANO, Roberto. **Op. cit.**, p. 62.

¹⁵⁶ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 63.

¹⁵⁷ Artigo I dos Estatutos da CNBB. Ver em: CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto**. Rio de Janeiro: Livraria do Bosco, 1966, p. 19.

¹⁵⁸ Tinha como fundadores: D. Carlos Coelho, D. Eugênio Sales e D. Luiz Monsinho (tradicionalistas), D. José Távora e D. Fernandes Gomes (que defendiam uma abertura social cautelosa), Cardeal Carlos Vasconcelos Motta, Mons. Gomes Távora, D. Candido Padim e D. José Maria Pires (teóricos do "socialismo" cristão), D. José Maria Pires (conhecido como D. Pelé, que realizou reformas ousadas em João Pessoa); como se pode observar, sete dos dez fundadores eram nordestinos. Para análise da estrutura como outras questões, ver em ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, pág 66-68; SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, pp. 41-46.

"embora os reformistas constituíssem uma minoria dentro da CNBB, conseguiram articular uma visão da missão da Igreja que foi muito além das posições triunfalistas das décadas anteriores"¹⁵⁹. A esse respeito, Gomez de Souza acrescenta:

A CNBB tornará possível a elaboração de planos pastorais a nível nacional e permitirá a influência direta de certos bispos renovadores que fazem parte de seus quadros. Cumpre assinalar também que vários destes bispos estão ligados à AC e que a CNBB se originou da experiência anterior da AC.¹⁶⁰

A CNBB vai influenciar vários movimentos e organizações, como o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, o Movimento de Educação de Base, os Sindicatos Rurais, o Instituto Nacional de Apostolado de Leigos, a Telepax, o Movimento para um Mundo Melhor, entre outras¹⁶¹.

A nova associação também influenciará no Segundo Conselho da JUC, realizado em Curitiba em 1952; onde já se podia observar o crescimento da Organização (que de certa forma, acompanhava o crescimento das matrículas no meio universitário¹⁶²): setenta e dois representantes, onze centros locais e vários observadores externos. Nesse encontro, foi feita uma revisão nos planos de ação afim de se chegar a uma maior intervenção na realidade. O temário (Testemunho cristão e cultura) denotava uma preocupação com a cultura, vista como uma representação popular. Os Conselhos posteriores aprofundariam as discussões, principalmente no que tangia aos futuros das profissões, bem como a formação econômico-social do universitário, e suas relações com a cultura em geral como o cinema, teatro, etc¹⁶³.

Um relatório desses anos revelaria o crescimento do setor jucista: "nas 29 cidades que possuíam escolas universitárias, centros da JUC funcionavam em 14, com formação e contatos estabelecidos em 4 outros"¹⁶⁴. A JUC crescia e se fortalecia no meio universitário como uma associação poderosa, com lideranças presentes nos diversos Congressos e Semanas Universitárias, bom como nos Centros Diretórios de Centros importantes, como São Paulo e Porto Alegre¹⁶⁵. Em 1953¹⁶⁶, para conter a hegemonia de extrema-direita na UNE, estudantes

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 41.

¹⁶⁰ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 64.

¹⁶¹ ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, p. 68.

¹⁶² Ver quadro das matrículas no Ensino Universitário em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 75.

¹⁶³ Idem, Ibidem, pp. 110-115.

¹⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 112.

¹⁶⁵ CNBB. **Ajuda para um pronunciamento sobre os estatutos da Ação Católica Brasileira. AC no meio universitário**. 1953 (mimeografado), pág 14. In: Idem, Ibidem, p. 112.

nacionalistas sugerirão, ainda, a candidatura de um ex-dirigente nacional da UNE¹⁶⁷. Cada vez mais no seio da Organização se difunde as reformas das estruturas propostas pelo padre Lebrecht pra a JUC, que consistiria, sobretudo, na pesquisa e ação no meio social para que se possa enfim falar de "questão social": precisava-se atuar na sociedade, nas fábricas e campos, não apenas nas universidades.

O Conselho Nacional da JUC, realizado em 1958 marcaria, por fim, a opção matura de boa parte da militância pela radicalização em prol de uma maior intervenção na sociedade (através de soluções cristãs); com a valorização das bases locais e do trabalho pessoal do militante em seu meio. Compareceram trinta e um centros¹⁶⁸, com cinco delegados cada; e os militantes discutiram problemas concretos da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases¹⁶⁹, os orçamentos para o ensino público, entre outros. Neste contexto, o aparente descontentamento com o pouco embasamento teórico da base casou um certo desconforto de centros mais progressistas, de orientação mais prática e social.

Ainda em fins dos anos 50, o eixo da liderança jucista na Direção Nacional, que até então, pertencia aos paulistas, como de Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Eduardo Wanderley, Paulo Gaudêncio, Francisco Withacker Ferreira, Celso Lamparelli, entre outros; assessorados por Monsenhor Enzo Gusso, e estudantes de ciências sociais; acaba por passar, gradativamente, para os de Belo Horizonte, associados à Escola de Economia de Belo Horizonte e à Faculdade de Filosofia, como Herbert de Souza (Betinho), Antônio Otávio Cintra, Henrique Novaes, Paulo Haddad e Vinícius Caldeira Brant; assessorados por Padre Luiz Viegas¹⁷⁰. Podemos ainda citar as ações pioneiras dos assistentes pernambucanos, como

¹⁶⁶ É importante destacar que esse ano é marcado, no âmbito internacional, pela experiência dos padres operários, que terá grande impacto dentro da Igreja, influenciando muitas consciências na ação. A partir destas missões, muitos padres se inseriram nas organizações sindicais e agiriam politicamente, muitas vezes ao lado de grupos de esquerda. Como resposta a estas ações, muitos movimentos e instituições são condenados pelo papado, como "A juventude da Igreja", iniciativa do Padre Monterclad o "Semnário de Missão na França. Em: BRESSER-PEREIRA. *Op. cit.*, p. 46.

¹⁶⁷ JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC-BELÉM DO PARÁ). **O último congresso nacional da UNE e a política universitária nacional**. Texto apresentado ao IV Conselho Nacional da JUC, Porto Alegre, 1956, p. 4. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. *Op. cit.*, p. 82.

¹⁶⁸ Dos trinta e três em que existia polos da JUC, num universo de setenta e cinco cidades com Universidades. Ver em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. *Op. cit.*, p. 90; 145.

¹⁶⁹ Apoiada pela Igreja, como podemos ver em Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuário 27572 - Igreja Católica e ACO.

¹⁷⁰ SEMERARO, Giovanni. *Op. cit.*, p.51. Gomez de Souza traz à luz o panorama responsável por esta hegemonia dos jucistas mineiros; bem como o porquê da Direção do Rio de Janeiro, sede da JUC não ter tanto

os importantes Padre Almerly Bezerra e Luiz Gonzaga de Sena¹⁷¹, que atentarão para a ação como parte integrante do compromisso evangélico, para a abertura necessária aos temas sociais, à realidade do operário e camponês; propondo um engajamento ativo, que mudará permanentemente o movimento nos anos seguintes.

Nesse aspecto, o Conselho de Belo Horizonte em julho de 1959 seria definitivo: para os progressistas católicos, não era mais suficiente apenas converter as consciências; era preciso atuar sobre as estruturas sociais e construções humanas: intervir ativamente nos mecanismos sociais, a fim de que se evitasse uma falta de ligação da formação teórica com o a da formação na ação. O engajamento social se fazia necessário, a intervenção, primordial. Nesse sentido, o documento "Da necessidade de um Ideal Histórico" do Pe. Almerly Bezerra, apresentado no Conselho, foi fundamental. Um documento de Betinho intitulado "A JUC de Amanhã" é também bastante elucidativo:

O jucista hoje sente a necessidade de ser radical, de estar na vanguarda da História, de provar o seu Absoluto pelo testemunho histórico e consequente [...] a JUC de amanhã será um instrumento consciente da resposta de Cristo ao problema de ascensão da classe operária, será a caridade concreta no homem concreto, será a negação da burguesia, porque a JUC é o único setor meio estudantil que está vinculada a valores essencialmente antiburgueses; os valores cristãos.¹⁷²

Essa visão foi afirmada pelas ações da Igreja, que nos fins de 50, foram primordiais para a criação da Comissão do Desenvolvimento do Nordeste e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, como bem destaca o presidente Kubitschek:

Esta iniciativa do Governo Federal é devida, força é proclamar, à inspiração caridosa da Igreja e ao desejo enérgico de salvar da miséria tantos valerosos patrícios nossos [...] Foram Vossas Excelências, Senhores Bispos, os animadores e promotores do trabalho que estamos começando a realizar [...] As forças espirituais aqui reunidas, com os olhos voltados para a realidade essencial dos problemas, reclamaram e pediram que as soluções para a

poder Nacional (mais preocupada com o operacional da Organização). In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, pp. 149-150.

¹⁷¹ Padres jovens que estudaram na Europa, assim como o Pe. Henrique de Lima Vaz; e o Frei Carlos Josaphat, editor-chefe do *Brasil Urgente*, e autor de várias obras importantes para a ala progressista dos leigos da ACB, como o *Evangelho e Revolução Social*, livro-denúncia dos males da injustiça social onde apontava fórmulas para superá-la. Ver em BOTAS, Paulo C. Loureiro. **A benção de abril - Brasil Urgente: memória e engajamento católico (1963-64)**. Petrópolis: Vozes, 1983.

¹⁷² JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC). Herbert José de Souza. **A JUC de Amanhã**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira. Arquivo Edgard Leuenroth, 1960, pp. 17-20.

libertação deste pedaço imenso do Brasil fossem consideradas assuntos prioritários.¹⁷³

Desta forma, em fins da década de 50, surgia no seio da JUC duas correntes antagônicas que se digladiariam durante os anos 60: de um lado os discípulos de Maritain (democratas-cristãos); e do outro, militantes influenciados por Lebreton (que tinha com Marx a mesma indignação comum ao capitalismo) e Mounier (teórico do socialismo humanista), entre eles, os progressistas mineiros, recifenses e paulistas. Boa parte daquela juventude abandonaria a "era do ideal histórico mauritainista" (social-cristianismo) pela busca da consciência histórica de uma nova cristandade. Paulatinamente se propagava que o mundo precisava ser mudado, e radicalmente.

1.3. A Juventude Universitária Católica nos anos 60: a formação na ação.

1.3.1. A virada dos anos 60.

*A JUC de amanhã será resposta a esta conversão que se opera em nossos dias [...] ela verá o Brasil capitalista e deverá lutar, verá o Brasil sem Deus e deverá mostrar ao brasileiro que Deus não é mito nem desculpa do fracasso, mas é resposta real, encarnada do Amor.*¹⁷⁴

O primeiro momento da Juventude Universitária Católica que compreendeu os anos de 1950-1958 (da Semana Interamericana ao Congresso de Campinas), foi um momento de descoberta para o apostolado leigo, principalmente no que concerne a poder e importância da "inserção no meio", (como conclusão da preocupação com a ordem vigente) e às primeiras ações na política estudantil. Esse catolicismo de intelectuais da classe média sentia a urgência da reflexão de valores que orientariam a ação político-social por um mundo mais justo; bem como na luta pela não extinção do cristianismo católico. Essa tímida "virada a esquerda" acaba por gerar uma crescente insatisfação (ainda que fosse presente a noção de colaboração) com as posições tidas como rígidas e retrógradas de setores da Igreja. Esta atitude mais compromissada legará à "geração de 60" importantes reflexões, que levarão a um *modus operandi* revolucionário, nunca antes visto na história da militância da Ação Católica Brasileira. Como nos traz à luz Semeraro:

¹⁷³ BARROS, Raimundo C. **Brasil, uma igreja em renovação**. Petrópolis, Vozes, 1967, pp.13-14.

¹⁷⁴ JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC). **10 anos da JUC. Boletim da Nacional**. Rio de Janeiro, n.3, 1960, p. 20. IN: SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**

A JUC, a partir da década de 50, vai evoluir rapidamente até ocupar em 1960 uma posição de liderança diante dos demais setores da ACB. É praticamente unânime o consenso que considera a JUC como "epicentro" das mudanças mais significativas que foram empunhadas como bandeira por todo o movimento de esquerda católica no início dos anos 60.¹⁷⁵

Os primeiros sinais dos novos tempos seriam sentidos e publicados já nos documentos do Congresso em comemoração aos dez anos da JUC (levando-se como ponto de partida a Semana Interamericana de 50), realizada no Rio de Janeiro em julho; e que contou com as cinquenta e duas cidades universitárias que tinham presença jucista e quinhentos e cinquenta militantes, do universo que Beozzo acreditava existir de 3 a 5 mil estudantes da organização espalhados por todo Brasil, cerca de 4 a 6% do número dos universitários no país¹⁷⁶.

Papel chave neste encontro foi do grupo da regional centro-oeste, em que se encontrava os estudantes mineiros (liderança do movimento a partir de então), que levou à discussão o documento "Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro", no qual defendia, entre outros, a adoção da noção do ideal histórico, com a inserção na história e ação sobre as estruturas, com a luta anticapitalista e contra o subdesenvolvimento. A conscientização surge como resposta da "ação em nome de Deus" para transformar as estruturas e criar ordens socialmente justas baseadas em princípios cristãos. Para tal, seriam necessárias reformas estruturais em alguns setores da sociedade, como a universidade (que tinha a proporção de matrículas em relação à população em idade escolar de 1,6% em 1960¹⁷⁷), a reforma agrária e a economia nacional, que deveria ser "organizada dentro das perspectivas totais da pessoa" para "orientação das forças produtivas nacionais no sentido de real satisfação das necessidades do povo brasileiro" e "abolição da 'condição proletária'"¹⁷⁸.

O que chama atenção neste documento são os termos marxistas utilizados ao lado de expressões do nascente humanismo cristão, simbiose que passa a ser usada progressivamente nos estudos da Organização. Esta estranha relação deu ao movimento uma unidade: o

¹⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 40.

¹⁷⁶ Dados de 1959 à 1964. BEOZZO, J.O. **Les mouvements des universitaires catholiques au Brésil**. Lovaina: Université de Louvain, 1968, p. 83. Tradução nossa. Alguns jucistas avaliam que em 1962, a organização teria cerca de 10 mil membros. In: CALIL, Pedro. **A Infiltração comunista no meio estudantil**. Revista Vozes, ano 56, julho de 1962, p. 526.

¹⁷⁷ Cálculos da UNESCO, presentes em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p 75.

¹⁷⁸ JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC). Equipe Regional Centro-Oeste. **Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro**. In: Idem, Ibidem, pp. 91-92. Grifos do original.

marxismo viria a oferecer uma explicação sistemática, coerente e global para os problemas sociais¹⁷⁹, apresentando-se "como um instrumental adequado para o engajamento dos jucistas na política estudantil"¹⁸⁰. Essa aproximação com os estudos marxistas é resultado direto das alianças políticas com grupos de esquerda – entre eles a Juventude Comunista do Partido Comunista do Brasil – no chamado "grupão", o grupo de situação da UNE.

A outra face da moeda foi o instrumental teórico encontrado nesses primeiros tempos em Maritain e sua "visão nova da ordem cristã"¹⁸¹, baseada no que se costumou denominar de "Ideal histórico concreto", essência ideal realizável, feita no presente, chamado à existência por um dado momento histórico:

A noção de ideal histórico concreto corresponde a uma filosofia realista que compreende que o espírito humano pressupõe as coisas e trabalha sobre elas, mas só as conhece quando as apreende para transferi-las em sua própria vida e atividade imaterial, e as transcende para tirar delas, sejam naturezas inteligíveis, objetos de conhecimento especulativo, sejam temas inteligíveis práticos e diretivos da ação, à categoria dos quais pertence o que chamamos de ideal histórico concreto.¹⁸²

A intervenção na realidade seria, assim, uma exigência da encarnação e da consciência: o engajamento seria a autêntica iniciativa cristã; ação no temporal da realidade histórica baseada na atemporalidade, nos ensinamentos e no mundo de Deus. Ou seja, embora radicalizada e extremamente engajada, essa juventude ainda precisaria, para construir o Ideal Histórico concreto a que ela estava predestinada, seguir o sentido da História Sagrada, o sentido da Igreja. Essas ações se dariam em três planos: o religioso (com ações como o esforço de catequese, encarnação evangélica, vida litúrgica, incentivo às vocações sacerdotais; econômico (visto que se fazia necessária a superação do capitalismo, para promoção da propriedade para todos), e político (participação em partidos de ideais coletivos, como a democracia, o anticapitalismo e o anticomunismo).

¹⁷⁹ LOWY, M. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 123.

¹⁸⁰ DUARTE, Hugo Villaça. **Op.cit.**

¹⁸¹ MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: uma visão nova da ordem cristã**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942.

¹⁸² Idem, *Ibidem*, p. 104-105.

Outro fator que será decisivo para a mudança das mentalidades jucistas são os acontecimentos da Revolução Cubana (1959)¹⁸³, que empolgou a juventude naqueles tempos, ao mostrar ser possível a luta e a vitória contra o sistema capitalista. O acontecimento também despertará, ao longo dos anos 60, uma maior preocupação da Igreja com a América Latina, iniciando um período intenso de recrutamento dos jovens (feitas pelo laicato nas bases), alcançando uma penetração e influência imensa nos pólos acadêmicos, ao propor soluções cristãs para o engajamento no temporal numa sociedade extremamente cristã e de bases católicas. Os padres, sobretudo da área progressista, também foram importantes para o recrutamento de jovens. O relato de Hugo César da Silva Tavares à Daniela Maria Ferreira relembra o *modus operandis* desses recrutadores incansáveis:

[...] eram pequenos núcleos [...] pegavam os que eram mais espertos e faziam assédio, até fisgar. Eles (os religiosos dominicanos) eram mais fortes nas escolas leigas e municipais e estaduais. Era aí que eles tinham os grupos mais fervorosos [...] eles diziam "o pessoal está passando fome, vocês estão fazendo o que para mudar isso?" chegavam assim e a gente queria interagir. Você sabe que o jovem é muito altruísta.¹⁸⁴

O importante é que, cada dia mais, a teoria nascerá da ação, compromissada com o testemunho de vida (através da revisão), com a soliedariedade e com altruísmo, com o entusiasmo, a lealdade, a combatividade e a utopia. O Congresso de 10 anos promoveria tais ações e destacaria ainda a ausência de soluções cristãs para os problemas temporais e falta de linhas de ação concretas. Como bem resume o padre Romeu Dale, assistente da JUC, o encontro marcaria "um passo à frente na vida do movimento: seja na linha de uma encarnação mas efetiva em cada Faculdade desses mesmos objetivos; seja ainda na linha de uma espiritualidade de leigo no mundo pelo mundo"¹⁸⁵. Nessa linha, conclui Betinho:

Foi no encontro dos dez anos da JUC, realizado em 1960 na Guanabara, que ficou marcada para os universitários, uma nova posição social, com exigência fundamental da própria fidelidade ao Evangelho. Não inovamos nada. Repetimos, com todos os papas, a condenação ao Capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e humana, em que a propriedade social substituisse a propriedade privada da estrutura liberal.

¹⁸³ Para mais informações sobre a Revolução cubana de 1959, ver BARSOTTI, Paulo & FERRARI, Terezinha. **A propósito de Cuba e da Revolução** in BARSOTTI, P. & PÉRICAS, L. B. **América Latina. História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998, p. 131 - 150.

¹⁸⁴ Entrevista com Hugo César Tavares, realizada em 2004 por Daniela Maria Ferreira. In: FERREIRA, Daniela Maria. **Op. cit.**

¹⁸⁵ DALE, Frei Romeu. **Op.cit.**, p. 17.

Nossas teses [...] foram objetos, no entanto, de uma série de intrigas e de apelidos de infiltração marxista "linguagem marxista" [...]
 Nossa resposta foi o engajamento. Não cremos na felicidade eterna da Cidade do Tempo, porque só a encontraremos na visão do absoluto, mas tudo faremos para que este Mundo seja um instrumento de felicidade de todos os homens.¹⁸⁶

As consequências do Congresso de 10 anos são sentidas logo após, no XXIIIº Congresso da UNE, onde é lançada a pré-candidatura de Betinho à instituição¹⁸⁷ e é eleito numa frente ampla o presidente da União do Estudantes da Bahia, Oliveira Guanais. Os conflitos no seio da JUC serão aí explanados: a liberdade de ação propagada no "Relatório para o estudo, sobre o XXIIIº Congresso Nacional dos Estudantes (UNE)"¹⁸⁸ geraria desconfiças de setores jucistas, como os do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e interior de São Paulo, que durante todo o Congresso se manteriam na oposição. Nos bispos, a idéia de alas da Igreja ligados a comunistas parecia inadmissível, e prontamente D. Hélder Câmara foi inundado de cartas-denúncias, como por exemplo, a do Pe. Orlando Machado, da Conferência dos Religiosos de Belo Horizonte, trazida à luz por Gomez de Souza:

não se pode dizer que estes jovens sejam comunistas, pois comungam... Mas seu modo de falar, de agir, suas expressões, seus métodos, suas lutas (contra Diretrizes e Bases, por exemplo) são de tal teor que mesmo o católico mais esclarecido e aberto é levado a pensar que, atrás de toda esta agitação, de toda esta confusão se esconda algum habilidoso comunista...¹⁸⁹

As alegações, portanto, eram de despreparo e certa ingenuidade de alguns grupos jucistas no Congresso da UNE; alegações tais que foram respondidas por D. Hélder (líder da CNBB, da AC) por uma nota interna, defendendo a JUC e aconselhando

[...] que longe de quebrar o entusiasmo da JUC urge: Fazer acompanhar a vida da JUC e especialmente os Encontros Regionais por Assistentes de segura visão doutrinária e aptos a entender e estimular a juventude [...] ¹⁹⁰.

¹⁸⁶ CARDONNEL, VAZ Pe. Lima & SOUZA. Herbert José. **Cristianismo Hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária. In: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1962, pp. 100-102.

¹⁸⁷ Esta não logrou, devido às disputas internas do "grupo". Observar em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, pp. 165-173.

¹⁸⁸ JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA. **JUC, Relatório para o estudo, sobre o XXIII Congresso Nacional de Estudantes (UNE)**. Belo Horizonte, 16 a 23 de julho de 1960 (mimeografado), INP. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, pp. 166.

¹⁸⁹ **Relatório da conferência dos religiosos de Belo Horizonte**. 6 de outubro de 1960 (mimeografado), INP. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 171.

¹⁹⁰ CNBB. **Informações objetivas sobre a JUC e o seu recente congresso nacional**. 1960, INP. Idem, Ibidem, p. 170.

A partir deste momento, as tensões entre jusistas progressistas e o alto clero se tornarão mais e mais frequentes, motivo de afastamento de tais setores e aproximação com a política esquerdista.

Líderes nesse movimento "à esquerda" organizar-se-ão num setor político, onde se destacarão Herbert José de Souza, Vinicius Caldeira Brant e Henrique Novaes (pela regional centro-oeste); Aldo Arantes (JUC-RJ); Jorge Gonçalves, Paulo Mendes, Haroldo Lima (militantes baianos); e muitos outros de capitais onde o progressismo jucista já havia alcançado a campo da ação, como em Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul. Esses jovens eram influenciados por padres que também eram rapazes, como Frei Rocha, Pe. Almerly Bezerra, Pe Lage, Pe. Vaz¹⁹¹, Pe. Jerônimo de Sá Cavalcanti e Pe. Dionísio Sciucchetti, entre outros. Os teólogos dessa hierarquia seriam também lidos pelos jucistas: além de Maritain, lia-se Jean-Yves Calvez, teórico da Doutrina Social da Igreja; entre outros.

1.3.1.1. A Inserção no campo e no Movimento Estudantil: os Movimentos em prol da Educação e Cultura Popular e o Sindicalismo Rural.

*[a esquerda católica] Progressivamente ligou-se a setores mais ativos do movimento social urbano (estudantil e operário), ocupou funções decisivas nos movimentos de educação e cultura popular, particularmente no MEB, promoveu organizações de sindicatos camponeses e entregou-se à organização política e popular das massas brasileiras. A orientação de alguns setores especializados da ACB começava a se modificar diante da explicação política de seus esforços. Este novo estilo de engajamento extrapolava às concepções tradicionais de evangelização e criava novas formas de ação pastoral.*¹⁹²

O "primeiro" engajamento na sociedade brasileira, seguindo a onda de ascensão da "categoria povo" no projeto nacional¹⁹³ brasileiro, foi o envolvimento dos militantes jucistas em projetos já existentes da Igreja, como o sindicalismo rural e os Movimentos de Educação de Base e de alfabetização de adultos. Nesta conjuntura, os grupos jucistas conhecidos pela

¹⁹¹ Principalmente pelo seu texto **Consciência Histórica**. IN: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1962.

¹⁹² SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 45.

¹⁹³ Que teria se tornado o ator político e social mais reclamado na virada dos anos 50-60. Ver em TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de Luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008, p. 43.

alcunha de "esquerda cristã", a partir da visão de "intelectuais orgânicos" (que liderariam o processo para e com o povo)¹⁹⁴, foram agentes essenciais desse projeto.

A necessidade de "ação no meio" dos jovens jucistas da esquerda cristã, esteve imensamente presente nesses movimentos, desenvolvendo programas para o despertar das consciências que deveria estar madura antes da revolução para possibilitar aos grupos marginalizados uma escolha mais eficiente dentro do próprio processo, que seria, assim, revolucionário (o homem só seria "dono de si" através do reconhecimento da cultura), ideologia fundamental para o projeto político-social que se pretendia implementar por esses agentes. Militantes jucistas estiveram, portanto, presentes principalmente no Movimento de Educação de Base, em nível nacional, e no projeto pernambucano "Movimento de Cultura Popular", além das experiências com o famoso método de Paulo Freire.

Nesse ínterim, o método Paulo Freire, planejado nas lutas em prol da educação na década de 50, e desenvolvido na região de Angicos (Alagoas), ficara conhecido pela alcunha de "pedagogia do oprimido"¹⁹⁵. A teoria representou a maturidade intelectual do pedagogo, que passou a pregar uma educação com uma linha mais esquerdista, voltada para o personalismo¹⁹⁶ e o humanismo, na busca da construção de uma efetiva democracia; por isso seu método foi amplamente e logo utilizado pelos jucistas nos diversos movimentos em prol da educação e cultura popular.

Esses anos presenciariam um esforço inédito em prol da educação e da cultura (principalmente na capital pernambucana, com a ascensão de Miguel Arraes à prefeitura em 1960) mais humanizada e personalista. Esse esforço se traduziu numa abundância de projetos e movimentos que intentavam a criação, mobilização e ampliação de programas de ensino, do nível regular até a alfabetização de adultos; idealizados também por vários artistas, intelectuais, religiosos, políticos e diversos outros setores sociais, que envolviam a educação e a cultura da população, e que entendiam, assim como Gramsci, que "Todos os homens são

¹⁹⁴ GRAMSCI, Antônio. **Op. cit.**

¹⁹⁵ Sintetizado em FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁹⁶ Movimento desenvolvido por Emmanuel Mounier, previa que a superação para os problemas estruturais sociais estava na construção de uma "comunidade de pessoas", em que não haja a "materialidade" do ser humano, e sim a liberdade, responsabilidade, criatividade, etc. A inviolabilidade humana só seria possível nas ações no meio.

intelectuais"¹⁹⁷ e, portanto, capazes de produzir e conduzir o processo cultural. Para isso, alfabetizar e inserir esses agentes na escola, que é o instrumento para essa elaboração em diversos níveis, tornava-se urgente.

Dessa forma surgiria o MEB, como um projeto entre o governo federal e a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que previa a utilização da rede radiofônica (já existente em alguns Estados do país e pertencente à Igreja) para o ensino e conscientização da massa; nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste¹⁹⁸. O projeto se qualificou na Educação de Adultos, principalmente no meio rural, através das "missões", onde se visava além da alfabetização e promoção social (estimulando a educação sanitária, como também a formação para uma vida comunitária), a ampliação do eleitorado, a luta anticomunista e a manutenção do controle e influência religiosa sobre as massas¹⁹⁹.

O papel dos "jovens da Igreja" seria primordial para as aulas, que se davam à noite e se realizavam em escolas, galpões e prédios, cedidos por autoridades, entidades e afins²⁰⁰. Os monitores e animadores, que mediavam os conteúdos transmitidos pela rede radiofônica eram, em sua maioria, voluntários leigos da ACB, que eram recrutados pela Igreja, inclusive dentro das Universidades, onde os militantes se envolviam nos Diretórios Acadêmicos da Universidade do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco e realizavam diversas Semanas Universitárias de Cultura Popular, com o objetivo de divulgar e trazer para os Movimentos novos militantes no meio estudantil. Para a Igreja, essa inserção dos jovens é fundamental, como comenta Vagner Teixeira:

Seja no MCP, MEB ou Campanha, o trabalho voluntário de centenas, talvez milhares de jovens garantiam no mínimo duas coisas: uma diminuição nas despesas com a mão-de-obra e, principalmente, uma militância política determinada a despertar nos alunos a consciência de si, da sociedade e da necessidade de ação para transformar aquela realidade injusta e miserável, vivida na pele por aqueles milhares de adultos que se matricularam livremente nos movimentos de alfabetização e cultura popular.²⁰¹

¹⁹⁷ GRAMSCI, Antônio. **Op. cit.**, pp.07 e 09.

¹⁹⁸ Ver os diversos trechos de jornais que davam manchete às escolas radiofônicas da Igreja Católica em Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuário 27572 - Igreja Católica e ACO.

¹⁹⁹ COELHO, Fernando. **Op. cit.**, p. 61.

²⁰⁰ Apoio de empresas como Antártica, Lions Club, Rotary, Martini, entre outras.

²⁰¹ TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Op. cit.**, p. 135.

Foram idealizações do MEB os folhetos: Ler e Saber; Caderno de Aritmética do Serviço Nacional de Educação de Adultos; Radio Cartilha do Sistema Rádio Educativa Nacional (SIRENE); livro Riquezas do Brasil. Cada escola contava com equipes de professoras locutoras, supervisores, coordenação e administração, responsáveis pela produção dos programas e das aulas; além dos monitores, recrutados na UNE e chamados de "sócios-estudantes", incumbidos da instalação das escolas, matrícula de alunos, aplicações de provas, relatórios mensais sobre o andamento dos projetos, etc, e que promoveram, entre outros, o Festival Folclórico no Rio Capibaribe (serenata fluvial e efeitos coreográficos), e o Teatro ao Ar Livre da Galeria de Arte do Recife.

O MEB ainda foi importante pois ajudou a formar novas lideranças no campo, importantes para o desenvolvimento do movimento e para posterior organização de associações formadas por ex-jucistas expulsos da ACB em 1962. Exemplo disto é que, entre seus alunos,

esteve o futuro líder camponês Manoel Conceição dos Santos, que assim começava uma trajetória que o levaria a tornar-se organizador de 20 a 30 escolas de alfabetização no interior do Maranhão, depois fundador do Sindicato do Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré Mirim em 1963, organizador da resistência ao golpe de 1964 no campo, mais tarde dirigente da AP e da APML²⁰².

Outros movimentos de base, à época, foram o Movimento de Cultura Popular iniciativa de Arraes para a educação levada pela prefeitura de Recife (1960-1962)²⁰³; projeto que foi desenvolvido com estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos, que mesclava ideias socialistas, humanistas e cristãs, que se consolidou como uma das mais importantes experiências de mobilização social em prol da educação e da cultura no início dos anos 60. O movimento contava com uma ampla rede de ensino, com oficinas, cursos e concursos de teatro, artes plásticas, artesanato, canto, dança, música popular, cinema, etc;

²⁰² In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **Op. cit.**, p.21.

²⁰³ Carro-chefe da plataforma política do novo prefeito e exigência da maioria da população, foi anunciado o intento de modernização da cidade através da educação para o povo, que até então não havia sofrido modificações estruturais, e ainda apresentava um alto nível de evasão escolar combinada com uma baixa taxa de escolaridade. O analfabetismo era alto no Estado, e a falta de qualificação do professorado agravava ainda mais a situação. Para a realização do projeto, foram criados a Secretaria Municipal de Educação e o Plano Municipal de ensino. A primeira presidência da MCP foi de Germano Coelho, e contava com 112 sócios, como Francisco Brennand, Ariano Suassuna e Paulo Freire. O Movimento foi fortemente baseado nos estudos do ISEB e da filosofia cristã francesa, mexicana e israelense. Para mais detalhes, ver FÁVERO, Osmar. **MEB - Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961-1966**. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação em Évora, Portugal: 2004, pp. 7-9.

disponibilizando ainda núcleos de cultura popular, uma educação alternativa de crianças e adultos e mobilização comunitária para ajuda mútua. É importante destacar entre suas realizações: Iº Festival de Teatro do Recife (1961), Teatro de Fantoques, o Teatro Ambulante e o Teatro Ar Livre, o Iº Festival de Teatros Estudantis do Nordeste (Caruaru), Festival Nacional de Cinema Novo, XIº Festival de Teatro do Recife, XIº Festival de Cinema de Recife, Iº Festival de Música, criação do Coral do Recife e as escolas e associações de Cultura Popular, os Centros de Interesses e o Centro de Cultura do MCP, na Casa Dona Olegarinha, no Poço da Panela²⁰⁴. Junto a esses dois movimentos existia ainda a "Promoção Social", iniciativa do governador do Estado de Pernambuco, Cid Sampaio (contrário ao prefeito), como reação ao MCP e à "esquerdização" da educação²⁰⁵.

A inserção desses jovens em tais movimentos fez com que as reflexões em torno da situação político-social se modificasse e radicalizasse. Ao entrar em contato com outras experiências e ideologias políticas do movimento²⁰⁶, como o trabalhismo (destacavam o desenvolvimentismo e a justiça social), o comunismo (de forte tendência soviética, que tinha como principal partido o PCB, Partido Comunista Brasileiro); se percebia que, apesar da criação do MEB significar um deslocamento da Igreja católica em direção às massas, à medida que tomavam "contato direto com a exploração gerada pelo sistema capitalista no campo, aprofundavam-se duras críticas à estrutura da sociedade, à decadência do Estado e ao anacronismo do aparelho eclesiástico"²⁰⁷, reflexão profunda que encaminham um novo tipo de compromisso, mais político-social mais "humano".

Essa visão vai se concretizar a partir do I Encontro Nacional de Coordenadores de 1962, em Recife, onde acontece a "virada" revolucionária dos militantes e dos movimentos. A partir de então, propõe-se a alteração radical da realidade e a atuação junto ao povo, além da realização de uma reflexão do trabalho feito até então, e a fundamentação, revisão e planejamento para o quadriênio (1962-1966). Essa nova visão de mundo teve decisiva atuação do Pe. Henrique de Lima Vaz (teórico da JUC), que via a realidade a partir do mundo-para-o-

²⁰⁴ Ver SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 86-87. Ver também O "Livro de Leitura para adultos do MCP" (1962) In: TEIXEIRA, Vagner da Silva. **op cit.** Para mais informações acerca do Estatuto do MCP, ver WEBBER, Silke. **A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco.** in ARAÚJO, Rita de Cássia & BARRETO, Túlio Velho (orgs). **O Golpe Passado a Limpo.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

²⁰⁵ Ver mais em COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 136-137.

²⁰⁶ In TEIXEIRA, Vagner da Silva. **Op. cit.**, p. 20.

²⁰⁷ SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 69.

homem, no qual o homem pode desenvolver sua existência segundo as exigências mais profundas e fundamentais de sua natureza e de sua própria essência de homem.

Outro meio de inserção no campo idealizado pela Igreja foi o Sindicalismo rural, herança da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), elaborada, em 1951/1952, num convênio entre a Igreja e o governo federal. O projeto era estimulado pelo episcopado (através do Plano de Emergência da CNBB), pelas encíclicas papais e pelos movimentos cristãos de esquerda²⁰⁸, com vista a combater as Ligas Camponesas e a presença comunista no campo, que crescia cada dia mais. De tendência reformista, porém "dentro da lei", o projeto foi iniciado em 1961 por meio dos Círculos Operários católicos (organismo de visão ultra conservadora), no Rio Grande do Norte, inseridos em núcleo do Serviço de Assistência Rural fundado ainda em 1949. A partir de então, foram fundadas as frentes agrárias, para sindicalização através de uma equipe de sindicalização, advinda do SAR. Outros núcleos foram criados, sobretudo no Nordeste, como a Equipe de Sindicalização do Secretariado da Planificação da Arquidiocese de Teresina (em 1961), a Equipe de Orientação Rural de Alagoas (em 1962) e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE, em 1961)²⁰⁹.

Tais núcleos tinham o objetivo de lançar líderes sindicais afinados com a ideologia cristã católica, para que esses se colocassem à frente dos sindicatos e mediassem harmoniosamente conflitos entre camponeses e proprietários, como executores fiéis das palavras de ordem que os agentes da Igreja lhes transmitiam. Os sindicatos, através de núcleos em que se desenvolviam cursos de capacitação profissional para camponeses e trabalhadores rurais, também educavam, mobilizavam e organizavam a massa para fazer pressão sobre o governo e os donos de terras para que as leis fossem cumpridas, apoiando-se em deputados buscando a aprovação de melhores leis, etc. Desta maneira, os Sindicatos não só educavam o campesinato para seguir a Igreja, como também para a luta por melhores condições de vida e

²⁰⁸ É interessante as "três visões do sindicalismo" por Pe. Crespo, que acreditava que o futuro do sindicalismo se daria pelas mãos dos comunistas (causando o fim da democracia), ou pelas mãos indêbeis de grupos governamentais neo-capitalistas (que geraria o fracasso; desespero e anarquia que levaria ao comunismo) ou se afirmaria entre os princípios democráticos e cristãos (respeito à pessoa humana, povo organizado, consciente, politizado). Ver em OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP**. Tese de Doutorado em História apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

²⁰⁹ O SORPE nasceria de uma reunião de 25 padres da região pernambucana que haviam se unido para examinar o problema camponês e decidiram-se por lançar sindicatos. O Pe Crespo foi assim encarregado de ocupar a sindicalização rural por D. Carlos Coelho.

de trabalho²¹⁰. A intenção, porém, era afastar essa camada da população da infiltração comunista em voga no setor camponês com a ascensão das Ligas Camponesas e do PCB.

É desses espaços privilegiados de penetração política dos jovens católicos de esquerda que nascerão as mais ferrenhas críticas, criando a necessidade de um projeto político mais amplo e radical sob tutela de um Partido Político de caráter socialista, humanista e personalista, para concretização de uma democracia popular de base. Nesse aspecto, o I Encontro Nacional do MEB em Recife, marcará, enfim, a opção pela linha política da esquerda católica, nascendo o grupão, posterior AP.

Transparência, responsabilidade, trabalho em grupo, respeito à pessoa humana, aos grupos, ao senso comunitário: tudo isso foi aprendido e colocado em ação. Nessa conjuntura, a hegemonia dos jucistas na UNE, a partir de 1961, será de suma importância para as reflexões e reuniões que farão nascer a Ação Popular do Brasil.

1.3.1.2. A busca da "consciência histórica" e o início da hegemonia jucista no Movimento estudantil.

*O universitário cristão, pois, não pode fugir à sua responsabilidade e ao seu compromisso no meio e na sociedade em que vive [...] é chegado o momento de anunciar de modo tão radical quanto o seja o próprio evento cristão, um mundo injusto e desigual [...] O universitário cristão só tem esta arma a empunhar - a bandeira do homem.*²¹¹

*"[...] comprometei-vos, participai na transformação do mundo, na revolução ao lado de todos que a quiserem fazer, pois tal é a vossa missão histórica e o nosso dever como cristão."*²¹²

*"Quem nos ensinou a ser amplos, aberto ao diálogo com todas as forças foi o Cristo, que falava às prostitutas e publicanos. Não temos Marx como mestre, pois já tínhamos um outro antes."*²¹³

O desenvolvimento do humanismo socialista personalista na associação, que neste primeiro momento busca instrumentos democráticos (e cristãos) de agir no meio temporal,

²¹⁰ Para mais informações, ver: ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, p. 135-146; e BOTAS, Paulo C. Loureiro. **Op. cit.**, p. 43.

²¹¹ BEOZZO, José Oscar. **Op. cit.**

²¹² ALVES, Márcio Moreira. **Op. cit.**, p. 129.

²¹³ SOUZA, Herbert José de. CARDONNEL, frei. & VAZ, pe. Henrique. **Op. cit.**, p. 67.

leva a uma maior busca da "formação na ação", onde o método ver-julgar-agir cumpria um papel-chave.

Nos limiares de 1961 importantes eventos vão acontecer nesse sentido: o I Seminário Nacional de Estudos, em Santos, que contaria com a presença de Cândido Mendes de Almeida²¹⁴, Frei Carlos Josaphat e Pe. Lima Vaz, onde discutiu-se a necessidade de um "movimento político de inspiração personalista"²¹⁵; e a Semana Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que tinha o Diretório Central presidido por Aldo Arantes, importante liderança jucista. Desse encontro foi elaborado um Manifesto (publicado em julho) que pontuava coordenadas cristãs e filosóficas para a ação estudantil e jucista, embasadas pela "propriedade humana" de Emmanuel Mounier, que paulatinamente começava a ser inserido na associação.

A Encíclica do papa João XXIII intitulada *Mater et Magistra*, de maio de 1961, vai dar embasamento para uma nova atitude da Igreja perante os povos, inaugurando um período de grande sensibilidade em relação aos problemas contemporâneos, principalmente no que tange à preocupação pastoral com a situação de miséria das populações subdesenvolvidas. Ao defender a socialização e desenvolvimento dos países do terceiro mundo, o documento papal exigia novas atitudes da Igreja e dos cristãos no mundo para uma sociedade universal mais justa e humana, onde o bem comum seria também visto como direito de todos à propriedade. João XXIII, o papa mais progressista que a Igreja tinha tido até então, defendia veementemente a superação das disparidades capital-trabalho; mundo urbano-rural; desenvolvidos-subdesenvolvidos. Era o embasamento cristão que a ala progressista precisava para o desenvolvimento de suas "ações no meio".

²¹⁴ Autor da obra "Mementos dos Vivos", muito importante para os estudos da esquerda católica. MENDES, Cândido. **Memento dos Vivos - A esquerda católica no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

²¹⁵ Essa não era uma idéia inédita. Neste sentido, cabe aqui ressaltar o Encontro de julho de 1960 em Nova Friburgo (RJ) na Faculdade de Filosofia dos jesuítas, onde se encontraram vários jucistas (que já publicavam a revista Ação Popular) e membros do clero progressista, onde foi discutida a possibilidade de criar um grupo estilo o "Spirit" francês, criada por Mounier. O grupo de estudos produzia uma obra crítica advindas das experiências personalistas de inserção no meio. O "laboratório cultural" formado pelo grupo da Spirit influenciou sobremaneira as gerações posteriores cristãs. Observar mais em CUGINI, Paolo. **Emmanuel Mounier e a experiência da revista "Esprit". A origem da filosofia paternalista**. Dialegethai. Rivista telematica di filosofia [in linea], anno 11 (2009) [inserito il 20 dicembre 2009], disponibile su World Wide Web <http://mondodamani.org/dialegethai/>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:19 h.

Concomitante à publicação da Encíclica, acontecia em Salvador o I Seminário de Reforma Universitária, que, entre outras medidas, discutiu o projeto em tramitação no Congresso das Leis de Diretrizes e Bases, terminantemente rejeitada pelos jucistas ali presentes, que defendiam o urgente reexame para que fossem "[...] incorporados à futura Lei Básica de Ensino os princípios verdadeiramente reformadores capazes de fazer de nossa Universidade aquela instituição reclamada pelo povo brasileiro"²¹⁶. O problema é que a hierarquia apoiava as linhas gerais do projeto e fazia tudo o possível para aprová-lo, o que claramente favorecia a Associação dos Educadores Católicos (AEC). Iniciava-se assim, um longo período de embates entre os leigos das juventudes da ACB e o clero mais reacionário. O documento gerado nesse encontro, conhecido como "Declaração da Bahia", ainda traria a concretização da escolha de um "socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade"²¹⁷, baseado fortemente nos escritos do Pe. Vaz, e nas influências personalistas de Emmanuel Mounier (1905-1950), e em teses conhecidamente "comunistas" (como a luta de classes). Os jucistas tiveram uma participação direta na elaboração do documento, que entre outros, denotava:

cumpre que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se às classes trabalhadoras, e, ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleração de seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer.²¹⁸

A escolha de Mounier não havia sido aleatória: a formação na ação exigia dos militantes progressistas jucistas o "polo político em cada consciência", que seria a liberdade, a interioridade humana, bem como a salvação do homem no temporal, não apenas da alma no além: era, enfim, o abandono da "Doutrina Social medievalista", do futuro da humanidade a bel-prazer de um divino, da inutilidade de o ser humano em construir sua própria história. A nova cristandade exigia a transcendência do mundo pela humanização do mesmo, o respeito às consciências, à liberdade de opinião, à tolerância civil, à igualdade entre os homens, à dignidade da pessoa humana (amor e fraternidade que lhe é devido). As mudanças se faziam, assim, presentes na busca de uma ideologia mais personalista e humanista; que também ia de encontro à coisificação do capitalismo, à alienação humana, ao imperialismo do capital: em

²¹⁶ O METROPOLITANO, 4 de junho de 1961, p. 6. In: GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 178.

²¹⁷ RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**

²¹⁸ SANFELICE, José L. **Movimento estudantil: a UNE e a resistência ao golpe em 1964**. São Paulo: Cortez, 1986, p. 34.

suma, a aversão ética, moral ao capitalismo desumano, e aos males sociais e econômicos de um cristianismo que se originaria na moral individual degradada, ocidental, feudal e burguesa²¹⁹:

Sem negar a importância a ordem espiritual, propunha-se não apenas a conversão isolada das almas, mas também a transformação da realidade social através da realização de regimes de ordem temporal que respeitassem os princípios morais do cristianismo e que garantissem as necessidades materiais mínimas do homem.²²⁰

Como remédio para esses males, Mounier reclamava um regime comunitário chamado de sociedade personalista ou personalismo comunitário, um socialismo como direção geral da reorganização social, que era assim proposto pelo pensador:

É em pleno corpo capitalista que se aparecem os primeiros indícios do mundo socialista, que tem que desenvolver-se se entendermos por socialismo o seguinte: abolição da condição proletária; substituição da economia anárquica, fundada no lucro, por uma economia organizada em ordem às perspectivas totais da pessoa; socialização, sem estatização, dos setores de produção que alimentam a alienação econômica; desenvolvimento da vida sindical; reabilitação do trabalho; promoção, contra o compromisso paternalista, da pessoa do operário; abolição das classes formadas na divisão de trabalho ou de fortuna; primado da responsabilidade pessoal sobre as estruturas anônimas.²²¹

Os jucistas ainda assumirão em seus estudos e documentos, ideias do Reverendo Louis-Joseph Lebret, que defendia o desenvolvimento econômico associado a um humanismo social; e do jesuíta francês Teilhard de Chardin, que procurava conciliar fé e ciência pelo amor e respeito aos "céus e terra" através do darwinismo e da teologia cristã que levariam ao contínuo processo de aperfeiçoamento moral terrestre, único meio de atingir o "reino dos céus". Ainda se apoiavam em Marie- Dominique Chenu (membro do movimento católico na França que se integrou ao meio operário para entender perspectivas e cristianização); e em Yves Congar (defensor da autonomia dos movimentos leigos em relação à hierarquia suas obras estimularam os jucistas a criar uma organização política não confessional), Jean Danielou e Henri de Lubac, padres e teólogos franceses que exerceram bastante influência no futuro Concílio do Vaticano II, que "reformaria" a Igreja. Também liam René Voillaume, fundador da Fraternidade dos Pequenos Irmãos de Jesus, que praticava a vida junto aos

²¹⁹ Ver em MOUNIER, Emmanuel. **L'Âgonie du Christianisme**. Paris: Revue Esprit, mai 1946.

²²⁰ DUARTE, Hugo Villaza. **Op. cit.**

²²¹ MOUNIER, Emmanuel. **O Personalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, pp. 181-182.

pobres; Karl Rahner e sua filosofia de incentivo à abertura da Igreja a todos os povos; do Frei Cardonnel, que em sua passagem pelo Brasil (59-61), também impressionaram bastante os jovens em suas opiniões publicadas na coletânea jucista "Cristianismo Hoje"²²² ao criticar os cristãos que naturalizam as injustiças sociais, vista como "blasfêmia estrutural". Suas opiniões fortes fizeram-no ser execrado pela hierarquia e obrigado a voltar à Europa. Ainda eram fortes no meio, os escritos de Péguy e seu socialismo cristão; e de Desroche (marxismo e cristianismo); entre outros. Nesses tempos:

Houve um itinerário que creio ter sido comum a muitas pessoas no Brasil e em várias partes do mundo: do tomismo ao personalismo e do personalismo ao estudo do marxismo. De São Tomás a Maritain, Teilhard de Chardin, Mounier e Marx, pelas mãos de dominicanos e jesuítas.²²³

Junto a estes autores, também encontramos estudiosos laicos além de Karl Marx, como Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger e seus existencialismos e estudos do ser, e de Nicolas Berdiaeff e Gabriel Marcel que desenvolvem um "existencialismo cristão".

Nem os documentos papais atenuaram o acirramento entre os jucistas progressistas e a alta hierarquia católica, mais vigilante e temerosa que o "perigo vermelho" se espalhasse pela organização. Essa situação levou a conflitos diretos principalmente depois da candidatura e posterior eleição de Aldo Arantes à UNE (no XXIVº Congresso), apoiado pela situação, grupo que reunia várias esquerdas numa aliança vista como inevitável. Ao lado do presidente e vice jucistas, a chapa contava com outros três militantes da JUC, fato que chamou atenção da opinião pública²²⁴. Logo Frei Dale sairia em defesa de seus assessorados:

Em face do já acontecido, e falando em caráter estritamente pessoal, eu seria favorável a que se desse não apenas um crédito de confiança ao novo presidente, mas também que ele sentisse que pode contar com o apoio daqueles que são seus Pastores e Pais.²²⁵

Gradativamente estas disputas desgastarão as alas leigas das juventudes, que iniciarão um período de hegemonia na UNE que perdurará por toda a década de 60; militância e disputas estas que farão com que essas alas procurem outros meios de participação política à revelia da Igreja.

²²² CARDONNEL, Frei Thomas; VAZ, Padre Henrique; SOUZA, Herbert José de. **Op. cit.**

²²³ Idem, Ibidem, p.17.

²²⁴ Nesse aspeto, observar em GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 183-184.

²²⁵ DALE, Frei Romeu. **Carta a D. Helder Câmara**. 2 de agosto de 1961. IN: SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**

A situação pioraria com o Conselho anual, em Natal, com tema "O Evangelho, fonte da revolução brasileira", onde foi produzido o documento "Medidas políticas revolucionárias para o Brasil". O documento gerado nesse encontro (escrito apenas por um dos dirigentes, sem supervisão adequada, com bastante empolgação estudantil) agravou ainda mais os embates com a Igreja: assistindo ao Encontro estavam o jesuíta Pedro Calderón Beltrão, bem como Dom Eugênio de Araújo Salles, dois padres reacionários. Enquanto o primeiro redigiu um enfurecido relatório ao bispado, Dom Araújo Salles retirou a equipe local da JUC do plano nacional. Em plena radicalização do movimento, as críticas do clero seriam implacáveis.

Toda esta situação de desconfianças e insatisfações só se agravaria durante o ano: o "pacto populista" chegava ao seu esgotamento; crise acelerada com a renúncia do presidente Jânio Quadros (primeiro udenista no poder), apenas sete meses após ser empossado. Ao vice João Goulart, eleito democraticamente, foi impedido o acesso ao poder pelo já conhecido grupo de extrema-direita, que se baseava na recente "Aliança para o Progresso", um pacote de ações que o então presidente norte-americano John Kennedy lançaria a fim de acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina. A ação era a desculpa perfeita de interferência para barrar o avanço comunista e manter sua influência nas Américas, principalmente depois da perda de Cuba e dos recentes abalos no sistema imperialista colonizador mundial, com pelo advento das lutas pela independência dos países colonizados²²⁶. Por anos esses grupos direitistas brasileiros haviam tentado uma intervenção no sistema democrático²²⁷ a favor de uma alegada defesa contra o "perigo vermelho" e a crescente esquerdização dos setores sociais brasileiros, que como todo o mundo, sentiram ideologicamente o peso de tais mudanças²²⁸.

Nesse clima de instabilidade, é criada a Rede da Legalidade por Leonel Brizola²²⁹, governador do Rio Grande do Sul, e cunhado de João Goulart, mantido afastado do poder

²²⁶ Entre eles, Camarões e Nigéria, que conseguiram a Independência em 01/01/1960. In: COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 132-134.

²²⁷ Observar em DELGADO, Lucília de A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 64: memória, história e historiografia**. Artigo Publicado pela Scielo em 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:22 h.

²²⁸ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. V.3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²²⁹ Cadeia de rádios que comandava e dirigia politicamente a resistência democrática. Para mais informações, observar FERREIRA, Jorge. **A Legalidade Traída: os dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961**. Rio de Janeiro: Revista Tempo, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 149-182.

pelo "estigma populista" que havia herdado²³⁰. A JUC de Aldo Arantes, eleita apenas há alguns dias, logo decreta greve nacional de repúdio à tentativa do "golpe", desembarcando em seguida em Porto Alegre, para onde transfere momentaneamente a sua sede. O movimento estudantil seria orientado pelas rádios da Rede; e chegariam a ser formados núcleos para uma possível resistência armada²³¹, como nos diz Betinho:

Foi um momento inesquecível. Havia 100 mil pessoas na praça, defronte da sede do governo. Mais de 70 mil se alistaram para lutar na guerra civil, se necessário. E quando tudo terminou com a instituição do parlamentarismo [...], ainda havia gente treinando marcha unida nas ruas da capital gaúcha. Uma experiência emocionante.²³²

O anúncio do acordo parlamentarista “[...] desarticulou todo o esquema armado para a resistência ao golpe [...]. Mesmo assim, milhares de pessoas saíram às ruas da capital gaúcha aos berros: ‘Jango traiu! Jango traiu’...Não deixara de haver o golpe.”²³³

O movimento foi esvaziado com o acordo Parlamentarista a que se submeteu Jango até os limiares de 1963; governo esse que terá participação de jucistas e apistas que na época defendiam e lutavam por transformações por via democrática, apesar de mostrarem mais radicalismo ao criticar veementemente as concessões do governo de Jango aos setores retrógrados brasileiros.

A gestão de Aldo Arantes à época foi a mais dinâmica da UNE, principalmente no que concerne às conversações e mobilizações com outros setores sociais, como o operariado e o campesinato, participando do I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que contou com cerca de cinco mil pessoas em Belo Horizonte. A UNE também apoiou com a resistência anti-salazarista²³⁴ e outros movimentos sociais mundiais. No Brasil, a UNE de Arantes também apoiou a campanha "o petróleo é nosso", onde encontramos jucistas engajados a partir também de suas ações na UNE. Os estudantes jucistas inseridos na organização ainda se

²³⁰ Jango, como era conhecido João Goulart, havia sido ministro do Trabalho de Vargas, e bastante estimado por este. Petebista, representava a volta ao poder do "populismo varguista", tudo o que a extrema-direita brasileira não queria num momento de radicalização como os dos sessenta. Para mais informações, ver FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **Op. cit.**

²³¹ SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes.** São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p. 15.

²³² SOUZA, Herbert J. de. IN: DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964).** São Paulo: Atual, 1991, pp. 50-51.

²³³ Idem, Ibidem.

²³⁴ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p. 16.

envolveram fortemente nas lutas dos estudantes secundaristas, principalmente na defesa do ensino público e gratuito de qualidade.

Apesar destas ações, é importante ressaltar que a questão da redemocratização da universidade (já essa altura vista como elitista e arcaico) e das lutas por maior representatividade destas, continuou sendo a maior bandeira desta gestão. Aqui, vale destacar que o envolvimento dessas juventudes nesta luta fez também parte da "lógica e prática de classe" desses militantes, em sua maioria pequeno-burgueses: a "nova classe média" que participa das "ambiguidades, dúvidas e incertezas"²³⁵ de sua classe de origem, é a que, invariavelmente, forma a força de produção em formação, cada dia mais ameaçada pelos padrões de ocupação do capitalismo moderno e independente. Tudo isso contribui também para a tomada de consciência, como observa Foracchi:

A condição assalariada a vincula (a classe média), positivamente, às camadas populares, fazendo-a não raro compartilhar das suas reivindicações, nem que seja exclusiva em moldes de tímido ou subjetivo apoio. Por outro lado, essa mesma condição de assalariada vincula-a, em ternos de dependência e subordinação, à experiência acumulada e à visão histórica das camadas dominantes, incapacitando-a para qualquer efetiva tomada de posição que exija ruptura desses vínculos.²³⁶

Desta forma, mesmo que o interesse real dessa juventude a leve a outros caminhos, estes de forma alguma estão desassociados aos amplos setores burgueses. Alguns desses militantes pequeno burgueses, no entanto, se radicalizarão nos anos 60, ligando-se ainda à "categoria povo"²³⁷, tão difundida nesses anos.

Essa visão vai ser intensificada, principalmente, depois do II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Dentre as reflexões deste encontro, fala Aldo Arantes:

Nos moldes em que estava, a universidade brasileira não atendia nem aos interesses do movimento popular democrático nem os interesses do capital monopolista estrangeiro, que necessitava de uma universidade com maior eficácia, em condições de responder à necessidade da formação de técnicos que implementassem a política de desenvolvimento [...] Compreendia-se que era necessário travar a luta em espaço possível, para aprofundar o processo

²³⁵ GOMEZ DE SOUZA, Luiz. **Op. cit.**, p. 44.

²³⁶ FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, pp. 221-222.

²³⁷ De acordo com a bibliografia sobre o tema, a partir de fins dos anos 50 começa a se desenvolver no país uma maior preocupação com o "povo", sendo viabilizadas inserções com ações que melhorariam a qualidade de vida e o índice da educação popular.

de democratização, para que a própria universidade contribuísse nesse processo de transformação mais global e estrutural da sociedade. Constatava-se também a necessidade de algumas modificações no poder político dentro da universidade, já que o poder estava estratificado nas mãos de um grupo extremamente controlado por catedráticos. A tática encontrada foi a bandeira do 1/3.²³⁸

Essa posição foi defendida no IVº Congresso Latino-americano de Estudantes nos fins do ano. O acontecimento geraria uma passeata reacionária, liderada por Dom Salles, que entendia haver no evento propagação de ideias esquerdistas e de apoio a Cuba. Os embates e a repercussão deste evento ainda farão com que o Frei Romeu Dale deixasse a assistência geral da organização, sendo substituído pelo Padre Orlando Machado.

As ações reacionárias da alta hierarquia indignaram os militantes jucistas da ACB, que consideraram estas, manobras de cunho político para manutenção de privilégios, como exemplifica um relatório apresentado pelos assistentes nacionais à Comissão Episcopal:

Temos a impressão de que alguns Srs. Bispos ainda não sentem que o nosso trabalho é uma colaboração no apostolado próprio deles e responsabilidade direta dele. Às vezes nos parecem ter uma visão mais "política" da Igreja do que "pastoral". Encaram nosso trabalho mais no seu aspecto de "politização" do que de "evangelização". Pedem-se números, quantidades, ações de massa, atividades de si especificamente temporais, como eleições em entidades e associações, etc. e quase nunca nos perguntam pela transformação de vida e mentalidade em nossos militantes e meio.²³⁹

A crescente esquerdização dos jucistas envolvidos no movimento estudantil gerou reações adversas tanto na mídia (como exemplo, jornais como "O Correio da Manhã", "O Estado de São Paulo", e revistas, como a "Vozes"), quanto no seio da alta hierarquia brasileira, principalmente com a filiação na União Internacional dos Estudantes da UNE de Aldo Arantes, tido como órgão ligado a Moscou. Enquanto que apoiadas por bispos progressistas como Dom Hélder, Dom Antônio Fragoso, Dom Vicente Távora, Dom Jerônimo; padres como Lima Vaz, Francisco Lage, Alípio de Freitas; freis Carlos Josaphat, Almerly Bezerra, Luís Gonzaga Sena, José Luiz e Romeu Dale²⁴⁰, entre outros; os movimentos eram criticados por alas importantes do clero: padres e bispos estes que reagiram fortemente com a emissão do documento "Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira

²³⁸ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p. 16.

²³⁹ SECRETARIADO NACIONAL DA ACB. **Relatório apresentado pelos assistentes nacionais de Ação Católica à Comissão Episcopal**. Julho de 1961. IN: SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**

²⁴⁰ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pág 30.

e do Apostolado dos leigos para a JUC nacional" de autoria do presidente da CNBB, Cardeal Jaime Câmara. O documento apontava que:

a começar o ano de 1962, nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacional ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção da JUC. O mesmo se diga, como é evidente, quando se trata de participação ativa em partidos políticos.²⁴¹

Pe. Almerly Bezerra, no Encontro Nacional dos Assistentes da JUC (RJ) caracteriza bem a situação:

O ponto central de todas as preocupações e de todas as acusações é a orientação esquerdista que o movimento estaria tomando e a impregnação que se estaria processando dentro dele de uma filosofia marxista, ou pelo menos de uma terminologia ambígua e portanto suspeita.²⁴²

Cabe aqui ressaltar que, ainda em fins de 1961, João XXIII havia publicado a carta *Ad dilectos Americae latinae populos*, espécie de plano de emergência para a América Latina, a fim de reconciliar a região com a "Igreja de Deus": a nova tarefa da Igreja brasileira era se tornar dinâmica – fortalecendo a fé na luta pelas reformas estruturais da sociedade, e dar apoio às bases nos movimentos em prol dessa transformação. A falta de apoio aos leigos da alta hierarquia e a obrigação de escolha entre os cargos de liderança na UNE ou na JUC acabaria aumentando ainda mais a imensa divergência entre estes, que ainda viam a hierarquia proibir textos "exaltados" e o engajamento político "vermelho", visto que a busca da justiça social deveria ser ancorada na Doutrina Social da Igreja, não num socialismo ortodoxo baseado em luta de classes e de supressão da propriedade privada. Estas ações precipitaram a adoção de uma organização não confessional, principalmente depois do documento "Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional", que destacava a supremacia da ordem atemporal, o messianismo coletivo; e a defesa da autoridade da hierarquia.

A primeira dessas "vítimas" foi Aldo Arantes, compelido a escolher entre a presidência da UNE e a JUC: "Aldo deixava a JUC e começava um impasse que nem o movimento nem a

²⁴¹ CNBB. **Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e do Apostolado dos leigos para a JUC nacional**. Revista Eclesiástica Brasileira XXI, dez de 1961, pp. 949-950.

²⁴² BEZERRA, Pe. Almerly. **Análise do movimento**. In: **Carta à equipe nacional**. 22 de março de 1962, p. 8. In: LIMA, Luiz Gonzaga Souza. **Op. cit.**, 1979.

Igreja puderam resolver satisfatoriamente nos anos seguintes"²⁴³. Mais uma vez, "[...] o conservadorismo secular de sua hierarquia seria a fonte dos limites que ela impõe às atividades progressistas da sua base"²⁴⁴.

Os embates deste ano fariam nascer a luta que desencadearia a greve geral do 1/3, gestada na mais importante iniciativa da UNE de Aldo Arantes, a criação da UNE-VOLANTE, projeto vinculado em parceria com o Centro de Cultura Popular²⁴⁵ e ao Centro de Estudos Cinematográficos, criados ainda na gestão de Oliveira Guarnais. A iniciativa se tratava de uma caravana, de em média 25 pessoas (entre dirigentes da UNE e membros do CPC) que percorreu as principais capitais do país, criando CPCs em doze delas. Essa caravana realizava assembleias e discussões, além de reuniões com lideranças locais para formá-las para as lutas na base; rede esta que ainda contava com propaganda na mídia e estabelecia contatos com vários setores sociais²⁴⁶.

Além destas ações, foi levado aos diversos cantos do país, peças teatrais (como o "Auto dos 99%"²⁴⁷) e um movimento musical genuinamente popular e brasileiro, a fim de conscientizar os jovens estudantes da situação da universidade e da sociedade. O movimento lançou nomes para o teatro e música de protesto, bem como para o cinema novo, entre eles: Ferreira Gullar, Carlos Vereza, Cecil Thiré, Viana Filho, Francisco Milani, Carlos Lyra, Cacá Diegues, Geraldo Vandré, entre outros²⁴⁸. Foi em meio às ações da UNE-VOLANTE, que Aldo Arantes e Herbert de Souza lançariam as primeiras sementes para criação da Ação Popular²⁴⁹. O CPC e a UNE-VOLANTE ainda criariam a Comissão de Alfabetização de

²⁴³ GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **Op. cit.**, p. 187.

²⁴⁴ ROMANO, Roberto. **Op. cit.**, p. 63.

²⁴⁵ Dissidência do Teatro de Arena, que tinha como líder Oduvaldo Vianna Filho (Vianninha) e outras militâncias do PCB, que criaram uma organização que se ligava a entidades estudantis, partidos políticos, instituições científicas e sindicatos. Ver mais em: SOUZA, M. G. de. **Do Arena ao CPC: o debate em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)**. Dissertação de Mestrado em História – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

²⁴⁶ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p. 18.

²⁴⁷ Peça que tratava da situação dos 99% da população brasileira que não tinha acesso à Universidade, discutindo a luta anti-imperialista e as reformas necessárias ao Brasil. Ver mais em: RAMOS, Carla M. **Teatro Político Cepecista: O Auto dos 99% como peça de agitação e propaganda**. Artigo publicado em Espaço Plural-Marechal Cândido Rondon, Ano VII, N.º 15, 2º Semestre 2006.

²⁴⁸ Ver em: LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 21-22.

²⁴⁹ De acordo com Betinho: "A Ação Popular foi a criança dessa aventura: paralelamente eu ajudava na gestão do nosso partido em nível nacional. O presidente da UNE cuidava da política estudantil e conversava com os líderes estudantis. Eu me encarregava dos intelectuais, dos profissionais liberais, dos padres, dos dirigentes sindicais, dos camponeses, explicando-lhes que havia chegado a hora de se criar uma organização

Adultos em 1961 (que contava com Departamento de Levantamento de Locais, Departamento de Recrutamento de Alfabetizadores, do Departamento de Publicidade, entre outros).

A fomentação da greve do 1/3 estava concluída: nos primeiros meses de 1962, depois do Conselho Nacional de São Luiz, foi decretada a greve nacional estudantil, com a invasão dos militantes à sede do Ministério de Educação²⁵⁰. Era exigida a participação estudantil nos colegiados na proporção de 1/3 (2/3 seriam de professores, catedráticos e novos), a fim de traçar uma nova aliança entre docentes e discentes. A greve foi findada em quatro meses. Apesar de não conseguir uma vitória no Congresso, o intento foi em parte alcançado: de acordo com Aldo Arantes, "algumas universidades concederam 1/3 (se não me engano a de Goiás e Paraíba) e inúmeras outras concederam participação do movimento estudantil, ampliando o processo de democratização da universidade"²⁵¹. Nesse sentido, de acordo com Lima & Arantes:

A "Greve do 1/3", mesmo não tendo conseguido obter plenamente seus objetivos, desempenhou importante papel no movimento estudantil brasileiro. Colocou em xeque a universidade brasileira, levantando a bandeira da sua democratização e integração dos problemas do povo e do país. Propiciou uma ampla mobilização estudantil e fortaleceu as correntes progressistas que nele atuavam.²⁵²

As reações adversas à radicalização do movimento estudantil logo se fizeram notar: tida como reduto de comunistas, a sede da UNE foi metralhada pelo "Movimento Anti-Comunista". A ação gerou um ato público de solidariedade para com a UNE na Cinelândia, onde teriam comparecido cerca de dez mil pessoas²⁵³.

Ainda no limiar de 1962 aconteceria o XXVº Congresso da UNE em Petrópolis, onde seria lançada a candidatura de Vinicius Caldeira Brant (contra outro apista, Paulo Mendes da Bahia). Eleita a diretoria com quatro outros membros apistas, dois da Juventude Comunista, e

revolucionária: no caso, uma alternativa ao Partido Comunista". SOUZA, Herbert José de. **Revoluções da minha geração**. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996, p. 24.

²⁵⁰ A tomada durou 3 dias, logo havendo a intervenção do Iº Exército.

²⁵¹ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p. 19.

²⁵² LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 23.

²⁵³ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p. 19.

um da POLOP, o evento ainda publicaria a "Carta do Paraná"²⁵⁴, impermeada pelas ideias socialistas, personalistas e humanistas.

Em junho deste ano, aconteceria o Encontro de assistentes locais de São Paulo, que publicaram uma das últimas cartas em apoio ao apostolado leigo, assinada por quatorze assistentes de nove cidades do Estado. Dizia o documento, entre outros:

1. A participação dos militantes da JUC em política universitária é inevitável, quer por ser uma exigência de sua missão de evangelizadores da estrutura do mundo, quer por ser uma resultante da própria liderança [...]
2. Uma vez nesses cargos, os militantes não podem abandonar a JUC, pois é exatamente nesta ocasião que mais precisam dela [...]
4. A JUC está sendo presentemente a única escola de formação política de líderes cristãos [...]²⁵⁵

No limiar desse ano, seria publicada a Encíclica *Pacem in Terris*, que defendia a paz entre os povos e nações, inclusive com os não-crentes. A encíclica estimulou ainda mais o contato político entre católicos e não católicos. No fim do ano se realizaria o Concílio do Vaticano II, que intentava renovar a Igreja, reafirmando sua missão social, dando importância ao laicato dentro da Igreja, e contou com cerca de dois mil bispos de todo o mundo. O Concílio, que só seria terminado em 1965, comprovou a visão progressista de João XXIII, que morreria no meio do evento. A noção de Igreja como "povo de Deus", valorizou o diálogo com o mundo, modificou a liturgia, enfim, trouxe uma série de ações que iam de encontro aos anseios da esquerda católica: finalmente à Igreja cabia o papel de interferência no temporal; portanto era urgente traçar linhas e políticas para transformá-lo. O encontro papal foi terminado por Paulo VI^o ²⁵⁶.

Tais acontecimentos e reflexões vão "envolver de maneira plena a esquerda católica nas lutas populares, distanciando-a sempre mais das posições do episcopado e aproximando-

²⁵⁴ A Carta é assinada pela UNE, e defende, entre outros, a aliança entre estudantes, operários e camponeses. AÇÃO POPULAR. **Carta do Paraná**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1962.

²⁵⁵ CARTA DOS ASSISTENTES ECLESIASTICOS DA JUC AO ESTADO DE SÃO PAULO A SEUS BISPOS. Campinas, 4 de julho de 1962. In: SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**

²⁵⁶ Considerado por muitos, bem menos paciente e aberto que João XXIII, Paulo VI mostraria, durante o período de sua governança no Concílio, o estímulo à unanimidade de decisões, a autoridade atemporal da Igreja, e uma doutrina mais moderada. Para mais informações, ver BRESSER-PEREIRA. **Op. cit.**, pp. 51-55; e os documentos do Concílio do Vaticano II, disponíveis em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:25 h.

as da esquerda política em alianças formais e informais"²⁵⁷. Os estudantes extremariam suas ideias e mudariam a cara do Movimento estudantil: a revolução deste tempo seria feita por essa ideologia jovem e reformista²⁵⁸, que contaria com alianças com os diversos grupos marginais na política brasileira, como intelectuais não-comprometidos, operários, camponeses e trabalhadores rurais e urbanos. A aliança se fazia presente na luta contra o descomprometimento do homem com a sociedade, para com as injustiças, na falta de liberdade e igualdade no mundo. A educação passaria também por uma grande transformação a partir da "ação no meio" dessa juventude: seria uma ação integral, responsável, libertadora, moderna. Seria também existencialista, como crítica a razão pura, encontrada em Marx, Freud, Sartre; e crítica da massificação estudantil, que aumentou seu poderio e lhe deu mais potencial revolucionário.

As transformações intensas e aceleradas dos anos sessenta ainda vão presenciar um *boom* da militância após a eleição de Brant e o aumento da presença jucista nos Diretórios Acadêmicos e nos órgãos representativos do movimento estudantil; aumento esse que trazia a urgência de outras propostas que respondessem aos anseios políticos e socialistas, embasados na justiça social invocada pelos documentos papais²⁵⁹. Essas mudanças ocorreram paralelamente às ressignificações e quebras de estruturas da JUC, cujas forças de esquerda fundaram a AP. Na época em que todos os sonhos eram tangíveis, os cristãos dessa geração tinham por paixão a reinvenção de seus horizontes, ultrapassariam as barreiras nacionais, deixando para trás a Igreja retrógrada²⁶⁰, que deveria ser combatida junto ao capitalismo e ao comunismo. Estes jovens não mais se omitiriam: essa classe média se conscientizava de seu papel na sociedade, transformando-a. Estava madura a ideia de um grupo de ação política à parte da Igreja: nascia e se cristalizava a Ação Popular do Brasil.

²⁵⁷ SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 45.

²⁵⁸ Como defende BRESSER-PEREIRA. **Op. cit.**, pp.83-131.

²⁵⁹ É importante destacar que se a JUC não mais respondia aos anseios dos leigos progressistas, o Centro D. Vital, muito menos. Divisões internas e heterodoxias que não mais respondiam a procura dos universitários cristãos, sucatearam a Instituição, que ficou restrita ao Estado do Rio de Janeiro.

²⁶⁰ Para qual a AP era uma vergonha, como veremos em documento posterior: TORRES, Aloísio A. Barbosa. **Ação Popular, capítulo deplorável na história do Brasil Católico**. Rio de Janeiro: Catolicismo, ano XVI, n. 183. IN: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1966.

CAPÍTULO 2: AÇÃO POPULAR E O COMPROMISSO HUMANISTA SOCIALISTA.

2.1. O "incrível" ano de 1963.

*Para a estrutura da impotência, qualquer democracia dinâmica, transformadora da realidade, acaba sendo perigosa.*²⁶¹

*[O Governo João Goulart] nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe.*²⁶²

Os anos de 1963-1964 vão inaugurar uma nova era na sociedade brasileira: durante dois anos os diversos setores sociais vão se envolver política e socialmente em lutas e embates capazes de tornar todas as ideologias antes sonhadas, em tangíveis e realizáveis. O esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista chegaria a seu ápice, a luta para reformá-lo trouxe o acirramento das contradições sociais, que resultou numa mobilização social em todos os níveis: de acordo com Jacob Gorender, foi "o maior movimento de massas da história nacional"²⁶³. Na história brasileira foram poucos os tempos como aqueles: de convulsão social, de embates épicos de classe, de sonhos de uma sociedade mais justa com o projeto das reformas de base. É no desenrolar desses "anos incríveis" que nos deteremos neste tópico.

No aspecto mundial, o período marca acontecimentos importantes: Cuba era excluída do jogo do comércio internacional e isolada dos grandes centros de poder. Em Dallas, um desfile presidencial acabou na morte de J. F. Kennedy, acontecimento que abalava os Estados Unidos, fazendo com que o controle do país sobre a questão da segurança ficasse cada dia maior. Em Washington, Martin Luther King revelou um sonho, fato que marcou definitivamente as lutas raciais por todo o mundo; enquanto que Valentina Tereshkova era a primeira mulher a chegar ao espaço, abrindo também novas discussões no campo feminista.

No campo religioso, o pontificado de João XXIII daria um último passo na sua "tentativa de modernidade": era publicada, enfim, a encíclica *Pacem in Terris*, em abril de 1963. A ordem, preconizada pela *Mater et Magistra* de 1961, continuava a ser o estímulo à união entre fé e temporalidade, na procura incessante pela justiça social e satisfação dos

²⁶¹ GALEANO, Eduardo H. **Ser como eles**. Rio de Janeiro: Revan, 1993, pp. 69-70.

²⁶² TOLEDO, Caio Navarro. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 31.

²⁶³ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990, p. 250.

direitos inalienáveis humanos, como a habitação, educação, alimentação e saúde. Essa prática seria buscada através do "bem comum", estimulando-se os contatos e colaboração recíproca político-sociais entre católicos e não-católicos, salvaguardando os "princípios de ordem ética e religiosa"; pois:

Não se haverá jamais de confundir o erro com a pessoa que erra, embora se trate de erro inadequado conhecimento em matéria religiosa ou moral. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade do ser humano, e portanto sempre merece estima.²⁶⁴

Essa visão de aproximação com a massa não-crente da sociedade brasileira tinha, ainda, o intuito de abranger a missão de evangelização sobre o temporal, basilar para a ação do apostolado leigo e eclesial durante todo o século XX.

No Brasil, ainda nos limiares de janeiro, a sociedade já se agitava em torno do plebiscito que elegeria a nova forma de governo para o país. Os diversos setores, desde a esquerda à extrema-direita (desejosos de ocupar o cargo presidencialista na eleição de 1965), se movimentaram a despeito do sistema parlamentarista, em prol da volta ao presidencialismo, que acabou por vencer, como desejo de cerca de 9 milhões de brasileiros (de um universo de 11 milhões que compareceram às urnas)²⁶⁵.

Desde cedo o presidente João Goulart mostrou-se confuso e vacilante: um “verdadeiro político equilibrista”²⁶⁶, visto que nos primeiros meses de governo, Jango tenta atrair as diversas alas da sociedade, como os de esquerda, os moderados e os conservadores. A gestão começava a se mostrar impopular nas mais variadas esferas: enquanto que a esquerda e os nacionalistas eram cada dia mais combativos à conciliação realizada pelo presidente, tido como burguês, dúbio e vacilante; os direitistas ficariam em "estado de alerta" com o caráter "demagogo, corrupto e comunista" do governo, ainda que se desse um voto de confiança na gestão de Jango, já que ele não era considerado, até então, o responsável pela orientação dúbia de seu governo, como demonstra trecho do editorial do jornal "O Globo":

²⁶⁴ JOÃO XXIII. *Pacem in Terris*. Vaticano, 1963. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_en.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:25 h., p. 26.

²⁶⁵ Fonte FVG/CPDOC.

²⁶⁶ Essa dualidade pode ser observada em COELHO, Fernando. **Direta volver. O golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2004, p. 82.

Mas os democratas – da imprensa, dos Partidos Políticos, de todos os ramos da vida pública – não querem destruir o presidente. Desejam, justamente salvá-lo da destruição planejada pelos vermelhos [...]. Mas é preciso que o Presidente João Goulart ajude e fortaleça os setores democráticos, para que êstes, de seu lado, o possam auxiliar e salvar.²⁶⁷

Esta situação se insere no momento de "transformismo molecular", de acordo com o estudo de Deifruss²⁶⁸: quando as elites promoviam suas aspirações ainda dentro do regime, neste caso, populista.

A vitória da campanha presidencialista encabeçada por importantes líderes de esquerda e direita (principalmente da Frente de Mobilização Popular) faz parte de um movimento democrático já iniciado em 1962, nas eleições de senadores, governadores, deputados, prefeitos e vereadores, em que a esquerda conseguiu a eleição de importantes lideranças, como Miguel Arraes em Pernambuco²⁶⁹, e Leonel Brizola como deputado federal pela Guanabara; mas perdeu governos de cidades-chave, como a Guanabara (Carlos Lacerda), São Paulo (Adhemar de Barros) e Rio Grande do Sul (Ildo Menegheti). Muito apoio foi recebido nas eleições destes "democratas", seja através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), seja de origem internacional; tudo para que, como diria um cartaz muto difundido à época, houvesse um "amanhã livre" da ameaça vermelha²⁷⁰. Nesse meio também estavam os setores reacionários da Igreja Católica, que invocaram aos eleitores para que votassem em "candidatos que não [...] representem um esforço ou uma ameaça de implantação do comunismo ou de outra doutrina que torne o homem um escravo em nossa terra."²⁷¹

O ano de 1963 também contará com um importante fator: os ganhos sociais das massas e sua ampla mobilização política, advindos de políticas que se embasavam no

²⁶⁷ Trecho do editorial **O Globo**, 21/10/1963, p. 1. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho". O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 258.

²⁶⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

²⁶⁹ Apesar de ter um aparte composta por esquerdas em seu governo, Arraes também contava com outras esferas da sociedade em sua equipe, como padres. Tido desde sempre como uma ameaça, Arraes era, na verdade, legalista, como adverte Fernando Coelho. COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 35-37. Ver íntegra do discurso de posse de Arraes na UNICAMP. ARRAES, Miguel. **O povo no governo. Discurso de posse do Governador do Estado de Pernambuco pronunciado em Recife, na Assembléia Legislativa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, S.A. In: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1963.

²⁷⁰ Trata-se do cartaz eleitoral que destacava duas crianças em que se lia "Papai: Vote num democrata para que eu continue livre amanhã". In **O Estado de São Paulo**, 08/09/1962, p. 4. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op cit.**, p. 249.

²⁷¹ **O Globo**, Idem, Ibidem.

fortalecimento do operariado e do campesino. São exemplos desta política, o aumento de salários (em 75%), o que também assegurou o apoio de diversas lideranças entre as massas trabalhadoras, para o plebiscito; e O Estatuto do Trabalhador Rural (de fevereiro), que regulamentou as relações no campo, abrindo espaços para o Sindicalismo Rural. Os ganhos de tais classes com a volta do regime presidencialista foram inúmeros, como a regulamentação da sindicalização no campo, que levou à criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); espaço de disputas ferrenhas entre comunistas, Igreja, novas esquerdas e Ligas camponesas²⁷².

O aspecto "confuso" do governo foi gerado e também confluiu para os diversos problemas da gestão João Goulart, fomentadas por crises econômico-financeiras e políticas, questões no sistema partidário, e diversas lutas sociais que transformariam seu governo num genuíno e inédito palco de luta de classes e de interesses diversos para o Brasil. Sobre a questão econômica, elucida Franklin de Oliveira Junior:

Ao fim de 1963, a taxa de crescimento da economia havia sido de 2,1% contra 5,5% em 1962 e 7,7% em 1961. A inflação que, no período 1957-1959 havia chegado a 22,7% passou para 52% durante 1960-1963. O Plano Trienal já havia sido praticamente abandonado.²⁷³

Nesta altura, o plano trienal do Ministro Furtado, que tanto enfurecia as esquerdas (pró-nacionalização e contra o arrocho salarial intentado), se mostrará uma empresa falida. A desistência desse plano é que marcará a girada de Jango à esquerda, através da Frente Única de Mobilização Popular.

Durante todo o decorrer do ano, tornaram-se também constantes e intensas as greves²⁷⁴, numa "onda" nunca antes vista na história brasileira. Essa situação deu-se, principalmente, ao notável crescimento da atividade sindical dos mais variados setores que buscavam ganhos econômicos, políticos e sociais, no ano em que as utopias se tornavam reais.

²⁷² De acordo com Coelho, as Ligas foram excluídas do processo de construção e atuação da CONTAG. COELHO, Fernando. **Op. cit.**, p. 93. A respeito da história das Ligas e de Francisco Julião, ver BOTAS, Paulo C. Loureiro. **A benção de abril - Brasil Urgente: memória e engajamento católico (1963-64)**. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 42 e PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

²⁷³ OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP**. Tese de Doutorado em História apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000, p. 193.

²⁷⁴ Neste aspecto, observar MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, pp. 254-255; OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 189-190.

Já a extrema-direita, liderada pelo complexo IPES/IBAD, em conjunto com as Instituições militares, especialmente a Escola Superior de guerra (ESG), mostrava-se cada dia mais difícil de ser controlada, principalmente após o Congresso de Solidariedade à Cuba no Brasil (março de 1963), fortemente rechaçada pelo governo de Lacerda. Dreifuss relata que esse imenso complexo direitista fez do movimento estudantil universitário sua arma de propaganda, por meio dos movimentos jovens como o Movimento Anti-comunista, a Frente de Juventude Democrática e o Movimento Estudantil Democrático; órgãos esses que se mostraram de extrema importância na propaganda anti-UNE destes tempos.

Esta fase iniciará o que Dreifuss estabelece como "momento de preparação para o golpe": se antes os anéis burocrático-empresariais e os intelectuais orgânicos do capital multinacional – conhecidos como técnico-empresários – se inseriam no regime populista sem muitos embates. Agora:

o bloco modernizante constatou que os canais político-partidários e administrativos deixaram de obter êxito em atingir reformas desejadas, e quando os interesses multinacionais e associados notaram dificuldades crescentes em conseguir conter as reivindicações populares dentro do sistema político populista.²⁷⁵

Este fator deu ao Brasil do segundo semestre de 1963, características de pura ebulição²⁷⁶: em setembro, 600 sargentos são tornados inelegíveis pelo Supremo Tribunal Federal e ocupam Ministérios em Brasília, enquanto que Carlos Lacerda concede entrevista ao *Los Angeles Time* anunciando um preventivo golpe que salvaria a democracia. Em outubro, em Ipatinga, os militares mostrariam a que viriam um ano depois, com o "massacre de Ipatinga"²⁷⁷; e Jango decretaria o impopular "estado de sítio" no mesmo mês. Agora, era a vez de Julio Mesquita Filho, editor do jornal *O Estado de São Paulo*, divulgar à sociedade

²⁷⁵ DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p. 40. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:05 h.

²⁷⁶ Sobre o tema, ver OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 194-201.

²⁷⁷ O evento ocorrido em outubro de 1963 consistiu no embate entre militares e funcionários da Usiminas, revoltados com as más condições de trabalho com o fato de serem revistados antes de entrar e sair da empresa. Magalhães Pinto, então governador de Minas, aciona a Polícia Militar, responsável pela vigilância patrimonial da Usiminas, que executa um verdadeiro massacre, utilizando equipamentos pesados (como metralhadoras), contra funcionários desarmados que se manifestavam em paz na portaria da empresa. Cerca de 80 pessoas foram feridas e oito mortas.

Interamericana de Imprensa em Miami que o governo Jango não duraria, aconselhando o governo estadunidense a negar ajuda ao país durante sua gestão²⁷⁸.

A crise política se agravava com a saída de Paulo de Tarso e Almino Affonso dos Ministérios que presidiam²⁷⁹, particularmente dos discursos inflados na Reunião Interamericana de Ministros de Educação (em Bogotá)²⁸⁰ e na Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho²⁸¹. Embora afastados de seus cargos após alguns meses, a gestão de tais políticos da tradição esquerda cristã também é um sinal do rompimento definitivo de Jango com a direita. No início de 1964 esta transição está completada, após o apoio oficial a chapa comunista no Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria (CNTI), o que provoca o rompimento da gestão também com a cúpula empresarial. Outro fator importante para essa conjuntura é a assinatura do decreto limitando a remessa de lucros para fora do país, visto pela direita como mais um fator de “comunização” do governo. Começa a se delinear os meandros para a exceção democrática que manterá o Brasil nas trevas por vinte e um anos.

2.2. Nascimento e Desenvolvimento da Ação Popular do Brasil no período democrático: a consciência histórica cristã e a dialética (método e forma) marxista.

*A coragem e a generosidade da consciência cristã da Juventude Universitária Católica, já a tinham levado longe demais pelos 'grandes espaços livres' que o engajamento havia lhe revelado. Não podia ser mais acolhida pela Igreja, que caminhava com mais vagar ao peso de seculares das tradições. Já se tinha dissolvido [...] Perdeu-se no "mundo", para que cada um dos seus membros se encontrasse.*²⁸²

*Assim como a vinculação religiosa nos jogou no movimento estudantil, o movimento estudantil nos jogou na política nacional. Ao crescer no movimento de participação, a religião já não dizia mais nada. Passamos, então, de uma revisão religiosa a uma perspectiva política. Só que passamos à política com a mesma mística que havíamos vivido a religião, a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, auto-renúncia.*²⁸³

²⁷⁸ JORNAL BU. N.37, de 24 a 30/11/1963. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**

²⁷⁹ Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, respectivamente.

²⁸⁰ Íntegra em Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1963.

²⁸¹ O discurso na íntegra está presente em documento. IN: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1963.

²⁸² SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma ideologia (1950-1968)**. São Paulo: Cortez e Universidade Metodista de Piracicaba, 1980, p. 70.

²⁸³ CAVALCANTI, Pedro, C. U & RAMOS, Jovelino (coord). **Memórias do Exílio**. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1976, p. 71.

*Desde sua fundação, a AP se afirma no cenário nacional como uma das forças políticas mais ativas. Sua presença se faz sentir nos pontos mais distantes e em campos os mais diversos. Seu berço foi a universidade, mas, imediatamente passa das aulas universitárias às fábricas e ao campo. Vai aos quartéis, infiltra-se nas redações de jornais, aconselha ministros e acolita Bispos.*²⁸⁴

A crescente politização e esquerdização dos setores leigos da Ação Católica, sobretudo os jovens inseridos nas Juventudes, fez com que esses agentes criassem uma organização não partidária e não confessional para a antiga esquerda cristã. "[A] necessidade de uma atuação especificamente política, permanente, prioritária e disciplinada que fez alguns dos principais quadros políticos da JUC pensar na criação de uma organização própria."²⁸⁵, pois "a Igreja não faz revolução, a Igreja não substitui os partidos políticos ou as organizações de vanguarda. E a AP sentia que chegara a hora de uma revolução popular no Brasil"²⁸⁶. Desde o princípio a AP é algo como uma associação de interferência no meio político-social brasileiro, forjada e delineada no fogo das lutas sociais e políticas travadas no Brasil, particularmente nos embates travados pelo movimento estudantil. Sua *agenda* e ascensão não podem ser observadas, assim, divorciados dos acontecimentos dos *sessenta*.

Se essa *agenda* necessita de contextualização quanto à sociedade brasileira; com certeza também não pode ser disassociada do projeto de classe dessa nova esquerda, que, "dirigindo-se para as classes populares, começaram a assimilar uma nova sensibilidade e a incorporar as contradições mais visíveis do processo capitalista"²⁸⁷. Esses agentes, destacados por Herbert de Souza como uma maioria de classe média baixa, saídas de escolas públicas²⁸⁸, atingiu uma consciência e postura que fez parte de uma tendência desse período histórico, como observa Hermes Lima:

A realidade brasileira está mudando... [está em] formação duma opinião pública mais ativa, mais sensível e mais treinada na expressão de seus desejos e na manifestação de sua vontade. A base dessa opinião encontra-se na classe média, que aumenta em número e poderio, na classe proletária que,

²⁸⁴ GALLEJONES, Eustáquio. **AP – socialismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Informação Universitária, IN: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, 1965, p. 36.

²⁸⁵ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da ação popular. Da JUC ao PC do B**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984, p. 35.

²⁸⁶ CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, pp. 30-31.

²⁸⁷ SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60. A geração de Betinho**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p. 99.

²⁸⁸ SOUZA, Herbert José de. **Revoluções da minha geração**. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996, p. 15.

acompanhando o desenvolvimento industrial, se está organizando e dando mostras de uma consciência promissora de fecundos estímulos na vida pública. Tanto a classe média como a classe proletária está se concentrando em órgãos mais sensíveis de aspirações gerais, e portanto, delas se origina, recaindo sobre o governo e sobre os partidos, certos números de solicitações e pressões nacionais.²⁸⁹

Esta classe média assume, assim, uma nova função social de liderança, legitimada pelo *status quo* de minoria diplomada, que de forma alguma assume o papel de manipulação de outras classes sociais, sempre imensamente rejeitada por esses "intelectuais orgânicos". De certa forma, esta elite detecta e é produto de um despreparo advindo do sucateamento do ensino superior, incapaz de "ler" e sugerir propostas à realidade do país, de seu papel como Estado e Regime, ao futuro da mesma. É nesta constatação que reside os "primeiros passos" da luta ex-jucista e agora apista, pelas reformas no ensino, que levaria ao projeto de mudanças profundas na sociedade: "a verdadeira Revolução brasileira", como concorda Bresser-Pereira:

[...] quanto menor for a capacidade relativa do sistema econômico [e sociopolítico] de absorver os estudantes egressos das universidades, maior será a proporção de jovens com nível universitário desempregados e mal empregados – intelectuais não-comprometidos – e maior, portanto, será a probabilidade de a revolta estudantil alcançar profundidade e transformar-se em revolução. [...] a revolução do nosso tempo provavelmente não é exclusivamente estudantil.²⁹⁰

Para o autor, os intelectuais não comprometidos, operários, trabalhadores rurais e camponeses, bem como trabalhadores urbanos marginais serão os agentes apoiadores dessa revolução multifacetada. Como veremos, é esta também a visão apista desde seus primórdios.

Desta forma, a AP nasceria em três reuniões, sendo a primeira ainda em 1962, em Belo Horizonte, com participação de 14 estados²⁹¹, onde enfim se deu o lançamento solene da Organização e se definiu seu nome: Grupo de Ação Popular (GAP)²⁹², inspirado na *Revue d'Action Populaire* e no periódico católico esquerdista Ação Popular (61-62). Entre os fundadores, estão Betinho (que assumiu a coordenação nacional), Aldo Arantes, Alberto

²⁸⁹ LIMA, Hermes. **Ideias e Figuras**. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1957. In: OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 111-112.

²⁹⁰ BRESSER-PEREIRA. **Das revoluções utópicas: a revolução política na Igreja - a revolução estudantil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 130.

²⁹¹ Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe, Santa Catarina, Paraíba, Manaus, Amazonas, Goiás, Alagoas e Ceará.

²⁹² Nome logo abandonado, visto que a sigla era comumente utilizada para se reportar a grupos de extrema-direita.

Gomez de Souza, Haroldo Lima, Cosme Alves Neto, Henrique Novaes, Antônio Lins, Severo Salles, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro, Manuel Joaquim Barros, Luiz Alberto, Tereza Rodrigues e Silvio de Almeida (os últimos, do secretariado da AP).

Do encontro, publicou-se o documento *Estatuto Ideológico do Grupo*²⁹³, que entre outros, elege e conceitua a consciência histórica como revolucionária, discute a dialética histórica-processual da realidade brasileira (entre polo dominante e polo dominado) e institucionaliza a associação, através do sistema de coordenações de âmbito municipal e regional (divididas em oito regiões em 21 Estados), submetidas a uma Coordenação Nacional, ao estilo jucista da Ação Católica. O documento, de base cristã mas de linguagem já com vieses marxista, será o embasamento para que militantes da recente organização se insiram nos meios políticos, mostrando-se de extrema importância no apoio às eleições de deputados, vereadores, prefeitos e governadores em 1962, como bem exemplifica Vassimon:

Para vereador apoiaram "um cara da favela de Vila Prudente", ligado ao PSB. Lembra que o pessoal "já entrou eleito na AP". Os apistas realizaram reunião nesse sentido em um sítio em Jundiaí com a presença de deputados do Rio e de São Paulo e ainda de Paulo Wright, que se elegeria pelo PSP como deputado estadual. Os militantes de São Paulo apoiaram mais o Paulo de Tarso, considerado mais de esquerda, além disso "o Plínio já tinha os esquemas dele" no governo Adhemar. Em Minas saiu, pelo menos, o Henrique Novaes, que viria a ser eleito vereador de Belo Horizonte, o padre Lage para deputado federal, com um cristão como candidato a prefeito da cidade.²⁹⁴

Já depois do plebiscito que daria a Jango a condição de presidente do Brasil, encontraremos membros do GAP trabalhando para o governo, principalmente aqueles estudantes já graduados, como afirma Walter Barelli em entrevista a Franklin Oliveira Junior²⁹⁵. Os apistas foram muito presentes nos anos de governo Jango, sempre mantendo as relações ambíguas e contraditórias do jogo democrático, pre-requisitos das relações complexas desenvolvidas no sistema. Esse fator explica a opção democrática que baseará as relações apistas no pré-golpe, mesmo que permeadas de reservas, já que as relações das classes com o Estado são sempre feitas de negociações e lutas.

²⁹³ O GRUPO. *Estatuto Ideológico do Grupo*. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1961-1962.

²⁹⁴ OLIVEIRA JR., Franklin. *Op. cit.*, p. 170.

²⁹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 127-128.

Portanto, a AP participa no apoio à gestão a partir de diversos projetos, como nos exemplifica Ridenti:

A AP, embora com um discurso e postura à esquerda do governo Goulart, integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado, do qual reivindicava a implantação das chamadas reformas de base na sociedade brasileira, como a reforma agrária, educacional, administrativa e outras que promovessem melhor distribuição de riquezas e direitos sociais.²⁹⁶

O apoio da organização ao governo se deu por meio de várias iniciativas, como a Frente de Mobilização Popular²⁹⁷, às gestões de Almino Affonso e Paulo de Tarso nos Ministérios de Trabalho e Educação (indicação e participação ativa), no apoio às Reformas de base, na Frente Parlamentar Nacionalista, no CGT, no Pacto da Unidade e Ação (PUA), nos Movimentos de Educação e Cultura Popular tutelados pelo Estado, no sindicalismo rural, entre outros²⁹⁸. Ao mesmo tempo, os apistas lutavam por mais participação popular na sociedade, como, por exemplo, o apoio às greves ocorridas, como a greve dos 3000 em São Paulo (em que, de acordo com Vassimon, o pessoal da AP teria ido para a porta da fábrica ajudar, decorrência direta da prisão do apista Lúcio Kowarick, dirigente do Sindicato Metalúrgico de São Paulo²⁹⁹), e a ligação cada dia mais próxima ao trabalho das Ligas Camponesas.

A segunda reunião se deu em junho do mesmo ano em São Paulo, onde predominaram a militância dos estudantes da Pontifícia Universidade Católica paulista, que enfim aprovaram o Esboço do Estatuto Ideológico. A reunião foi importante visto o destaque que São Paulo teria na associação nos anos seguintes, visto que era o estado com maior número de militantes em toda a existência da Ação Popular, legado do alto número de jucistas inseridos nas centenas de universidades da capital e do interior³⁰⁰.

²⁹⁶ RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p. 234.

²⁹⁷ Surgida ainda na campanha presidencial para o plebiscito, chegando a realizar um Congresso pelas Reformas em São Paulo. Mais em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 186.

²⁹⁸ Nos diversos documentos pós-golpe os apistas criticarão esse momento de "aliança burocrático-burguesa".

²⁹⁹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 189-190.

³⁰⁰ Sérgio Vassimon, coordenador da AP em SP acredita que no período pré-1964, os apistas no estado eram cerca de 2000. Idem, Ibidem, pp. 124-127. Vale aqui ainda destacar que São Paulo era uma das quatro capitais apistas mais importantes, que ainda contava com Rio de Janeiro (capital da CN), Minas Gerais e Bahia (estas últimas, capitais de onde saíram as principais lideranças, como Betinho, Severo Salles e Duarte Pereira). A organização ainda se mostrava forte e atuante em Pernambuco e no Rio Grande de Sul.

Desta maneira, podemos concordar com o destaque feito posteriormente pelos apistas sobre o Movimento pré-AP (1961-1963)³⁰¹, evidenciado pelas primeiras conversas a partir do Congresso de Salvador: o aproveitamento das estruturas estudantis e a ampliação de contatos intelectuais e profissionais (proporcionado por viagens e contatos por todos os estados); as lutas no meio estudantil e de massas, de conteúdo anti-capitalista e nacionalista; na conquista e hegemonia na UNE (1961-1973)³⁰² e na visão da universidade como baluarte da revolução brasileira³⁰³; no envolvimento da luta estudantil pela greve do 1/3; e por um movimento praticamente de estudantes, que se envolviam numa política reformista de linhas ainda pouco definidas e direcionadas.

Passados os meandros destas primeiras questões, a organização da associação é retomada em 1963, principalmente com a instituição do I Congresso da Ação Popular, na Bahia³⁰⁴, realizado num barracão da Escola Veterinária da UBA, em Ondina. No meio da informalidade e do consensual, o encontro contou com oitenta militantes, definindo-se Comissões, entre as quais a de Perspectiva teórica, que ficou a cargo de Duarte Pereira e a Histórica, com Betinho e Brant. Ao fim de três dias, decidiu-se a base organizacional da associação, com oito membros eleitos: Betinho, que assumiria a chefia do Comitê Nacional, apoiado por Geniberto Campos (do Rio Grande do Norte), Manoel Joaquim Barros (da Bahia), Aldo Arantes (do Distrito Federal), Antonio Lins (de Minas Gerais), Carlos Walter Aumond (do Rio Grande do Sul), Frans Heimer (de São Paulo) e Silvio Gomes de Almeida (da Guanabara³⁰⁵). O Secretariado Nacional ficaria a cargo de Severo Salles (baiano), Maria Angélica Duro (do Rio Grande do Sul) e Cosme Neto (de Amazonas)³⁰⁶. Cinco meses depois ao CN se incorpora: Geraldo Moraes, Uassy Gomes (ambos de Goiás) e Paulo Mendes (da

³⁰¹ Em texto que resume as fases do movimento. IN: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, s/d.

³⁰² Nas gestões de Aldo Arantes (1961-1962), Marcus Vinícius Caldeira Brant (1962-1963), José Serra (1963-1964), Altino Dantas (1965-1966), Jorge Luís Guedes (1966-1968), Luís Travassos (1967-1969), Jean Marc Von der Weid (1969-1971) e Honestino Guimarães (1971-1973). Betinho comenta que esta predominância apista no Movimento Estudantil também se dava nas participações em secretariados de órgãos de representatividade e nos Congressos, onde havia a participação em 1962-63, de cerca de 60% de membros da AP. Em SOUZA, Herbert. **Teoria e Debate**. n.16, out-dez de 1991, p. 36.

³⁰³ Ver mais em LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, pp. 83-87.

³⁰⁴ Sobre a preparação para o Congresso, Duarte Pereira cita, em entrevista a Franklin Oliveira Junior, que "houve reuniões em cada estado, escolheram delegados, mas uma coisa muito consensual, pouco formalizada, porque a realidade era assim, pouco formalizada [...até as vésperas do Congresso], as coisas ainda estavam muito precárias." OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 171.

³⁰⁵ Estado brasileiro convertido em Município a partir de 1975 e hoje capital do Estado do Rio de Janeiro.

³⁰⁶ Idem, Ibidem, p. 172.

Bahia); e no Secretariado Nacional, Aldo Arantes, Luis Alberto Gomez de Souza (gaúcho), Gomes de Almeida, Sílvio Almeida, Cosme Neto e Teresa Rodrigues (da Guanabara).

Os dados supracitados podem ser observados no livreto *AP: Socialismo Brasileiro* publicado por E. Gallejones em 1965³⁰⁷, pequeno livro que, de acordo com Duarte Pereira, seria "um dos primeiros trabalhos escritos sobre a AP, possivelmente à base de documentos cedidos por órgãos de repressão política [que contém] uma orientação crítica e conservadora, mas relativamente fiel aos fatos"³⁰⁸. Nele, aparecem não só estrutura e organização da AP, com suas respectivas regiões³⁰⁹, finanças e setores de trabalho³¹⁰; como também uma discussão crítica de seu surgimento, alianças e ideologias.

No encontro estiveram presentes as "amplas classes" da AP, que apresentava uma composição da militância bem particular. Betinho fala que até 1964, cerca de 90% dos militantes políticos se declaravam católicos, ou seus pais o eram. "É preciso que se compreenda essa ligação, essa continuidade, apesar da ruptura com a tradição cristã, processo que tomou um cunho político e se radicalizou"³¹¹. A história da AP nos primeiros tempos só é reconhecida se levar-se em consideração essa influência católica sobre suas ações e ideologias.

Ainda que a nova organização fosse permeada pela predominância de jucistas, como elucida Gomez de Souza, "o movimento não se apresentava como confessional, nem de ideologia cristã ou restrito aos cristãos. Superava-se a ideia de uma 'esquerda cristã', ao mesmo tempo em que explicitava uma opção socialista"³¹². Neste sentido, Reginaldo Dias atenta:

A presença de cristãos, egressos das organizações leigas da Igreja Católica não era exclusiva, mas foi predominante nessa fase de experiência da AP. Suas principais frentes de atuação política herdaram os resultados do

³⁰⁷ GALLEJONES, Eustáquio. **Op. cit.**

³⁰⁸ Anotação feita a mão por Duarte Pacheco Pereira na contracapa do livreto, datada de janeiro de 1999. Cabe ressaltar que o livreto está permeado de importantes anotações do mesmo.

³⁰⁹ Divididas em 8: 1. RS e SC; 2. SP, PR e MT; 3. GUA, RJ e ES; 4. MG; 5. GO; 6. BA, SE e AL; 7. PE, RN, CE e PB; 8. PA, AM, MA e PI.

³¹⁰ Divididas em: a. sindical-operário, b. camponês, c. setores populares, d. cultura popular, e. profissionais, f. político-partidário, g. estudantil, h. militar.

³¹¹ SOUZA, Herbert José de. **Op. cit.**, p. 21.

³¹² GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 199.

trabalho que seus militantes haviam desenvolvido, na condição de membros dos setores leigos, no movimento estudantil e nos movimentos populares.³¹³

Entre estes, podemos destacar o setor evangélico na associação, que contava com importantes lideranças, como Rubens Menzen Bueno (o Rubão) e Paulo Wright; militantes inseridos nas associações evangélicas citadas por Duarte Pereira:

Diante do ponto de vista de ideias e posições, é preciso levar em conta, desde o início, o movimento renovador que ocorreria no seio de várias igrejas cristãs evangélicas e que, no caso da juventude, se cristalizou em organizações como a UCEB (União Cristã dos Estudantes do Brasil) e as ACAs (Associações Cristãs Acadêmicas). Uma figura como a do pastor Richard Schaul dessempehou nesses meios um papel semelhante ao do padre Vaz nos círculos católicos juvenis [...] desde 1963, pelo menos, algumas das lideranças saídas desse movimento tiveram um papel na criação da AP [...] Após 1964, esses vínculos aumentaram, até com movimentos e lideranças evangélicas de outros países, inclusive Estados Unidos na luta contra o racismo e contra a guerra do Vietnã.³¹⁴

Além dos evangélicos, a AP ainda contava com os "independentes":

Outra corrente, além da JUC e dos evangélicos, foram os estudantes, como eu, que atuavam na "esquerda independente". Alguns eram cristãos (como eu, mas não mais filiados a nenhum movimento institucional de qualquer igreja), outros existencialistas à la Sartre, outros já se declaravam marxistas, mas contrários à orientação e à atuação do PCB e das outras organizações que se reivindicavam marxistas na época (como a IV Internacional, a Polop ou o PCdoB). O baiano Severo Sales, para dar um exemplo, já se dizia ateu e marxista na época; foi quem me recrutou para a AP; e foi eleito membro da direção nacional no primeiro Congresso, de 1963. Quanto à composição social, é indiscutível o predomínio da juventude universitária; mas havia também uma influência crescente no movimento secundarista, que se ampliaria até ganhar hegemonia após 1964 (ver a geração de Tibério Canuto, Bernardo Joffily e outros); havia os profissionais universitários (como o próprio Betinho, Luiz Alberto, Cosme e tantos outros); advogados trabalhistas (como o mineiro Antônio Lins); parlamentares, que participaram das primeiras articulações, embora alguns não se tenham tornado militantes, mas apenas amigos e aliados, quando AP se organizou efetivamente, com estrutura e disciplina (por exemplo, Paulo de Tarso, Almino Affonso, Max da Costa Santos e outros; daí a participação da AP no Ministério da Educação, no Ministério do Trabalho, na Supra etc., durante o governo Jango); e os primeiros vínculos com as Ligas Camponesas e sindicatos rurais, com movimentos populares urbanos (em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro etc.) e com o movimento operário e lideranças operárias, desde 1962-1963 (em São Paulo, em Minas, na Bahia etc.). Em suma, a AP não foi, desde o começo,

³¹³ DIAS, Reginaldo B. **Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2083/1565>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:33 h.

³¹⁴ Entrevista de Duarte Pacheco Pereira a Marcelo Ridenti, em RIDENTI, Marcelo S. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, p. 226.

um movimento exclusivamente estudantil e cristão. E esta realidade foi-se alterando com o passar dos anos. Desconhecer isso facilita a tese da interpretação "pequeno-burguesa", "cristã" e "mística" da AP, inclusive de seu "marxismo".³¹⁵

Como bem podemos observar, esta prerrogativa multi-confessional lega à AP, desde o início, uma carga cristã e marxista que acompanhará e embasará todos os Documentos e leituras que farão a maioria da militância apista³¹⁶, que procurariam sempre uma transição cristã, sob método e forma marxistas, como exemplifica Betinho: "buscávamos em Marx não o fim da nossa fé, mas o conhecimento de uma teoria orientada para a prática social"³¹⁷. Essa linguagem única entre as esquerdas existentes vai ser fundamental para o carisma da associação, que conseguia, assim, atingir amplos setores da sociedade³¹⁸, principalmente por sua caracterização (que não se reconhecia como partido político) de matriz cristã e feição jovem, com um jogo sociopolítico mais sedutor e radical do que as rígidas esquerdas tradicionais, o que lhe atribuía uma agilidade de adaptar-se e transformar-se perto às massas e um sentido de autocritica constante (que nasce e morre com a AP) advindo do senso ético de seus membros³¹⁹.

O carisma da associação será notado alguns meses depois, devido ao espantoso crescimento da AP, que se fazia visível nos seus 139 núcleos de funcionamento no Brasil, organizados em cinco setores: o estudantil e o de cultura popular (com 34 cada), o operário (16), camponês (12), militar (6). Os setores profissionais e políticos, ainda em desenvolvimento, contavam já com 37 no total³²⁰.

Essa visão multifacetada também é produto das diversas influências que sofre o *Documento Base* devido à prática (que se manterá na associação durante todo o período aqui estudado) de submissão de textos da organização a pensadores católicos, padres, filósofos,

³¹⁵ Entrevista de Duarte Pacheco Pereira a Marcelo Ridenti, em RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, p. 226.

³¹⁶ Desde cedo, podemos conceber um misto de ideologias e vertentes sociais na AP, que contava com a dialética da história de Hegel, as relações de dominação de Marx, da proposta de socialização proposta pelo papado de João XXIII, o otimismo e utopia "romântica" de Teilhard de Chardin e o personalismo de Mounier. Ver mais nesse sentido, em KADT, Emmanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: INEP. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002, p. 118-120.

³¹⁷ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 165.

³¹⁸ Neste íterim, observar as críticas de Lima & Arantes a esquerda tradicional, motivações que levam os autores a afirmar o carisma da AP. Em: LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 33-34.

³¹⁹ SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, pp. 102-103.

³²⁰ SECRETARADO NACIONAL DA AÇÃO POPULAR. **Informe especial n.02**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 03 de junho de 1963.

políticos e outros profissionais liberais, que deram ao *DB* influências como as de Platão, Descartes, Kant, Hegel, Dostoiévski, Sartre, dentre outros. Entre estes, os mais importantes, foram, sem dúvidas, o Pe. Vaz e o Frei Matheus, como traz à luz Betinho:

O padre Vaz foi nosso ideólogo, porque frei Matheus foi o inspirador [...] Frei Matheus Rocha foi fundador da JEC; enquanto o padre Henrique Vaz – leitor de Marx, Engels, Hegel, Heidegger e outros pensadores seria redator da parte ideológica, teórica, filosófica, do documento fundador da AP.³²¹

Padre Vaz ainda realizava semanalmente "espécie de consultoria filosófica e ideológica" a militantes apistas³²², proporcionando aos cristãos de esquerda uma maior identificação com as propostas da AP, esvaziando assim, cada dia mais, as juventudes³²³.

No I Congresso também se definiu, enfim, o nome da associação, com caráter de um movimento amplo, não-partidário, como exemplifica Franklin Oliveira Junior:

não se propunha como um partido, não concorrendo pois com os demais existentes, inclusive em ano eleitoral. Por fim era uma "ação popular" mesmo, voltada para as camadas populares e em nome de seus interesses, que o grupo objetivava.³²⁴

A nova organização de esquerda, apartidária, nascia assim como uma representação contra o capitalismo desumano e contra o "conformismo e dogmatismo" dos outros setores esquerdistas³²⁵.

No I Congresso da associação, em 1963, foi publicado o *Documento Base*³²⁶, que corrigia alguns preceitos do *Estatuto* organizado em quatro partes: perspectiva histórica mundial e latino-americana, perspectiva filosófica sobre o homem e sua consciência histórica,

³²¹ SOUZA, Herbert José de. **Cristianismo e História**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

³²² Como exemplifica a entrevista concedida a Daniela Ferreira de Raul Ladim Filho, em FERREIRA, Daniela Maria. **Educação, militatismo católico e Filosofia no Brasil**. Campinas: Pro-Posições, v. 20, n.2 (59), p. 113-127, maio/ago de 2009, p. 122. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200008. Acesso: em: 20/06/2015 às 18:59 h.

³²³ Padre Vaz alega que sua influência na AP foi apenas filosófica, devido a não-compatibilidade da AP com as suas missões sacerdotais. A influência foi nos I e II capítulo do *DB*, onde há nítida afirmação personalista e uma crítica à versão marxista-leninista do socialismo. É importante também observar que muitos militantes ainda teriam dupla militância (apista e jucista) até meados de 1964, quando do golpe civil-militar e radicalização das posições apistas. Observar em SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**; e RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, p. 222.

³²⁴ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 165.

³²⁵ As críticas eram muitas: aos conceitos marxistas-leninistas, rejeição ao economismo vulgar, condenação dos regimes socialistas autoritários e burocráticos, superação das deformações da esquerda tradicional, ao socialismo como projeto do futuro e não da realidade concreta, entre outros.

³²⁶ Motivo pelo qual boa parte dos pesquisadores atribuem o surgimento da AP em 1963, desprezando ou generalizando como esquerda católica, as ações de militantes já vinculados à organização nascida em 1962.

socialismo e evolução da realidade brasileira. O documento promulgava a opção pela "perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação" (regime que não necessitaria da etapa burguesa, nem tampouco da ditadura do proletariado)³²⁷ através da tríade Visão - Opção – Ação, herdada do Ver - Julgar - Agir jucista. O estudo ainda criticava a alienação capitalista imperialista crescente no conjunto da sociedade, detectando setores arcaicos e "feudais" em parcelas do campo. Desta forma, a luta intentada pela AP se realizava no âmbito da organização de setores operários, camponeses e estudantes na política, através do despertar das consciências, onde "o homem compreende a natureza e, por conseguinte, a transforma através do trabalho, num processo dinâmico e dialético caracterizado de 'humanização do mundo'³²⁸; e de preparação revolucionária contra a dupla dominação, capitalista e feudal, que castigava o Brasil.

Para tal, o *DB* previa a perspectiva de consciência histórica e realista, que descobriria para os homens o sentido de suas tarefas concretas, contra a "coisificação" da consciência e a consciência abstrata que foge à realidade concreta. Ainda podemos encontrar, junto à crítica ao capitalismo, a repulsa ao dogmatismo da ditadura do proletariado e do sistema soviético stalinista marxista-leninista, apesar do reconhecimento da vanguarda soviética (a AP é mais propensa a uma coalizão das diversas forças políticas na construção de uma ordem democrática e pluralista); bem como da importância extrema e decisiva do marxismo na incipiente AP, como instrumento de observação teórica e de prática revolucionária, observada pela conclusão de que a "história não registra quebra de estruturas sem violência".

Além de toda a discussão dos campos e ações de luta, bem como da organização da associação, o *DB* ainda demonstra uma busca pelo sentido do militante fiel, a fim de sanar os problemas precários pré-Congresso³²⁹, pois por conta da sua linha muito ampla, a organização estava "juntando gente"³³⁰. Partindo do pressuposto que a reunião de militantes para estudos existe para "alimentar a ação" do movimento apartidário e proativo; um militante apista só seria reconhecido como tal ao ser indicado por já militantes e passar por um período experimental, onde era analisado, sobretudo, se o indivíduo seguia as mesmas aptidões,

³²⁷ LIMA, Luiz Gonzaga Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil, hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979, p. 126.

³²⁸ DUARTE, Hugo Villaza. **Op. cit.**, p. 35.

³²⁹ De acordo com Duarte Pacheco Pereira em depoimento a Franklin Oliveira Junior, muitos militantes legavam à organização uma informalidade e inconsistência. Em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 171.

³³⁰ Alegação de Severo Salles a Franklin de Oliveira Junior em entrevista. Em Idem, *Ibidem*, p. 181.

disciplina e ideologia do movimento, que a esta altura era definido como "pedagogia na ação": ação e reflexão, ideologia e engajamento visando a conscientização para um movimento revolucionário que forme quadros de ação nas estruturas para transformação radical da realidade brasileira, "inclusive em sua passagem do capitalismo para o socialismo."³³¹

O *DB* da Ação Popular, apesar de destacar a necessidade da luta revolucionária junto às massas para transformação das estruturas sociais, não apresenta uma proposição concreta de realização desta luta. Esse e outros fatores, como a ingenuidade das posições do Documento vão contribuir para posterior crítica de diversos autores, entre eles, militantes de outros partidos políticos de esquerda³³²; e estudiosos, como Giovani Semeraro³³³ e Marcelo Ridenti, que destacam a ingenuidade e romantismo revolucionário dos militantes apistas³³⁴. Posteriormente, importantes lideranças também criticarão o *DB*, como Lima & Arantes, que em sua obra admitem o idealismo do humanismo:

O "humanismo" era preocupação muito em voga nos arraiais idealistas da época, como até hoje o é. A AP, ao incorporá-lo, refletia a compreensão elementar que tinha a luta de classes, admitida em princípio, mas não assimilada em suas leis. O "humanismo" debate-se na problemática de "realizar o homem", "todos os homens", esquecendo-se que no contexto social concreto esses homens estão em lutas implacáveis, divididos em minorias exploradoras e majorias exploradas, sendo de todo impossível abstrair os termos concretos em que a situação está posta a título de realizar o homem em geral, abstrato, inexistente.³³⁵

As reuniões da nova Ação Popular – já devidamente caracterizada pelo *DB* – se davam, principalmente, no âmbito de discussões sobre o documento e suas influências, no recrutamento de novos militantes, do fortalecimento da organização no meio estudantil e universitário (através das lutas pelas reivindicações, visando conquistar os órgãos de representação estudantil, como Diretórios Acadêmicos, Uniões Estaduais de estudantes e a

³³¹ SECRETARIADO NACIONAL DA AÇÃO POPULAR. *Jornal Ação Popular*. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, N.1, p.4, 1965.

³³² Para mais informações nesse sentido, ver OLIVEIRA JR., Franklin. *Op. cit.*, pp. 177-179.

³³³ SEMERARO, Giovanni. *Op. cit.*, pp. 163-166.

³³⁴ Neste sentido, Betinho defende: "A nossa proposta podia ser utópica, inviável ou ingênua, mas era sem dúvida a mais bonita, empolgante e radical". GONTIJO, Ricardo. *Sem vergonha da utopia. Conversas com Betinho*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 61.

³³⁵ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *Op. cit.*, p. 38.

UNE); bem como nos camponeses e operários, o apoio às reformas propostas pelo governo federal, e as ações a serem desenvolvidas para o crescimento da AP no território nacional³³⁶.

O projeto de luta apista nesses primeiros tempos necessitou sempre de alianças com os mais diversos setores, particularmente, com o PCB. Essa união, apesar de ser vista como "um mal necessário" nas lutas das mais variadas esferas da sociedade brasileira, sempre foi questão de discussão por parte da militância apista, como pode bem ser observado nos documentos da associação, evidenciados pelo I Encontro Nacional do Setor Universitário da AP, onde é discutida a Frente Única e realizada a autocrítica quanto ao "Partidão". O saldo do evento evidencia uma tendência a seguir frequentemente as posições pecebistas, tido como um contato quase exclusivo de apistas com as esquerdas, visto como "ingenuidade" da militância até então.

Como elucida Benedito Dias, esse incômodo se dava, principalmente, porque a AP não demonstrava uma ruptura extrema com a política pecebista. Assim,

a principal ruptura não foi a de horizontes e de concepção, mas de métodos de ação e de organização política, inspirados nas revoluções cubana e chinesa e nas estratégias de guerrilha e guerra popular prolongada.³³⁷

Nesse ínterim, concorda Franklin Oliveira Junior:

[...] o terreno da estratégia, era onde as divergências com aquele partido ficavam melhor ressaltadas. Possuidora de uma base real no movimento, e com o crescimento deste, a AP, no entanto, teve necessidade de definir linhas específicas de ação, táticas eleitorais, alianças concretas, em muitos casos, sem uma orientação estratégica muito clara, e em demarcar objetivamente as diferenças com aquele partido. É possível deduzir que o grupo com que a AP se aliava, na grande maioria dos casos, era o PCB. Basta se observar a UNE, a CONTAG no governo Jango, e em alguns sindicatos.³³⁸

A tradição de ligação com os comunistas dos partidos de esquerda estava presente há muito nas mentes dos militantes, agora apistas. Semeraro nos traz à luz um estudo sobre o assunto:

Os contatos com os militantes católicos com as esquerdas políticas brasileiras foram frequentes, principalmente nas atividades da UNE, nos

³³⁶ Propostas retiradas dos depoimentos de Antônio Othon Pires Rolim e Ricardo José Dias Selva, presentes em Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuário Pessoal 14978 de Ruy Frazão Soares, 1964.

³³⁷ DIAS, Reginaldo B. **A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)**. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9 , n. 1, p. 231-235, 2005, p. 232.

³³⁸ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 179.

diretórios estudantis e nos movimentos de cultura e educação popular e de sindicalização rural. [...] muitas vezes, os católicos engajados colaboraram, lado a lado, com os marxistas em lutas por objetivos sociais comuns. Nas alianças com as esquerdas houve, sem dúvida, influências não apenas de trabalho e amizade, mas também de linguagem e ideologia. No entanto, não obstante, a proximidade e a comunicação, é preciso reconhecer que os cristãos de esquerda mantinham características, atitudes e um estilo de vida que os diferenciavam facilmente do universo das esquerdas do país. As práticas de ação, as investigações políticas e a metodologia utilizada revelam o esforço de busca de um caminho próprio e inédito no terreno socio-político.³³⁹

Assim, podemos destacar que o que unia a maioria das esquerdas não era um projeto comum, mas uma recusa comum ao "estado das coisas", evidenciada, sobretudo, após o primeiro de abril de 1964, quando o elemento de união é a recusa legítima ao regime imposto. Neste sentido, as propostas apistas também se inseriam no discurso da Igreja católica pós-João XXIII, que no caso brasileiro, estimulou a consciência histórica que aproximava os jovens cristãos de uma concepção de praxis semelhante ao marxismo, questão abordada no primeiro capítulo desta obra.

Como uma associação de cunho jovem em sua maioria, a porta para a militância não poderia ser outra, que não os eventos e lutas estudantis tuteladas a partir União Nacional dos Estudantes, reduto principal de discussão para caminhos de ação por parte dos apistas. Muitos membros fundamentais para a organização dali adviram, como Duarte Pacheco Pereira³⁴⁰ e, posteriormente (1968), Jean Marc Van der Weid (que até então era de extrema-direita). Foram nessas esferas que se foi cooptado para militância os estudantes secundaristas³⁴¹, através de grêmios estudantis escolares³⁴² e entidades estaduais específicas. De acordo com Lima & Arantes, a Juventude Estudantil Católica cumpriu papel fundamental nesse sentido: "[...] o caminho para chegar ao movimento secundarista foi fácil e natural. Eram boas as suas ligações com a JEC [...]. Progressivamente a AP foi criando suas bases próprias nesse ambiente de trabalho tão próximo do que estava acostumada"³⁴³. Entre estes militantes,

³³⁹ SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 98.

³⁴⁰ Observar como Duarte foi cooptado pela militância em depoimento presente em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 168.

³⁴¹ Ainda que um pouco mais tarde que os estudantes universitários.

³⁴² Principalmente nos colégios católicos. No Rio de Janeiro, a militância advinha, sobretudo, dos colégios leigos D. Pedro II e Aplicação, como pode ser observado no depoimento de Vera Sílvia Magalhães, concedido a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, IN: Campinas: Fundo Movimentos Políticos na América Latina do Arquivo Edgard Leurenroth, s/d.

³⁴³ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 41.

podemos citar Hugo César Tavares, José Walter Evangelista, José de Anchieta Correia, entre outros³⁴⁴.

Para efetivação do trabalho no Movimento estudantil foi essencial para a associação o XXVI da UNE (julho de 1963), que reconheceu a hegemonia da agora AP com a eleição de José Serra por uma maioria esmagadora de 679 votos contra 55 de seu oponente. Nesse sentido, Franklin Oliveira Junior comenta sobre essa gestão:

O mandato de Serra foi profícuo: sua diretoria contava com quadros como Duarte Pereira, Marcelo Cerqueira e outras importantes vice-presidências; intensificou a presença da UNE na sociedade e lutas populares e consolidou a prática de organização de seminários não restritos aos problemas sociais. A gestão de Serra foi a última antes do golpe militar. Durante sua gestão foi criado, no Brasil, a Frente de Mobilização Popular, houve a crise do estado de sítio, o Congresso de Solidariedade a Cuba, entre outros.³⁴⁵

A UNE de Serra participaria ativamente destes movimentos, estimulada pela luta por uma democracia geral e plena; não só contra o imperialismo e dominação de regiões como a Amazônia, na proposta pela nacionalização das empresas brasileiras (como a Petrobrás) e na defesa política externa independente para o Brasil; mas também na repulsa ao "estado de sítio" decretado por Jango em fins de 1963, como resposta aos ataques públicos do grupo de extrema-direita encabeçado por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros:

Éramos os mais ferrenhos críticos desses governadores e tudo que eles representavam, mas estávamos convencidos que a melhor maneira de combatê-los não passava pela quebra da democracia [...]. Para a UNE, as liberdades democráticas não representavam apenas um meio para chegar a determinados fins mas também um fim em si. [...] nos parecia inconcebível que as forças populares pudessem se comprometer com algo desse tipo [um golpe].³⁴⁶

O Estado de alerta despertado por essa medida de Jango levou a UNE a fazer diversas publicações, rejeitando a necessidade de correr o risco que o estado de sítio sufocasse o movimento popular, suas liberdades democráticas, e desembocasse para um regime de exceção à direita. Como o apoio popular à medida era inexistente, muito devido à esta forte

³⁴⁴ Sobre estes militantes, observar o importante trabalho de Daniela Maria Ferreira. FERREIRA, Daniela Maria. **Op. cit.**

³⁴⁵ Franklin. **Op. cit.**, p. 183. Outros importantes militantes apistas que participaram da gestão Serra foram Maria Nazaré (primeira mulher na diretoria da UNE) e Lauro Amorim.

³⁴⁶ SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p. 26.

propaganda da UNE, Jango logo voltou atrás nesta tentativa de conter os ânimos dos direitistas, que como vimos, se tornarão cada dia mais perigosos, até o fatídico primeiro de abril.

O início das atividades da Ação Popular coincide com os anos mais incríveis que a história brasileira pôde vivenciar: anos em que as utopias pareciam cada vez mais reais, a partir da realização do homem como um todo, na tarefa de elaborar juntos, como humanidade, a base da nova sociedade concatenada com o "éden paradisíaco" do futuro. É na detecção desta prerrogativa que nos deteremos ao observar, logo mais, o apogeu da associação nos movimentos populares mais importantes à época: os movimentos em prol da cultura e educação popular, o movimento operário e o sindicalismo rural.

2.2.1. A Ação Popular e os Movimentos de Cultura e Educação Popular: o dinamismo da consciência na ação.

[...] À medida que aperfeiçoa seus instrumentos de irradiação [estrutura educativa e os meios de comunicação], a cultura dominante vai revelando sua vocação antidemocrática e vai reduzindo os espaços públicos de criação e participação. [...] na América Latina a cultura popular é a cultura nacional mais verdadeira [...] A cultura oficial, copiona e estéril, eco bobo da cultura dominante, ignora [suas] chaves ou, reconhecendo-as, as despreza. [...] A cultura popular é por natureza, cultura de participação: é, por sua natureza, democrática [...] Na verdade, o estrangeiro na América é o capitalismo, que não foi inventado por Manco Cápac nem por Montezuma, e sim imposto de fora e de cima pelos invasores europeus do século XVI.³⁴⁷

O MEB entende que somente é possível efetivar sua ação educativa através da conscientização. Conscientizar é oferecer a alguém elementos para que tome consciência do que é (consciência de si), do que os outros são (comunicação das pessoas como sujeitos) e do mundo.[...] Para educar, o MEB deve conscientizar. Para conscientizar, não deve abstrair-se da situação histórica e cultural em que se encontram os homens das regiões em que atua.³⁴⁸

[...] nenhum povo miserável pode tomar nas mãos o seu destino se não descobre a sua própria situação de mundo.³⁴⁹

³⁴⁷ GALEANO, Eduardo H. **Op. cit.**, pp. 60-65.

³⁴⁸ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **MEB - Movimento de Educação de Base; sua Origem, sua Ação e seu Conteúdo**. 1965. In: MENDES, Cândido. **Memento dos Vivos - A esquerda católica no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966, p. 201.

³⁴⁹ ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 139.

Como vimos, o ano de 1963 vai inaugurar uma nova era na sociedade brasileira, surgindo uma polarização cada dia mais acentuada entre os “paladinos contra a subversão”: grupo de intelectuais do complexo IPES/IBAD, políticos da União Democrática Nacional, setores médios civis, Igreja Católica e militares da Escola Superior de Guerra, que visavam à manutenção da sociedade e aplacar os supostos subversivos; e imensa camada reformista da população, que procurava a transformação social a partir das lutas pelas Reformas de Base, que implementariam o desenvolvimento nacional, mas acima de tudo, uma maior justiça social.

Os anos de 1963/1964 representam, portanto, não só o ápice dos projetos sociais das várias esferas da sociedade brasileira, como também o clímax do intuito de conscientização da massa; projeto que precisou conviver desde cedo com a repressão ideológica, política e financeira dos extremistas de direita, que sempre enxergaram um fator "comunizante e vermelho" nas ações. Apesar do clima de instabilidade e lutas – e principalmente por conta destes –, os diversos setores sociais conseguiram, num pouco espaço temporal, fazer com que boa parte da população marginalizada do processo de cidadania transformasse e despertasse as mentalidades, ideologias e estruturas (religiosa, social, política, etc), usufruindo de uma educação e cultura genuinamente brasileiras, longe da alienação ou manipulação imperialistas; ação de caráter abrangente e único na história social brasileira. Como afirma Candido Mendes:

A cultura popular surgiria, neste quadro, justamente como a decantação das possibilidades de protagonismo desse novo sujeito coletivo, deflagrado pela 'conscientização', no esforço nacional de desenvolvimento. (...) A emergência do povo é como que a de um perfil novo que se pode desenhar no processo, em consequência da decisão de se ativar a participação consciente de toda a coletividade na política emancipatória.³⁵⁰

Como não podia deixar de ser, os Movimentos de Cultura e Educação Popular seguiram esta tendência polarizante, principalmente em Pernambuco, estado tido como "efervescente por natureza"³⁵¹, e concentrador dos principais movimentos, como MCP e MEB.

³⁵⁰ MENDES, Cândido. **Op. cit.**, pp. 72-73.

³⁵¹ Sobre o “Pernambuco Vermelho”, ver COELHO, Fernando. **Op. cit.**, p. 28.

Pernambuco fazia parte da Região 7, que compreendia os estados do Nordeste³⁵², simbolizando uma região chave para o desenvolvimento das ações apistas, como podemos observar nos diversos depoimentos recolhidos pelo DOPS-PE posteriormente reunidos no prontuário pessoal de Ruy Frazão Soares³⁵³. Neste documento está a importante fala de Ricardo José Dias Selva, fornecendo aos órgãos repressivos toda a cadeia de atuação de apistas na área, organizada por Antônio Othon Pires Rolim, com a vice-coordenadoria do mesmo (que ainda coordenava o meio estudantil). Para os movimentos sociais de educação e cultura popular, estava escalada Yone Cirillo, que coordenaria os apistas zonalmente.

Portanto, os apistas já se encontravam bastante presentes nesses movimentos a esta altura: herança que os anos de militância na Ação Católica os havia legado. No seio dos projetos, os militantes se reconheceram como agentes políticos transformadores da sociedade, "evolução" possível de ser implantada democraticamente. Conscientes, estes se instalarão nos órgãos do Estado brasileiro, principalmente no Ministério de Educação de Paulo de Tarso; influenciado pela proposta de extensão do Movimento de Educação de Base (MEB) para todas as áreas carentes do país (e não mais apenas Norte e Nordeste), com o acréscimo de verbas e militância para o projeto³⁵⁴.

Também ganha atenção da AP o Movimento de Cultura Popular e a Promoção Social³⁵⁵ a partir eleição de Arraes para o Governo do Estado³⁵⁶, que une esses dois movimentos, estendendo as escolas para comunidades dos morros, alagados e mangues, com a criação de uma rede de ajuda à saúde e às lutas comunitárias, resultado de importantes alianças, como com o método Paulo Freire, o movimento apista, a Legião Brasileira de Assistência³⁵⁷, entre outros.

³⁵² Ver organograma da organização no Arquivo DOPS-PE. Recife, APEJE-DOPS-PE, Prontuário 29661 – Ação Popular.

³⁵³ Nesse sentido, observar a rede pernambucana da Ação Popular pré-golpe no depoimento de Antônio Othon Pires Rolim. Ambos depoimentos in: Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuário Pessoal 14978 – Ruy Frazão Soares.

³⁵⁴ Para se ter uma ideia da abrangência do MEB nesses anos, vide FÁVERO, Osmar. **MEB - Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961-1966**. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação em Évora, Portugal: 2004, p. 13.

³⁵⁵ Sobre a importância para a sociedade de tais projetos, ver: Recife: APEJE-DOPS-PE, Prontuário 29841 – MCP.

³⁵⁶ Que em 1962 recebera o título de "Melhor Prefeito do Brasil".

³⁵⁷ Órgão responsável por assegurar às crianças condições mínimas necessárias à frequência escolar.

O que aproxima os apistas desses movimentos, sem dúvidas, é a visão cada dia mais presente no seio da organização da crença e divulgação na educação como um bem inalienável, portanto, "direito de ser usufruído e dever de ser aplicado" em benefício de toda a sociedade. É nesse sentido que é criada a Frente de Educação Popular, que pretendia promover ferramentas para a emancipação dos trabalhadores, incentivando, por conseguinte, sua formação sindical e corporativista³⁵⁸.

Dentre os movimentos, o MEB se transformara rapidamente no definidor das ações apistas no período, devido, principalmente, à vocação inerente dos militantes para ação no meio, que encontraram na luta pela mudança das estruturas sociais e no aumento do nível de conscientização das massas, sua principal bandeira na luta desigual entre campesinato e latifundiários. Esse radicalismo de posições é explanado por Semeraro:

[...] em sintonia com o que vinha acontecendo na JUC e na AP, o movimento foi se secularizando e criando conflitos entre um compromisso político mais radical dos agentes e as finalidades confessionais e reformistas pretendidas pelos bispos.

Da finalidade basicamente alfabetizadora, passa para uma educação que incentiva a consciência crítica, e a politização, a valorização da cultura popular, a autonomia das comunidades, a organização e a animação popular. As atividades começaram a convergir para a edificação de um poder local e popular, para experiências de uma real democracia de base, de incorporação gradativa de um projeto político mais amplo e radical.³⁵⁹

A sua participação foi massiva nesses meios, como nos elucida Márcio Moreira Alves:

[...] os seus quadros dirigentes, tanto ao nível da equipe nacional como ao de equipes regionais, eram jovens, com um nível educacional elevado provenientes da burguesia ou da pequena burguesia urbana, particularmente das capitais e das cidades mais desenvolvidas, tendo sido formados por um dos movimentos juventude da Ação Católica, refletindo geralmente a desconfiança destas organizações para com a Hierarquia e militando ou simpatizando com a Ação Popular.³⁶⁰

Seja no MCP, MEB ou Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler:

o trabalho voluntário de centenas, talvez milhares de jovens garantiam no mínimo duas coisas: uma diminuição nas despesas com a mão-de-obra e,

³⁵⁸ WEBER, Silke. **A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco**. In ARAÚJO, Rita de Cássia & BARRETO, Túlio Velho (orgs). **O Golpe Passado a Limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 133.

³⁵⁹ SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 68.

³⁶⁰ ALVES, Márcio Moreira. **A Op. cit.**, p. 139; 140, 142.

principalmente, uma militância política determinada a despertar nos alunos a consciência de si, da sociedade e da necessidade de ação para transformar aquela realidade injusta e miserável, vivida na pele por aqueles milhares de adultos que se matricularam livremente nos movimentos de alfabetização e cultura popular.³⁶¹

O projeto apista para a educação se inseria num movimento mais amplo que abarcava todas as ações da AP: o de Consciência histórica desenvolvida por Pe. Vaz, que se dividia em dois momentos dialéticos de consciência no projeto nacional, o de *intenção* e o de *expressão*:

[...] o momento da intenção é a posição mesma do objeto. A consciência é orientação para o objeto, é a consciência de alguma coisa. Ela se abre para um horizonte [...] universalidade do poder-ser [...] se refere concretamente ao "aqui e agora" de um determinado mundo de objetos, universal enquanto capaz de transcender as determinações objetivas no exercício da crítica de sua situação.

[...] o momento da expressão é a posição do sujeito. A consciência é a consciência-de-si, é auto-afirmação. O sujeito exprime o objeto para si.³⁶²

É também nos movimentos que mais vemos a dialética marxista da organização no que concerne às lutas entre oprimidos e opressores. Para a superação desta situação, a AP propõe para os movimentos a propagação da chamada terceira via, mais "realista", em que o homem compreenderia o mundo, transformando-o, enquanto humanizaria a si mesmo; rejeitando assim, a sua "coisificação" e a promoção da propagação da "cultura estrangeirista", que teria feito do Brasil sempre sujeito da história de outrem (do capitalismo mercantil, industrial e estrangeiro).

O *modus operandi* de ação dessa militância é trazida à luz por Manoel da Conceição:

com esse curso do MEB [...] começamos a trabalhar e fundar pequenas escolas de alfabetização, porque o trabalhador rural, nessa época, não adiantava falar a ele em sindicato que ele nem sabia o que era isso. Então a gente fundava escola de alfabetização [...] e a gente aproveitava o MEB para elevar o nível de consciência, de conhecimento [...] O fato é que por volta de agosto de 1963 nós já tínhamos vinte e tantos, quase trinta escolas, fundadas com essas características próprias [...] fazia reunião na aldeia, discutia o analfabetismo, a pobreza, a miséria, uma série de coisas enfim. E nessas escolas, de dia, as crianças lá aprendendo a ler, e para os adultos não era só

³⁶¹ TEIXEIRA, Vagner da Silva. **Educação em tempos de Luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 135.

³⁶² VAZ, Henrique C. de Lima. **Ontologia e História**. SJ. São Paulo: Duas Cidades, 1968, pp. 301-302.

escola de aprender a ler, isso era muito secundário. Eram muito mais escola de discutir os problemas da gente.³⁶³

Como podemos observar, o alto índice de alunos rapidamente formados pelos movimentos³⁶⁴ ocorria por conta da didática e pedagogia destes, que longe de manipular, trabalhavam a partir de problemas concretos, de necessidades vividas, da maneira como o povo percebia as coisas; da troca de saberes, e da responsabilidade individual de auto-promoção social, com o respeito total as pessoas e às liberdades destas, na luta por uma sociedade sem opressores e oprimidos.

Munidos por essa ideologia, os universitários inseridos nos Movimentos realizaram em 1963 em Recife, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, proposta desenvolvida diante da necessidade de discutir os vários projetos para educação em voga na sociedade brasileira³⁶⁵. O encontro contou com cerca de "77 movimentos presentes, dos quais 44 desenvolviam atividades de alfabetização de adultos"³⁶⁶. No evento apresentou-se a peça "A Incelência", e houve discursos e presença de Miguel Arraes, Djalma Maranhão (governador de Natal, onde existia o projeto De Pé no Chão), D. Lamartine Soares (arcebispo auxiliar de Recife e Olinda), Germano Coelho (secretário de Educação de Pernambuco), José Serra (presidente da UNE), Aberlado da Hora (agente do MCP), Paulo Freire e Roberto Freire (do Serviço Nacional de Teatro). A palestra de encerramento foi ministrada por Paulo de Tarso, à época Ministro da Educação³⁶⁷, o que demonstrou o apoio do governo federal ao evento e despertou ainda mais desconfianças para a sua gestão.

Nele, também houve conversações entre o Movimento Popular de Alfabetização (da UNE³⁶⁸) e o governo pernambucano, a fim de promover mais ações educacionais patrocinadas por vários setores, como o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, o MEB, e por diversas organizações de outros Estados. Para tal idealização, a inserção dos apistas ao governo através da gestão de Paulo de Tarso no

³⁶³ Manoel da Conceição em entrevista ao **O Pasquim**. Rio de Janeiro, jan/1980, p. 20. IN: TEIXEIRA, Vagner da Silva. **Op.cit.**

³⁶⁴ Só no MEB, de 1961 a 1965, cerca de 380 mil alunos concluíram seus estudos. Idem, Ibidem.

³⁶⁵ O Encontro foi resultado de ações dos Diretórios Acadêmicos da Universidade do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco, que antes, realizaram várias reuniões, com o objetivo de divulgar e recrutar para o movimento. Ver em TEIXEIRA, Vagner da Silva. **Op cit.**, p. 123; COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 38-39.

³⁶⁶ In SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 89.

³⁶⁷ Ver em TEIXEIRA, Vagner da Silva, **Op.cit.**, pp. 119-126.

³⁶⁸ Observar o documento *Cartilha para Alfabetizados*, publicado na gestão José Serra. In: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1963.

Ministério de Educação, bem como na Comissão Nacional de Cultura Popular (com participação do PCB, AP e MEB), foi primordial.

O fim do ano de 1963 marca a girada à esquerda de João Goulart, desejoso de um maior apoio político em prol das Reformas Base que intentava realizar em seu governo. Como a Ação Popular à época já representava uma parcela importante da sociedade brasileira, devido ao seu carisma e compromisso socialista e cristão, foi acionada por Jango para a escolha de um representante no governo. O indicado foi Paulo de Tarso, que ficou cinco meses na gestão no Ministério de Educação.

Durante todo o período de Ministro de Tarso, os apistas se inseriram nos órgãos representativos do governo, estreitando a tendência democrática da organização nesses primeiros tempos. A aproximação deu-se nas esferas governamentais, com militantes ocupando gabinetes em Brasília, sob chefia de Herbert de Souza, contato no Movimento Estudantil; bem como no Rio de Janeiro, com o apoio de Luiz Alberto Gomez, Ney Gomes Arruda e Marcos Alencar. A entrada de Paulo Freire no Ministério da Educação também foi proporcionada pelos apistas, que mostravam um grande apoio à "pedagogia do oprimido"³⁶⁹, adotada de cima para baixo na militância nos movimentos de educação e cultura popular implementadas por esses agentes.

Essa aproximação com o governo de Paulo de Tarso, conseqüentemente, significou a radicalização do Ministério, como observado na III Reunião Interamericana de Ministros da Educação (Bogotá)³⁷⁰: o discurso inflamado a favor da defesa da educação e dos valores da pessoa humana causa grande furor nos altos círculos políticos de direita, pressão que sucumbirá e derrubará o Ministro.

A posterior saída de Paulo de Tarso do poder federal também significou o afastamento da AP do "governo conciliador" de Jango, abalando a base militante que acreditava numa

³⁶⁹ De cunho existencialista e de tradição humanista cristã. De acordo com Candido Mendes, o método Paulo Freire "[...] acarretou o acordar de atitude crítica de parte de seus beneficiários, para a realidade econômico-social, na qual tinham as suas raízes as 'palavras geradoras' empregadas para iniciá-los nas regras da leitura e escrita. Transcendia, assim, o aspecto de mero método civilizatório para consistir num genuíno acordar de uma consciência coletiva, com as possibilidades de intensa mobilização social e política que a percepção do universo cultural acarretaria". MENDES, Cândido. **Op. cit.**, pp. 73-74.

³⁷⁰ Ver TEIXEIRA, Vagner da Silva, **Op. cit.**, pp. 115-119. Um exemplar do discurso de Paulo de Tarso em Bogotá pode ser encontrado no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leunroth da Universidade de Campinas.

revolução democrática para chegada ao socialismo. A experiência serviu para o desenvolvimento revolucionário e para a política de "educação, arte e a consciência revolucionária", exemplificado no encontro para discussão do Plano Nacional de Alfabetização no Rio de Janeiro, em janeiro de 1964, quando da presença maciça de apistas (vinte e nove militantes), inclusive na presidência da importante "Divisão de Alfabetização", presidida por Marcos Machado.

Outro fato que demonstrou essa radicalização foi a publicação da polêmica cartilha *Viver é Lutar* do MEB em 1964, de autoria de bispos e militantes, entre eles, muitos apistas. Nela, as trinta lições claras, simples e objetivas, em primeira pessoa e relacionada ao meio social dos estudantes, cumpria um papel revolucionário no que concerne à mudança no ensino até o momento, agora preocupado em ultrapassar a estrutura de atraso, alienação e manipulação da pessoa humana. A publicação de dez mil exemplares da primeira remessa, foi tida como uma afronta à democracia e bem comum; fato que levou a ações extremadas, como a apreensão da cartilha na Guanabara, pelo então governador Carlos Lacerda.

A intenção de transformar a educação em parte importante em prol de um Nordeste consciente e desenvolvido despertou o crescente medo da comunização, principalmente pelo método Paulo Freire de ensino. Desta forma, cresce no país, fomentado pela Imprensa, um debate acirrado em que a classe média chamava o povo a atuar contra a subversão dos Movimentos de Cultura e Educação Popular. O desfecho dessa polarização foi a vitória dos conservadores e a quebra da ordem democrática em 1º de abril de 1964.

2.2.2. As ações nos meios operário e camponês.

Desde sua fundação a AP mostrou uma preocupação genuína com a condição da zona rural brasileira e com os milhares camponeses entregues à fome e miséria nos "campos brasileiros". De acordo com Aldo Arantes e Haroldo Lima, ex-militantes da AP:

Se há um aspecto da experiência da AP no movimento de massas que chega a causar certa surpresa é o número de frentes de trabalho camponês em que a organização esteve presente. Entre trabalhos de real expressão e trabalhos de pouca importância, duradouros e de vida mais curta, foram pelo menos trinta as frentes camponesas que a AP trabalhou nos seus 11 anos de vida. Em apenas cinco estados, nunca realizou algum trabalho camponês.³⁷¹

³⁷¹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 88.

Começa então a se delinear no seio da Organização mais relacionada com a conscientização da massa camponesa, uma crença em torno da preocupação com o dia-a-dia do camponês. O trabalho começaria, assim, em torno das reivindicações mais imediatas (questões em torno da cidadania e direitos), tendendo levá-los à consciência de questões mais gerais, à “fiel revolução socialista”. A preocupação de desenvolvimento de um trabalho conjunto aos camponeses para superação da realidade concreta destes, ainda contava com um esquema desenvolvido pela associação de perguntas e respostas (cartilha). As ações destes “intelectuais orgânicos” intentavam, em linhas gerais, tratar bem o povo e reconhecer os próprios erros, mandamento-base dos apistas, que ainda deveriam trabalhar em engenhos e áreas de trabalho camponês, participar das discussões e decisões nas assembleias; enfim, colocar o interesse do “povo” acima do pessoal. O mais importante era o processo de luta mesmo se a reivindicação não fosse alcançada, pois seria esse fator que desenvolveria a consciência revolucionária.

Nesse ínterim, a luta no campo idealizada pela AP nesses tempos pré-maoísta abrangia três regiões: o Vale do Pindaré (onde encontramos o trabalho do pernambucano Rui Soares Falcão), a Zona da Mata pernambucana (que contava com o trabalho do militante e estudante Luiz Medeiros) e Água Branca em Alagoas. A área Pernambucana era chave nessa política, tendo na Zona da Mata Sul (que abrange municípios como Barreiros, Escada, Palmares, Ribeirão, Sirinhaém, etc) o seu protagonismo, justificado por suas características político-sociais, bem como naturais, onde era grande a miséria e as desigualdades. A área, conhecida por conta dos engenhos, apresentava um vazio de propostas, visto que não era setor de atuação das Ligas (que se concentravam no Agreste pernambucano) o que tornava a região mais atraente para esta nova esquerda³⁷².

Os contatos com a massa campesina se mostrarão problemáticos e cheios de complicações, o que gerou uma falta de apoio do campesinato, devido, principalmente, a uma imensa distância entre a teoria e a prática; entre a ideologia utópica da revolução e a realidade angustiante dos problemas do dia-a-dia. Esse problema, que perdurou durante a história apista, de modo algum estava desconectado da realidade das esquerdas à época, denunciado

³⁷² Os problemas da Zona da Mata tinham princípio na própria cadeia legal da região, que consecutivamente elegia prefeitos e representantes das classes mais abastadas, como latifundiários e usineiros, que exerciam influência ímpar em Pernambuco. COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 114-117.

como uma das teses para a falha do projeto das esquerdas divulgado por Caio Prado Junior em seu "Revolução Brasileira"³⁷³. Como proposto na obra, o grande erro teórico-metodológico das esquerdas era a assunção de que as lutas travadas pelos camponeses em seu dia-a-dia os levaria naturalmente à revolução, o que não ocorreu, como podemos observar diante da "apatia" das massas após o primeiro de abril.

As ações apistas no meio camponês também se davam por meio de alguns contatos com as Ligas Camponesas (tidos durante o tempo de JUC)³⁷⁴; nos Sindicatos Rurais, na Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e na criação e gestão da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em aliança com grupos de esquerda, como o PCB. Como veremos a seguir, essas relações se desenvolverão dentro da associação a ideologia da "Reforma Agrária na Lei ou na Marra", amplificada nos limiares de 64.

As primeiras políticas da AP nestas Instituições deram-se no âmbito do sindicalismo rural, quando ainda JUC, sob responsabilidade da Igreja Católica³⁷⁵, que havia surgido ao mesmo tempo, e como proposta cristã, às ações das Ligas Camponesas. Vale lembrar que o sindicalismo rural brasileiro, que desde seu início era tutelado pelo governo, servindo, na prática, para uma política de manutenção e fortalecimento do sistema, apesar da pretensão da "harmonia" entre as classes³⁷⁶; vivia certa independência e ganho de direitos, principalmente após ao Estatuto dos Trabalhadores rurais promulgado pelo governo Jango em 1963. O Estatuto garantia, entre outros, aos trabalhadores rurais os direitos sindicais trabalhistas, já assegurados aos trabalhadores urbanos. Essa medida fez com que houvesse uma maior organização do campesinato, causando um *boom* nessa área, observado por Lima & Arantes: "[...] fez o número de sindicatos rurais saltar de 3 no período 55-57 para 1500 no início de 64,

³⁷³ PRADO JR, Caio. **A Revolução brasileira**. Editora brasiliense, 1966.

³⁷⁴ Neste sentido, nos falamos Lima & Arantes: "A Ação Popular procurou incorporar-se na luta camponesa, chegando a fazer algum trabalho junto às Ligas mas foi mais importante no movimento de sindicalização no campo". In LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 42. O agente apista junto às Ligas era Pe. Lage, como o mesmo confirma in: PADRE LAGE. **O padre do diabo. A Igreja ausente na hora de mudar**. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.

³⁷⁵ O Sindicalismo Rural da Igreja Católica havia começado pelas Frentes agrárias, contra o comunismo. Após, começará a se organizar através dos Círculos Operários, até a organização de núcleos locais, como a Serviço de Assistência Rural Rio Grande do Norte (1949), a Equipe de Sindicalização do Secretariado de Palmiferação de Arquidocese de Teresina (1961), a Equipe de Orientação Rural de Alagoas (1962); e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (convênio entre SUPRA e ministério do trabalho, influenciado também pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Em todos esses pontos, houve militância jucista e apista.

³⁷⁶ Sobre o assunto, observar GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

a proliferação de mais de duas centenas de ligas camponesas, [e] a realização de diversas reuniões nacionais de trabalhadores agrícolas..."³⁷⁷.

Essa política gerou uma incontestável corrida à organização sindical de trabalhadores rurais, da qual os diversos setores brasileiros participaram³⁷⁸, inclusive a AP. As ações apistas, que começariam nas entidades com atitude cristã, lutando pela execução das leis, acaba também por se "esquerdizar" ao entrar em contato com os comunistas e com as Ligas. Logo, as táticas de incentivar acordos entre as classes, de pressionar os presidentes das instituições, evoluíram para a luta pela reforma agrária na "Lei ou na marra" e no radicalismo da luta no campo que marcará o ano de 1964. Sobre este fator, completa Semeraro:

A cada dia ficava mais claro que só o trabalho de conscientização não era suficiente. Além de esclarecido e sujeito responsável, percebia-se que o trabalhador precisava estar unido e organizado. Era necessário ter aprendizagem de resistência popular, de meios concretos de reivindicação e de pressão política.³⁷⁹

As relações com o Sindicalismo Rural eram, em sua maioria, tuteladas e sob jurisdição da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), criada em 1962 para formular uma política agrária que possibilitasse a reforma, e para sustentar a ação das Ligas Camponesas no campo³⁸⁰; e que junto com o Ministério do Trabalho, fundou um convênio para criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural. A AP participou desde seu início nessas ações, inclusive participando ativamente nas várias diretorias da organização com lideranças fortes, como Jair Ferreira de Sá e Aldo Arantes. A importância da AP na organização era tanta, que, como afirma Betinho, apenas em Minas Gerais, setenta sindicatos rurais sob jurisdição da SUPRA foram fundados pela AP, dos cem existentes no Estado³⁸¹.

Os Sindicatos geravam Federações Regionais³⁸², das quais algumas eram controladas pelos apistas, como algumas federações de trabalhadores agrícolas que funcionavam na sede da AP na Bahia³⁸³. O ganho de federações era importante, pois estas constituíam as bases para

³⁷⁷ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 44.

³⁷⁸ Observar as várias instituições que fizeram parte deste movimento em SEMERARO, Giovanni. **Op. cit.**, p. 78.

³⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 80.

³⁸⁰ Sobre as Ligas nos anos 60, ver COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 141-144.

³⁸¹ SOUZA, Herbert José de. **Op. cit.**, p. 26.

³⁸² Da qual teve participação o líder Pe. Lage.

³⁸³ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 89.

formação de Confederações, formas de interferência mais eficazes nas questões trabalhistas camponesas. Desta forma, como evolução da política da organização no meio, a Ação Popular participou ativamente da construção da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com oito Federações³⁸⁴; tendo membros importantes participado de sua primeira diretoria, como os camponeses José Novaes (militante de Alagoas, como secretário geral) e Amâncio Aguiar (Baiano, primeiro tesoureiro da Instituição), e o ex-padre Alípio de Freitas (militante de Manaus, como o primeiro Assessor). Os outros cargos diretivos ficaram a cargo de comunistas e outros setores independentes³⁸⁵, que se aliaram para a contenção dos Círculos Operários, que lutavam pelas causas patronais. Foi no seio da CONTAG que a AP realizou suas mais importantes ações no meio rural, nos Encontros e Congressos Camponeses, em especial o de Belo Horizonte, última reunião sob o Estado democrático.

Se o caminho para o meio rural foi tortuante para os apistas, não se mostrou mais fácil no setor operário. Tido também como categoria base para o desenvolvimento das lutas que levariam a AP à concretização do seu projeto de sociedade, a inserção da organização do meio foi tímida no pré-64, apesar da ajuda dos profissionais liberais da associação, de apistas ex-jocistas e de membros que ainda militavam na Associação Católica Operária (ACO). De acordo com Lima & Arantes:

[A AP] Não chegou a ter participação em órgãos da cúpula sindical nacional [...]. Mas construiu alguns significativos trabalhos de base, integrou diretorias de sindicatos importantes, chegou a ter influência em federações estaduais e a participar de muitas greves, passeatas, comícios, etc.³⁸⁶

O trabalho apista se deu por meio de cinco regiões: na base operária na Refinaria de Mataripe (no estado da Bahia), na qual trabalhou o engenheiro Jorge Leal; no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ouro e Metais Preciosas de Nova Lima (em Minas Gerais), trabalho de José Gomes Pimenta, o Dazinho, eleito deputado federal em 1962 (sem ter abandonado seu trabalho de mineiro); no Rio Grande do Sul; no Ceará, principalmente junto às operárias da Indústria de Óleos Vegetais; e nas Minas de Carvão de Criciúma (Santa Catarina). A AP crescia no meio muito mais pelo trabalho prático, assumindo ainda trabalhos

³⁸⁴ De acordo com Semeraro, compareceram à reunião de constituição da CONTAG, 10 Federações do PCB, 8 apistas e 6 federações orientadas pelo grupo do Nordeste de inspiração cristã. In: SEMERARO, Giovanni. **Op cit.**, p. 79.

³⁸⁵ A Diretoria foi assim dividida: 4 membros do PCB (que tinha o Presidente, Lindolpho Silva), 3 apistas, e 2 independentes. Ver mais em GALLEJONES, Eustáquio. **Op. cit.**, pp. 41-42.

³⁸⁶ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 98.

entre os bancários (principalmente em Belo Horizonte e Bahia) e nos chamados "trabalhos de bairro". De acordo com Lima & Arantes:

Os esforços da AP por ligar-se à classe operária andavam devagar mas seguiam em frente. Nos comícios comemorativos de 1 de Maio de 1963, Dia do Trabalho, a AP marcou sua presença em diversos estados, especialmente em Salvador e Belo Horizonte. Foi o último 1 de Maio comemorado com os trabalhadores.³⁸⁷

Aqui também houve uma mudança radical: se no início as lutas foram no intuito de apreciação da política governamental das Reformas, a linha de atuação mudará nos limiares de 1964, quando a AP tenta imprimir um curso revolucionário e independente em todas as esferas de atuação.

Todo o trabalho da Ação Popular nos anos 60 foi posto em xeque com o primeiro de abril de 1964, quando houve total execração dos movimentos sociais em voga. Apesar de curto o namoro com o governo, a AP saíra fortalecida dessa experiência democrática; fundamental para sua autocrítica e para as políticas implementadas no meio rural e operário pelo partido até o golpe. O contato com os campesinos e com os operários, e com suas lutas, radicalizou o movimento e abriu os horizontes reivindicatórios. Esses fatos instigarão os contatos frequentes nos anos de exceção democrática, e a política de "integração na produção", implementada pelos apistas em 1967.

Desta forma, o projeto da construção de uma sociedade mais igualitária, onde o povo seria o produtor de sua própria cultura e mentalidade superando sua sujeição ao imperialismo, foi findo; junto com um dos períodos históricos mais importantes da vida democrática brasileira. Os anos de utopia da realização de reformas que transformariam profundamente a sociedade brasileira devem muito aos apistas, particularmente do Movimento estudantil. Esses jovens, que estiveram entre os primeiros a serem perseguidos, presos e torturados na quebra da ordem democrática em 1964, ainda se mantiveram fortes no intuito da transformação da sociedade no Brasil, liderando outros importantes movimentos históricos nos idos de 1968.

2.3. No olho do furacão.

[o] quadro conflituoso teria fomentado forte desconforto dos setores conservadores, que passariam a acusar o governo Goulart de incompetência

³⁸⁷ Idem, Ibidem, p. 46. Ainda sobre o primeiro de Maio de 1963 na Bahia, ver obra, p. 102.

*e de aproximação perigosa com os movimentos populares, que o pressionavam. Era preciso, portanto, segundo os argumentos desses setores, conter o crescimento dos movimentos sociais reformistas e nacionalistas e por fim a experiência governamental de Jango, que por ser 'demagógica' não conseguia conter os conflitos no interior de seus próprios governos. A "ameaça socialista" constituía-se numa realidade palpável. Urgia contê-la através de um golpe preventivo.*³⁸⁸

*Nada [...] pode apagar o impacto da solução de força para o fim dos sonhos de centenas de milhares de pessoas que haviam apostado na possibilidade de transformação no país, e que acreditavam ter chegado muito perto.*³⁸⁹

Como vimos, a crescente polarização das forças da sociedade brasileira leva a embates e radicalismo, seja por parte da extrema-direita³⁹⁰, seja por parte da imensa massa a favor das reformas de base. Enquanto que as forças populares se voltavam a propagar em defesa destas, as forças anticomunistas começam por iniciar uma campanha de bombardeamento da gestão João Goulart: protestos, comícios, passeatas, folhetos, livros, propaganda, panfletos, cartazes, encartes, fascículos, jornais; enfim, uma gama literária reacionária que acirrará ainda mais os embates, principalmente das sociedades carioca, pernambucana, gaucha e mineira, que caminham para uma polarização extrema.

A campanha ferrenha da Rede da Democracia contra o "perigo vermelho" atinge seu cume em fevereiro e março, após os protestos contra a CUTAL (Central Única dos Trabalhadores da América Latina) e os discursos de Bilac Pinto contra a "guerra revolucionária" que transformaria Jango em instrumento dos comunistas. O manifesto de 400 professores universitários sob liderança de Sobral Pinto e um importante comício anti-comunista em Bonsucesso também marcam o período; que ainda vê o Movimento do Rosário em Família do Padre Peyton e a denúncia de Bilac Pinto a um possível armamento de setores civis da sociedade, principalmente ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e na Orla Marítima, financiado pelo governo Jango. No fim de março, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco adverte contra o comunismo e a favor da pátria em discurso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais sob apoio de outra liderança importante, o Marechal Arthur da

³⁸⁸ DELGADO, Lucília de A. N. **1964: temporalidade e interpretações**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004, p. 21.

³⁸⁹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 214.

³⁹⁰ Com os grupos de senhoras contra o comunismo, como podemos observar em COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 190-191.

Costa e Silva: primeiro de uma série de palestras que intentavam o "saneamento" e a "limpeza" de comunistas nas Forças Armadas.

A polarização social acarretará a suspeita cada dia mais crescente da CIA e dos norte-americanos, principalmente quanto ao "perigoso nordeste", campeão na onda de greves e agitações que perduraram por todo o ano. Nacionalmente, inúmeras greves de gás, de energia elétrica, de serviços eletrônicos, entre outros, também podem ser observadas; como as reivindicações e paralisação operária para aumento do salário mínimo, e a greve de 200 mil trabalhadores de engenho e usinas que paralisam os trabalhos em Pernambuco. A situação só se agravou com a tentativa de legalização do Partido Comunista Brasileiro por Jango, o que ajudou a aprofundar a crise no governo, já esfacelado por problemas econômicos e nas relações exteriores (como o fechamento das portas do FMI para o país, estrangulando ainda mais a frágil economia brasileira e desestabilizando completamente a gestão João Goulart). A falta de apoio estrangeiro às medidas de combate à inflação e às reformas, resultado dessa desconfiança, piorou ainda mais o momento delicado.

Em pouco tempo a situação se agravaria rapidamente, como pode ser visto no aumento das lutas no campo, resultantes em assassinatos na zona rural e saques, principalmente na região pernambucana.

Nessa conjuntura, Jango enfim lança a proposta das reformas de base com o intuito de, ou passar pelo Legislativo, ou no pior dos casos, pelo menos, pressionar a sociedade a se impor contra ou a favor delas, ocupando assim espaços vazios nos movimentos populares, e se aproximando das massas, deixando os conservadores apavorados com o grande Comício em prol das reformas estruturais; o que faz com que o aparato de propaganda conservadora faça de tudo para desgastar o governo, tido como “comunista” e “vermelho”. Nesse aspecto, podemos trazer à luz os estudos de Francisco de Oliveira, que atenta que, longe de comunismo:

as Reformas de Base não eram nada como o anúncio do socialismo, senão que eram reformas burguesas, em geral progressistas, que tratavam de tirar os obstáculos para um melhoramento do capitalismo no Brasil. Em outras

palavras, tratavam de fazer um capitalismo não selvagem, como viria a se chamar depois³⁹¹.

Note-se aqui, exemplos como a carta circular de Lacerda aos "democratas"; a posição de Dutra e de Costa e Silva em seus discursos, que promoviam as Forças Armadas como protetora da ordem e das leis, entidade que asseguraria a democracia; e o evento importantíssimo da "Marcha pela Família com Deus e pela Liberdade". Enfim, a direita se armava de discursos e armas na mão contra o "comunismo em voga"³⁹².

A situação do país se agravaria após o Comício do dia 13: 200 mil pessoas participariam do que seria o ápice das lutas sociais implementadas pela coligação radical pró-reformas, grupo do deputado federal Leonel Brizola, do PCB (que lutava pela sua legalização), da UNE, das Ligas, da Frente Parlamentar Nacional, da Confederação Geral dos Trabalhadores, dos subalternos das Forças Armadas, da União Nacional dos Estudantes, da Ação Popular, de trostkistas, e de categorias que lutavam pela cidadania através do voto, como analfabetos e sub-oficiais, entre outros³⁹³. Na oportunidade, Jango assina o Decreto de nacionalização das Refinarias e o Decreto da SUPRA que desapropriava "mais de 100 hectares localizados até 10 km à margem de ferrovias, e as terras de mais de 30 hectares localizadas nas zonas que constituem a bacia com irrigação dos açudes públicos federais"³⁹⁴. Abria-se e se tornava possível o caminho para as Reformas Estruturais de Base.

O que chama a atenção no projeto de Reformas de Base para Badaró³⁹⁵, é que de forma alguma elas poderiam ser consideradas radicais, já que não intentavam uma mudança estrutural de quebra com o que era vigente na sociedade. Podemos observar esta conclusão, por exemplo, na previsão de indenização quanto à Reforma Agrária³⁹⁶. O autor ainda destaca que a ampliação da democracia e aumento de vagas nas universidades, bem como o fim da cátedra vitalícia, a extinção do vestibular, o voto dos praças, e a reeleição presidencial; eram

³⁹¹ JORNAL DO COMMERCIO. **Francisco Oliveira e a agitação pré-1964**. Recife: 17/12/1995, p. 12. In: Idem, *Ibidem*, p. 58.

³⁹² Sobre dados acerca do armamento dos setores reacionários, ver em SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³⁹³ Ver em SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, pp. 27-28.

³⁹⁴ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 197.

³⁹⁵ Análise presente nas diversas obras do autor.

³⁹⁶ O Projeto da Reforma agrária previa pagamento pela desapropriação de interesse social, indenização por dívida pública. Era vista por Jango como uma necessidade urgente, como proclama em mensagem enviada ao congresso nacional. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mensagens presidenciais. 1947-1964**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978, pp. 369-370. IN: COELHO, Fernando. **Direta volver. O golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2004, p. 19.

reformas já concluídas por outras burguesias pelo mundo, e não se destacavam como políticas revolucionárias. A aterrorizante comunização do país, relacionada ao projeto das reformas, assim, não passava de uma propaganda política da extrema-direita para desestabilizar ainda mais o governo do vacilante João Goulart.

A situação piora dado o impasse com os subalternos das Forças Armadas de 27 de março, quando da comemoração da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Revoltados pelo discurso do cabo José Anselmo, que denunciava a prisão decretada pelo Ministro da Marinha a 40 companheiros, 2000 marinheiros iniciariam o caminho sem volta do país para o regime de exceção. O fato se deu, pois, a partir da ordem expressa do Almirante Mota para sufocamento da revolta da categoria de fuzileiros navais, responsáveis por cercar e invadir o Sindicato. O comandante Almirante Cândido Aragão se recusa a cumprir as ordens, e, junto com seu pelotão, adere à rebelião³⁹⁷. Após o ocorrido, a Sede do Sindicato se transformaria num centro de aglutinação popular em apoio à revolta dos subalternos. Acusado de ser "conivente"³⁹⁸ com a situação, Jango se reuniria a assessores e determinaria a libertação e anistia dos revoltosos, o que causou a demissão em massa do alto comando da Marinha e acelerou a sua deposição. Logo após o ocorrido, começa a campanha golpista em Minas Gerais do Marechal Denys, precipitando a marcha do Coronel Mourão Filho à Guanabara.

A partir deste momento, ficava ainda mais claro para as esquerdas a necessidade de se prevenir contra um possível golpe às instituições democráticas, consciência essa que nos traz à luz Duarte Pacheco Pereira: "[...] aí então a crise se acelera rapidamente e aí passou a fazer parte de nossas apreciações, da AP, da UNE, de setores de PCB de que o golpe...nós tínhamos que nos preparar para ele."³⁹⁹. No entanto, o mais efusivo sinal de que algo estava acontecendo foi sentido no dia anterior ao golpe, quando de um evento de ato de solidariedade a Jango, organizado pelos setores militares no centro da Guanabara:

Nesse dia estava inclusive o Serra, o Marcelo e [Duarte Pacheco Pereira]. Nós fomos para o ato. Quando nós chegamos na porta do ato o esquema de segurança teoricamente de Jango, não nos deixou entrar e nós brigamos, e

³⁹⁷ SILVA, Hélio. **Op. cit.**, pp. 315-357.

³⁹⁸ É pertinente aqui destacar que em nenhum momento Jango foi conivente com a revolta, fato que pode ser evidenciado nas várias entrevistas que o mesmo deu, inclusive em rádios, logo após o incidente, em que condenava as ações dos subalternos.

³⁹⁹ Depoimento de Duarte Pacheco Pereira a Franklin de Oliveira Jr, em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 189.

disseram. - Não! Aqui, é um ato de solidariedade militar, nós só vamos permitir a entrada de militares. E realmente só permitiram a entrada de militares. Não permitiram a nenhuma força política comparecer. Aí nós saímos de carro, paramos fora da UNE, nosso esquema paralelo, eu, o Serra, o Marcelo, tentamos entender esse fato, sem precedentes na conjuntura da época. Chegamos a conclusão de que [...] escapou ao controle dele [Jango], pois não tinha lógica um ato de solidariedade a ele e outras forças políticas não poderem estar presentes, expressando solidariedade [...] Ele fez um discurso também avançado. O tom do discurso também quase de derrota, o discurso de um cara que está se despedindo e quer deixar registrado na história.⁴⁰⁰

Apesar de haver certa percepção de que a direita se posicionava, o golpe de primeiro de abril pegará a maioria das esquerdas de "calças na mão"⁴⁰¹.

O Golpe se delineava, arquitetado pelo IBAD (inaugurado em 1959), o IPES (de 1961) e a ESG: o tripé apontado como "responsável por preparar estratégica e taticamente a ação de classe dos intelectuais orgânicos desta nova burguesia em direção à conquista do Estado"⁴⁰². Na madrugada do dia 31 de março começa a "Longa Marcha preventiva"⁴⁰³ do General Mourão Filho, que ia de Minas Gerais à Guanabara, precipitando o golpe previsto para dia dois de abril, quando de uma grande manifestação conservadora na capital carioca, pegando reacionários e revolucionários de surpresa: era o começo da implementação do projeto de classe através do Estado e da "contra-revolução permanente"⁴⁰⁴, a concretização da exigência de um regime autoritário para a regulação dos conflitos que o governo Jango não mais poderia regular.

Às 17h, na ponte sobre o Rio Paraibuna, Mourão Filho lê proclamação à nação e às Forças Armadas (transmitida pela rádio Globo Guanabara) denunciando o governo por subversão, e afirmando que deveria ser afastado do poder para que, "de acordo com a lei se opere sua sucessão"⁴⁰⁵, ato que recebe apoio imediato de importantes lideranças golpistas, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. De lá, o movimento ruma para o Palácio da Guanabara – que a esta altura estava cercado por direitistas armados, a fim de defender o

⁴⁰⁰ Idem, Ibidem, p. 201.

⁴⁰¹ O PCB, por exemplo, se encontra totalmente desarticulado, com suas principais lideranças sendo presas. Observar mais em COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 330-231.

⁴⁰² DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**

⁴⁰³ A marcha haveria sido lenta para angariar adesões com poucos confrontos.

⁴⁰⁴ Termo cunhado pela historiografia.

⁴⁰⁵ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 202.

governo de Lacerda caso houvesse guerra civil⁴⁰⁶ –, onde se manteria por seis dias, retornando para Minas. Concomitante, Costa e Silva (Ministro da Guerra) e Castelo Branco começam a mobilizar as escolas das Forças Armadas para um possível golpe e para a resistência a este, decretado na madrugada daquele mesmo dia.

O golpe que jogaria o país em anos de "escuridão e chumbo" só pode ser compreendido à luz de fatores inerentes aos tempos históricos de longa e curta duração, que se entrecruzaram e tiveram seu ápice em 1964: "conformando uma crise complexa, que não cabe ser interpretada através de qualquer tipo de esquema teórico preestabelecido, pois cada dinâmica histórica é singular"⁴⁰⁷. Desta forma, a responsabilidade da exceção democrática seria das contradições da realidade nacional (que mascararia os sujeitos históricos sob a forma desenvolvimentista nacionalista), das transformações profundas na socio-política e economia brasileira, acelerando a necessidade de intervenção como prevenção de um possível caos, da falta de apoio internacional à gestão Goulart que desgastaria ainda mais o sensível governo, e também por conta dos vários projetos intentados para o Brasil, demonstração da polarização extrema que a sociedade dos *sessenta* vivia intensamente⁴⁰⁸.

Enquanto a Marcha golpista se dava, o mal assessorado João Goulart tentava acalmar as lideranças que apoiavam sua gestão⁴⁰⁹, assegurando a manutenção de seu governo com base nos órgãos de inteligência brasileiros, infestados de agentes golpistas da operação "Brother Sam" estadunidense⁴¹⁰. Mais tarde, já desiludido, Jango se reúne em Brasília com parlamentares de seu partido (Partido Trabalhista Brasileiro), Auro de Andrade, Arthur Virgílio Filho; e de outras representações políticas, com Almino Affonso, o deputado Tancredo Neves e Temperoni Pereira; já estando ali o aparente clima de derrota. Da reunião, o presidente decide ir para Porto Alegre, numa manobra muito discutida e polêmica, onde

⁴⁰⁶ Ver mais em depoimento de Jean-Marc Van der Weid a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho In: Campinas: Fundo Movimentos Políticos na América Latina do Arquivo Edgard Leuenroth, 1986.

⁴⁰⁷ DELGADO, Lucília de A. N. **Op. cit.**, p. 26.

⁴⁰⁸ Interpretações observadas pelo estudo de Delgado do golpe civil-militar, correspondem, respectivamente: à interpretação estruturalista-funcional, corrente dos anos 70, que abarca escritores como Ianni e Fernando Henrique Cardoso; à interpretação que observa o caráter preventivo da intervenção civil e militar defendida por Florestan Fernandes, Navarro Toledo, entre outros; a visão conspiratória defendida por Dreifuss; e a interpretação que leva em conta a política conjectural e falta de compromisso com a democracia (valorização do político, em que a democracia não era prioritária, nem na esquerda, nem na direita) defendido por Jorge Ferreira, Aarão Reis, entre outros. Ver em DELGADO, Lucília de A. N. **Op. cit.**

⁴⁰⁹ Ver depoimento de Almino Affonso a Franklin Oliveira Junior in OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 208.

⁴¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 205.

percebe que o clima não era o mesmo de 1961: apesar de haver reunião de setores nacionalistas, grande é a massa golpista. Como reação, o exército direitista se une em marcha para o Rio Grande do Sul, quando é noticiado que Jango saiu do país (quando na verdade ele teria ido para sua fazenda no interior e só posteriormente partindo para o Uruguai, no dia quatro). O "sumiço" de Jango foi a deixa para decretar o cargo vago, assumido interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, que governou o país por cerca de dez dias. O apoio aos golpistas se fez sentir ainda por parte da imprensa de direita e de setores bem estabelecidos socialmente:

[...] das janelas dos apartamentos era toda a Zona Sul [da Guanabara], eram estendidos lençóis e colchas, numa homenagem à vitória da revolução. E duas chuvas se misturam no espaço: a que caía de muito alto, de água e de papeis picados. E uma caravana de automóveis buzinando desfila nas avenidas e ruas de Copacabana, de Botafogo, do Jardim Botânico, do Leblon e de Ipanema.⁴¹¹

No dia dois de abril realiza-se ainda a "Marcha da Família com Deus", com cerca de um milhão de pessoas. Segundo Jean Marc, citado por Franklin Oliveira Junior, "o povo miúdo a classe pobre e o proletariado não compareceram...se pudessem estariam realizando sua própria marcha para prestigiar Jango. E ela provavelmente seria maior do que a outra."⁴¹².

Várias ações armadas e terroristas foram intentadas nos primeiros dias: como a invasão e depredação de vários meios de comunicação favoráveis ao governo Jango ou de esquerdas, como o jornal Última Hora e as rádios Nacional e Mayrink Veiga, que são ocupados pelos militares; e a metralhada que destrói a sede UNE na Guanabara, e escolas politizadas como a Faculdade Nacional de Filosofia da Guanabara e a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Estes fatos marcariam a intensa perseguição aos estudantes, tidos como alimento das organizações de esquerda. José Serra, presidente da UNE, redige uma nota oficial, denunciando o golpe em voga, conclamando as instituições representativas do movimento estudantil para um Estado de alerta⁴¹³. O CGT e a UNE convocam greve geral a partir do dia primeiro de abril em resistência ao golpe, e uma passeata em protesto vinculada à greve geral, na avenida W3 em Brasília, é dissolvida pelo exército a

⁴¹¹ DAGUIAR, Hernani. **A revolução por dentro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p. 154.

⁴¹² Em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 204.

⁴¹³ UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Nota Oficial**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas, 1964.

tiros de metralhadora: política que passa a ser implantada pelos golpistas ao longo dos anos de regime. A sociedade não havia cessado de lutar, como observam Lima & Arantes:

Início de greve geral nacional, inúmeros comícios-relâmpagos, rearticulação da "cadeia da legalidade" e movimentações improvisadas com vista a algumas resistências populares foram respostas imediatas que o movimento de massas deu ao golpe dos generais. Entretanto, sob predomínio do reformismo, as massas estavam despreparadas política, ideológica e materialmente para resistir. O chamado "dispositivo militar" com que lutava o governo capitulou. O governo sucumbiu sem luta. O país caía sob o tacão de uma ditadura militar.⁴¹⁴

A essa gama de apoio ao novo regime da extrema-direita, é importante que destaquemos a adição do aparato midiático:

Orientada com extraordinária competência – da mesma forma que havia contribuído para criar condições favoráveis à preparação do golpe e para desestimular qualquer reação contrária eficaz – a mídia passara a fomentar, após o 1º de abril, o clima propício à repressão e o anestesiamiento da consciência popular. Aproveitando a impossibilidade de defesa, João Goulart e Miguel Arraes eram apresentados como responsáveis diretos pela subversão da ordem e pela corrupção – dita sem paralelo na história da República. Numa confusão propositada entre os dois governos e numa absoluta deturpação dos fatos. Denúncias sem qualquer prova, totalmente inverídicas, eram divulgadas de forma sensacionalista [...] para que as violências contra adversários, se e quando chegassem ao conhecimento da população, pudessem ser entendidas como ato de justiça. Representando um castigo merecido, imposto pros governantes zelosos a antecessores incompetentes e desonestos.⁴¹⁵

As últimas tentativas de resistência vão findando e aumenta o clima de terror com o passar dos dias: ainda no dia 04 de abril encerra-se a importante greve dos petroleiros da Refinaria Mataripe na Bahia; os cantores Nora Nei e Jorge Goulart apoiados por Jorge Lago leem manifesto contra golpistas na Rádio Nacional, e logo em seguida, são presos.

O governo de Mazzili deu a tranquilidade para as primeiras ações dos golpistas: a Assembleia do Clube Militar aprova proposta enviada aos ministros militares propondo a cassação de deputados e senadores "comunistas", como Leonel Brizola, o líder militante pecebista Gregório Bezerra e do governador Miguel Arraes, vítimas da primeira listagem de

⁴¹⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 53.

⁴¹⁵ COELHO, Fernando. **Op. cit.**, p. 195.

"indesejados", exilados, presos e torturados⁴¹⁶. Dias depois, viria a promulgação do Ato Institucional n.1 (baixado dia 09/04), que prevê cassações a todos os "inimigos da democracia" (39 parlamentares e 58 personalidades são afastados)⁴¹⁷, o que fere em cheio os governos e o Congresso brasileiro; e prevendo eleições à presidência para o dia 31/01/1966⁴¹⁸. Um comício na frente da casa de Castello em Ipanema (05/04) consolida sua candidatura, com o candidato pedindo punição aos "traidores da desordem". Três dias após, mais 400 pessoas são cassadas⁴¹⁹, ao mesmo tempo que constitui-se o Supremo Comando Revolucionário (Costa e Silva, Brigadeiro Assis Câmara de Melo e almirante Augusto Hermann Rademaker), e sete ministros são empossados pelos golpistas⁴²⁰.

Combalido o Congresso Nacional, há a formação de Colégio Eleitoral (composto e manipulado por golpistas) que elege Castello Branco como presidente, com grande apoio da sociedade civil que havia sido entusiasta do golpe.

O novo governo e o novo Congresso também apoiam e defendem uma série de ações em benefício da classe dominante em detrimento das políticas que defendiam as classes menos favorecidas – em especial, as da zona rural e do movimento trabalhista –, que viriam a vivenciar novamente um período de barbárie e mandonismo dos patrões, que contavam agora com todo o aparato legislativo e judicial ao seu favor⁴²¹. As delações e os “favores dos amigos e parentes militares” se multiplicaram, admitindo e reconhecendo esta nova classe social que emergia⁴²². Lideranças, particulares e empresários que apresentassem qualquer ligação com o governo deposto também foram excluídas do cenário político-social nacional:

As pressões para que fossem afastados dos seus cargos aqueles que tivessem tido qualquer ligação com o governo deposto, ou com o movimento sindical independente, chegara até ao setor privado. Facilitava essa ingerência,

⁴¹⁶ Leonel Brizola foi para o exílio no Uruguai, de onde manterá uma rede democrática para retomada do poder. Miguel Arraes ficou preso na base prisional de Fernando de Noronha, a despeito da ligação de Jango a Justino Bastos do IV Exército para evitar seu impeachment; e Gregório Bezerra foi preso e torturado no Recife, como conta em BEZERRA, Gregório. **Gregório Bezerra. Memórias**. São Paulo: Bomtempo, 2011. Ver mais em COELHO, Fernando. **Op. cit.**

⁴¹⁷ O impacto dessa medida foi enorme, como observa DAGUIAR, Hernani. **Op. cit.**, p. 192 e COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 200-201.

⁴¹⁸ Posteriormente, em julho, o Congresso aprovará a prorrogação do mandato de Castello até março de 1967.

⁴¹⁹ Em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 214.

⁴²⁰ Que eram: da Guerra (Gal. Costa e Silva), da Marinha (Almirante Rademaker), da Aeronáutica (Brigadeiro Francisco Correia de Melo), da Fazenda (Otávio Gouveia de Bulhões), da Educação (Gama e Silva), das Relações Exteriores (Vasco da Cunha Leitão) e do Trabalho (Sussekind).

⁴²¹ COELHO, Fernando. **Op. cit.**, p. 200.

⁴²² Ver mais em COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 202-203.

quando não o apoio ao golpe, a dependência ao Estado em que vivia grande parte do empresariado – temeroso de perseguições fiscais ou de restrições nos estabelecimentos oficiais de crédito. Nos quais os que perdiam seus direitos políticos eram proibidos de operar. Trabalhadores presos e, por essa razão, impossibilitados de compareceram ao emprego, sem direito à defesa e sem qualquer indenização. Algumas empresas – pelo receio de, desavisadamente, acolherem funcionários considerados subversivos e incorrerem na suspeição de convivência – passaram a exigir, para admissão de novos empregados, uma carta de apresentação firmada por autoridade policial ou militar, quando não o atestado de ideologia fornecido pelo DOPS. O que praticamente impedia o reingresso dos demitidos por motivos políticos...⁴²³

Interventores são nomeados para a SUPRA (major Emydio de Paula), e para as presidências do Banco do Brasil (Arnaldo Blunk) e da Petrobrás (Mal. Ademar de Queiroz); bem como para outras instituições nacionais sindicais, cassando, aprisionando, exilando e repreendendo diretorias com IPMs:

Os instrumentos já estavam dados pela própria CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] que facultava ao Ministério de Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações).⁴²⁴

Uma gama de instituições são criadas para a caça aos subversivos: há a instauração dos Inquéritos Policiais Militares para todas as categorias sociais, a criação de órgãos como Sistema Nacional de Informações (SNI, idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva), e a reformulação do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)⁴²⁵.

Nos estados nordestinos, a situação de repressão é implacável: cerca de três mil pessoas são presas juntamente com Pelópidas e Arraes em Pernambuco, enquanto tantos outros foram internados no Manicômio judiciário da Tamarineira⁴²⁶. O Vigésimo Batalhão invadiria, dentre em pouco, áreas das Ligas no Estado, como Palmares e Catende, onde a

⁴²³ Idem, Ibidem, p. 220.

⁴²⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 101.

⁴²⁵ As Instituições do exército e da aeronáutica são criadas bem depois, a CIE (em 1967), e a CISA (em 1968).

⁴²⁶ COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 14; 189. A obra ainda apresenta uma listagem dos primeiros presos em Pernambuco, nas páginas 203; 225 e 226.

repressão “foi muito mais forte, violenta e generalizada que em qualquer outro Estado. Sem paralelo, nem mesmo durante a ditadura Vargas”⁴²⁷:

Criou-se em Pernambuco um verdadeiro clima de terror. Os que tiveram condições de sair do Estado, indiciados ou não em sindicâncias e inquéritos policiais-militares, transferiram-se para outras regiões do País ou para o exterior [...] até sacerdotes católicos foram perseguidos e obrigados a abandonar o Brasil, ameaçados de prisão. Tanto quanto as ligas camponesas, os sindicatos independentes de trabalhadores e as entidades estudantis mais combativas, instituições ligadas à Igreja, como MEB e a própria Ação Católica – principalmente a Juventude Universitária (JUC) e Ação Operária Católica (ACO) – também foram vítimas do furor repressivo...⁴²⁸

No Rio Grande do Norte, o regime prende o prefeito e o vice, substituindo-os por militares; o governador Seixas Doria, de Sergipe, é preso junto a Arraes em Fernando de Noronha; no Ceará há a intervenção do IV exército (já que a base aérea custou a se definir) e a rádio Dragão do Mar foi fechada; no Piauí, o governador fez um aceno tímido em apoio moral a Jango, postura logo abandonada com a consolidação do regime.

Aos estudantes também não houve tréguas: em novembro de 1964 a ditadura promulgaria a Lei Suplicy com aprovação do Congresso de 126 votos, nove a mais que os 117 deputados que foram contra⁴²⁹. Ali, os estudantes começaram de fato a aprender como funcionava uma ditadura: a Lei propunha que os Diretórios Acadêmicos fossem subordinados a Diretórios Estaduais de Estudantes e aos respectivos Conselhos Regionais Universitários, extinguindo a UNE em prol de um Diretório Nacional dos Estudantes, que teria sua sede em Brasília⁴³⁰.

As reações foram múltiplas, inclusive no Nordeste. Em Pernambuco, sede do IV Exército⁴³¹, a União dos Estudantes de Pernambuco (que havia sido invadida logo no dia 01/04) era comandada por Djair de Barros Lima, um interventor. Comprometida com o regime, a UEP deu apoio a várias manifestações de retirada de lideranças subversivas das

⁴²⁷ Idem, Ibidem, pp. 37-39.

⁴²⁸ Idem, Ibidem, pp. 223-225. A reação até certo ponto “anticlerical” dos golpistas pernambucanos se deu porque a ala da Igreja Católica na região não se posicionou a favor do golpe. Idem, Ibidem, p.30.

⁴²⁹ CRUZ, José Vieira da. **A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, de Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967**. Florianópolis: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, ANPUH Santa Catarina, 2011, p. 978.

⁴³⁰ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p. 43.

⁴³¹ De acordo com Calheiros, o IV exército era um “vespeiro de golpistas”. CALHEIROS, Vladimir. **A divisão na cúpula do golpe**. Jornal do Commercio, Recife, 31/03/1994. Especial 64 – 30 anos, pág 6. IN: COELHO, Fernando. **Op. cit.**, p. 30.

entidades estudantis, fato que só possibilitou sua “virada” na reprovação à extinção da UNE que promulgava Suplicy, unindo vários seguimentos em recusa à Lei. Como represália, a UEP foi fechada⁴³². Na Bahia, a Lei foi rejeitada até mesmo por estudantes "chapa branca" (apoiadores do governo), acabando por colocar o movimento estudantil desde cedo, nas mãos esquerdistas⁴³³. Em nível nacional, a implementação da proposta ainda possibilitou aos acordos MEC-USAID:

Depois do Golpe de 64 os americanos passariam a agir na planificação educacional brasileira diretamente, via Ministério da educação. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos foi fechado, assim como sua rede de Centros Regionais de Pesquisas. Técnicos renomados, como o próprio Anísio Teixeira, foram afastados. E toda uma série de acordos começaram a ser firmados entre o MEC e a United State Agency for International Development, a USAID. Foram os acordos MEC-USAID.⁴³⁴

A cassação e a perseguição de importantes lideranças relegaram os movimentos de Cultura e Educação Popular à destruição: o MCP foi desmantelado, suas lideranças presas e perseguidas, suas instalações invadidas, suas bibliotecas e livros foram perdidos. O grande apelo junto às massas fez com que a ditadura não encerrasse imediatamente o projeto, que sobreviveu com forte intervenção das forças repressivas até 1966. A mesma sorte foi reservada para o MEB: após uma paralisação de doze semanas, o projeto perdeu sua autonomia e poder de ramificação de outrora, sendo controlado firmemente pela hierarquia católica tradicionalista. A perda da postura política revolucionária se deu depois da repressão maciça a monitores, sindicalistas e trabalhadores em geral.

Após os primeiros meses, o governo ditatorial procurou maneiras de restaurar importantes alianças que o governo Goulart havia deixado falhar. Desta forma, há uma série de medidas aplicadas intentando as boas graças estadunidenses: o rompimento de relações com Cuba, a adoção de políticas tidas como mais amenas e democráticas (como o relaxamento de prisões e cassações, ou a repressão velada, sem pouca repercussão), a permissão do monitoramento externo em troca da injeção de recursos para o país, o aumento salarial, a lei anti-greve e cassação de mais 40 direitos políticos de "subversivos" (inclusive os de JK). Durante todo o regime de exceção, os Estados Unidos da América serão um

⁴³² CRUZ, José Vieira da. **Op. cit.**, p. 978.

⁴³³ Idem, *Ibidem*, p. 982.

⁴³⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 74.

importante aliado brasileiro, contribuindo não só com recursos, mas também com apoio internacional ao regime⁴³⁵.

2.4. Ana Paula⁴³⁶ no "Combate nas Trevas"⁴³⁷.

*[...]toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal. [...]podemos dizer [...]que os jovens que entraram na luta armada aplicaram o direito mais elementar: o direito de levantar armas contra um Estado ilegal, fundado por meio da usurpação pura e simples do poder graças a um golpe de Estado e ao uso sistemático da violência estatal. [...] aqueles que lutam contra um Estado ilegal são vistos inicialmente como exercendo um direito maior que é o fundamento de toda democracia real: o direito de dizer 'não', nem que seja por meio de armas.*⁴³⁸

*Para mim, foram dias absolutamente inesquecíveis. Tinha total consciência de que a história brasileira, a partir daquele momento, seria outra. Uma época havia terminado. Uma grande fratura, uma grande ruptura aconteceu entre nós. [...] Eu disse a mim mesmo: 'Nada vai ser igual! Devemos lutar, combater.'*⁴³⁹

O golpe, ainda que conjecturado por alguns setores sociais, tornou-se de pronto um fardo muito grande, abalando as bases das organizações que lutavam pela transformação da sociedade, pegando a todos desprevenidos. O número absurdo de prisões e exílio de lideranças importantes no meio urbano e rural, bem como de personalidades políticas, e o desmantelamento dos movimentos sociais, corroboraram os erros de estratégias político-econômicas por parte da camada reformista da população brasileira, que viveria tempos sombrios por vinte e um anos.

Como em todas as organizações de esquerda, a reatirulação da Ação Popular pós-golpe foi precária, devido, principalmente, ao despreparo para o golpe, que legou à militância apista uma série de incertezas com o acontecido, como nos mostra Betinho em seu "no Fio da Navalha": "[...] nós fizemos contato com a direção da AP, contato também com o PC do B, nós tentamos entrar em contato com as organizações, para saber o que estava

⁴³⁵ Vale ainda destacar que durante os meses de março/abril, esquadras norte-americanas inseridas no Projeto "Brother Sam" se fixaram no nordeste brasileiro, a fim de sufocar algum "inconveniente" à Revolução golpista. A decisão de não lutar de João Goulart fez com que não fosse necessária uma intervenção direta no país. Ver mais em: COELHO, Fernando. **Op. cit.**

⁴³⁶ "Nome frio" da Ação Popular nos anos de exceção.

⁴³⁷ Título popularmente conhecido após a publicação da obra de Jacob Gorender de título homônimo.

⁴³⁸ SAFALE, Vladimir. **O uso da violência contra o Estado ilegal**. In: TELES, Edson & SAFALE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 245-248.

⁴³⁹ SOUZA, Herbert José de. **Op. cit.**, p. 34.

acontecendo."⁴⁴⁰. Não havia uma estratégia consistente de luta no calor do momento, e ainda se esperou por um apoio de setores militares, que nunca viria. Outro fator importante para essa situação foi a desistência de muitos militantes, devido tanto à radicalização e clandestinidade da organização no pós-golpe, seja pela entrada no mercado e assunção de novas responsabilidades de muitos ex-militantes e estudantes⁴⁴¹. Desta forma, "a 'previsão do golpe', isto é, quando vão ser tomadas medidas concretas de resistência a ele, se dá na véspera dos acontecimentos da reduzida 31 de março de 1964"⁴⁴². Betinho ainda tentara telefonemas para as coordenações estaduais para alarmar acerca do estado das coisas, mas "de modo geral, esse telegrama já chegou juto com a polícia"⁴⁴³.

O primeiro “aparelho” apista “queimado” pela repressão foi em Rio Preto, São Paulo, na casa do professor Franz Milhelm Heimer, onde foram encontrados diversos documentos da Ação Popular, entre eles, o *Documento Base*.⁴⁴⁴

Nesse ínterim, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul conquistaram importante destaque na rápida (e ineficaz) tentativa de luta contra a ditadura, como traz à luz Duarte Pacheco Pereira: "Uma parte da diretoria vai para Pernambuco e eu fui encarregado de chegar lá [...] o Serra ficou no Rio para organizar uma força de resistência e o Marcelo ia para o Rio Grande do Sul junto com Brizola e outros companheiros."⁴⁴⁵. Com a desistência sem luta de João Goulart, essa diretiva foi abandonada logo depois da prisão de Miguel Arraes, tendo Duarte Pacheco Pereira permanecido na Bahia⁴⁴⁶; de onde passou a ser dirigente da direção regional da zona nordestina. De lá, conseguiram articular as lideranças do movimento estudantil para a greve articulada pela UNE e CGT, decidindo-se pela mobilização, recolhimento de material explosivo, fardas de oficiais, etc., para a resistência em Feira de

⁴⁴⁰ SOUZA, Herbert José de. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996, p. 52.

⁴⁴¹ Observar na entrevista de Pericles Souza a Franklin Oliveira Junior, em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 216.

⁴⁴² Idem, Ibidem, p. 207.

⁴⁴³ SOUZA, Herbert José de. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996, p. 48.

⁴⁴⁴ Recife: APEJE-DOPS-PE, prontuário 29661 – Ação Popular.

⁴⁴⁵ Duarte Pacheco Pereira em depoimento a Franklin de Oliveira Junior. Em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 206.

⁴⁴⁶ Duarte ia para Pernambuco, mas pelo tumulto no aeroporto, não conseguiu e ficou em Salvador, onde se encontrou com Haroldo Lima.

Santana (do prefeito "esquerdista" Chico Pinto⁴⁴⁷), junto com outras esquerdas, inclusive o PCB.

A avaliação generalizada da AP naquele momento era que não dava mais para resistir: cabia se reguardar para articular, pois como observa Osvaldo Rocha, "você não é capaz de dizer que ela [a AP] propõe politicamente [...], o que ela é, é um ajuntamento de pessoas, do que sobrou de cacos, não é? Em cima disso daí, propostas muito...muito confusas..."⁴⁴⁸.

A partir daí, a trajetória de cada um é toda uma história, de modo geral, escondidos na casa de familiares, amigos, militantes e religiosos, na capital ou no interior. A AP não fugiu da dispersão geral, porém foi uma das organizações que se articulou mais rapidamente. [...] A primeira reunião da direção nacional da AP pós-golpe foi ainda no mês de abril de 1964 numa Guanabara que procura resistir.⁴⁴⁹

Mais tarde, os que ficariam no Brasil tentariam se reorganizar em São Paulo, onde ficou fixada a Diretoria Provisória⁴⁵⁰, que contava com lideranças como Walter Barelli, Sérgio Vassimon, Egydio, Sérgio Motta e Chico Whitaker. Essa direção nunca foi realmente conhecida como tal, problema que perdura até 1965, com encaminhamentos das duas diretorias (junto com a Direção no exílio).

Uma das ações de bastante controvérsia desta Direção Provisória foi a soltura do Cabo Anselmo de uma base prisional no Rio de Janeiro, ação conjunta com outros setores das esquerdas. Posteriormente, o Cabo Anselmo foi detectado como elemento infiltrado pela ditadura, fato que abalou ainda mais as lideranças apistas. A ação chamaria a atenção de órgãos de segurança pública para a organização já nos primeiros meses do regime: o primeiro documento lavrado pelo Departamento Estadual de Segurança Pública da Guanabara (o informe 175/64)⁴⁵¹, já dá sinais de conhecimento da história e base organizacional (através de depoimento de militantes e simpatizantes) da AP, situando-a como espécie de grupo auxiliar do PCB, sugerindo que ela seja estudada por órgãos como o CENIMAR. Sobre a base militante e o sentido revolucionário da associação, o documento se demonstra tempestivo: "É

⁴⁴⁷ Ver mais sobre o fato em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 206.

⁴⁴⁸ Idem, Ibidem, p.248.

⁴⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 212.

⁴⁵⁰ Cabe aqui destacar que Duarte Pereira em entrevista a Franklin Oliveira Junior cita que essa Direção Provisória havia sido levada para São Paulo ainda por Betinho, Jair e Aldo, após o Golpe, antes que estes se exilassem, no êxodo em massa da organização para São Paulo. Idem, Ibidem, p. 218.

⁴⁵¹ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DA GUANABARA. **Informe 175/64**. Rio de Janeiro: APEJE-DOPS-PE, 1964.

a AP a organização que está procedendo campanha contra-revolucionária ostensiva e mais atuante que me foi dado observar até agora", portanto, "um adversário respeitável [...] que já deseja executar atitudes terroristas"⁴⁵². Vassimon, que observou de perto todo este momento, comenta que "64 foi o ano mais maluco que já passei, mas para manter viva [a AP], não tinha nem como reunir, era pepino por todo lado", e que as provisões dadas pelo grupo de Brizola no exílio "foi todo para soltar gente da cadeia"⁴⁵³.

Essa circulação da militância, que caracterizará a Ação Popular nos tempos de ditadura, também se mostrou como estratégia para despistar as autoridades do novo regime, projeto do novo plano de segurança traçado pela organização. Ele se deu por conta da repressão sobre a AP (que havia sido ferrenha), que em pouco tempo aprisionou lideranças importantes como, Sérgio Gaudenz, Jorge Leal, Serpo, Cosme Neto, Isa Guedes e o Pe. Lage⁴⁵⁴; ou obrigou a ida ao exílio e à clandestinidade a maioria da base diretiva e da sua liderança nos movimentos sociais. Desta forma, enquanto que Duarte Pereira e Haroldo Lima caíram na clandestinidade na Bahia, Betinho seguiria para um Sítio em Nova Iguaçu, indo para Montevideu posteriormente, junto com Aldo Arantes e Jair Ferreira de Sá⁴⁵⁵. Lá, seja sob a liderança de Jango ou de Brizola, Betinho elucida:

A esquerda se recompôs todinha no Uruguai, a FMP, os sargentos, oficiais, a POLOP, a AP, a IV Internacional [...] A gente convivia, a gente se criticava, principalmente nas reuniões nossas; mas a gente convivia [...] Ali se constituiu um Comando Revolucionário. Esse comando era o Brizola, o Neiva, o Schilling, o Max da Costa Santos, o Aldo e eu. [...] No clima lá, e principalmente com entusiasmo de Brizola nos primeiros meses, a gente achava que tinha jeito. Com o passar do tempo e o andar da carruagem, a insurreição nunca saía. Aí, surgiu a segunda estratégia, que era a guerrilha. Estava dentro do próprio grupo. Eu estava na guerrilha. [ai] O Brizola disse: " - Olha, vamos fazer o seguinte, vamos decidir isso, eu sigo na insurreição e vocês fazem a guerrilha".⁴⁵⁶

Vale destacar que data deste período a procura por soluções revolucionárias, com as leituras sobre o processo chinês e cubano (estudo que veremos mais a fundo no próximo

⁴⁵² O relatório cita que as bases eram de fato revoltosas, com a DN tendo evitado, num último instante, que militantes dinamitassem um edifício público em Belo Horizonte. Idem, Ibidem, p.4.

⁴⁵³ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 231.

⁴⁵⁴ Manifestações pelo país ocorrem e muita gente é presa: o número é tão grande que são providenciados navios para o encarceramento de presos políticos (como o navio ancorado em Santos, onde ficaram presos dezenas de militantes apistas de acordo com Sérgio Vassimon). Idem, Ibidem, pp. 211-212.

⁴⁵⁵ De acordo com Betinho, Montevideu contou, apenas nos primeiros meses de golpe, com cerca de 300 exilados brasileiros. SOUZA, Herbert José de. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996, p. 63-65.

⁴⁵⁶ Idem, Ibidem, pp. 58-65.

capítulo), tendo Betinho ainda comparecido à Cuba para observar os trabalhos de guerrilha de perto e em troca adquirir apoio para a organização com dinheiro, treinamento e armas; apoio também conseguido no movimento de Montevideú.

Mais lideranças se exilariam, como José Serra na Bolívia, seguindo depois para o Chile; e Paulo Wright e Alípio de Freitas, que foram para o México, partindo de lá para Cuba, onde ficaram até 1965 realizando treinamento guerrilheiro⁴⁵⁷. A militância que se encontrava em Paris durante o golpe lá permaneceu, como Vinicius Caldeira Brant, Sérgio Bezerra, Maria do Carmo e Carlos Walter Aumond, formando a base apista no exterior, importante para destacar nos setores internacionais o que acontecia no Brasil. Sobre esses agentes, declara Duarte Pereira:

Sérgio e Maria do Carmo Menezes faziam um curso de pós-graduação em Paris quando houve o golpe. Eles e outros companheiros, que também estudavam na França, como Aumond ("Roberto"), formaram uma base nossa no exterior, que muito ajudou na reorganização da AP em 1965 (enviaram documentos e opiniões para o debate preparatório do encontro que aprovou a *Resolução Política*), divulgaram no exterior materiais sobre o golpe e a situação política e econômica do país, estabeleceram relações em nome da AP com outros partidos e organizações e ajudavam nas viagens internacionais de dirigentes e outros companheiros. A esses companheiros, que já se encontravam em Paris quando ocorreu o golpe, juntou-se Vinicius Caldeira Brant, ou "Ro.", ou "Rolando", que havia viajado no começo de 1964 para participar, como representante da UNE, de um Congresso ou Conselho da UIE (União Internacional dos Estudantes), em Praga, e foi surpreendido pelo golpe. Permaneceu em Paris, passou a estudar, integrou-se à base lá formada e passou a executar várias tarefas de representação internacional da AP, designadas pela direção nacional, sediada no Brasil.⁴⁵⁸

Quando a poeira abaixou, a AP começou a mapear suas bases nos movimentos sociais, verificando a desorganização que havia reinado nos trabalhos juntos a operários, camponeses e estudantes. Como não pôde deixar de ser, o plano para restauração da associação foi através do movimento estudantil, em especial no meio universitário, que com exílio dos dirigentes, estava sendo organizada pelos setores direitistas que a haviam "conquistado" diante o vazio da Direção da organização. Com a Portaria de Junho, que suprimiu entidades estudantis "em todos os níveis" substituindo-as por órgãos oficiais, e com a proximidade da regulamentação

⁴⁵⁷ Alípio tinha relações muito próximas com Che Guevara, a quem conhecia pessoalmente; o que tornou o período em Cuba menos problemático. Ver mais sobre esse treinamento em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 241.

⁴⁵⁸ RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, p. 261, nota 54.

da Lei Suplicy⁴⁵⁹, a situação se tornava insustentável: dispostos a resistir, estudantes de esquerda convocam no dia 25 de junho reunião no restaurante Calabouço, onde ocorre precariamente o Congresso Nacional Estudantil da UNE, com doze delegados de várias UEEs, que elegem uma junta governativa para a entidade. O não reconhecimento do Ministério da Educação da DN provocou uma série de represálias, como a instauração do IPM e a prisão de dois membros⁴⁶⁰.

O fato gerou uma greve geral estudantil que eclodiria por várias universidades, em especial as Universidades de Brasília e de Viçosa (MG), que se destacarão no processo pela repercussão de suas ações: enquanto que na capital federal a luta também será pelo fechamento e aumento dos preços no Restaurante Universitário, e terá como saldo diversos estudantes presos, ameaças de suicídio, internações psiquiátricas e abuso por tortura (fato que acelera a deposição do reitor), bem como diversas invasões policiais, como a de outubro, que promove espancamento, demissões e prisões de diversos professores, com muitos se auto-demitindo (cerca de 90%), provocando posteriormente, o fechamento da Universidade de Brasília; a Universidade mineira, com o fim dos DAs, experimentaria um ato de solidariedade dos funcionários, com a renúncia dos coordenadores e greve dos estudantes e professores por 24h. Em todas as ações, a AP esteve presente⁴⁶¹, principalmente a partir das políticas implantadas pela UEE paulista, com lideranças como Francisco Rocca, Francisco Xavier, Furnari, Maria Nazaré Castro Gomes e Barreto, que haviam sido os articuladores do CNE.

Nos limiares de 1965, após a conclusão dos IPMs, ainda seriam presas quinze pessoas implicadas na restauração da UNE, maioria de apistas, como Sérgio Motta, Biachi, Mendonça de Brito, Vicente Trevas, Paulo de Barros e Marly Gouveia. Enquanto eram levados para o DOPS para testemunho, os militantes apistas foram comendo os pedaços de papel que continham informações sigilosas da organização, como endereços e codinomes⁴⁶². Mesmo com a portaria que regulamentaria a Lei Suplicy, e com a obrigação de órgãos tutelados pelo governo, em julho realizar-se-ia o XXVII Congresso na Escola Politécnica paulista, que

⁴⁵⁹ Que previa que os órgãos de representação de estudantes não poderiam mais ter participação política e o fim de autonomia do movimento estudantil.

⁴⁶⁰ Os presidentes da UEP e da União dos Estudantes de Minas Gerais.

⁴⁶¹ Sobre o fato, ver OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 232-233.

⁴⁶² Ver mais em MOTTA, Sérgio. **O Trator em ação**. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

apesar de duramente reprimido, não foi impossibilitado, tendo eleito o apista Altino Dantas para presidente da instituição.

A partir de então, a UNE radicalizará suas ações, num processo que culminaria nas "ondas de 1968": Em agosto, 42 DAs se negam a eleger o Diretório Estadual que substituiria a UME e os DAs, como política de manifestações à Lei Suplicy, onde há a suspensão de estudantes, e o uso de bombas, cassetetes, etc., por parte da polícia. Luiz Viana Filho, ministro da Casa Civil é vaiado no FNFI, ao mesmo tempo que ocorre primeira greve na USP pela democratização do ensino. Estas ações só aumentariam o saldo de estudantes presos, expulsos ou exilados. Só no meio universitário foram 3000 atingidos desde o primeiro de abril⁴⁶³.

A gestão Altino Dantas também participou do encontro de entidades Latino-americanas, promovido pela União Internacional dos Estudantes e da Organização Continental Latino Americana de Estudantes, onde "podemos retomar os contatos, bem como fazer, pela primeira vez para uma plateia internacional, um relato oficial da verdadeira situação da UNE após o golpe de 1964"⁴⁶⁴. Neste encontro, também houve o apoio aos países invadidos pelo imperialismo ianque (como República Dominicana), e a retomada de contatos importantes para a organização.

Apesar de uma gestão "tímida", visto que intentava a reorganização de uma UNE combatida e inoperante pela repressão ditatorial, Altino conseguiu reivindicar a luta junto aos movimentos secundaristas (mais ativo e que mais mobilizava), que poderiam ser "o núcleo impulsionador da formação de uma ampla frente de oposição e resistência ao governo, mas uma frente de caráter popular e de massas"⁴⁶⁵; e do movimento dos camponeses (principal setor da guerra de guerrilhas) e operários ("auxiliares"), despedaçados pela ditadura empresarial-militar. Se houve gestões, instituições e leis praticamente inutilizadas pelo novo regime, esses se davam nos meios operários e camponeses.

No campo a situação era desoladora: nesse período, com a prisão arrasadora de membros das Ligas e lideranças camponesas, principalmente em Pernambuco, como Osias

⁴⁶³ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**

⁴⁶⁴ MOTTA, Sérgio. **Op. cit.**, p. 44.

⁴⁶⁵ AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1965, Parte VI, p.8.

Ferreira, José Eduardo, Manoel Gonçalo (líder da FETAPE), João Virgínio da Silva, Luiz Serafim dos Santos, Enoch Saraiva (delegado do DRT), Belmiro Ferreira, Amaro Fernandes, Gregório Bezerra, Maria Celeste Vidal; Pe. Lage, Belmiro do Nascimento Bezerra, Jurandir Ferreira da Silva e Rui Soares (estes últimos apistas); e por conta do espaço deixado por elas, há ainda mais desestruturação e miséria para os camponeses, devido às práticas governamentais de arrocho salarial e da nova política de greves, do FGTS e do fortalecimento dos empresários a despeito da crescente valorização do preço do açúcar e do incremento da política de exportação, todas desenvolvidas pelo governo.

Assim que o trabalho e a ligação da AP com os camponeses foram refeitas, as lutas giraram em torno dessas questões basilares, como também contra abusos como o salário por “tarefa cumprida” e a proibição de cultivo pelos camponeses; bem como em ações como o “arranca-capim” (resistência a substituição de áreas de lavouras por de pecuária), “pinicada de arame” (cortar o arame farpado), “abate-gado” (matar o gado do empresário solto para comer as lavouras camponesas), pelo aumento da diária, redução das tarefas e taxas de parceria, melhores preços para os produtos, permanência na terra, direito de organização, contra a repressão, pela liberdade dos presos, etc; a despeito da aprovação do Estatuto da Terra⁴⁶⁶, da criação da IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), criados pela pressão estadunidense para modificação das estruturas fundiárias (para evitar tensões que eclodissem em revoluções, como ocorrido em Cuba), e que no fundo serviriam mais como uma colonização das áreas desérticas brasileiras⁴⁶⁷.

No setor urbano trabalhista, o movimento operário também recebeu uma política diferenciada dos apistas. Como dissemos anteriormente, o “braço operário” da organização foi sempre muito frágil, mas mesmo com essa dificuldade de atuação, a AP construiu bases sólidas nas frentes de São Paulo, ABC, Osasco e em Contagem (Minas Gerais), realizando trabalho de agitação e de “porta de fábrica” contra o arrocho salarial ditatorial, “onde se discutia a situação com os trabalhadores e se os concitava a irem a sindicatos, o que deu bom

⁴⁶⁶ Lei 5.404 de 30 de novembro de 1964 previa uma orientação sobre a política de reformas e o desenvolvimento agrário.

⁴⁶⁷ Ver mais em: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 95-96.

resultado temporariamente"⁴⁶⁸. A repressão não dá descanso, estando a todo momento o Ministério do Trabalho exercendo força sobre os sindicatos, principalmente após a portaria para regulação de eleições sindicais. O maior envolvimento com esse setor durante a ditadura se deu após a diretiva de "Integração na Produção", indicada aos militantes a partir de 1967.

Outro meio de inserção dos apistas foi no processo eleitoral que ocorreria em 1965, quando da virada da maioria da sociedade civil à oposição, visto os acenos cada dia maiores de "fechamento" do regime (como a alteração do tempo de domicílio eleitoral, e a continuação de Castelo Branco no poder), o que havia decepcionado parte dos "golpistas de primeira hora" desejosos de ocupar o cargo presidencial que deveria ser de Castelo até 1967.

Essa desilusão generalizada será mostrada nas urnas com a vitória, em massa, a 11 de outubro, de aliados de lideranças importantes, como o Brigadeiro Faria Lima, para deputado em SP (ligado a Jânio Quadros), Carlos Lacerda, JK, entre outros, entre os quais Negrão de Lima, eleito numa coligação entre PTB e PSD para a Guanabara, e Israel Pinheiro (amigo íntimo de Goulart) em Minas Gerais⁴⁶⁹.

A reação ao descontentamento com a ditadura, posta em cheque no processo eleitoral que traria ao poder lideranças que os generais queriam abafar, é a promulgação do Ato Institucional n.2 que, entre outros, proclamava eleições indiretas e a possibilidade de cassações e suspensão de direitos de qualquer cidadão. Ainda aumenta-se para dezesseis os ministros do Supremo Tribunal Federal, devido aos crescentes IPMs por casos de subversão. A mais importante medida conclamada pelo AI-2 foi o bipartidarismo, que dividiria a filiação dos políticos entre a ARENA (que aquela altura contava com 250 deputados e 40 senadores), o partido do governo, e o MDB (onde passaram a se concentrar os não-cassados do PTB e PSB), o "partido da oposição"⁴⁷⁰.

A situação dos universitários piora pós-AI-2: vasculhadas pelos IPMs instaurados, foram indiciadas 750 pessoas apenas na UNE. Uma Comissão Especial de Investigação Sumária é instalada nas Instituições de Ensino Superior (IES), para garantir expurgos e afins,

⁴⁶⁸ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 103.

⁴⁶⁹ Observar em OLIVEIRA JR. Franklin. **Op. cit.**, pp.218-230 e COELHO, Fernando. **Op. cit.**, pp. 299-310.

⁴⁷⁰ Texto na íntegra em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:43 h.

com algumas delas passando a ser dirigidas por interventores militares ou tendo-os em assentos nos órgãos acadêmicos.

2.4.1. A Resolução Política e o giro foquista da Ação Popular: a AP que cresce e a que morre.

O segundo semestre de 1965 marca a volta dos refugiados ao Brasil, chocados com o estado de coisas no país, como Alípio de Freitas e Paulo Wright (egressos de Cuba), Paulo Aumond⁴⁷¹ (de Paris); e Betinho, Jair Ferreira de Sá e Aldo Arantes membros da "Operação Pintassilgo"⁴⁷² que estavam desiludidos com a demora da insurreição de Brizola, e portanto haviam voltado do Uruguai. Sobre sua volta, Betinho nos conta:

Nessa época nós vimos que tais coisas não iam bem com a Ação Popular. As informações que tínhamos era de que tudo estava desmobilizado. Aí decidimos voltar, para propor à AP a guerrilha. Viemos para São Paulo, retomamos a direção da Ação Popular e foi aí que se decidiu que o caminho da revolução era o de luta armada.⁴⁷³

Com a volta dos dirigentes que haviam se exilado no pós-golpe, torna-se insustentável a desorganização apista, diante da também direção (Provisória) de São Paulo. O impasse, acabou por revelar discrepâncias mais pessoais do que políticas, propiciando uma "extensão da crise de indefinição do movimento e o perigo da desagregação da organização"⁴⁷⁴. Decidiu-se então, a convocação de um Comitê Nacional da Ação Popular em Santos, onde se elege Aldo Arantes como novo coordenador nacional do agora "Comando Nacional" (denominação de influência foquista), ao lado de Betinho e Aumond (da "velha guarda") e os "novatos" Duarte Pacheco Pereira, Paulo Wright e Sérgio Motta. Há ainda a formação de dez Comandos

⁴⁷¹ Nos diz Ridenti: "Esses companheiros de Paris, à frente dos quais se encontravam Vinícius, Aumond, Sérgio e Maria do Carmo, formaram um dos pólos da reorganização de 1965, ao lado da antiga direção nacional, vinda do Uruguai, da direção provisória de São Paulo, e da direção regional da Bahia. Por isso, a direção nacional que se formou em 1965 integrou companheiros desses vários pólos, inclusive Aumond, que voltou de Paris (no segundo semestre de 1965, se não me falha a memória) para assumir um dos seis cargos do chamado "Comando Nacional". Posteriormente, voltaram Sérgio e Maria do Carmo. Quando Sérgio Motta se afastou, Sérgio Menezes o substituiu. Mais à frente voltou Vinícius, que deixou as tarefas internacionais e assumiu, juntamente com o jornalista Carlos Azevedo, a tarefa de edição do jornal *Libertação*. Vinícius, Sérgio, Maria do Carmo, ao lado do padre Alípio e de Altino (hoje no PT), vieram a ser os principais integrantes do chamado *grupo de Rolando*". In RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, p. 261, nota 54.

⁴⁷² Idealizado pelo grupo brizolista em Montevidéo, consistia num grupo que tomaria uma cidade do RS, leria um manifesto, conclamando a população à rebelião contra a ditadura, fazendo explodir focos de insurreição em diversas partes do país, momento em que Brizola voltaria ao Brasil e ocuparia os setores midiáticos comandando o movimento de volta de Jango à presidência com o conclave de eleições.

⁴⁷³ SOUZA, Herbert. **Teoria e Política**. n.16, p. 36.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 235.

Regionais (o que possibilitaria viagens a todas regiões montadas) e a realização de reuniões de assessoria nos meios, bem como o restabelecimento do estatuto e código disciplinar em nível nacional. Começa-se, também, a traçar os planos para a publicação do jornal mensal *Revolução*.

O encontro também é importante porque é em seu seio que começa a se delinear e se debater as teorias dos reformistas e dos revolucionários (PC chinês e Cuba), principalmente quanto à luta que se deveria intentar, definida como "luta armada". Nele há também a discussão de termos inéditos dentro da AP, como "a questão do Partido de vanguarda revolucionário", frente de entidades e partidos. Esse limiar de tais divergências e lutas internas se acelerará a partir de então, culminando no "grande racha" de 1968.

A produção do Comando Nacional neste encontro ficou conhecida como *Resolução Política*⁴⁷⁵, último documento socialista, humanista e personalista da organização. Esta resolução intentava levantar pontos para auto-crítica da organização, tida como "revisionista" no pré-64, motivo da falha de seu projeto de sociedade. Não cabia uma transformação total de sua política: cabia sim, revelar os erros, obstáculos, deficiências teóricas e práticas da AP contidas em seu documento primeiro, o Documento-Base⁴⁷⁶. Era intento da publicação:

[...] esta resolução visa definir uma linha política revolucionária para a nossa organização, linha política que nos cabe levar à prática, não em um amanhã sempre remoto, mas a partir de hoje, sem adiantamentos. O que nos obrigará a arrancar nossa organização do seu atual estágio e dimensionando-a segundo as exigências de nossa opção original, fazê-la ingressar numa nova etapa de sua existência, etapa rigorosamente popular revolucionária. [...] o roteiro desta resolução será, depois de uma breve revisão autocrítica do movimento, o de retomar o Documento Base para reafirmar suas posições filosóficas, enriquecer suas análises históricas, e a partir daí, prolongando-o e completando-o, explicitar e definir a linha política e programática por ele esboçada.⁴⁷⁷

Como observado, cabia "reescrever" o DB: conhecê-lo, entendê-lo e completá-lo, visto que fora feito ainda no período democrático pela "velha AP" (cristã, idealista e utópica), que havia entrado desorientada e artificialmente no processo político, como uma "organização

⁴⁷⁵ Seu título, no entanto, era "uma política revolucionária para o Brasil". AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1965.

⁴⁷⁶ Outros documentos da organização, como o Estatuto Ideológico, também foram debatidos. Idem, Ibidem, pp. 3-4.

⁴⁷⁷ Idem, Ibidem, pp. 1-2.

democrático-reformista, representante da pequena burguesia radicalizada"⁴⁷⁸, perdendo assim, as rédeas dos acontecimentos e formando bases fracas nos setores camponês e operário, a quem a organização não teria conduzido e integrado "tática e estrategicamente no processo de luta revolucionária"⁴⁷⁹. O *DB* era um marco por definir-se pelo socialismo, superando assim as "posições ingênuas do simples anticapitalismo"⁴⁸⁰; mas sobravam críticas dos apistas, principalmente quanto à necessidade de uma análise histórica mais desenvolvida, onde se pudesse perceber o mundo subdesenvolvido, característico das sociedades latino-americanas⁴⁸¹.

O documento começa por definir a etapa da revolução brasileira como "socialista de libertação nacional", corrigindo os problemas de falta de precisão do projeto insurrecional e da preparação evolucionária contidas no *DB*: se intentava agora, um caminho para o Estado Proletário sem a etapa do Estado Burguês, classe dependente do capitalismo monopolista e tido como "aliança problemática" no pré-64, que havia custado a queda do regime democrático e a falha no projeto político das esquerdas. Para tal, era preciso traçar uma "política revolucionária possível" e mais afinada com o momento histórico da organização.

A revolução socialista de libertação nacional, anti-imperialista e anti-feudal, baseava-se na luta armada, afinada com o "imperativo ético" de uma revolução concatenada com as ideias fidelistas, guevaristas e maoístas. Traçava-se, assim, a luta por meio da guerra de guerrilhas:

trabalho contínuo e sistemático de desgaste do inimigo e progressivo fortalecimento das forças revolucionárias até que, pelo trabalho crescente de conscientização, propaganda política, radicalização da luta institucional e formação gradativa do dispositivo armado popular, se torne possível [...] o confronto direto com o inimigo.⁴⁸²

⁴⁷⁸ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 173.

⁴⁷⁹ AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1965, p. 7.

⁴⁸⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

⁴⁸¹ Estas teriam crescido sob o capitalismo, por isso não havia gerado nações, e sim países dominados pelo comércio internacional, sendo o continente usado como parte da política militar dos EUA pós o século XVIII através do jogo dualista de dominação-libertação. Idem, *Ibidem*, pp. 6-7. Ver mais em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 243.

⁴⁸² Idem, *Ibidem*, p. 60. As fases da luta seriam: levantar os locais favoráveis ao desenvolvimento da luta, onde se tivesse acesso às técnicas e recursos materiais, para intensificação da guerrilha com vistas a formar o exército guerrilheiro (condições criadas a posteriori do foco insurrecional), para início da guerra de movimento. Após, com a vitória nessa primeira fase, se daria a ofensiva geral: a guerra de posições, quando o exército guerrilheiro infiltra-se nas áreas inimigas, criando zonas libertas revolucionárias.

Esta estratégia revolucionária, travada pela aliança entre operários, campesinato e os intelectuais revolucionários⁴⁸³, só seria possível a partir da "guerra política", único meio após o esgotamento do caminho institucional promovida pelo golpe de abril de 1964. Para tanto, se formou "Comissões": responsáveis por traçar o caráter político-militar da luta (radicalização progressiva da luta institucional, luta ideológica, organização revolucionária e articulação dos movimentos revolucionários da América Latina), e pela preparação dos núcleos guerrilheiros e de faixas de ação armada na cidade e no campo, através da constituição de dispositivos armados (Grupos de Ação Armada e Grupos Armados de Defesa Popular), gerenciados por um "Comando Militar" (além de comandos regionais), sob jurisdição de Paulo Wright, e posteriormente, de Haroldo Lima. Este era incumbido de ministrar cursos de emprego de armas e explosivos e de realização de ações guerrilheiras, de apoio tático, de sabotagem, propaganda política, guerra político-econômica e psicológica, entre outros. Exemplo das ações travadas por esses órgãos, foram a expropriação de um banco no interior de Alagoas, a tentativa de sabotagem do processo eleitoral de 1965 na Bahia, a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa e o atentado ao aeroporto dos Guararapes em julho de 1966; fato que observaremos mais detalhadamente no próximo capítulo⁴⁸⁴.

Como havia sempre ocorrido com os documentos apistas, os intelectuais por trás da *RP* levaram-na a consultorias de lideranças importantes, como de padres e instituições católicas que nunca abandonariam o "apoio" à organização (via Betinho), de evangélicos (via Paulo Wright), de políticos renomados como Miguel Arraes e Brizola (através de Aldo Arantes), e de intelectuais simpatizantes e militantes de outras organizações políticas, como Fernando Henrique Cardoso, Rubem Paiva, Fernando Gasparian, Leôncio Basbaum e Heitor Faria Lima (contatos de Duarte Pacheco Pereira)⁴⁸⁵.

A nova diretiva da guerra e luta armada, baseada na guerra de guerrilha foquista, acaba por ocasionar o abandono natural de antigos militantes não concatenados com a nova visão da organização, como corrobora Duarte Pacheco Pereira, ao levar em consideração que aquelas

⁴⁸³ A força principal da revolução seria o movimento camponês, à classe operária caberia papel decisivo nas fases finais da luta, com a ocupação dos aparelhos produtivos das classes dominantes. Ver em **AÇÃO POPULAR. Formação do Dispositivo Armado**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1965, p.8.

⁴⁸⁴ Ver em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 268.

⁴⁸⁵ **AÇÃO POPULAR. Comentários sobre a Resolução Política**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1965.

crescentes transformações provocariam "tensões grandes dentro dos militantes [...] e fruto disso há a primeira, digamos, cisão, afastamento de vários dirigentes, militantes que não aceitam essa perspectiva que nós chamávamos de [...] reorganização."⁴⁸⁶. Nesse movimento, se afastaram da AP nomes importantes como Sérgio Vassimon (Serjão), Egydio Bianchi, Francisco Whitaker, entre outros⁴⁸⁷.

⁴⁸⁶ PEREIRA, Duarte Pacheco. **Entrevista**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas, s/d.

⁴⁸⁷ Para mais informações, ver depoimento de vários ex-militantes que abandonaram a organização e sua posterior relação com a mesma (caso de Vassimon), ver OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 253.

CAPITULO III – NAS ONDAS DO PRÉ-68

3.1. A sociedade brasileira na transição dos governos militares: de Humberto de Alencar Castelo Branco a Arthur da Costa e Silva.

*É verdade que essa ditadura se diz defensora da democracia. Mas como pode ser democrático um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário?*⁴⁸⁸

*A entrega do poder de Castelo a seu sucessor desmoralizou completamente o discurso golpista de primeira hora, encerrando, para muitos, um ciclo de esperanças e ilusões. O projeto de “institucionalização” do regime mostrava que este tinha vindo para ficar, e por muito tempo.*⁴⁸⁹

Nos atribulados anos de 65-68, o Brasil vivia em plena estruturação da ditadura empresarial-militar, agora não mais preocupada em mascarar-se sob a alcunha de estado democrático de direito, com a tortura e as arbitrariedades contra os “inimigos do regime” se tornando uma política de Estado cada dia mais sólida e permissível⁴⁹⁰, seja no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Centro de Informações do Exército⁴⁹¹ ou no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), órgãos estruturados pelo estado que funcionavam à época com a função coercitiva. É do período também (maio de 66) a criação, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Departamento de Instrução Especializada para Treinamento de cadetes para operações anti-guerrilha. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), comandados e coordenados por coronéis, tenentes-coronéis, maiores e capitães tornavam-se múltiplos, com simples processos se transformando em ações mais complicadas

⁴⁸⁸ **UNE adverte que não fecha e acusa Castelo de Ditador.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1966, depoimento de Altino Dantas In: SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes.** São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p.37. Por conta da “ousadia” para com o presidente da república e de outras publicações sugeridas, Altino foi preso para prestar esclarecimento sobre suas palavras.

⁴⁸⁹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP.** Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000, p. 263.

⁴⁹⁰ Vale destacar que, por muitos militares, as ações de tortura eram tidas como calor do momento, como traz à luz Samanta Quadrat, em depoimento de Geisel à pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas: “A atitude conivente de Geisel, que chegou ao afirmar no longo depoimento a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que a tortura era aceitável em determinados casos, e até mesmo um mal menor, deu início a uma das mais conhecidas ideias defendidas pelos militares, a saber: que a tortura não foi uma prática de Estado, e sim uma ação que correspondia aos excessos praticados pelos comandados.” QUADRAT, Samantha Viz. **A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968)** In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006, p. 135. Para esses agentes, a tortura não teria sido uma política sistemática de Estado, portanto não haveria crime, e o governo não poderia ser responsabilizado. Em outro âmbito dessas arbitrariedades cometidas, a repressão atingia não só os presos políticos, como também seus familiares, com a prisão de familiares.

⁴⁹¹ Criado em maio de 67.

a fim de enquadrar os suspeitos por subversão, inclusive dentro das Forças Armadas⁴⁹². Aos setores estatais coercitivos, se juntaram civis envolvidos no Comando de Caça aos Comunistas (CCC):

Repressão aberta e ação de grupos clandestinos fascistas foram instrumentos que a ditadura adotou na tentativa de deter o avanço dos movimentos de massas. Sábado Dinotos, membro de um grupo direitista que praticava terrorismo, preso, afirmou que “o plano terrorista foi organizado por ordem direta da Casa Militar da Presidência da República como plano de uma ação contra-revolucionária”.⁴⁹³

A esse aparato coercitivo, havia toda uma gama legal a sustentar. O ano de 1966 será frutífero no que tange a iniciativas governamentais de “fechamento” do Regime instaurado em 64, reafirmado na Constituição de 1967, que perduraria todo o regime (sendo substituída pela Carta Cidadã em 1988): já em fevereiro, Castelo lança o Ato Institucional n.3⁴⁹⁴, que cassaria mais personalidades e anunciaria a eleição indireta de governadores e prefeitos em cidades-chave para a segurança nacional, como Pernambuco (Nilo Coelho), Rio de Janeiro (Geremias Fontes) e Rio Grande do Sul (Peracchi Barcelos). No fim do ano, após recesso forçado, o Congresso é convocado pelo AI-4, que centraliza ainda mais o poder nas mãos do Executivo, e prevê a concretização da nova Constituição (elaborada e organizada pelo Ministério da Justiça), que entra em vigor em janeiro de 67⁴⁹⁵.

A insatisfação dos empresários com a política econômica no biênio 65-66 era visível, exemplificada pela revista da Confederação Nacional da Indústria (CNI): em fevereiro, editorial acidamente crítico concluía que a “economia brasileira parou em 1965”. Em março, o órgão acusava a inexistência de diálogo entre governo e produtores. Em abril seria encaminhado Memorial ao general-presidente, assinado pela CNI e federações estaduais, reivindicando melhor tratamento”. O edital, no entanto, culpava os “senhores planejadores”,

⁴⁹² Samantha Viz Quadrat estima houve cerca de “650 oficiais das Forças Armadas atingidos por alguma punição (como a passagem para a reserva)”. Idem, *Ibidem*, p. 134.

⁴⁹³ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da ação popular. Da JUC ao PC do B**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984, p. 81. Ver também aqui, ação do PARASAR (Serviço de Salvamento da Aeronáutica).

⁴⁹⁴ Texto na íntegra disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm Acesso: em: 20/06/2015 às 19:46 h.

⁴⁹⁵ Texto na íntegra em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:48 h.

mudando totalmente de atitude no segundo semestre, saudando “a eleição e os ‘novos horizontes’ abertos entre povo e empresários.”⁴⁹⁶

A situação dos trabalhadores também se agrava: à recessão econômica que durava desde 1962 (com o poderio e a influência econômica, social e política estrangeira em crescimento no Brasil, bem como do tecnicismo burocrático), se aglomeram outros problemas advindos das diversas “reformas” na Lei Trabalhista, desenvolvidas por Castelo Branco. Ainda em 1965 fora promulgada a Lei 5107, que instituía o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acabando com a estabilidade no emprego, e a concentração de impostos e recursos previdenciários no Banco Nacional de Habitação (BNH)⁴⁹⁷. Gorender elucida o ambiente à época:

Ao mesmo tempo, o Governo Castello Branco pôs em vigência legislação quase proibitiva do direito de greve (somente as greves contra atrasos de pagamento terão alguma tolerância) e revogou conquistas importantes de categorias profissionais como ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros.⁴⁹⁸

O clima piora com a explosão de greves e manifestações em desagrado às políticas governamentais, principalmente à Lei anti-greve: em fevereiro, a casa do cônsul norte-americano em Porto Alegre sofre um atentado; 200 portuários e várias outras categorias entram em greve em campanha salarial e para melhores condições de trabalho; em maio o carro de Juracy Magalhães é apedrejado por estudantes, quando o ministro discutia com alguns manifestantes⁴⁹⁹; em 1967 é criado o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), à revelia dos sindicatos comprometidos com o regime; Castelo Branco é vaiado na Escola Nacional de Arquitetura da Universidade de Brasília; estudantes universitários e secundaristas

⁴⁹⁶ OLIVEIRA JR., Franklin, **Op cit.**, p. 254.

⁴⁹⁷ Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5107.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:49 h. Só entraria em vigor em 01/01/1967.

⁴⁹⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990, p. 141.

⁴⁹⁹ Observar os pormenores do ocorrido no depoimento de José Renato Rabelo ao Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em: PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Repressão e Direito à Resistência. Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013, pp. 220-221.

se mobilizam de forma coesa, decretando greve geral em setembro, que culminaria no dia 22, decretado Dia da Luta contra a Ditadura⁵⁰⁰...

As manifestações populares dos primeiros meses acabaram por ganhar apoio de alguns setores sociais, antes comprometidos com o projeto castelista. A crescente desaprovação com o governo, que não dava vistas a devolver aos civis as rédeas do jogo político, desiludiu grande parte da imprensa brasileira (principalmente a partir da Lei de Imprensa de fevereiro de 67⁵⁰¹), membros das classes abastadas⁵⁰² e de proeminentes lideranças, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros (“último golpista” no poder, cassado em junho), cada dia mais afastados pelos militares⁵⁰³. O quadro também é problemático no Congresso: arbitrárias cassações pelo AI-3 levam a desagrado da maioria das bancadas, fazendo com que o governo ponha a casa em recesso. A situação só se agravou com a Lei de Segurança Nacional, e com a carta do político militar Juracy Magalhães, divulgada nacionalmente, que previa a extensão do governo militar por mais quatro anos, e sua consolidação por tempo indeterminado. Em maio, confirmando a constatação de Magalhães, é homologada a chapa de Costa e Silva e do civil Pedro Aleixo à presidência da República. Sobre a ascensão de Costa e Silva, Samantha Viz Quadrat nos elucida:

É claro que a demora de Castelo Branco em se posicionar sobre a questão da sucessão permitiu o crescimento da candidatura de Costa e Silva – que havia saído vitorioso dos embates sobre o AI-2 – e decretou a derrota do grupo “castelista” naquele momento [...] incapaz de atender às demandas militares e conter as desconfianças que atingiram setores mais exaltados da corporação após a derrota governista nas eleições estaduais...⁵⁰⁴

De acordo com o documento “Movimento Estudantil: Principais acontecimentos históricos de 1960 a 1987”, disponível no fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP), o saldo do governo de Castelo Branco havia sido

⁵⁰⁰ Ver verbete “UNE decreta greve nacional”, trecho extraído do Jornal **A Última Hora**, de 19 de setembro de 1966. Disponível em: **Memorex: Elementos para uma história da UNE**. Rio de Janeiro: Apesar de Tudo: UNE Revista, s/d In: Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d.

⁵⁰¹ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:50 h.

⁵⁰² Entre eles, podemos citar Jean Marc Van der Weid, que defendeu Carlos Lacerda e o regime golpista no Palácio da Guanabara e posteriormente vira militante proeminente da Ação Popular. Para mais informações sobre a “virada” de Marc, ver entrevista do mesmo à Marcelo Siqueira Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho In: Campinas: Fundo Movimentos Políticos na América Latina do Arquivo Edgard Leuenroth, 1986.

⁵⁰³ Sobre Castelo e sua intervenção nos governos estaduais ver OLIVEIRA JR., Franklin, **Op cit.**, p. 254.

⁵⁰⁴ QUADRAT, Samantha Viz. **Op cit.**, p. 136. Ver mais em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op cit.**, p. 226-228.

devastador: “425 sindicatos fechados, 3747 atos punitivos e 733 projetos de lei originados do executivo.”⁵⁰⁵

Afora estes setores, outra importante camada da sociedade brasileira começa a desenvolver uma visão mais progressista: trata-se de alguns membros proeminentes do clero, a exemplo de D. Helder Câmara. A ascensão de D. Helder à figura de “protetor” dos perseguidos pelo regime leva o setor progressista da Igreja à oposição ao governo:

A maioria dos bispos intuitivamente apoiou o golpe como medida anticomunista. Porém, enquanto a polarização levava à violência e os militares aprofundavam o controle sobre o país, a Igreja realizou uma revolução religiosa na qual enfatizava a justiça social e assimilava os esforços de uma nova geração de radicais católicos.⁵⁰⁶

Como parte desse movimento, o XIV Congresso da JUC, realizado este ano, constata uma realidade do movimento incabível⁵⁰⁷, sendo o primeiro dos movimentos especializados, junto com a Ação Católica Operária, que se radicaliza e não se reconhece mais na Ação Católica Brasileira. Com as Juventudes extintas, a Igreja começa a atuar em outras esferas contra a ditadura.

O ano de 1967 começa com a aprovação da nova Constituição por um Congresso combatido e acuado. De acordo com Socorro Abreu,

A Constituição de 1967 manteve alguns direitos individuais, como o *habeas corpus* e o direito de reunião, associação e expressão, embora tenha aumentado o poder do Executivo e diminuído as forças dos estados, que passaram, também, a ter eleições diretas. O caráter federativo da república significava, na prática, mero jogo de palavras.⁵⁰⁸

Enquanto isso,

No mesmo período em que a ‘Constituição’ era aprovada na Câmara e no Senado, o futuro presidente general Costa e Silva visitava os EUA onde conversou com o secretário de Estado Dean Rusk. A sua posse em março de

⁵⁰⁵ MOVIMENTO ESTUDANTIL. **Movimento Estudantil: Principais acontecimentos históricos de 1960 à 1987**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leurenroth, s/d, p. 03.

⁵⁰⁶ SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 86.

⁵⁰⁷ Em outubro de 1965, D. Vicente Sherer, secretário da CNBB para o Apostolado de Leigos teria, depois de reuniões em Roma sobre o movimento, descentralizado a AC, dissolvendo as estruturas regionais e reduzindo as equipes nacionais a uma mera tarefa de coordenação. Ver em: OLIVEIRA JR., Franklin, **Op cit.**, p. 251.

⁵⁰⁸ LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos**. 2ª Ed. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p.87.

1967 vê um novo empréstimo norte-americano. Havia sido antecedida também por uma nova leva de cassações de parlamentares e pela promulgação da nova Lei de Imprensa.⁵⁰⁹

À Frente Ampla⁵¹⁰, composta por políticos importantes, como Juscelino Kubscheck, João Goulart (ambos no exílio) e Carlos Lacerda, restou a redação de um Manifesto no dia de posse de Costa e Silva⁵¹¹. No todo, em 1967:

Os jornais continuavam a fazer denúncias, alguns setores da Igreja Católica começaram a se opor ao governo, sindicatos e movimentos artísticos e culturais também apareceram nesse cenário de forte oposição que começava a se organizar. Porém, foi do interior do movimento estudantil que surgiu a principal pressão contrária à ditadura civil-militar e foi em torno dele que os demais grupos se aglutinaram.⁵¹²

Desde o princípio, o governo Costa e Silva sinalizava o endurecimento do regime, com a ascensão de militares “duros” “invadindo” a máquina estatal brasileira⁵¹³. Resultado direto deste endurecimento, foi a montagem de seu ministério, com nenhum membro ligado ao governo Castelo: afora os comandos militares (que ficaram a cargo dos almirantes Augusto Hamann Rademacker Grunewald, do marechal-do-ar Márcio de Souza Melo e do general Aureliano Lyra Tavares, tendo designado à Casa Militar, Jayme Portela de Melo); ficou a cargo militar também os Ministério do Trabalho e Previdência Social (coronel da reserva Jarbas Passarinho), o de Interior (general da reserva Afonso Augusto Albuquerque Lima), o de Transportes (cel. da reserva Mário Andreazza), do SNI (general Emílio Garrastazo Médici), o do Indústria e Comércio (general da reserva Edmundo de Macedo Soares) e o de Minas e energia (cel. da reserva José Costa Cavalcanti), apenas 4 das pastas foram distribuídas aos civis⁵¹⁴.

⁵⁰⁹ OLIVEIRA JR., Franklin, **Op cit.**, p. 281.

⁵¹⁰ A Frente Ampla é vista pelos apistas como “imperialista, de cúpula e conchavos”, principalmente por sua recusa de mobilizar as classes populares para a queda da ditadura. Dessa forma, houve legítimo afastamento entre a oposição estudantil e a praticada por essa ala burguesa ao regime instaurado em 1964. AÇÃO POPULAR. **Revolução n. 1**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1966, p.7. Ver também em MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**. São Paulo: Papirus, 1987.

⁵¹¹ Em 15 de março de 1967, Arthur da Costa e Silva foi eleito com 295 votos pela Aliança Renovadora Nacional, numa eleição indireta.

⁵¹² QUADRAT, Samantha Viz. **Op cit.**, pp. 136-137.

⁵¹³ Franklin atenta para os quatro grupos militares que se tensionavam pelo poder, In: OLIVEIRA JR., Franklin, **Op cit.**, p. 291.

⁵¹⁴ Hélio Beltrão (Planejamento), Delfim Neto (Fazenda), José de Magalhães Pinto (Relações Exteriores), e Luiz Antônio Gama e Silva (Justiça). OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 290.

Sem dúvidas, as lutas que antecederam o AI-5 de 13 de dezembro de 1968 foram capitaneadas pelo Movimento Estudantil, o primeiro a sair do ostracismo de 1964 e voltar às movimentações, manifestações e protestos. Apesar de que, desde cedo percebendo-se a força combativa dos estudantes, a ditadura tenha tentado implementar mecanismos de anulação social destes – a exemplo da Lei Suplicy, n. 4.464, aprovada em 9 de novembro de 1964, e rechaçada categoricamente pela categoria –, os estudantes teriam tido, além da resistência a esses mecanismos coercitivos como motor de suas lutas e aspirações, de acordo com Martins Filho⁵¹⁵, uma vantagem de classe, já que, oriundos em sua maioria da classe média, teriam sido poupados de repressão mais intensa às suas áreas de militância, a exemplo dos movimentos camponês e operário, sufocados à primeira hora⁵¹⁶. Essa vantagem de classe, no entanto, vai sendo paulatinamente substituída por uma ação mais repressiva por parte do Estado. Basicamente, os estudantes vão se tornando “a força a combater”: inimigos primeiros da ordem estabelecida no Brasil. Nada mais cabível, portanto, que direcionar o aparato repressivo estatal em sua força máxima para conter e combater os estudantes subversivos: as primeiras vítimas foram as entidades e lideranças. José Luis Guedes, eleito no XXVIII da UNE atenta que “perdemos as nossas sedes e a nossa presença aberta só se verificava nos atos e manifestações públicas no interior das universidades e nas ruas.”⁵¹⁷

Os eixos em que se concentrava os membros do Movimento Estudantil estavam, assim, assentados na luta contra ditadura e na campanha pela transformação da Universidade, em acessibilidade e em liberdade de direitos. Com o passar do tempo, os estudantes engajados vão incorporando novos horizontes, se envolvendo em lutas pelos direitos dos camponeses, operários e civis, combatendo a repressão em diversos níveis, sendo na luta armada ou na manifestação pela censura aos artistas (como a repressão às canções de artistas como Geraldo Vandré e Chico Buarque). Várias eram, portanto suas armas: comícios relâmpagos, passeatas, pichações com dizeres em muros e ônibus, passeatas dos bichos (calouros), uso do coquetel molotov, entre outros.

Os maiores embates entre governo e estudantes ocorriam, de fato, nos Congressos da União Nacional dos Estudantes, considerados ilegais pela Lei 4.464. Para complementação,

⁵¹⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. **Op. cit.**, pp. 77-78.

⁵¹⁶ De um modo geral, os sindicatos só saem do ostracismo e se tornam atuantes na sociedade a partir de 1967.

⁵¹⁷ SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p.51

em 1967 a UNE também foi proibida de funcionar enquanto sociedade civil⁵¹⁸. O primeiro deles sob a ditadura ocorreu em 1965, e elegeu o apista Altino Dantas para a vigésima sétima gestão, que mesmo tímida, conseguiu avanços importantes ao abrir o movimento estudantil para as lutas sociais mais abrangentes, retornando com o jornal *Movimento*⁵¹⁹, e tentando reconstruir a identidade nacional da Instituição⁵²⁰. Essa nova atitude contribuiu para quebrar a idéia de que o movimento estudantil até então teria sido apenas e “basicamente espontâneo, socialmente isolado, pouco organizado e incapaz de encontrar uma perspectiva de continuidade.”⁵²¹. De acordo com Altino Dantas, “aos estudantes, essa era a orientação da UNE, restava prestar solidariedade sempre que possível e necessário.”⁵²². A gestão de Altino ainda possibilitou a participação da UNE no encontro de entidades Latino-americanas, promovidos pela União Internacional dos Estudantes (UIE) e pela Organização Continental Latino Americana de Estudantes (OCLAE), onde “pudemos retomar os contatos, bem como fazer, pela primeira vez para uma platéia internacional, um relato oficial da verdadeira situação da UNE após o golpe de 1964”⁵²³

A logística para a elaboração do XXVIII da UNE foi imensa: após a informação que cinco mil soldados teriam sido convocados para evitar a realização do Congresso (sendo expedidos mandatos de prisões aos presentes e para o fechamento das entradas de acesso a capital mineira, entre outros⁵²⁴), inclusive com ordens de “prender todo cara que tem pinta de estudante”⁵²⁵; a infraestrutura de um mega evento foi montada nos porões do Convento dos Franciscanos em Belo Horizonte, com capacidade para comportar os 450 delegados esperados, dos quais 300 compareceram. O evento ainda contou com o apoio do advogado Sobral Pinto, que preparou um Mandato de Segurança para garantir o direito de reunião

⁵¹⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-lei 228 de 28/02/1967**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:52 h.

⁵¹⁹ Base do processo da primeira Auditoria de São Paulo que sofreu Altino Dantas, sentenciado a dois anos de prisão, à revelia, por incitação ao Congresso XXVIII da UNE. SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p.42.

⁵²⁰ Essa pretensão de englobar os diversos setores na luta pela ditadura levou ao encontro de Altino e Adhemar de Barros, ilustrado pelo mesmo em Idem, Ibidem, pp.37-38.

⁵²¹ MARTINS FILHO, João Roberto. **Op. Cit.**, pp. 127.

⁵²² SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p. 43.

⁵²³ Idem, Ibidem, p.64.

⁵²⁴ Idem, Ibidem, p. 40.

⁵²⁵ JORNAL DO BRASIL. **Vigilância policial permanece na estrada**. Rio de Janeiro: 28/02/1967. Presente no Prontuário DOPS-PE 1332 – “Congresso da UNE”.

contida na Constituição. A UNE de Altino ainda mandaria alguns documentos à imprensa e aos parlamentares, em manifesto publicado no *Correio da Manhã*⁵²⁶.

O evento se iniciou dia 28 de julho, apenas com Altino na mesa representando a direção⁵²⁷. Com trabalhos rápidos e discussões políticas de alto nível, sendo este o primeiro Congresso nacional de fato após os acontecimentos de abril de 64, a “Folha da Semana” noticiou:

No plenário havia apenas uma mesa, a do presidente, que por acaso a encontrou ali e usou para dar mais formalidade ao ato. Ao seu lado, estavam os estudantes Norte Americanos (que participavam como delegação fraternal ao Congresso da UNE). Espalhados pela sala, haviam 300 delegados, todos sentados no chão, muitos apoiados sobre os cobertores que lhe serviam de cama. Outros tinham a frente o pão,⁵²⁸ as bananas da ração de campanha servida durante os dias da clausura.

Após palestra acalorada dos estudantes internacionais convidados, que criticaram o governo estadunidense principalmente no que tange à invasão ao Vietnã, os estudantes aplaudiram ao estilo clandestino: estalando o polegar. Posteriormente, rapidamente, houve aprovação dos principais documentos e a eleição da nova gestão. O XXIII da UNE, elegeria assim um grupo de apistas: Antônio Xavier, José Fidelis Sarno, José Renato Rabelo e o presidente José Luiz Guedes.

A 28ª gestão durou até julho de 1967 e foi responsável pela continuação da inserção dos estudantes nas lutas sociais mais amplas. A UNE participou de vários Congressos, como o IX União Internacional dos Estudantes, na República Popular da Mongólia, onde houve certos problemas pelo patrocínio da entidade com todos os representantes estudantis, inclusive a CIE “entidade internacional a serviço do imperialismo, sendo profundamente infiltrada e financiada pela CIA”⁵²⁹.

⁵²⁶ **UNE instala hoje Congresso proibido.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1966, depoimento de Altino Dantas In: Idem, *Ibidem*, pp. 40-41.

⁵²⁷ A diretoria da gestão 65-66 da UNE terminou seu mandato com apenas dois membros, Altino Dantas e José Fidelis Sarno. Sarno estava no Congresso Latino-Americano dos Estudantes da Organização Continental Latino Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE) representando a UNE.

⁵²⁸ **A UNE venceu.** *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, 4 a 10 de agosto de 1966, depoimento de Altino Dantas In: SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p. 41.

⁵²⁹ **UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Relatório acerca do IX Congresso da UIE**, apresentado no XXIX da UNE. Valinhos: 1967. In: Idem, *Ibidem*, p.45.

O principal movimento travado por esta diretoria foi a instituição do Dia de Luta Contra a Ditadura, a ser promovido anualmente a 22 de setembro. Em 1966, as passeatas por vários estados brasileiros foram violentamente reprimidas, principalmente no episódio da “setembrada”, culminando no “Massacre da Praia Vermelha”, elucidado por José Luiz Guedes:

Um marco decisivo neste período foi a manifestação diante da reitoria da UNB, no Rio de Janeiro, que tinha como base o programa de luta aprovado no Congresso de B.H., e que resultou no cerco e invasão do Conjunto Universitário da Praia Vermelha. A pedido do reitor, Pedro Calmon, a polícia invadiu o campus universitário reprimindo selvagememente os estudantes, que dirigidos pela UNE exigiam o diálogo com as autoridades universitárias e o reconhecimento de suas organizações representativas.⁵³⁰

O movimento teria sido rechaçado de madrugada pela Polícia Militar e pelo policiamento do campus, com muitos espancamentos. O evento fez parte de um período frutífero no Movimento Estudantil, com vários seminários regionais acontecendo, especialmente o Seminário Nacional, no Rio de Janeiro, que discutiram, entre outros, a anulação da Lei Suplicy, o acordo MEC-USAID, o relatório ATCON⁵³¹, o relatório Maria Mattos⁵³², entre outros. Franklin de Oliveira Jr comenta:

O segundo semestre de 1966 foi marcado pelas maiores lutas contra o regime até então. O enfrentamento do ME com a PEG – Política Educacional do Governo se daria mesmo em 1967, ficando para o ano em curso as manifestações contra o autoritarismo na relação com a sociedade – no caso, as universidades.⁵³³

O ano de 67, começou para a UNE, com o Seminário nacional sobre o acordo MEC-USAID, em janeiro, realizado num convento em São Paulo, onde foram discutidas os problemas do alunado e as teses a serem debatidas no Congresso de julho⁵³⁴. Foi nesse clima que foi realizado, em Valinhos, interior de São Paulo, num sítio pertencente a padres, o XXIX da UNE, onde foi eleito Luiz Travassos para presidente da Instituição. O encontro durou cerca

⁵³⁰ SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p. 51.

⁵³¹ Relatório encomendado a Rudolph P. Atcon, assessor da UNESCO durante as décadas de 50-70, que previa um pacote de metas para a reformulação da universidade brasileira em suas deficiências. Defendia em suas conclusões que a educação superior brasileira deveria operar a nível administrativo de empresa privada, não sendo aconselhado sua operação como órgão de serviço público.

⁵³² Esse documento concluía com a recomendação para profissionalização do curso técnico a ser implementado ainda no ensino médio, como forma de contenção à Universidade. Essa proposta ainda é comum no Brasil, com os Institutos Técnicos Federais. OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 293.

⁵³³ Idem, *Ibidem*, p. 265.

⁵³⁴ SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p. 56.

de três dias, juntando cerca de 400 delegados na fase “fechada”. Sobre as fases, nos conta Luiz Raul Machado:

A diretoria da UNE (gestão 66-67, sob a direção de José Luiz Guedes) optou pela realização do congresso em duas fases: a primeira, ‘fechada’, reunindo delegados e elegendo a nova diretoria, e a segunda, ‘aberta’, com discussões nas escolas a respeito da carta-programa proposta no congresso ‘fechado’ e a apresentação da nova diretoria. A orientação foi a de realizar assembleias ou eleições diretas dos delegados ao congresso e, caso fosse de todo possível, a ida de dirigentes das entidades de base (DAs e DCEs).⁵³⁵

A diretoria da entidade ficou representada por três correntes: apistas, da Dissidência da Guanabara e um terceiro grupo não explicitado, minoritário⁵³⁶. Já a fase “aberta” foi muito mais tumultuada: a violenta repressão prendeu vários estudantes e até padres dominicanos, mesmo assim foram realizadas várias reuniões em faculdades, igrejas, casas de colaboradores e escolas. As reuniões posteriores da nova diretoria implementaram diversas diretivas nos tempos de caos, como nos elucida Luiz Raul Machado:

Desde o início alguns detalhes mostram o que viria a caracterizar a atuação de uma diretoria da UNE nas circunstâncias do momento estudantil: a eliminação de funções como secretário ou tesoureiro (na realidade, a UNE passou a ter um presidente e nove vices), a utilização de nomes frios para comunicação interna da diretoria (correspondência ou telefonemas) e a orientação de presença dos diretores nos estados o maior tempo possível. Sem sede, sem patrimônio, sem infra-estrutura que não fosse a das entidades estaduais e de base, sem arquivos, a diretoria da UNE era um grupo de dez pessoas disponíveis para viagens e contatos através do Brasil. Durante os quase dois anos em que fui vice-presidente da UNE era comum, por exemplo, recolher dinheiro nas assembleias ou nas salas de aula para comprar a passagem (de ônibus, porque só me lembro de duas viagens de avião) até a próxima cidade.⁵³⁷

Cada dia mais essa categoria vai se alinhar e passar a “reconhecer, outra vez, a esquerda universitária como portadora de suas reivindicações.”⁵³⁸. De acordo com Franklin de Oliveira Jr, “de 15 manifestações realizadas no país no 1º semestre, passa-se para 38 no 2º semestre”⁵³⁹. Com o advento do ano de 1967, o ME incorpora algumas novidades, entre as quais, a nova pauta do corte de verbas para as Universidades e a “participação massiva e majoritárias dos estudantes secundaristas (1.819.000 contra 137.000, segundo o censo de

⁵³⁵ Idem, Ibidem, p. 57.

⁵³⁶ Idem, Ibidem, p. 57.

⁵³⁷ Idem, Ibidem, p.58.

⁵³⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. **Op. Cit.**, p. 83.

⁵³⁹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, p. 265.

64)”,⁵⁴⁰. Essas categorias estarão quase todas associadas a grupos de esquerda e de luta armada, principalmente a Ação Popular, baseadas em textos como *A Revolução Brasileira*⁵⁴¹, de Caio Prado Jr, publicado em 1966, e na circulação no Brasil a partir deste ano, de panfletos de Lin Piao sobre a vitória da guerra popular prolongada chinesa, adicionado às leituras já freqüentes de Marx e Engels, Lenin, Mao Tsé-Tung, Che Guevara e Fidel Castro, Debray, Althusser, entre outros.

A disputa de discursos era muito marcante na sociedade de fins dos anos 60, principalmente pelas acirradas contradições entre a China de Mao Tsé-Tung, engajada com um novo modelo de marxismo-leninismo, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que representava a manutenção das propostas da Revolução de 1917, radicalizadas após as denúncias do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956 e o formal rompimento de Pequim e Moscou. O ápice destas disputas, foi visualizada na Conferência Tricontinental realizada em Havana em 1966, onde também foi aprovada a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade, proposta pelo senador e futuro presidente do Chile, Salvador Allende: era a ascensão da chamada “3ª Frente”. Vale ressaltar que o ano de 1967 representa mudanças e diversos problemas para as esquerdas mundiais:

Na Baviera, um encontro reunia cristãos e marxistas sob o tema “Humanismo cristão e humanismo marxista”, intensificando diálogo entre as duas concepções. Na América Latina continuavam a ser dadas mostra de alteração da política externa norte-americana para o continente, agora com o assassinato do guerrilheiro cristão da Colômbia, Camilo Torres. Em junho, seriam assassinados mais 26 dirigentes revolucionários, desta vez na Guatemala. Em 07/05, em discurso, Mao Tsé-Tung exorta os comunistas a se reeducarem pelo estudo e pelo trabalho manual, elementos do processo que viria a ser chamado de Revolução Cultural. [...] Em julho ocorrera o golpe militar na Argentina, que teria a supressão da autonomia da Universidade de Buenos Aires como primeira medida do General Onganía. Em agosto, a

⁵⁴⁰ **Manifestações Estudantis 1964-1969**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, 1969, p.4.

⁵⁴¹ Este texto oferece uma visão crítica do pensamento revolucionário brasileiro pré-64, fazendo uma crítica de esquerda muito avançada para a época, portanto criticado e até mesmo menosprezado pelos estudiosos. Caio Prado retoma alguns temas que havia desenvolvido na *Revista Brasiliense* e na própria *História Econômica do Brasil*. Sua visão marxista do Brasil está toda ela expressa ali: a defesa de uma revolução baseada em análises mais reais e engajadas do país (não simplesmente transportadas), que teria gerado todos os erros das esquerdas, como revoluções em etapas, a tese de “feudalismo brasileiro”, a existência de duas burguesias, iminência do socialismo no Brasil dos anos 60, entre outros. A crítica a esses paradigmas será, de certa forma, assumida pelos apistas que rompem com a AP em 1968. PRADO JR, Caio. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Editora brasiliense, 1966.

concessão de crédito comercial de \$150 milhões ao governo brasileiro, pela URSS, impactaria a esquerda brasileira.⁵⁴²

Outro baque acontece em dezembro de 1967: a morte de Che na Bolívia; motivo que leva as esquerdas, gradativamente, a se desiludirem com o projeto foquista.

Essa disputa também era vista em terras tupiniquins: a insistência do Partido Comunista Brasileiro de continuar com sua linha política fiel à estratégia da revolução em etapas (inclusive com a primeira delas por meio democrático e legal), baseada na teoria desenvolvida e defendida URSS, que havia contribuído para a cisão que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B); continuou a fazer estragos no seio da organização: já em 1966 conversações gerariam o que viria a ser a Dissidência da Guanabara, grupo de estudantes ex-PCB, com presença em vários estados do país, que viriam a disputar as bases estudantis com a Ação Popular⁵⁴³; Carlos Mariguella⁵⁴⁴, importante liderança do PCB, é expulso do Partidão após seus textos (em especial, *A crise brasileira*) criticarem a direção na sua crença de ser a guerrilha rural apenas complementar à luta das cidades, começando assim, as conversações para criação da Aliança Libertadora Nacional (ALN), fundamentada em 1968⁵⁴⁵; no Rio de Janeiro, há a criação do Comando político de Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), iniciando montagem de focos guerrilheiros com ajuda de Cuba.

Também há rachas no PC do B: o documento *União dos Brasileiros para livrar o povo da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*⁵⁴⁶, que em linhas gerais, defendia e pautava a luta legal, patriótica e democrática, num misto com táticas maoístas, resulta nas cisões que originarão o Partido Comunista Revolucionário (PCR), com base em Pernambuco e abarcando antigos militantes das Ligas Camponesas, em maio de 1966, e a Ala Vermelha do PCdoB, em 1967⁵⁴⁷.

Essas várias cisões vão também começar a ser desenvolvidas na Ação Popular sob o documento *Resolução Política*, assunto que veremos mais adiante.

⁵⁴² OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, p. 255.

⁵⁴³ Para mais informações da Dissidência, ver SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada. A Dissidência Comunista na Guanabara**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Recife, 2009.

⁵⁴⁴ À época, 1º secretário em São Paulo e na Executiva Nacional, eleito na VI Conferência.

⁵⁴⁵ Ver em GORENDER, **Op. Cit.**, pp. 94-100.

⁵⁴⁶ Análise do documento em Idem, Ibidem, p. 107.

⁵⁴⁷ Idem, Ibidem, pp. 109-111.

3.2. A Ação Popular sob a égide da Resolução Política de 1965.

[havia] muita atividade de rua. Pichação, enfrentamento com a polícia, passeatas, a gente fez...Muita, muita atividade. Muita panfletagem em porta de fábrica...muita atividade também nos chamados 'comícios relâmpago'. Quando a repressão veio apertando mais a gente fazia assim....você chegava na Avenida Guararapes, com um grupo de dez, oito companheiros, batia palma, o povo dizia 'o que é que é isso', um subia numa caixa de engraxate, fazia um discurso ali, de três a cinco minutos, protestando contra a ditadura, enquanto alguns faziam panfleto, logo em seguida, dispersava todo mundo, para evitar prisão. Muito disso, muito disso. Muita atividade dentro das Faculdades, assembleias e atividades de agitação dentro das Universidades...foi um período realmente muito intenso, muito bonito.

⁵⁴⁸

*a gente aqui era doido por passeata*⁵⁴⁹

Como pudemos observar anteriormente, a *Resolução Política*, apesar de manter algumas tradições apistas, como o socialismo como projeto final, e o cunho ainda marcadamente humanista e personalista, já se definia por levantar grandes questões que seriam chaves para o momento da Organização nos fins dos anos sessenta, principalmente quando da escolha final do maoísmo em 1968.

O grosso da militância em 1966 pode ser visto ainda como permeado de cristãos progressistas, apesar da entrada de uma geração importante nos rumos pós-65 (como Honestino Guimarães, Travassos e Jean Marc), desvinculada da trajetória católica anterior das *Juventudes* (apesar de muitos serem cristãos). Tibério Canuto, membro da nova geração apista, presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) em 1966, em depoimento a Franklin de Oliveira Jr, declarou-se surpreso quando, muito depois de sua entrada na AP, numa reunião, viu uma liderança importante com um crucifixo no pescoço: “Então pasmei com aquilo dali. Como era possível? Por que o materialismo, etc. uma organizações de esquerda existia cristão? Qual não foi minha surpresa, descobri que a maioria ainda era cristão.”⁵⁵⁰. Luciano Siqueira também discorre sobre o assunto, indicando ainda que:

Muita gente da Igreja era militante da AP. Padres eram militantes da AP...agora que nos ajudavam, tem muitos. Frei Tito, aqui da ordem do

⁵⁴⁸ Luciano Siqueira, em entrevista a autora desta dissertação, realizada dia 20/11/2014.

⁵⁴⁹ Helena Serra Azul, ex militante da AP, em conversa com Rebeca do Nascimento Coelho. IN: COELHO, Rebeca. **Esquerda e movimento: estudantes em luta na resistência à Ditadura Militar (1964/1968)**. Disponível em: http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol10/vol10_03.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:55 h, p. 37.

⁵⁵⁰ Entrevista de Tibério Canuto a Franklin de Oliveira Jr. OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, p. 267.

Carmo, nós realmente fizemos reuniões clandestinas lá. Tinha irmão marista que nos acompanhava, né. Nós fizemos...as sacristias nos acolhia para reuniões clandestinas, né, e nos apoiava de diversas formas, as vezes, inclusive para padres, seminaristas e pessoas leigas da Igreja, hospedavam militantes, né, cediam suas casas para reunião, contribuía financeiramente. Sempre houve essa contribuição...a influência do cristianismo sempre foi muito forte na AP, né. Mesmo pessoas, eu por exemplo, não se consideravam mais religiosas, e tal, que diziam não ter mais religião e tudo mais. Sobre tudo influência positiva, eu acho. Influência humanista, a influência no sentido de que vale dar a vida pelo teu irmão...a fraternidade, o companheirismo, a solidariedade, né. O despojamento, né. Aceitar a vida simples. Eu acho que “Prova de amor maior não há do que dar a vida pelo teu irmão”⁵⁵¹

O período de Aldo Arantes como secretário geral da Ação Popular, entretanto, procurou romper com o “reformismo anterior”, trazido pelos católicos progressistas à AP, estando preocupada, desde o princípio, em centrar os debates das linhas políticas a serem adotadas na Organização, bem como em traçar estratégias para arregimentar novos militantes, perdidos com o golpe de 1º de abril e com a *Resolução Política* de 1965. Com o documento, ficou claro não só o “giro foquista” intentado pela “nova AP”, como a supervalorização da ação (em maior ou menor grau), compreendidas pelas diretivas de “inevitabilidade da revolução, imprescindibilidade do partido, interpretado como a vanguarda conscientizadora das massas e grande guia, e o esforço do papel histórico da classe operária”⁵⁵². Com o intuito de implementação da guerra de guerrilhas, foi formada a Comissão Militar, sob direção de Haroldo Lima, que “viajava o Brasil procurando identificar áreas onde pudessemos desenvolver a luta armada.”⁵⁵³

Para tornar a organização mais presente na luta de massas, a RP tornava urgente a retomada do trabalho junto ao operariado e campesinato, bem como a ampliação da Ação Popular no Movimento Estudantil, dada a nova diretiva e do vazio da organização nesses meios durante a reestruturação em 65. Para tanto, a AP se organizava em Comandos (nacional e regionais), que passavam a ter um Serviço de Informações e de Segurança; e uma Equipe de Assistência Técnica, desenvolvida em níveis: Seccional (que podiam se originar nos Núcleos Base ou Comandos Base, como também em Comandos Intermediários, que contavam com de

⁵⁵¹ Entrevista citada anteriormente.

⁵⁵² PAULON, Alessandra Ciambarella. **Entre o Rosário e as Armas: A Ação Popular e a questão da Luta Armada no Brasil**. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=14470>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

⁵⁵³ Depoimento de Aldo Arantes ao Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em: PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Op. cit.**, p.31.

3 a 5 militantes); zonal (consultivo, fiscalizador e executivo, com equipes de trabalho, assessoria setorial, serviços de informação, de segurança e de secretaria); o nível regional (que tinha o mesmo papel que o zonal, mas em nível regional) e o nacional, com a esfera máxima, o Comando Nacional e o Comitê Regional, com os mesmos papéis⁵⁵⁴.

A fim de solucionar os problemas indicados na *RP*, viu-se um florescer de textos e publicações nunca antes visto na organização, abrindo a temporada de produção textual na AP, que chega ao ápice em 66: cerca de 32 documentos para discussão (Texto de Discussão para Militantes⁵⁵⁵), vários textos traduzidos⁵⁵⁶ e 5 números do *Jornal Revolução*, criado em novembro deste ano e que duraria até 1968⁵⁵⁷. O *Jornal* clandestino tratava-se, na verdade, de um boletim sobre a organização e suas políticas, tidas como genuínas para a libertação nacional, a despeito dos grandes jornais que enganavam o povo⁵⁵⁸.

A Ação Popular agora também começava a vislumbrar os primeiros embates ideológicos após incômodos e saídas de elementos importantes não concatenados com o “giro foquista” que a AP vinha tendo desde então. Vale salientar, no entanto, que, enquanto recebiam ajuda e ainda enviavam militantes para Cuba a fim de treiná-los para a luta de guerrilhas, fortes e expressivas lideranças começavam a ter contato com os textos basilares que haviam implementado o regime socialista na China (como o “Livro Vermelho”, compilação de pensamentos de Mao Tsé-Tung⁵⁵⁹, fundamentados ainda na participação apista do I Seminário dos Estudantes do Mundo Desenvolvido, na gestão de Serra na UNE em 1963⁵⁶⁰, onde:

⁵⁵⁴ Uma caracterização da Organização foi elaborada pelos órgãos repressores à época, no Informe 1176 do SNI/ARJ – SS16/446, citado por OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 257.

⁵⁵⁵ Textos estes presentes no Fundo Duarte Pacheco Pereira, no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas, dentre os quais, podemos citar: “Discussão de Perspectiva e Método”, “Humanização, Histórica e Política”; “Humanização, Política e Ideologia Revolucionária”; “A África Negra começou mal”; “Finanças, um problema vital”; “Revolução pacífica x violenta”; “O homem, a história, o mundo, a vida”; “Reforma Agrária e Industrialização da China”; “Revolução, Insurreição e Guerrilhas no Peru”; “Algumas Lições de Guerra de Guerrilhas no Vietnã”; “Textos de Debate para militantes - Industrialização Socialista na China”, entre outros.

⁵⁵⁶ “Lin Piao”, Guerra de Guerrilha, um Método (Texto de Che Guevara), etc.

⁵⁵⁷ Os exemplares do *Jornal Revolução* podem ser vistos no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP. Sua primeira tiragem se encontra nos anexos desta dissertação.

⁵⁵⁸ AÇÃO POPULAR. *Revolução n. 1*. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1966.

⁵⁵⁹ TSÉ-TUNG, Mao. **O Livro Vermelho. Citações do comandante Mao Tsé-Tung**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

⁵⁶⁰ Sobre o evento, ver mais em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, pp.184-185.

a delegação chinesa prolongou a estadia deles no Brasil para continuar os contatos e para assistir ao Congresso, [da UNE], e ao final do Congresso eles fizeram questão de oferecer um almoço, não à diretoria da UNE, mas a esses membros da diretoria da UNE que eram da AP. Tentando exatamente se aproximar mais (...) daí realmente começou um processo de aproximação entre a AP e o PC Chinês.⁵⁶¹

A mística das notícias que chegavam das Revoluções em curso – em especial a do Vietnã e a Cultural Proletária da China, bem como das lutas pela libertação dos povos africanos – que reconhecia o valor das amplas massas, especialmente dos jovens, encantava e alentava. Nelas:

[revolucionários] sacudiam o que era ‘velho’ para construir o que era ‘novo’, fazendo alardear apelos intensamente mobilizantes tais como ‘ousar pensar, ousar falar, ousar lutar’; ‘conceder primazia à audácia e mobilizar sem reservas as massas’; ‘opor uma réplica frontal a cada desafio lançado pela burguesia’; ‘descobrir a esquerda, desenvolver a esquerda e apoiar resolutamente a esquerda revolucionária’; ‘colocar a política proletária no posto de comando’, etc.⁵⁶²

As primeiras visitas à China de Mao Tsé-Tung se concretizarão ainda neste ano, quando da visita de Vinícius Caldeira Brant, que seguiu de seu exílio em Paris com uma delegação de políticos e militantes de partidos de esquerda para a Ásia. Uma segunda delegação seria enviada em 1967 para cursos teóricos e militares, que seria fundamental para a guinada maoísta, completada nos idos de 1968.

No campo social, a Ação Popular, principalmente por meio de seus representantes na União Nacional dos Estudantes, começa a se inserir nas lutas mais gerais, a começar pelo Movimento Contra a Ditadura (MCD), proposta “problemática” e que encontrou forte oposição dentro da organização de acordo com Altino Dantas. O líder estudantil apresenta em suma o processo:

A proposta surgiu durante a nossa gestão e nunca teve uma definição clara do que seria – uma organização? uma bandeira de luta? ninguém sabia...Como proposição era marcada pelo ranço de ser uma tentativa do movimento estudantil de dirigir ou orientar a luta de outras camadas da população [...] O MCD existiu apenas em pixações pelas cidades e em alguns panfletos, em particular na campanha do voto nulo em 1966. Desapareceu como veio, sem que ninguém entendesse claramente suas intenções ou significado.⁵⁶³

⁵⁶¹ **O Metropolitano**, 13/07/1963, p. 7. In: Idem, *Ibidem*, p.186.

⁵⁶² Fragmentos com trechos da “Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Chinês”, referente à Grande Revolução Cultural Proletária, citados por LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 67.

⁵⁶³ SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p. 43.

Tibério Canuto, participante ativo do MCD, em depoimento à Franklin de Oliveira Jr, é também bem categórico quanto ao papel do mesmo e da AP no processo:

Foi uma idéia que a direção nacional teve [...] surgia para que? Para se contrapor à Frente Ampla que tava emergindo, entendeu? [...] recriar um movimento contra a ditadura, que através da luta de massas, que desembocasse, vamos dizer assim, efetivar uma oposição na luta armada. [...] é verdade que o MCD era a própria AP e ninguém mais do que ela. Quer dizer, no fundo era um nome aberto dela pregar as coisas. Ela não conseguiu aglutinar nada, então, e o grosso do MCD que traduziu-se em que, no voto nulo, na eleição de 1966 para deputados e senador.⁵⁶⁴

O projeto foi colocado em pauta apenas na gestão José Luiz Moreira Guedes (66-67), no entender de Altino, “de forma burocrática”⁵⁶⁵. Apesar da resistência que causou no seio da UNE apista, o intento vai ter certa expressão na campanha pelo voto nulo em 1966, chegando até a ter alguma adesão de outras classes sociais. Na cédula de voto, era indicado além do voto nulo, a inscrição dos dizeres: “abaixo a ditadura – MCD”⁵⁶⁶.

A autocrítica ao Movimento Contra a Ditadura estará presente em dois documentos, *Instrução do Comando Nacional e Radicalização da luta institucional*, fixados na reunião do Comitê Nacional em 66, que reconheceu ser o MCD “de fato uma bandeira de luta quase que exclusivamente do meio estudantil”, apesar de ter possibilitado “uma perspectiva própria de luta, saindo de uma posição passiva e reboquista, assumindo o risco de testar na prática uma linha”. A militância teria ficado confusa “diante das críticas levantadas por outras organizações e nós não respondemos n momento oportuno, acarretando com isto maiores prejuízos no encaminhamento do MCD”. Desta forma,

o erro tático na conclusão do nível de luta e de consciência dos operários e camponeses determinou a iniciativa de criação de um movimento que tinha por finalidade a ampliação da base social da luta contra a ditadura, não conseguindo cumprir o objetivo⁵⁶⁷.

O objetivo final, seria, assim, a luta através de uma frente de classes, ligadas ao Partido de Vanguarda, contra a ditadura e o imperialismo.

⁵⁶⁴ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, p. 273.

⁵⁶⁵ SANTOS, Nilton (org.). **Op. Cit.**, p. 43.

⁵⁶⁶ De acordo com OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, p. 272.

⁵⁶⁷ AÇÃO POPULAR. **Radicalização da luta institucional**. 1966, pp.1-2. In: Idem, *Ibidem*, p.270.

O ano de 1966 também vai representar, no ME, o ápice das disputas entre Ação Popular e outros grupos de esquerda, principalmente a Dissidência da Guanabara, especialmente no Rio de Janeiro. O posterior enfraquecimento da AP na região, sobretudo após as prisões de importantes lideranças em 1967, relatado no prontuário DOPS 1699⁵⁶⁸, contribuiu para desestabilizar as bases apistas, que, de acordo com Tibério Canuto, contava com 200 a 300 militantes, em cerca de 150 centros de apoio à organização (contando com militantes e simpatizantes) só no meio estudantil secundarista⁵⁶⁹. Na ocasião da batida policial, foram presos os militantes Alexandre Rezende (recrutador), Silvio Diniz Gomes de Almeida (de estruturação da AP, membro apista de primeira hora), Maria Olívia das Chagas e Silva (autora de vários panfletos, gráficos, etc), Waldo Aranha Lenz Cesar, Conrad Jean Walter, Guilain Detrez (professor universitário), Abigail Salles Paschoa, Amélia Maria Mayal Guilain, Eudócio Rodrigues de Abreu, Márcio Miller Santos, Ana Maria Galeano, Ana Cristina Galano Mochcovitch, Silvio Diniz Gomes de Almeida e Marcos Machado Alencar (que delatou todas atividades e estrutura da Organização aos órgãos de repressão), entre vários simpatizantes.

Após a queda da alta militância na Guanabara, as normas gerais destinada às disciplina dos militantes, diretivas encontradas no *Estatuto da Organização*, na IV parte, documento do CTN de 66, se tornaram bem mais rígidas, a fim de evitar que a organização caísse em malhas da repressão.

Apesar de admitido e defendido o “direito de tendência”, era necessário que

se em divergência com a maioria, continuar mantendo sua opinião pessoal sempre dentro dos princípios ideológicos, programa e estatuto do movimento, constituindo uma tendência, salvo quando estiver representando um determinado órgão.⁵⁷⁰

De acordo com Franklin de Oliveira Jr:

Bastante avançado, o estatuto da AP previa o direito de tendência, estranho à maioria das organizações e que só iria ser adotada nos anos 80 em partidos como o PT. Entre as penas e advertência, o afastamento da função e a expulsão (nos casos de militantes), e advertência, reorganização do mesmo

⁵⁶⁸ Pasta “Ação Popular Revolucionária”, presente no Arquivo João Emereciano, subdivisão arquivo DOPS-PE.

⁵⁶⁹ Em entrevista citada anteriormente OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. Cit.**, p. 267.

⁵⁷⁰ Franklin atesta que o processo não seria seguido em nenhuma dos principais casos de rachas da AP. In: Idem, *Ibidem*, pp. 257-258. Grifos do autor.

pela assembléia competente, convocada pelo organismo superior (no caso de organismos). Destaque estava que a expulsão de militante deveria ser resolvida em assembléia ou órgão do nível em que este pertencer, por decisão da maioria. No caso de pertencer a órgão, a discussão devia se dar a partir do nível a que pertencesse o militante. Todas as medidas previam a recorrência a níveis superiores.⁵⁷¹

O estatuto ainda preveria outras ações de segurança, como o procedimento em caso de portar papéis da organização (deveria evitar-se andar em posse destes), bem como atrasos nos encontros, os chamados “furos de ponto”: após passados os 10 minutos de tolerância, era recomendado se esvair do local rapidamente, e não se procurasse o faltoso em hipótese alguma. Era permitido, em casos necessários, a remarcação do encontro em 24 horas, tomando-se cuidado sempre com microfones, traidores, espiões, etc. Em caso de prisão, a indicação era de “resistir sempre! E gritar! Não aceitar ordem de torturador para não se desmoralizar!”⁵⁷², enfim, de fazer alarde a fim de chamar atenção da opinião pública. Em caso de recolhimento para prestar depoimentos, o preso deveria mentir o máximo que pudesse, inclusive com contra-informações (já que falar era considerado traição, delação, mesmo que sob tortura), e sempre negar pertencer à AP o máximo que conseguisse, tentando parecer ingênuo, inocente, e negando sua posição e crenças. Era recomendado ainda evitar o reconhecimento de algum militante, seja apista ou de outras organizações de esquerda; entre outros⁵⁷³.

As normas para a inserção de novos militantes também se tornaram mais rígidas a fim de fugir dos órgãos repressores: agora seria necessária uma experiência de 3 meses, onde o candidato cumpriria tarefas propostas e se formaria na militância, com avaliações periódicas de segurança e de vida, com informações de formação e crenças, e de familiares e amigos; além da pré-indicação (que já existia) de outros dois militantes. Em caso de rejeitado o candidato, poder-se-ia indicar um outro estágio, mais prolongado.

3.2.1. A mística das idéias que faziam a cabeça dos apistas: a introdução de Althusser na Ação Popular.

*A gente estudava muito... do Capital aos clássicos sobre o país.*⁵⁷⁴

⁵⁷¹ Idem, Ibidem.

⁵⁷² De acordo com Luciano Siqueira, em entrevista citada.

⁵⁷³ AÇÃO POPULAR. **Normas gerais de segurança**. Recife: Arquivo DOPS-PE, 1966, pp.1-2.

⁵⁷⁴ Luciano Siqueira, em entrevista já citada.

*Após as suas primeiras publicações, em 1965, Althusser ganhou grande repercussão ao propor uma leitura pretensamente “correta” do marxismo com o intuito de torná-lo não apenas mais “atrativo” e menos “ambíguo”, mas também para dotá-lo de maior precisão e rigor teórico. Para afirmar o caráter científico do marxismo, Althusser reconstrói o materialismo histórico, transformando-o na ciência da totalidade social estruturada e desistoricizada, na qual não há espaço para a agência humana.*⁵⁷⁵

*A adesão ao maoísmo, por intermédio de Althusser – comum a alguns grupos de origem católica na América Latina –, parecia resolver o problema ao optar pela suposta cientificidade do materialismo marxista, como negação da ideologia do “idealismo cristão”, que até recentemente ainda sobrevivera na AP, mesclado com um historicismo marxista supostamente pequeno-burguês, cuja superação também era almejada.*⁵⁷⁶

O aprofundamento das leituras e teorias estudadas durante este ápice de textos produzidos/traduzidos pela Ação Popular trouxe várias perspectivas para os militantes envolvidos com a organização no período. Esse despertar de consciência fez com que a militância voltasse sua atenção ao debate sobre os erros e acertos contidos no *Documento Base* e na *Resolução Política*, e sobre a fidelidade aos mesmos, a partir dos acontecimentos de abril de 1964 e do constante enfraquecimento da posição foquista na AP, maximizado com o atentado ao Aeroporto dos Guararapes, ao qual nos referiremos a seguir.

Na tentativa de abarcar e responder tais questões, além da leitura já realizada sobre o marxismo em importantes estudiosos, como Marx e Engels, Lenin, Che Guevara, Fidel Castro, Debray e Mao Tsé-Tung (comuns às esquerdas da época); os apistas de 1966 começam a entrar em contato com outra tendência marxista de peso nos últimos anos da década de 60: apresentados pelo “pessoal de Paris” (Sérgio Quixadá, Maria do Carmo Menezes, Brant, Aumond, etc), Louis Althusser se torna uma febre dentro da Ação Popular, e elemento chave para entendermos os conceitos teóricos que vai desenvolver a organização a partir de então.

Argelino, Louis Althusser cresceu católico progressista fervoroso, lendo Ludwig Feuebach, e sendo um dos responsáveis de organizar a *Juventude Estudantil Católica* no liceu

⁵⁷⁵ DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p. 62. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:05 h.

⁵⁷⁶ RIDENTI, Marcelo. **O Romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Chicago: meeting of the Latin American Studies Association, 1998, p. 21. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

Parc, curso preparatório para a Escola Normal Superior Francesa, onde estudou de por dois anos, de 1937-1938, ingressando nesta após a Segunda Guerra (1939-1945), onde foi preso pelos alemães, se formando e trabalhando como professor de filosofia e secretário, por toda a sua vida acadêmica (cerca de 30 anos). Lá, organizou vários seminários, como *O Jovem Marx* e para leitura coletiva de *O Capital*. Na década de quarenta filiou-se ao Partido Comunista Francês, desenvolvendo teorias que resultaram em obras importantes, baseadas em sua experiência como professor, como a coletânea *Pour Marx* (no Brasil, *Ler O Capital*) de 1965, *Lenin e a Filosofia*, de 1968, entre outros. Morreu em 1990, aos 72 anos numa clínica psiquiátrica francesa, devido as constantes crises maníaco-depressivas, que o levaram a um ataque cardíaco.⁵⁷⁷

Como observamos, essa característica cristã foi primordial para o futuro marxista do estudioso, como, de certa maneira, aconteceu com os jovens apistas antes inseridos na *Ação Católica Brasileira*, no qual viemos ilustrando no decorrer deste estudo. Sua trajetória foi bastante similar a desses jovens, como podemos observar nas palavras do estudioso:

Posso dizer que em grande medida foi pelas organizações católicas da Ação Católica que tomei contato com a luta de classe e, portanto, com o marxismo [...] a Igreja, suas encíclicas e seus capelães formavam seus próprios militantes para a existência de uma certa “questão social” [...] Evidentemente, uma vez reconhecidas a existência da “questão social” e a propostas de seus ridículos remédios, bastava pouca coisa, em meu caso [...] para ir ver o que passava “por trás” das obscuras fórmulas da Igreja Católica e aderir rapidamente ao marxismo, antes de entrar para o Partido Comunista!⁵⁷⁸

Althusser se tornava ainda bastante atraente – a propósito da trajetória similar com a maioria dos apistas – por simpatizar com o maoísmo e com a pessoa de Mao Tsé-Tung, caminho que também tomará a AP em fins da década de 60⁵⁷⁹.

Apesar do passado cristão, a teoria do filósofo, conhecida como estruturalista, representava a tentativa de um marxismo mais “puro”, levado até as últimas instâncias a fim de extrair os diversos desvios posteriores das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, exemplificados na II Internacional (1889-1918), no stalinismo, e no XX do PC russo em 1956; partindo da oposição ao “jovem Marx” (mais ligado ao humanismo, na auto-realização

⁵⁷⁷ Idem, Ibidem, p. 62.

⁵⁷⁸ ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura muito tempo**. São Paulo: Schwarcz, 1992, p.183.

⁵⁷⁹ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p.114.

humana) em detrimento ao Marx do *O Capital*, cientista do materialismo histórico e do estruturalismo⁵⁸⁰ e determinações da luta de classes⁵⁸¹. Em suma, propunha o anti-humanismo⁵⁸², opunha ciência e ideologia (tida como escala inferior dentro do marxismo⁵⁸³) para defender a tese da ruptura epistemológica entre a “teoria científica da história” e o humanismo teórico de Marx⁵⁸⁴.

Com o fim da Segunda Guerra, os estudiosos marxistas embasaram seus estudos na valorização do indivíduo – o chamado “caráter humanista do marxismo” – desenvolvidos para construção da democracia e dos princípios que levariam ao sistema socialista a partir deste regime. Althusser vem a quebrar com este paradigma, anulando a questão do homem, tornando o humanismo obsoleto, já que no *O Capital*:

Os homens estariam reduzidos a suportes das relações de produção, só podendo obter uma representação deformada das coisas e estando sob o domínio da ideologia burguesa. Não haveria, portanto, nem poderia haver uma consciência de classe, da exploração de que são vítimas, reduzindo praticamente os trabalhadores à prática econômica.⁵⁸⁵

“Era ciência e somente ciência. A ciência da luta de classes e da revolução.”. Era, enfim, o marxismo “como um dispositivo produtor de certezas incontrovertidas”⁵⁸⁶, tudo que as esquerdas brasileiras procuravam à época.

Para os apistas, o estudo de Althusser representava a resposta perfeita para o desmantelamento do cunho essencialmente religioso da organização, presente, como vimos anteriormente, ainda nos auspícios do ano de 1966-1967:

Notadamente, a Ação Popular procurou recorrer àquela leitura do marxismo que, supostamente, seria a mais “científica” e, portanto, livre de toda e qualquer “ideologia humanista”. Em poucas palavras, a rigidez esquemática do materialismo histórico althuressiano abria, pretensamente, a possibilidade

⁵⁸⁰ A teoria estruturalista, além de ser utilizada por Althusser, também o foi por estudiosos como Michel Foucault, Jacques Lacan e Claude Lévi-Strauss. Ver mais em: DOSSE, François. **História do estruturalismo. Volume I: o Campo do signo, 1945-1966**. São Paulo: Ensaio, 2007.

⁵⁸¹ Sobre as etapas de Karl Marx estudadas por Althusser, ver: DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**, pp. 63-64.

⁵⁸² Críticas ao humanismo pelo autor em: ALTHUSSER, Louis. **A querela do humanismo**. In: Campinas: Revista Crítica Marxista, n. 9 de 1999, 1967.

⁵⁸³ Idem, Ibidem, pp.73-75.

⁵⁸⁴ Idem, Ibidem, p.73.

⁵⁸⁵ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 304-305.

⁵⁸⁶ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 78. De acordo com o mesmo, Antônio Gramsci (que teorizou sobre as condições da violência, institucionais e ideológicas) não teria a mesma sorte de Althusser com a esquerda brasileira, que procurava a violência incondicionada. Idem, Ibidem.

para uma solução rápida e eficaz para as deficiências teóricas, ideológicas e práticas identificadas pela organização.⁵⁸⁷

Os primeiros contatos travados com a teoria althusseriana foram ainda em Paris, pela base apista no exterior, que participou de um grupo de estudos orientados por Althusser, nos anos de 1965-1967. Estes militantes lançaram uma coletânea de textos intitulada *Brésil: pouvoir et luttes de classes*⁵⁸⁸, baseadas nas experiências em grupo. Duarte Pacheco Pereira, liderança apista tida como um dos maiores incentivadores da teoria althussiana, nos traz à luz:

Foram Sérgio e Maria do Carmo Menezes que nos puseram em contato com seus trabalhos e, em seguida, com o próprio Althusser. Numa de suas viagens ao exterior, Aldo Arantes (ou “Dias”), então coordenador do Comando Nacional, manteve um contato oficial com Althusser, para troca de opiniões e exame de formas de ajuda mútua. Sérgio (“Costa”) e Maria do Carmo (“Sônia”) cursaram alguns dos seminários de Althusser, tinham contacto com os jovens dissidentes do PCF, que militavam na União da Juventude Comunista, e formaram, durante algum tempo, um grupo de estudo de textos marxistas e de Althusser e Charles Bettelheim, juntamente com outros estudantes latino-americanos, entre os quais Marta Harnecker. Ainda antes de voltar ao Brasil, enviaram textos e livros de Althusser para a direção nacional; um deles, eu traduzi, e, parece-me, que foi o primeiro trabalho de Althusser publicado no Brasil [...]. Quando voltaram ao Brasil, Sérgio se integrou no Comando Nacional e Maria do Carmo passou a trabalhar num dos órgãos auxiliares do Comando Nacional, a Comissão teórica, dirigida por mim. Nessa condição, coordenou alguns cursos de formação e ajudou a difundir o debate sobre alguns textos de Althusser e discípulos, e principalmente os textos de divulgação de Marta Harnecker...⁵⁸⁹

Althusser representou ainda para a Ação Popular uma “transição perfeita” do foquismo anterior de Debray, para a teoria marxista-leninista de Mao Tsé-Tung; apesar de pouco acessível aos “mais ignorantes”, situação que a AP procurava contornar⁵⁹⁰. Com o tempo, a Ação Popular será capaz de realizar autocrítica desses fundamentos, assumindo discursos de marxistas importantes, como por exemplo, o de E. P. Thompson, que considerava ser Althusser, o representante do estado acabado do stalinismo⁵⁹¹. Carlos Nelson Coutinho, marxista brasileiro influente desde a década 70, ainda na esteira dos escritos do inglês,

⁵⁸⁷ DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**, p.78.

⁵⁸⁸ Organizado por G.M Mattei e lançado por Editions Cujas. AÇÃO POPULAR. **Brésil: pouvoir et luttes de classes**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1966.

⁵⁸⁹ Entrevista de Duarte Pacheco Pereira dada à Marcelo Ridenti. IN: RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

⁵⁹⁰ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 306.

⁵⁹¹ Ver em THOMPSON, E. P. **The Poverty of Theory and Other Essays**. London: Merlin, 1978.

considera Althusser representante da corrente que produz a “miséria da razão”, expressão do agnosticismo da contemporaneidade:

O aparente “rigor científico” esconde assim o radical agnosticismo de Althusser. O terreno abandonado à “ideologia”, à arbitrariedade irracionalista, tem dimensões bastante amplas; e o terreno da dialética objetiva, da história real, das determinações ontológicas do ser social, do aspecto crítico da Razão, dos problemas da ética e do humanismo [...] da luta contra a alienação e a manipulação...⁵⁹²

A introdução de Althusser na AP foi, como pudemos observar, basilar para a fase maoísta da organização, atingida após setembro de 1968. Apesar de fundamental para esta transição, é importante destacar que, como bem observa Jacob Gorender em seu *Combate nas Trevas*:

Por um processo contraditório não raro encontrado nas conversões ideológicas, o positivismo althusseriano não dissolveu o fundo religioso da AP. Este fundo ficou recalcado e mascarado ao nível do consciente. Mas fortalecido ao se revestir ostensivamente de nova forma, na aparência contrária ao velho conteúdo. O maoísmo se enraizou na AP apoiado, com os pés, no ideário cristão e, com outro pé, no dogmatismo de procedência althusseriana.⁵⁹³

3.2.2. O ápice da luta pelo discurso vencedor: O atentado ao Aeroporto dos Guararapes e seus desdobramentos para a Organização.

A investigação, que não levaria à prisão dos autores, ouviu 126 pessoas, prendeu 400 suspeitos, chegou à loja, onde, possivelmente, havia sido comprado o material. Levantou-se que a bomba do aeroporto havia custado CR\$ 14.000,00 e havia sido armada com um pedaço de ferro de 40 cm, duas conexões e dois tampões “contendo substâncias de alto teor explosivo.”⁵⁹⁴

Eles nos davam braceletes vermelhos com as inscrições “a rebelião se justifica”. Íamos fazer treinamento de tiro, e o alvo era o rosto de Richard Nixon. Víamos multidões de estudantes de livrinho vermelho na mão. E dá-lhe citações de Mao. No aeroporto, o pessoal esperava os vôos lendo o livrinho como se fosse a Bíblia. Nos aviões, as aeromoças davam vivas a Mao e os passageiros aplaudiam. Era uma luta política e ideológica intensa, permanente: pela manhã, à tarde e à noite só se fazia isso.”⁵⁹⁵

⁵⁹² COUTINHO, Carlos. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972, p. 223.

⁵⁹³ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 114.

⁵⁹⁴ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 269.

⁵⁹⁵ Depoimento de José Renato Rabelo sobre a experiência na China. PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Op. cit.**, p. 222.

*A partir de...final de 1966 (...) começa então a questão das definições ideológicas da AP.*⁵⁹⁶

Como vimos, a Resolução Política abriu caminho para o estudo e prática do foquismo na Ação Popular. A partir de sua publicação, em 1965, teve início um dos maiores embates da organização. A luta pelo discurso vencedor – que será o maoísmo, em 1968 –, terá seu ápice em julho de 1966, quando do Atentado ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, em Recife, Pernambuco.

O atentado ao Aeroporto dos Guararapes de 25 de julho de 1966 foi entendido por Jacob Gorender como uma "aplicação realista dos ensinamentos sobre técnicas de atentados"⁵⁹⁷, aprendidas pelos militantes que haviam estudado em Cuba. A ação teria sido planejada na Bahia, no centro de treinamento de explosivos da AP: destacamento este que teria sido ainda responsável por duas outras ações no mesmo período (a expropriação num banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa)⁵⁹⁸. De lá, os jovens revolucionários recrutados rumaram para o Recife, a fim de impedir a ascensão de Costa e Silva à presidência da República do Brasil e o inevitável endurecimento do regime⁵⁹⁹: por razão da “candidatura” de Costa e Silva e Pedro Aleixo, os candidatos percorreram o Brasil para difundir sua plataforma de governo à época. Militantes apistas teriam, no “calor do momento” desenvolvido uma ação revolucionária a vistas de abalar o regime militar: uma bomba foi montada e explodiu no Aeroporto da capital pernambucana às 8:45h, matando duas pessoas (o almirante Nelson Gomes Fernandes, superintendente da Companhia Hidro Elétrica do Vale do São Francisco, e o jornalista Édson Régis de Carvalho, secretário da Administração de Pernambuco) e deixando cerca de 15 pessoas feridas ou mutiladas.

A cobertura do caso foi exaustiva por parte da imprensa, como podemos observar no processo aberto pela polícia recifense, a partir do prontuário 30253 do DOPS. Lá, também

⁵⁹⁶ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 294.

⁵⁹⁷ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 112.

⁵⁹⁸ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 268. Péricles Santos de Souza também fala sobre o ocorrido. In: PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Op. cit.**, pp. 334-335.

⁵⁹⁹ BARRETO, Francisco de Sá. **A construção social do tempo: 1995 e a leitura do Jornal do Commercio sobre o atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes**. Artigo desenvolvido para a Revista eletrônica Memória em Movimento (Revista eletrônica de comunicação, política e direitos humanos), volume 5, n. 5. Disponível em: https://www.ufpe.br/memoriaemmovimento/artigo_francisco.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:00 h.

pode ser observado o passo a passo do ocorrido e a ação dos órgãos competentes: riquíssimo em detalhes, o documento traz depoimentos de diversas testemunhas⁶⁰⁰, inclusive dos policiais no aeroporto, do dono da banca de jornais em que a maleta foi abandonada, os donos de estabelecimentos que venderam fragmentos da bomba, do cabo Paraíba (Sebastião Thomaz de Aquino) que segurava a maleta à hora da explosão, e de um encarregado do Aeroporto, depoimento chave para a conclusão da autoria do atentado.

Os primeiros depoimentos dão conta da existência de uma maleta de 50 x 30 cm, “de cor amarela mariscada com pingos escuros”⁶⁰¹, com cadeado, sendo deixada deitada numa banca de jornais e revistas, pertencente a Francisco Castagnado. Ao notar presença do objeto, Francisco pediu que a polícia do Aeroporto tirasse dali a maleta suspeita⁶⁰² antes da chegada do presidenciável Costa e Silva; quando se ficou sabendo da viagem por carro do mesmo, devido à pane no avião que o traria de João Pessoa. Exatamente às 8:45h, a maleta carregada pelo cabo Paraíba explodiria (tirando-o do chão e o queimando da cintura para baixo)⁶⁰³, quando este estava na companhia de ilustres figuras, entre elas, o jornalista Régis, morto na ação.

Após estes primeiros depoimentos, vemos os caminhos percorridos pelo delegado na investigação, ao chamar para depor Petrônio Clementino da Rocha Filho e João Muniz da Silva Ramos, donos de lojas de encanamento e outros fragmentos, que reconhecem seus produtos na utilização e feitura da bomba. João Muniz, inclusive, dá um longo detalhamento de como fez partes da composição da bomba (inadvertidamente), inclusive das pessoas que foram procurá-lo. Seu depoimento é revelador, pois atesta que o indivíduo tinha sotaque, apesar de falar o português, podendo se tratar de alguém de outro estado ou estrangeiro. Vale

⁶⁰⁰ Inclusive dois depoimentos intrigantes: o do carcerário José Armando Melo e do Tenente Danton, que alegam já saberem previamente do atentado. Melo revelou conhecer a pessoa que havia fabricado 12 bombas (podendo uma aquela que explodiu no Aeroporto); revelando ainda que há 8 dias viajara de caminhão (placa com final 86) uma pessoa conduzindo bombas em uma maleta. O oficial ainda revelou vários detalhes de bombas e suas vítimas. O tenente Danton, diz que transportou a bomba que explodiu em PE. Depoimentos presentes no presente no Arquivo DOPS-PE, processo 30253.

⁶⁰¹ De acordo com depoimento do policial José Severino Pessoa Barreto, presente no Arquivo DOPS-PE, processo 30253.

⁶⁰² Swâmi Farias de Araripe, em depoimento ao delegado, lembra que, depois de atentados, como as explosões nos Correios e nas proximidades da casa do Comandante do IV exército, tornou-se política da polícia a proibição de pacotes/maletas no Aeroporto; principalmente quando da visita de autoridades. Ainda ocorreriam outros atentados na capital pernambucana, como a bomba explodida ao lado de um dos órgãos da 7ª RM e na Praça da Faculdade de Direito. OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 269.

⁶⁰³ De acordo com depoimento do mesmo, presente no Arquivo DOPS-PE, processo 30253.

lembrar aqui que um dos indiciados pelo *Jornal do Comércio* em 1995 como autor intelectual do atentado tenha sido o ex-padre português Alípio de Freitas (versão confirmada por Jacob Gorender, mesmo que tenha sido negado veementemente pelo próprio e por Duarte Pacheco⁶⁰⁴).

O fato se deu no 29º aniversário do atentado, quando em 23 de julho de 1995, o periódico pernambucano *Jornal do Commercio* passou a publicar uma coletânea de artigos sobre o atentado, rememorando seu impacto político-social e procurando implicar os possíveis realizadores do evento⁶⁰⁵. Nele, além de inocentar os engenheiros Ednaldo Miranda e Ricardo Zarattini, implicados à revelia à época⁶⁰⁶, a reportagem implicou membros da Ação Popular como os autores intelectuais e executores da ação – o ex-padre Alípio de Freitas, Paulo Guimarães, Felícia Frazão, Raimundo Gonçalves, Zenóbio Vasconcelos e Haroldo Lima (estes últimos, à época, dirigentes estudantis da AP em Pernambuco e Bahia, respectivamente); versão primeiramente confirmada por Jair Ferreira de Sá em entrevista ao *Jornal da República*, em 1979⁶⁰⁷. Essa iniciativa gerou inúmeras reações dos apistas, que apesar de reconhecerem a autoria da ação, inocentaram os indiciados pelo jornal.

A mais proeminente reação adversa à versão do *Jornal do Commercio* foi a de Duarte Pacheco Pereira, presentes no fundo que leva seu nome no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas. Nele, apesar de admitir que a ação foi realizada por membros da AP, em declaração oficial enviada ao jornal (e ignorada pelo mesmo) Duarte defende que, dos implicados, apenas Raimundinho teria envolvimento com o atentado, sendo seu executor (cabendo aos demais a admissão pública). Além da falsa atribuição de nomes ao atentado, Duarte alega que as reportagens adulteraram as entrevistas, falsificando as falas dos entrevistados, como atesta a carta de Felícia datada de 25/07/1995 e enviada à redação do jornal, negando sua participação e a de Ruy, seu esposo morto pela repressão; e a carta de Haroldo Lima, enviada à redação da *Isto é* em agosto de 1995, diante da reprodução da matéria do *Jornal do Commercio*, sendo publicada nota em 03/08/1995, também negando sua

⁶⁰⁴ Duarte Pacheco Pereira montou um dossiê sobre o atentado ao Aeroporto dos Guararapes, que pode ser encontrado em seu Fundo, no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

⁶⁰⁵ JORNAL DO COMMERCIO. **A Bomba do Aeroporto**. Recife: Arquivo DOPS-PE, 1995.

⁶⁰⁶ Sobre o caso de Zarattini e Miranda, ver DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini. A Paixão Revolucionária**. São Paulo: Icone, 2006.

⁶⁰⁷ GUSMÃO, Sérgio Buarque. **Entrevista com Jair Ferreira de Sá**. São Paulo: Jornal da República, 8 de setembro de 1979. In: GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 113.

participação⁶⁰⁸. Vale salientar que o jornal, no dia 26/07/1995, traz uma entrevista com Alípio de Freitas, onde o mesmo teria admitido que:

A Ação do Aeroporto do Recife foi uma das mais importantes que aconteceram na luta revolucionária, assim como a Guerrilha do Araguaia, realizada pelo PC do B, é um momento alto da história recente do Brasil. Mas, não se deve ficar atrás dos autores. Todos os que participaram da luta armada devem assumir todos os atos dessa luta. Eu assumo como meus todos os atos da guerra revolucionária e este é um deles...⁶⁰⁹

O problema da pretensa autoria explicitada no trecho de entrevista acima, é que Alípio de Freitas sempre negou a participação no atentado⁶¹⁰, se tratando, portanto (hipótese levantada por Duarte), de uma adulteração do jornal a fim de mostrar uma história mais crível, a despeito da veracidade dos fatos.

O dossiê é bastante rico: nele, além das inúmeras cartas enviadas por Duarte ao Jornal, nunca lidas, o mesmo atenta às várias versões errôneas de autoria do atentado (como as do regime e os jornais à época, que admitiram ser obra de Zarattini e Edinaldo), fazendo uma lista de agradecimentos às pesquisas sérias, como a de Jacob Gorender. O dossiê conta ainda com uma série de Jornais sobre o caso, em com entrevistas interessantes de ex-dirigentes, como Herbert de Souza, que releva a ação foi um descaminho da AP, uma loucura que teria levado a um desastre maior ainda; e que apenas dois militantes, ambos já mortos em 1995, teriam posto a bomba, sendo logo após convocados pela direção. Betinho, inclusive, teria enviado uma carta à Zarattini admitindo a ação pela Ação Popular, e pedindo desculpas pelo ocorrido⁶¹¹.

⁶⁰⁸ Informações tiradas do manuscrito de Duarte Pacheco Pereira, presentes no “dossiê Atentado aos Guararapes”, no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

⁶⁰⁹ JORNAL DO COMMERCIO. **Manchete de capa: Padre afirma que atentado no Guararapes foi ato de guerra.** Recife, 26/07/1995. In: Arquivo DOPS-PE.

⁶¹⁰ Em entrevista à Hugo Villaça Duarte em 28/12/2009. In DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**, p. 88.

⁶¹¹ Carta presente no Fundo Duarte Pacheco Pereira, do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP. Sobre o episódio, o militante Luiz Momesso, no projeto Marcas da Memória fala sobre a participação de Betinho no atentado: “Ele chamava Wilson, e eu era Márcio, então a gente não sabia nome, utilizava nome de guerra que eles chamavam que era para não ser identificado, se alguém fosse preso e abrisse daria nome errado. Então o Betinho ficou morando lá na minha casa, depois eu fui fazer interpretação que ele foi lá para fazer autocrítica, ele foi trabalhar, ele acabou trabalhando num artesanato de cerâmica, e deu sugestões de modernização, desempregou gente, ele ficou com problema de consciência, a interpretação posterior é que ele esteve ligado com o caso do aeroporto aqui... É, nunca ninguém explicou nada, nunca deixou claro, o Zarattini há alguns anos esteve aí em casa, ele disse que tinha uma carta que o Betinho tinha mandado para ele, confirmando que não tinha sido Zarattini quem tinha jogado. Tinha sido acusado, então tinha uma carta de Betinho apontando vários elementos, que posteriormente me levaram a achar que ele tinha envolvimento nessa questão do aeroporto. Foi logo depois, então ele estava, tinha ido para Cuba, fazer o treinamento na (), sei lá, não sei, e voltou com a

Jair Ferreira de Sá, em depoimento de 1979 (que durou nove horas), revelou que o atentado teria sido realizado por elementos queriam causar uma crise de sucessão na organização, e que de certa forma, a autoria do atentado não fora novidade para alguns setores: Raimundinho foi, assim, afastado de Pernambuco após o atentado, fazendo autocrítica e não se reconhecendo mais na organização, pediu seu desligamento. É interessante destacar que, apesar da prisão de Edinaldo e Zarattini, os órgãos repressores já tinham conhecimento, pelo menos desde 1971, que Raimundinho havia sido o agente executor da ação; portanto a Ação Popular já havia sido implicada pela ação pelo Estado⁶¹². Jair é bem categórico que sua confissão na ocasião, bem como a citação de alguns nomes, só se daria para chamar atenção à morte de Raimundinho (agora pertencente à Vanguarda Popular Revolucionária – VAR-Palmares), aniquilado nas ruas do Recife pelos órgãos repressores ainda em 1971.

O nome de Raimundinho é ligado ao atentado também pela militância que posteriormente se inseriu na Ação Popular. Luciano Siqueira, militante em 1967, lembra-se de “ouvir falar” no assunto muito depois, já na década de 1970:

Essa informação era preservada com muito rigor. Posteriormente, já na Direção, parte da AP, é que eu vim a saber o que é que tinha acontecido na verdade. Era um grupo sob a direção de um militante que já foi assassinado, Raimundinho...me recordo que Rui Frazão (amigo e parte da Direção Regional com Luciano), Rui é que me contava que a Direção da AP discordou da operação, e o Raimundinho decidiu fazer por conta própria. Ele fez. Raimundinho foi quem comandou, ele agiu por si mesmo, porque a AP falava da luta armada mas não entrou nesse tipo de ação.⁶¹³

Apesar da indiscutível soma de entrevistas, cartas e arquivos que atestam o intuito e concretização do atentado pela Ação Popular, no decorrer do processo DOPS-PE, entramos em contato com um depoimento curioso: o de Arlindo José do Nascimento, fiscal de edificação estética, que estava à espera de Costa e Silva, conversando no lado de fora do

cabeça feita, o jeito de organização foquista, de organização de grupo, e ele foi dirigir esse grupo, esse trabalho de estudante lá de Mauá. E ele organizou todo um comando do jeitinho da guerrilha, então Comando de Pichação, Comando Míssil Relâmpago, Comando...” PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Entrevista a Luiz Anastácio Momesso (1ª sessão)**. Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, pp.11-12. O grifo contém alterações relatadas à autora desta dissertação pelo ex-militante Luiz Anastácio Momesso.

⁶¹² Ver documento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, datada de junho de 1971, no “dossiê Atentado aos Guararapes” no Fundo Duarte Pacheco Pereira, no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, e encontrado nos anexos desta dissertação. O advogado de Edinaldo Miranda tentou apresentar, em 1972, um documento que atestava a culpabilidade de Raimundinho (documento também presente no fundo), mesmo assim, Zarattini e Miranda continuaram presos e culpabilizados até 1980.

⁶¹³ Entrevista de Luciano Siqueira à autora desta Dissertação, já citada anteriormente.

Aeroporto com seu amigo, um despachante da Empresa Pedrosa. Arlindo constata que, às 8:20h, um automóvel Aero-Willys, de cor preta, chapa oficial SF 20.540, dirigido por um cabo fuzileiro naval (que estava só), chegou ao Aeroporto. O cabo então, teria saltado do carro de maneira suspeita, ficando encostado no mesmo até cerca de 8:40, quando um rapaz moreno (que ele tenta descrever) chega, observando atentamente ao redor e a placa. O que se seguiu foi um diálogo revelador: o moreno teria perguntado “Cadê o negócio? Está aí? Está já em cima da hora”. O cabo, sem nada a responder, tirou do cofre do carro um invólucro em um pedaço de pano, medindo 30/40 cm e com cerca de 3 kg, e perguntou: “cadê a maleta?”, respondendo o outro: “Está do outro lado”. O moreno teria então corrido com o pacote nas duas mãos, e em cerca de 5min, deu-se a explosão. O depoente não saiu do lugar, notando que o cabo também não, parecendo nervoso. O depoente pediu um lápis e anotou a placa e trouxe para a Secretaria de Segurança Pública recifense.

Portanto, apesar de, posteriormente, haver diversas demonstrações de apistas que confirmassem a versão de que militantes foquistas teriam sido responsáveis pelo atentado, o depoimento de Arlindo José do Nascimento lança uma dúvida razoável da autoria do mesmo, ao colocar um fuzileiro naval das Forças Armadas de atitude suspeita na cena do crime. Como sabemos, vários grupos de extrema direita, inclusive de agentes do Estado, foram responsáveis por atentados à bomba no Brasil, reconhecido por muitos agentes na obra *A Direita Explosiva no Brasil*⁶¹⁴, confirmados no livro *Militares: Confissões*⁶¹⁵. Nesse sentido, a obra *Radiografia do terrorismo no Brasil*, de Flávio Deckes também pode ser citada. No estudo, Deckes analisa o discurso do deputado Eduardo Pandolfi, do MDB, quando das discussões sobre a anistia na Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada quando do 13º aniversário do atentado, em 27/07/1979: nele, Pandolfi sugere que se interroge o Cel. Ivanildo Oliveira, que teria tido uma atitude suspeita na ocasião, já que “testemunhas viram o coronel afastar-se apavorado à aproximação do portador que deixou a maleta de explosivos no saguão do aeroporto”⁶¹⁶.

⁶¹⁴ ARGOLO, José, et al. **A Direita Explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

⁶¹⁵ CONTREIRAS, Hélio. **Militares. Confissões: Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

⁶¹⁶ DECKES, Flávio. **Radiografia do Terrorismo no Brasil 66/80**. São Paulo: Cone, 1985, p. 33-38.

Reconhecemos assim, a impossibilidade de atribuir a qualquer dos envolvidos – tanto apistas quanto da direita⁶¹⁷ – a autoria *inquestionável* da ação; principalmente por, num determinado momento, as Forças Armadas ter tomado posse total do processo em maio de 1967 (já que antes só haviam acompanhando depoimentos no DOPS⁶¹⁸), através do auto expedido em cartório designando-o para as mãos da Aeronáutica, na pessoa do coronel Féres. O documento deixa implícito o desagrado do delegado do caso ao ter que entregar o processo:

Referindo-me aos acontecimentos ocorridos no dia 25 de julho de 1966 (próximo passado), em torno da explosão verificada no Aeroporto Guararapes, cumpre-me informar que esta delegacia deu início às diligências em torno do fato, solicitando, preliminarmente, perícia no local da explosão, além de ouvir várias pessoas que de fato tiveram conhecimento, bem como algumas vítimas.

Acontece, porém, que o referido inquérito, não mais teve prosseguimento, em virtude de, segundo comentários, haver esta Secretaria, recebido um ofício do Coronel da Base Aérea, conhecido por Féres, no qual determinava que o aludido inquérito deveria correr por aquela [sic] Unidade, ficando a Polícia na obrigação de colaborar, quando solicitada, motivo porque, é também de meu conhecimento, haver a perícia já iniciada, sido encaminhada à Base Aérea do Recife, para fins de direito.⁶¹⁹

Em suma, deixamos aqui a necessidade de estudos posteriores acerca do acontecimento, a fim de, se possível, aparar as arestas deste caso.

Cabe lembrar também, que “a ilustre visita provocou mais duas explosões na capital pernambucana. Ainda no mesmo dia 25, explodiram bombas na sede da União Estadual dos Estudantes e do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS)”, quase que simultaneamente à do Aeroporto, ambas causando apenas danos materiais. Apesar da análise realizada ainda no “calor do momento” no dia 25/07/1966 revelar serem as bombas idênticas nas três ocorrências⁶²⁰, e os órgãos de investigação policial sugerirem, portanto, autoria única, Jacob Gorender, atesta em seu *Combate nas Trevas*, que “porém, conforme hoje se pode saber, as iniciativas partiram de centros diferentes”⁶²¹.

⁶¹⁷ Paulo Cavalcanti, inclusive, defendeu os atentados do dia 25/07/1966 como de direta. CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. Recife: Guararapes, 1985.

⁶¹⁸ Como atesta o policial Miguel Torres Vilar, em depoimento presente no Arquivo DOPS-PE, processo 30253.

⁶¹⁹ Auto presente no Arquivo DOPS-PE, processo 30253.

⁶²⁰ Como podemos observar no detalhamento sobre as bombas no Arquivo DOPS-PE, processo 30253.

⁶²¹ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 113. No entanto, Gorender não deixa claro a autoria destes outros atentados. Franklin de Oliveira Jr., no entanto, diz que as ações tiveram colaboração de apistas, mas também não cita fontes. OLIVEIRA JR., Franklin. *Op. cit.*, p. 262. Para mais informações dos pormenores da bomba na USIS, ver Processo 30247, Arquivo DOPS-PE, Explosão da USIS.

Como exemplificado anteriormente nas falas dos apistas aqui citados que reconheceram que a bomba que explodiu no dia 25 no Aeroporto Internacional dos Guararapes como sendo de militantes da AP, a ação foi uma coisa isolada, não concatenada com a diretiva da Ação Popular, que apesar de professar e defender a luta armada, nunca se envolveu como grupo coeso nesses meandros da luta revolucionária. "A Direção Nacional havia optado pela luta armada, mas não tomara conhecimento prévio do atentado, que condenou"⁶²², e, chocada, dissolveu os comandos armados paralelos, de orientação foquista. É importante lembrar que, por indicação da teoria do foco⁶²³ contida na *RP*, a Ação Popular se estruturava por Comandos (nacional e regionais), considerados autoritários e de democracia muito limitada⁶²⁴, por isso o estarcimento com o acontecido. Quanto aos autores do atentado, Betinho diria ao *Jornal do Commercio* em 23/07/1995:

Passaram por uma reeducação ideológica, de efeito tão improdutivo quanto o atentado. Um deles foi designado para trabalhar numa área camponesa do interior do Estado do Rio. Dois meses depois, nos procurou para dizer que ia tudo muito bem, porque ele conseguira umas 40 bananas de dinamite numa pedreira da região.⁶²⁵

De uma maneira mais categórica,

O resultado deste episódio levou a organização à nova revisão de suas linhas de ação, centralizando as atuações das comissões militares e a um afastamento com relação às influências cubanas, levando a organização a adiar viagens de treinamento e intercâmbio estabelecidas para a ilha e a devolução de praticamente toda a ajuda financeira concedida pela ilha à AP.⁶²⁶

Dessa forma, o ano de 66 acabaria com intensas lutas entre foquistas e militantes de outras tendências, com a organização se inserindo em outras áreas que a aproximavam do regime chinês, notadamente na pesquisa sobre a organização publicada nos primeiros meses de 67, as discussões do Comitê Nacional de 1967 (CTN67), e o debate sobre a profissionalização dos quadros, germen da diretiva de Integração na Produção.

⁶²² RIDENTI, Marcelo S. "Ação Popular: cristianismo e marxismo". In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p.235.

⁶²³ Que defendia, entre outros, que a revolução começaria a partir da ação armada de pequenos grupos de vanguarda, a partir de um foco rural e da prática de ações armadas urbanas.

⁶²⁴ Como atesta Marc Van der Weid em entrevista citada anteriormente.

⁶²⁵ JORNAL DO COMMERCIO. *A Bomba do Aeroporto VII: Betinho: foi uma ação individual*. Recife: Arquivo DOPS-PE, 23/07/1995.

⁶²⁶ PAULON, Alessandra Ciambarella. *Op. cit.*, p. 07. Vale lembrar que, nunca antes alguma organização de esquerda havia devolvido dinheiro por divergências ideológicas.

Desde o golpe, a Ação Popular começou por se preocupar em caracterizar a Organização, a fim de encontrar os problemas pelos quais os apistas estavam enfrentando no regime de exceção. Com esse intuito, foi publicado documento *Pesquisa sobre a situação da Organização*⁶²⁷, que é reveladora em múltiplos aspectos, a despeito das falhas e generalizações advindas da preparação, aplicação e posterior avaliação de tais pesquisas de cunho percentual.

No estudo comprovou-se que, no biênio 65-66, 68% da militância havia ingressado na AP após o golpe de 1964. Dos 32% dos “apistas de primeira hora”, 40% vieram das fileiras das Juventudes da Ação Católica, com cerca de 37% já militantes do Movimento Estudantil. Mais da metade trabalhava ou tinha algum contato com as classes indispensáveis à revolução (campesinato e operariado), sendo mais de 40% envolvidos com o Movimento Estudantil (ME) ou atividades liberais. Um universo de 94% das respostas foram positivas quanto à importância e necessidade dessas classes fundamentais para conquista do poder, com metade se mostrando a favor de se deslocarem para áreas operárias e camponesas, com condicionantes (como familiar, de estudo, etc). 47% de entrevistados optaram pela luta armada para atingir esse objetivo, amostragem expressiva, visto que menos da metade escolheram o trabalho de conscientização, e apenas 15% a radicalização da luta institucional

⁶²⁸.

O documento ainda comprovou que metade dos ingressos na Ação Popular não conheciam os meandros internos organizacionais da mesma, com 35% reclamando do fato (quanto a comunicação entre os níveis), com 25,5% preocupados com a questão das finanças (já que os 76% que contribuía com cerca de 5% dos rendimentos não sabiam das reais condições da organização⁶²⁹); com 43% apontando desconhecer os significados e a importância da luta interna. A ignorância quanto ao *modus operandi* da organização era evidenciada em vários aspectos, que denotavam “obstáculos graves: insuficiência de funcionamento interno, deficiências no trabalho operário e camponês e problemas de nível

⁶²⁷ AÇÃO POPULAR. **Pesquisa sobre a situação da organização**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1967.

⁶²⁸ Idem, Ibidem, pp.2-10.

⁶²⁹ Franklin constata que, quanto menor a renda e mais pobre é a região, maior é a tributação, chegando a 13%. OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 274.

teórico-ideológico, etc.”⁶³⁰, como apenas metade dos militantes citando leituras de documentos relativos à organização; e com carência teórica preocupante: apesar de 74% admitirem a necessidade de aprofundamento do estudo acerca do marxismo, apenas 29% tiveram contato com obras de algum intelectual marxista, inferior até mesmo ao índice dos que afirmaram leitura regular de estudiosos progressistas cristãos (33%)⁶³¹.

A conclusão levantada pela Ação Popular após os resultados era de que a organização era ainda majoritariamente estudantil (o setor camponês era calculado em 34% e o operário 27%⁶³²), apesar de apresentar as características teóricas e práticas necessárias a “uma organização de vanguarda da classe operária em camponesa”. Após 64, a AP teria sido lançada

num ativismo cego, sem esquemas sistemáticos, cuidando da pesquisa [de possíveis áreas de atuação], com baixo nível de organização e disciplina, particularmente fruto da experiência com o trabalho clandestino e caráter pequeno-burguês de sua composição social⁶³³.

Para solucionar os problemas, se apostava na luta de massas, a partir de reforços visando:

Formar teoricamente nossos militantes para capacitá-los e elaborar a Teoria da Revolução Brasileira; desenvolver um processo de transformação ideológica de nossos militantes, substituindo na concepção do estilo de militância as influências da ideologia burguesa pela ideologia revolucionária; formar politicamente nossos quadros para que eles pusessem em prática uma linha [...] revolucionária junto à classe operária e camponesa.⁶³⁴

O ano de 1967 também começaria na organização já com embates e discussões de autores que poderiam ser uma opção para a luta revolucionária apista, centrando o debate na chamada “profissionalização dos quadros”. Nesse ínterim, podemos encontrar no Arquivo Edgard Leuenroth, a série “Textos de Debate para militantes” (texto IV), o escrito *Profissionalização dos quadros, necessidade urgente*⁶³⁵, que apesar de ser publicado em 1966,

⁶³⁰ AÇÃO POPULAR. **Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1967, p.1.

⁶³¹ Idem, Ibidem, pp. 2-10.

⁶³² OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 275.

⁶³³ Idem, Ibidem, p. 260.

⁶³⁴ AÇÃO POPULAR. **Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1967, p.34.

⁶³⁵ VÁRIOS AUTORES. **Textos para Militantes: Profissionalização dos quadros: necessidade urgente**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1966.

só no ano seguinte entra no rol dos estudos da AP. No documento, podemos observar a descrição dos problemas reais da organização, como a falta de recursos e a necessidade de profissionalização superior dos quadros, já que a AP estava permeada por “militantes amadores”⁶³⁶. O trabalho ainda “busca conscientizar da necessidade de profissionalização, da diferença entre uma ação política armada e profissional, como adotá-la e qual o papel do militante profissionalizado”; levando-se em consideração que “a organização não era majoritariamente de operários e camponeses, não tinha ligações [de classe] com estas classes e não conduzia a luta dentro de sua visão política e estratégica”⁶³⁷. Era necessário a mudança de composição social do movimento, pois

se não encontrarmos uma solução real e urgente para este colapso que a organização está vivendo estamos correndo o risco de não passarmos de uma organização de “jovens bem intencionados” mas sem condições objetivas de conduzir o processo revolucionário.⁶³⁸

Nos meses de fevereiro-março começam os preparativos para a reunião do Comitê Nacional de 1967 (CTN67), realizado nas vésperas da assunção de Costa e Silva à presidência da República. A reunião é considerada por muitos como a pedra de toque, o marco na trajetória da Ação Popular; não só por marcar a volta dos exilados parisienses que introduziriam Althusser com força na organização, mas pelas diretivas, cada dia mais de origem maoísta, que a AP desenvolverá a partir de então, principalmente as que tangem à inserção nas classes fundamentais, a fim de promover o aumento de militantes de origem camponesa e operária, bem como sua ascensão aos cargos de direção. De acordo com Haroldo Lima e Aldo Arantes, o CTN67 ainda iniciou um longo debate sobre um dos pontos cruciais do racha de 1968:

A reunião analisou a “questão do Partido” e aprovou uma resolução sobre o “Partido de Vanguarda”, onde fez referência à contribuição de Lenin para a formação desse Partido. Verificava a necessidade de uma organização desse tipo para dirigir o processo revolucionário, mas não tomava posição sobre o caráter proletário do mesmo. O andamento dos trabalhos camponeses foi objeto de exame na reunião, que criticou a idéia dos “catalisadores revolucionários”, expedientes inspirados na concepção “foquista”, pelos quais certas ações violentas seriam feitas com vistas a despertar a massa. A organização começava a perceber que semelhantes ações não “despertam” a

⁶³⁶ Aquele que milita quando pode, é acomodado, e, portanto, nunca será da linha de frente do movimento.

⁶³⁷ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 259.

⁶³⁸ AÇÃO POPULAR. **Resolução Política**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1965, p. 2.

massa, mas a isolam, porque excluem sua iniciativa, e que as massas despertam a partir das lutas que realizam.⁶³⁹

Após a CTN67, um novo grupo de militantes – liderados por Jair Ferreira de Sá, que chegou bem antes do resto do grupo, José Renato Rabelo, Ronald Freitas, José Novaes (líder camponês) e Carlos Walter Aumond – foi mandado à China, a fim de estudar e entender os meandros da Revolução Cultural chinesa, coqueluche das esquerdas nos fins da década de 60:

A Revolução Cultural objetivava evitar a crescente burocratização dos quadros do Partido Comunista Chinês – que, notadamente, ganhavam privilégios sociais traduzidos na criação de planos de carreira e salários distintos para os integrantes do governo chinês, bem como de escolas especiais para os seus filhos –, a partir da reafirmação de princípios revolucionários e pela difusão de valores como o igualitarismo social e o ideal de coletividade. Nesse sentido, foram lançados o Movimento de Educação Socialista e a Campanha de Retificação, que em linhas gerais, visavam à educação cultural não apenas dos quadros do Partido, mas, sobretudo, da geração de jovens chineses que não haviam vivenciado as experiências do período revolucionário. Buscava-se, assim, integrar membros do partido, estudantes e intelectuais às classes trabalhadoras para o estudo e conhecimento dessa realidade social.⁶⁴⁰

Essas discussões vão ser maturadas no decorrer do ano de 1967 e atingirão seu ápice em 1968.

A viagem, que duraria cerca de seis meses, em que os militantes visitariam cerca de 12 províncias (de avião e de trem) foi reveladora: Renato Rabelo, que teria concluído o curso de Estudo da Arte Militar (que envolvia muito mais o teórico-ideológico, pois modelo chinês, ao contrário do foquista, era necessário munir as ideologias primeiramente, para depois estudar táticas de guerrilha), produziria o conhecido *Texto ou Documento Amarelo*⁶⁴¹, por causa da cor de sua capa. Sobre a experiência, o mesmo nos conta:

Ficamos numa área de Nanquim construída pelos ingleses, um lugar aprazível, transformado em academia militar para estrangeiros. Ocupamos um sobrado: em cima ficava o dormitório, embaixo quatro salas de estudo. E por três meses chegavam os professores para discutir sobre o marxismo, que se reduzia basicamente a estudar o pensamento de Mao Tsé-tung e a experiência da revolução na China. Por mais que eles dissessem que não era para copiar aquele modelo, evidentemente todo mundo que saía de lá copiava.⁶⁴²

⁶³⁹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 67-68.

⁶⁴⁰ DUARTE, Hugo Villaza. **Op. cit.**, pp. 90-91.

⁶⁴¹ ARANTES, Aldo. **Uma terceira via: o socialismo nos moldes iugoslavos**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1967.

⁶⁴² PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Op. cit.**, p. 222.

O resultado das pesquisas desenvolvidas pelo ano, bem como das discussões do CTN67, como vimos, destacou uma forte carência de formação teórica, tida no momento, como um problema fundamental para a AP. No esforço de contornar essa dificuldade, a Comissão Teórica publica a *Resolução sobre o debate Teórico e Ideológico* (DTI), que convidava a militância ao estudo profundo do marxismo. Sem ela, a organização “não consegue propor senão objetivos limitados e não-estruturais e não consegue definir senão meios e formas de ação idealistas e ineficazes”, já que

o socialismo, para ser revolucionário e não reformista, precisa se fundar numa análise científica da sociedade capitalista [...] Só com base nessa análise científica é possível definir objetivos de transformação realmente estrutural do capitalismo.⁶⁴³

O documento finalizava reconhecendo a diferença necessária entre teoria e ideologia e o marxismo (como socialismo científico de classe) como teoria legítima para a organização.

Depois desse texto, foram abertos grupos de estudo para DTI, sendo multiplicados os “Textos Para Debate”. Estes visavam a redescoberta do cientificismo marxista, basilar para a integração com as massas (que seria realizado pelo método democrático de persuasão nacional), visto que “quase caímos na pretensão de elaborar uma teoria revolucionária à margem da tradição revolucionária contemporânea e não a partir de aquisições do marxismo”⁶⁴⁴, reconhecendo “as deformações grosseiras a que o marxismo e leninismo foram submetidos no curso de sua história, deformações operadas por uma tradição de vulgarização mutiladora e dogmática”; danos esses que desembocariam em desvios que teriam causados sérios problemas às revoluções na América Latina, principalmente no Brasil⁶⁴⁵. Sendo assim, se intentava partir de textos clássicos de Marx e Engels, perpassando outras obras contemporâneas e de maior aprofundamento, como os textos de Lin Piao e Mao Tsé-tung. Haroldo Lima, integrante da DN, reporta que “imprimíamos esse material em mimeógrafos e o distribuíamos para os militantes por todo o país”⁶⁴⁶, dando ao DTI o caráter nacional que tanto a AP intentava. Por influência das discussões do DTI, começa a redação do *Livro Negro*

⁶⁴³ AÇÃO POPULAR. **Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1967, p. 1.

⁶⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 5.

⁶⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 9.

⁶⁴⁶ PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Op. cit.**, p. 194.

da *Ditadura*⁶⁴⁷, documento-denúncia publicado apenas na década de 70, período em que a maioria da militância apista havia se integrado ao PCdoB.

A experiência chinesa destacada no *Documento Amarelo* serviu para a crítica mais profunda ao foquismo, representados, principalmente, pela teoria de Régis Debray. Importante estudioso do marxismo para milhões de jovens de esquerda, o autor era reconhecido também porque seus trabalhos começaram a ser traduzidos ao mesmo tempo da Revolução Cubana e das guerrilhas bolivarianas.

Após alguns meses do CTN67, a Direção da AP se reúne para discussão do livro *Revolução na Revolução*⁶⁴⁸, gerando críticas ferrenhas: “não resistimos ao desenvolvimento das falsas alternativas propostas por Debray [...] uma visão mais sistematizada e mais radical da mesma perspectiva estruturada na Resolução Política de 1965.”⁶⁴⁹. Apesar de alguns pontos indiscutíveis, (como o caráter específico da revolução em Cuba, o comportamento dos guerrilheiros com o povo, em sua definição do trotkismo e de seus erros teóricos); no todo, Debray teria pecado em diversos aspectos: na propagação da teoria do foco como legitimamente revolucionária a partir das classes elementares, no seu revisionismo de linha militar burguesa, na visão deturpada de construção do Partido de Vanguarda, na negação de um feudalismo na América Latina⁶⁵⁰, na pretensa “paz social” do campesinato brasileiro, no ataque ao pensamento de Mao e sua contribuição para o marxismo-leninismo, entre outros. Era a Ação Popular passando a reconhecer-se como maoísta.

O afastamento para com o foquismo, no entanto, não significou uma total separação de Cuba, tendo a AP participado, ainda este ano, da OLAS, realizada em Havana. A Ação Popular foi representada por Betinho e Paulo Wright, que produziram o *Informe sobre a I Conferência da OLAS*⁶⁵¹, editado pela Direção Nacional. Outras quatro organizações de

⁶⁴⁷ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p.108.

⁶⁴⁸ DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de las Américas, 1967.

⁶⁴⁹ AÇÃO POPULAR. **Autocrítica do Comando Nacional**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1969, p. 58.

⁶⁵⁰ Pois fazíamos parte de um comércio internacional sob a égide do capitalismo “o capital começa submetido a seu império e trabalha nas condições técnicas históricas em que se encontra”, ou seja, “o capitalismo desenvolveu-se através da introdução das condições técnicas-históricas existentes, as que exigiram o trabalho escravo”. SILVA, C. **Erros da Teoria do Foco**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d., pp.9-10.

⁶⁵¹ AÇÃO POPULAR. **Informe Sobre a I Conferência da OLAS**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1967.

esquerda foram convidadas, MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário, que enviou dois representantes), o PCB, a Polop, e o PCdoB: as duas primeiras não mandaram representantes (apesar da presença de Mariguela, este já estava comprometido na organização da ALN), e o PCdoB foi excluído previamente das discussões, por “deixar de cumprir os deveres de solidariedade com a revolução cubana – pois um editorial do jornal do partido posicionava-se a favor da China e contra Cuba” numa pendência entre os dois países⁶⁵². Os delegados da AP se posicionaram a favor dos pecebistas, denunciando os cubanos que teriam posto um “pretexto para eliminar a voz discordante”⁶⁵³, sinalização concreta da “virada” apista para o maoísmo. No entanto, nem tudo eram flores: a DN, na edição do documento, tece inúmeras críticas aos seus delegados, já que estes teriam avançado nas “conclusões que não poderiam ser apresentadas como definições da organização, na medida em que o tema se encontra em discussão”⁶⁵⁴. Era um sinal claro das lutas ideológicas travadas na organização.

Apesar de todas as críticas à OLAS, a conclusão do documento foi favorável, visto a “definição da luta armada como centro de estratégia revolucionária”, posicionando-se contra e isolando o “bloco revisionista tutelado pelo PC soviético”⁶⁵⁵:

Uma avaliação geral dos resultados da primeira conferência permite concluir que a OLAS comprovou ser um instrumento importante da luta ideológica e da formação de uma frente anti-imperialista na América latina. Consideramos que devemos desempenhar um papel na execução desse objetivo, ao lado de desenvolver as nossas relações bilaterais em todas organizações verdadeiramente anti-imperialistas e revolucionárias.⁶⁵⁶

A fim de desenvolver essas relações, Herbert de Souza se demoraria mais um pouco em Cuba, passando a fazer parte do Comitê Permanente da OLAS, realizando lá os “treinamentos, estudos, estratégias, tática”⁶⁵⁷. O mesmo fala de seu período de estágio:

⁶⁵² RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p. 236.

⁶⁵³ AÇÃO POPULAR. **Informe Sobre a I Conferência da OLAS**. Campinas: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1967, p. 12.

⁶⁵⁴ Esse item seria a existência do caráter feudal na agricultura latino-americana. Idem, Ibidem, pp. 13-14.

⁶⁵⁵ Observar mais em OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 310.

⁶⁵⁶ AÇÃO POPULAR. **Informe Sobre a I Conferência da OLAS**. Campinas: Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1967, p. 14.

⁶⁵⁷ Depoimento de Luiz Anastácio Momesso. PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Entrevista a Luiz Anastácio Momesso**. Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, 2ª entrevista, p. 13.

Naquele período, eu estava em Cuba, participando da Olas (Organização Latino-Americana de Solidariedade), organizada por “Che” Guevara, que procurava reagrupar os núcleos guerrilheiros de toda a América Latina para realizar a revolução continental. Fiquei lá durante um ano. Ao morrer, em outubro, na cidade de Nancahuazú, “Che” levou consigo a Olas para o túmulo, pois pareceu-me que aquela organização servia de cobertura para sua guerrilha na Bolívia. Mas ainda que os cubanos pensassem a mesma coisa, não anunciaram oficialmente o enterro da organização. Eu esperava desesperadamente sua concretização, passando meu tempo no Hotel Rivière, depois no Habana Libre, escutando, procurando informações sobre o Brasil na imprensa latino-americana, estabelecendo contatos, lendo sobre a revolução. Decidi, inclusive, fazer uma seleção de obras de Lenin, pensando em distribuí-la aos movimentos revolucionários do continente.⁶⁵⁸

Betinho voltaria ao Brasil dentro de alguns meses, encontrando a Ação Popular em meio de um dos mais acirrados momentos da organização, que iria se consolidar com a Reunião Ampliada da Direção Nacional, em setembro de 1968, quando da expulsão dos membros foquistas da AP, e a escolha final do maoísmo pela maioria dos membros.

⁶⁵⁸ SOUZA, Herbert José de. **Revoluções da minha geração. Depoimento a François Bougon**. São Paulo: Moderna, 1996, p. 40.

CAPÍTULO 4 – A CAMINHO DO MAOÏSMO

4.1. O ano que não terminou.

*Em 1968 morria-se de tudo, menos de tédio.*⁶⁵⁹

*Os estudantes mostraram a sua força em jornadas memoráveis nas quais as barricadas foram escudos desta juventude cheia de ideais libertários.*⁶⁶⁰

*De março a abril, de junho a agosto, sucedem-se manifestações envolvendo até 100.000 pessoas em várias cidades brasileiras. A ditadura reage violentamente fazendo dezenas de mortos, centenas de feridos, e milhares de presos. Universidades são cercadas e fechadas. Professores, funcionários e alunos são presos, espancados e mortos, sem desistir do movimento.*⁶⁶¹

Os acontecimentos “mornos” de 1966-1967 confluíam para um dos anos mais espetaculares para a história brasileira e mundial. 1968 nasceu sob o signo da resignificação ideológica e cultural, quebrou tabus, revolucionou as formas de relações inter-pessoais, inaugurou a discussão sobre ecologia, feminismo, organizações não governamentais (ONGs), direitos humanos e das minorias, acalentadas pelo sonho de igualdade e alastrando a cultura de “drogas, sexo e rock’n roll”, intensificada nos anos 70. O caleidoscópio daqueles 12 meses transformou o mundo de uma maneira definitiva, ao mostrar a força de jovens inquietos e contestadores que conseguiram inflamar e imbuir o espírito de luta de várias classes sociais. Porta bandeiras de uma luta contra preconceitos e paradigmas, seus ecos estão presentes ainda hoje, em pleno século XXI.

O ano, no Brasil, se inicia com o governo a tentar desenvolver mecanismos de repressão e contenção às vozes destoantes da sociedade. No dia 26/01, devido à denúncia de Costa e Silva ao seu ministro Lira Tavares (exército) de explosão de revolta em São Paulo, com possível assassinato do governador Abreu Sodré, na cidade de Santos se forma um pequeno exército de 60 aviões da FAB, corveta de armamentos e movimentação de tropas⁶⁶²; liderados pela dupla Costa e Silva e Jayme Portella (ministro-chefe da Casa Militar), o

⁶⁵⁹ VASCONCELLOS, Clarissa. **Entrevista a Zenir Ventura**. Revista História Viva. São Paulo: Edição 117, de julho de 2013. Disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/em_1968_morria-se_de_tudo_menos_de_tedio.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:04 h.

⁶⁶⁰ SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p.52.

⁶⁶¹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP**. Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000, p. 282.

⁶⁶² Documento **1968 – Cronologia**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d, p.1.

Conselho de Segurança Nacional amplia as atribuições do Serviço Nacional de Inteligência, ao transformar as “seções de segurança nacional” em “divisões de segurança de informações” (DSIS); que presentes em todos os ministérios civis, tornavam mais eficaz a rede de espionagem do organograma estatal⁶⁶³. Era a ditadura antes envergonhada se transformando num sistema ditatorial escancarado⁶⁶⁴.

Apesar de todas as medidas consideravelmente impopulares, o general-ditador se preocupava com sua imagem: em 1968 surge a Assessoria Especial de Relações Públicas, a fim de aumentar a popularidade de Costa e Silva junto à opinião pública. O presidente chegou mesmo a cogitar a proscrição dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), mas estes continuaram e se intensificaram, junto com a repressão sistemática aos movimentos populares e a certas regiões. Numa cadeia de repressão e perseguição, houve a inclusão de sessenta e oito municípios na chamada “área de segurança nacional”.

1968 também marca a publicação de obras marxistas e de análise da sociedade brasileira que propugnavam (direta ou indiretamente) a “teoria da dependência”, baseada em teses de Trotski e Rosa Luxemburg⁶⁶⁵. Nesse universo, podemos citar *O colapso do populismo no Brasil*, de Octávio Ianni⁶⁶⁶, que de acordo com Gorender, defendia que:

A economia brasileira havia entrado na fase de interconacionalização incompatível com o populismo, uma vez que este não mais conseguia refrear as lutas dos trabalhadores. Daí o abandono do populismo pela burguesia associada ao capital estrangeiro. A dependência estrutural do Brasil encerrava a tendência também estrutural ao fascismo. As esquerdas não praticavam uma “política de classes” e se deixaram contaminar pela “política de massas” próprias do populismo e pelas propostas de reforma do capitalismo subdesenvolvido.⁶⁶⁷

⁶⁶³ Observar mais em FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A.N. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.4, p. 176.

⁶⁶⁴ Referência às obras do jornalista Elio Gaspari: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; e GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁶⁵ “A teoria da dependência absolutizou acausalidade do sistema imperialista mundial e levou à subestimação ou à omissão da causalidade interna de cada país”. GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990, p. 75.

⁶⁶⁶ IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

⁶⁶⁷ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 74.

Nesse universo, Ianni consagrava a POLOP⁶⁶⁸ e a AP como as únicas organizações revolucionárias capazes de “purificar” as demais, já que haviam sido as menos viciadas pelo populismo burguês. Os estudos de fins da década de 60 ainda estiveram imbuídos da tese de “estagnação estrutural”, demonstrando os impasses do capitalismo do Estado ditatorial brasileiro, que ajudava a reforçar as teses da esquerda quanto ao socialismo eminente.

Em fevereiro, a classe artística se movimenta contra a censura e em favor dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, uma passeata dia 23 de estudantes da USP, pela concessão de vagas dos excedentes inaugura o ano estudantil no país⁶⁶⁹.

O ano traria acontecimentos únicos, que mudariam completamente o mundo: já em janeiro, o pequeno país vietnamita do norte – numa tentativa ousada no intuito de ganhar a luta para os invasores do Vietnã do Sul e de norte-americanos – através de seus guerrilheiros comunistas, lança a “Ofensiva Tet”, na comemoração do ano novo lunar, em 30 janeiro. Com poucos soldados (em vista ao número dos aliados capitalistas), os combatentes (numa missão suicida) lançam uma ofensiva a 36 cidades inimigas, invadindo temporariamente a embaixada americana em Saigon⁶⁷⁰ e quebrando para sempre o ego do gigante Estados Unidos da América.

A geração de jovens de 68, apesar de diferente de suas congêneres (principalmente em propaganda), não pode ser desassociada, entretanto dos eventos ocorridos nos pós Segunda Guerra Mundial. Esta era produto direto das transformações ocorridas com a ascensão da chamada Guerra Fria, que dividia o mundo em dois pólos: os socialistas e comunistas, sob liderança da URSS, e os capitalistas, capitaneados pelos Estados Unidos da América. O ano pode ser, desta forma, entendido como uma reação extremada a essa “manipulação” que, através da mídia – super potencializada pelos meios de comunicação que interligavam as diversas partes do planeta via satélite –, atuavam como aparelho de propagação de “ideologias permitidas”, defendidas por potências que tinham nas mãos os destinos do mundo, armadas “até os dentes” com tanques e bombas atômicas.

⁶⁶⁸ A organização, nesse ano inclusive, vai experimentar uma dissidência do grupo paulista, criando a Organização (O), que estabelece contato com ex-militares em torno do ex-sargento Onofre Pinto. A Organização, depois Organização Politico-Militar, será na década de 70, a COLINA.

⁶⁶⁹ Observar matérias em jornais no Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

⁶⁷⁰ Para mais informações, ver HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos** – O breve século XX: 1914-1991. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

A geração de baby-boomers⁶⁷¹ parecia inquebrável: nunca antes tantos jovens freqüentavam e ocupavam as universidades, os parques, as ruas. Essa nova massa, imensamente intelectualizada, estava pronta para o consumo de ideologias outras, díspares das que eram propagadas pelos rádios e televisores (geralmente imbuídas pelo “bom” capitalismo, guerreiro paladino contra as maldades do mundo comunista). Sua voz se levantava nas discussões políticas e nas relações sociais, a fim de construir um mundo diferente daquele de seus avós e pais. Jacob Gorender nos fala dessa “cultura da juventude”:

Os anos 60 marcaram o auge do movimento dos *hippies* (pregadores de *Paz e Amor*), a maravilhosa renovação da música popular internacional pelos Beatles, a difusão da roupa informal e da minissaia, a moda masculina dos cabelos compridos e das barbas, o começo da des-repressão do comportamento sexual [...] os jovens queriam afirmar-se enquanto jovens no confronto desafiador contra os adultos. Processava-se uma mutação geracional, refletida nos costumes e em múltiplos aspectos espirituais, inclusive no que se chamou de contracultura. De súbito, a socialização da jovem geração pela sociedade burguesa encontrou obstáculos ideológicos teve que enfrentar a rebeldia de tendência romântica.⁶⁷²

O ano de 1968 começa para esses jovens, mundialmente, com o ataque, em março, de estudantes à embaixada americana em Londres. Ainda à época, sob liderança do alemão Daniel Cohn-Bendit, estudantes franceses ocupam a torre administrativa da Universidade de Nanterre, culminando no que viria a se chamar “Movimento 22 de Março”, gérmen do maio de 68. Em abril, Martin Luther King Jr., ganhador do prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho em prol da igualdade de raças na sociedade norte-americana, é assassinado na sacada de seu hotel no Tennessee, chocando ao mesmo tempo que fortificava os movimentos das “minorias” pelo mundo. O mês também vê o lançamento de Stanley Kubrick, o clássico da ficção científica “2001, Uma Odisseia no Espaço”, e a estréia o musical hippie “Hair”, na Broadway, explosão máxima da trilogia SDR⁶⁷³. O segundo semestre começaria com o fim da “primavera de Praga”, quando a Rússia por fim invade a Tchecoslováquia, jogando por terra os esforços do país em construir um socialismo humanista independente.

No Brasil, o mês se inicia com a explosão de uma bomba no consulado americano em São Paulo. O coronel Rui Castro é detido por se declarar a favor da sucessão civil, nesse ano que marcaria o começo das disputas pela presidência de 1970. Costa e Silva proíbe a Frente

⁶⁷¹ Geração assim conhecida por conta da explosão demográfica pós-45.

⁶⁷² GORENDER, Jacob. **Op.cit.**, p. 146.

⁶⁷³ Sexo, Drogas e Rock’n roll”.

Ampla, alvo direto da militarização estatal. A massa estudantil é acordada com a determinação de Gama e Silva, Ministro da Justiça, de repreender suas passeatas. Os estudantes saem às ruas com mais força, com palavras de ordem como “Abaixo a Ditadura! ”Abaixo Á Guerra do Vietnã!”, “Só o povo Armado derruba a Ditadura!”. As faculdades explodem em greves contra os excedentes dos vestibulares: na Faculdade de Ciências Sociais da USP:

O ano havia se iniciado pelo combate a legislação estudantil repressiva, pelo ensino gratuito e acesso à universidade, combatendo-se o vestibular como forma de acesso ao ensino superior e apoiando-se o movimento de excedentes. As taxas universitárias e os cortes do governo para a educação também eram alvos. Havia amadurecido uma crítica à “reforma universitária” da ditadura. Uma série de protestos foram realizados nesse sentido. Especial movimentação ocorria no centro da cidade no Restaurante Calabouço, onde os estudantes exigem melhor comida e término da construção do prédio.⁶⁷⁴

No fim do mês, uma tragédia para o meio juvenil: a morte de Edson Luiz no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, colocara de vez os estudantes como uma das forças mais importantes do ano nos movimentos sociais.

A morte do rapaz chocou a sociedade brasileira: Edson Luís de Lima Souto, de apenas 18 anos, era só um secundarista das dezenas de estudantes que se encontraram naquela fatídica tarde de 28/03/1968 no Restaurante Calabouço, recinto de convivência comum aos jovens daquela cidade. No dia, o grupo que se reunia no Calabouço intentava a organização de uma passeata-relâmpago, como protesto contra o mau funcionamento do recinto (pois já estava há 3 meses em manutenção), a acontecer logo mais, no fim da tarde. A Polícia Militar foi enviada para aplacar os “subversivos”, dispersando-os da frente do restaurante. Temendo a forte repressão, os discentes se abrigaram dentro do estabelecimento, defendendo-se como podiam, com pedras, paus e outros objetos, fazendo com que a força policial recuasse. Mas o alívio duraria pouco: dentro de alguns minutos, os policiais retornaram a ofensiva com tiros advindos do prédio da Legião Brasileira de Assistência, provocando pânico e correria. A perseguição policial continuou, com a invasão policial ao restaurante. Durante o evento, cinco estudantes ficaram gravemente feridos, com duas baixas: Edson Luís, morto pelo tenente Alcindo Costa, com um tiro a queima roupa no peito, e Benedito Frazão Dutra, que chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos. Dezenas de estudantes, após cessado o

⁶⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 337.

ataque (que ainda feriram tantos outros populares, seja por cacetadas, estilhaços e bombas de gás) se reuniram em passeata com o corpo de Edson Luís a ser carregado até a Assembleia Legislativa, onde o corpo foi velado em meio a discursos de ataque ao regime. O enterro, no dia seguinte, leva uma multidão pelas ruas, com a direção da UNE decretando greve nacional⁶⁷⁵. O *Correio da Manhã*, em manchete de capa, mostrava a indignação nacional com o ocorrido:

Atirando contra jovens desarmados, atirando a êsmo, ensandecida pelo desejo de oferecer à cidade apenas mais um festival de sangue e morte, a Polícia Militar conseguiu coroar, com êsse assassinato coletivo, a sua ação, inspirada na violência e só na violência. Barbárie e covardia foram a tônica bestial de sua ação, ontem. O ato de depredação do restaurante pelos policiais, após a fuzilaria e a chacina, é o atestado que a Polícia Militar passou a si própria, de que sua intervenção não obedeceu a outro propósito senão o de implantar o terror na Guanabara. Diante de tudo isto, depois de tudo isto, é possível ainda discutir alguma coisa? Não, e não.⁶⁷⁶

No mesmo dia da barbárie do Calabouço, há a confrontação em Brasília entre parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Polícia Militar, deixando Martins Rodrigues, Mário Covas e Júlia Steinbruch feridos pelos cassetetes. A casa Thomas Jefferson, de intercâmbio, é invadida pelos estudantes com urros de “Quebra a casa dos Ianques”, destruindo obras e o painel decorativo da “revolução de 1964”. O saldo foi dezenas de feridos e presos. Em Minas Gerais, um grupo de padres e freiras lançam manifesto contra o acontecido; enquanto que em São Paulo, a PM se mantém distante, diante da ordem de não interferência do governador⁶⁷⁷. Os vários protestos que viriam a seguir começam por destruir os palanques oficiais que serviriam para as comemorações do golpe.

O primeiro de abril já se inicia com forte repressão, mortes, feridos e prisões nas principais cidades do país: em Goiânia, dois jovens são feridos e um é morto na catedral, quando conversavam com o arcebispo da cidade. A missa de sétimo dia de Edson Luís, na Candelária, é acompanhada por uma manifestação nunca antes vista na capital fluminense, sendo acompanhada por uma repressão também inédita: cavalaria armada com sabres, barricadas, metralhadoras, tanques, carros de assalto, soldados às centenas munidos com

⁶⁷⁵ Informações contidas no Documento **1968 – Cronologia**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d, p.1. Ver também os vários recortes de jornal presentes no Fundo.

⁶⁷⁶ Manchete do **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 29 de março de 1968. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/ha-44-anos-cortejo-de-estudante-assassinado-repudiava-ditadura/>. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:05 h.

⁶⁷⁷ **Estudantes – Brasil**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d, pp.1-2.

cassetetes, detetives, bombas de gás lacrimogêneo... fazendo várias vítimas⁶⁷⁸; ao mesmo tempo que o Jornal do Brasil era tirado do ar por “causar alarme” ao deixar vazar o som da cavalaria em conflitos de manifestações. As faculdades mineiras foram fechadas por uma quinzena⁶⁷⁹. No dia 05 era convocado um Conselho Extraordinário da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)⁶⁸⁰. O ME se tornava cada vez mais combativo:

A repressão não conseguia deter as movimentações estudantis e populares. Os estudantes e populares descobriram novas táticas de atuação. Para fugir à ação policial concentravam-se, dispersavam-se e voltavam a concentrar-se em locais diferentes. Pequenas manifestações eram realizadas simultaneamente em vários pontos das cidades. Em passeatas, entravam em ruas pela contramão, criando confusão no tráfego, impedindo a ação repressiva⁶⁸¹.

No fim do mês, uma bomba explode no saguão da redação de O Estado de São Paulo, de autoria da extrema direita⁶⁸². É a “farra” do GAP (Grupo de Ação Patriótica), FAC (Frente Anticomunista), MAC (Movimento Anticomunista), CCC (Comando de Caça aos Comunistas). O brigadeiro João Paulo Burnier (chefe do gabinete do Ministro da Aeronáutica) ordena a um grupo do PARA-SAR (Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento) a execução de atentados á subversivos em larga escala, desagradando o capitão-aviador Sérgio Miranda de Carvalho, que é afastado⁶⁸³.

Maio se inicia com o tiroteio e as pedradas marcando o comício de Abreu Sodré na Praça da Sé, que é cancelado. Estudantes indignados com as questões de moradia estudantil na USP se rebelam, invadindo a CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo). Várias ações do Ministério da Educação de São Paulo levam o movimento secundarista às ruas, com o Colégio de Aplicação entrando em greve por tempo indeterminado⁶⁸⁴. A Lei n.5.439 é promulgada por Costa e Silva, estabelecendo responsabilidade criminal para menores de 18 anos envolvidos em ações contra a segurança

⁶⁷⁸ Idem, Ibidem, p.2.

⁶⁷⁹ MOVIMENTO ESTUDANTIL. **Manifestações estudantis 1964/1969**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d, pp. 5-6.

⁶⁸⁰ Ver a pauta do encontro na íntegra IN: Recife: APEJE- DOPS-PE, processo 28801 – Inquéritos Estudantis 1968.

⁶⁸¹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**. Da JUC ao PC do B. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984, p. 76.

⁶⁸² Confirmada na obra ARGOLLO, José, et al. **A Direita Explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

⁶⁸³ GORENDER, Jacob. **Op.cit.**, p. 151.

⁶⁸⁴ **1968 – Cronologia**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d, p. 3.

nacional⁶⁸⁵. Um novo projeto educacional, desenvolvido e chefiado por brasileiros e norte-americanos, propunha uma “reestruturação por cima”, com a departamentalização, vestibular unificado e classificatório, matrícula por disciplina, criação do ciclo básico nos cursos e cursos de curta-duração. A “velha política” nas universidades era vista como um obstáculo à dinamização da educação, já que agora

A educação era enfocada como um pré-requisito para que se atingissem as metas do desenvolvimento econômico, devendo a estrutura educacional subordinar-se às metas de crescimento da economia [...] com tal objetivo, o projeto do governo pretendia instrumentalizar a estrutura educacional, modernizando-a, a fim de permitir a formação de mão-de-obra, da tecnologia necessária ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro em sua nova fase.⁶⁸⁶

O mês de maio também seria chave para o entendimento do ano de 1968: na França, estudantes inflamados pelo 22 de março fazem uma série de protestos, invadindo as ruas de Paris e contagiando os diversos grupos sociais em busca de melhores condições, livre-expressão, igualdade e bandeiras que vão desde a ecológica aos direitos feministas. A greve geral e as manifestações chamaram atenção do mundo, havendo congêneres em países como Alemanha, Japão e Estados Unidos da América. A série revolucionária atinge em cheio o governo militar de Charles De Gaulle, que organiza uma série de respostas e se reelege em julho; sem, no entanto, refrear o movimento⁶⁸⁷.

Logo no mês seguinte, no Brasil, a repressão invade o Teatro Ruth Escobar para impedir a I Feira Paulista de Opinião, o mesmo acontecendo quanto às discussões no Teatro Arena. No Congresso, projeto do governo prevê a concretização do Instituto da Sublegenda Partidária. A Universidade Federal do Rio de Janeiro entra em greve de advertência de 48 horas; enquanto manifestantes se opõem ao fechamento do Calabouço (que viria a se tornar dependência da Aeronáutica). É posto em prática o trabalho de uma Comissão de Inquérito para tratar da morte de Edson Luís. No dia 19, estudantes são dispersados pelo choque da PM (com jatos de água e cassetetes) no Pátio do Ministério da Educação, ao protestarem sobre melhores condições de ensino e contra as reformas propostas pelo Ministro Dutra. Naquela ocasião, os jovens “quebram tudo”: de bancos a viaturas, fazendo comícios, etc. Em

⁶⁸⁵ Lei na íntegra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:07 h.

⁶⁸⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**. São Paulo: Papirus, 1987, p. 158.

⁶⁸⁷ Mais informações, ver BADERNA. **Paris: Maio de 68**. São Paulo: Conrad Livros, 2003. e Recortes de Jornais do Maio de 68 presentes no Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth.

contrapartida, o general Luiz de França de Oliveira, destacado a reprimir o movimento, tentava a todo custo impedir a cobertura do evento pela mídia⁶⁸⁸.

O acontecimento gera uma série de manifestações por esse tratamento nos dias que se seguem, tendo no dia 22 o saldo de cinco mortos, 500 prisioneiros e diversos feridos e presos. Nos últimos dias de junho, teve vez a chamada “Sexta-Feira Sangrenta”, quando de uma manifestação por mais verbas na Educação, estudantes jogaram pedras e outros objetos ao passar pela Embaixada dos EUA, tendo os atiradores do prédio respondido prontamente. O que se seguiu foi uma carnificina: 23 mortes (inclusive um policial, que teria levado uma máquina de escrever na cabeça, atirado de um dos prédios), outras mil prisões e centenas de pessoas feridas⁶⁸⁹: “á pressão dos estudantes, Costa e Silva respondeu com uma violência desmedida e desproporcional”⁶⁹⁰. Esse foi o evento principal que gerou a manifestação do dia 26.

“Liberada” pelos órgãos repressores comandados por Negrão de Lima, naquela tarde se veria uma manifestação de proporções gigantescas para a época: cerca de 100 mil pessoas estiveram presentes, entre estudantes, trabalhadores, artistas e intelectuais, bem como políticos. Na Igreja da Candelária – a mesma que em março a repressão havia sido implacável contra os que ali se encontravam para velar a morte de Edson Luís – houve o memorável discurso do líder estudantil Vladimir Palmeira sobre a morte de tantos outros estudantes que a ditadura havia aniquilado, inflamando as massas a exigir o fim do regime. Em uníssono, os manifestantes seguiram até prédios importantes do Rio, como a Assembleia Legislativa fluminense. Dessa passeata são escolhidos alguns líderes, como Marcos Medeiros e Franklin Martins, representando os estudantes, e José Américo Peçanha, Hélio Pellegrino (escritor) e o Pe. João Batista⁶⁹¹ para conversações com Costa e Silva. O encontro se mostra tão improdutivo quanto às tentativas para o estreitamento abismo entre as duas propostas de sociedade dos grupos envolvidos. Simultaneamente, ocorriam outras passeatas com o mesmo propósito em diversas regiões do país.

⁶⁸⁸ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 346.

⁶⁸⁹ Ver depoimento do líder secundarista Bernardo Joffily, presentes no PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Repressão e Direito à Resistência. Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013, p. 57.

⁶⁹⁰ QUADRAT, SamanthaViz. **A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968)** In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006, p. 137.

⁶⁹¹ **1968 – Cronologia**. Campinas: Fundo José Dirceu do Arquivo Edgard Leuenroth, s/d, p. 2.

Em julho, Costa e Silva monta uma “Comissão para a Reforma Universitária”, que de fachada, não consegue se concatenar com as opiniões dos setores acadêmicos. O crescimento das manifestações faz com que o governo proíba toda e quaisquer reuniões. A repressão é implacável com os artistas: Geraldo Vandré é preso em setembro após cantar “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores” no Festival Internacional da Canção da TV Globo; o mesmo tempo que o CCC invade, depreda e espanca a sede e os atores e diretores da peça “Roda Viva”. O Serviço de Informações da Aeronáutica é criado, subordinado ao SNI.

Após um mês “morno” de muitos protestos e repressão, setembro se inicia pela invasão da UnB pela ditadura, com inúmeras prisões e espancamentos de estudantes e deputados. Na Câmara de Deputados, o político Marcio Moreira Alves, por conta da aproximação com o feriado nacional de 7 de setembro, declara em discurso em plenário, o “genuíno patriotismo”, que significava para o mesmo, a luta contra o regime:

"Senhor presidente, senhores deputados,
Todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das forças armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. As mães brasileiras já se manifestaram. Todas as classes sociais clamam por este repúdio à polícia. No entanto, isto não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa, por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de setembro.

As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile.

Esse boicote pode passar também, sempre falando de mulheres, às moças. Aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje, no Brasil, que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam-nas.

Recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das forças armadas, falando e agindo em seu nome. Creia-me senhor presidente, que é possível resolver esta farsa, esta demagogia, este falso impedimento pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre os civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia.

Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não compactuam com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14

oficiais de Crateús que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores.⁶⁹²

A reação da elite governista seria nefasta:

As forças Armadas sentiram-se “feridas em seus bríos” e exigiram medidas contra o Deputado. O clima de ascenso da luta democrática encontrara eco no Congresso Nacional e este se negou, por 216 contra 141 votos, a conceder licença para que Márcio fosse processado. A ditadura não vacilou. Fechou o Congresso e, no dia 13 de dezembro, decretou o Ato Institucional número 5, o AI-5.⁶⁹³

O resto do ano veria ainda uma série de acontecimentos que eclodiria no AI-5: da Batalha da Rua Maria Antônia⁶⁹⁴, ao XXX da UNE em Ibúna, que causaria o refluxo do movimento estudantil⁶⁹⁵, e colocaria finalmente a UNE na ilegalidade⁶⁹⁶.

4.2. “Viver em comum, sofrer em comum e lutar em comum”⁶⁹⁷: a inserção da Ação Popular junto às classes fundamentais.

*Há que passar um longo e penoso processo de transformação ideológica, um processo de rompimento com a pesadíssima estrutura na qual formaram sua ideologia, sua consciência de classe, seus valores, sua personalidade, seus ideais. Este é um longo e penoso processo, que será tanto mais rápido e profundo, quanto mais rápida e profundamente eles se integram na ideologia, na consciência de classe, nos valores, na personalidade e nos ideais do proletariado. [...] não se trata de “mudar totalmente tudo que se foi desde que nasceu”, mas eliminar de todos os valores adquiridos, sua carga negativa de ideologia burguesa, e acrescentar a todos os valores positivos adquiridos, aqueles que caracterizam a ideologia do proletariado. É evidente que isto significaria uma revolução no plano pessoal; mas não se trata de “negar-se”, mas sim de revolucionar, de se completar, de avançar, de tornar-se alguém inteiramente disponível à caminho do povo.*⁶⁹⁸

⁶⁹² Íntegra do Discurso do dia 02/07/1968, disponível em <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68041/Leia+e+ouca+a+integra+dos+discursos+emblematicos+do+deputado+marcio+moreira+alves+em+1968.shtml>
<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68041/Leia+e+ouca+a+integra+dos+discursos+emblematicos+do+deputado+marcio+moreira+alves+em+1968.shtml>.

Acesso: em: 20/06/2015 às 20:10 h.

⁶⁹³ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 82.

⁶⁹⁴ PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Op. cit.**, pp. 161-162.

⁶⁹⁵ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 85-86.

⁶⁹⁶ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 350-354.

⁶⁹⁷ Dizeres apistas relativos á Integração na Produção, em unísono ao “viver junto, comer junto e trabalhar junto” do vietnamita Ho Chi Minh. Ver em RIDENTI, Marcelo S. **Ação Popular: cristianismo e marxismo**. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p. 242.

⁶⁹⁸ AÇÃO POPULAR. **Integrar-se em todos os aspectos da vida das massas, construir solidamente o Partido Revolucionário Proletariado para comandar a guerra do povo**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1969, pp. 1-2.

*A utopia de você tá bem próximo dos trabalhadores; de você viver com eles; sentir as dificuldades deles; de você ajudá-los a se organizar; ajudá-los a construir uma sociedade nova. (...) Porque aí houve uma confluência entre dois projetos, que era o projeto cristão e o projeto socialista, na construção de uma sociedade nova, de um homem novo, de uma mulher nova.*⁶⁹⁹

Após a chegada de Jair Ferreira de Sá e do segundo grupo enviado à China, a influência do maoísmo na Ação Popular se tornou cada dia mais difícil de negar. A construção do verdadeiro Partido de Vanguarda necessitava da integração com essa classe, e a teoria utilizada para este foi a Revolução Cultural, que vinha proletarizando os diversos setores na China⁷⁰⁰. Desta forma, em fins de 1967, foi instaurada uma das políticas que mais caracteriza a Ação Popular em sua unicidade: a diretiva de Integração na Produção, institucionalizada e obrigatória a todos os membros no biênio 68-69, e finalizada em meados de 1971.

A idéia de Integração na Produção foi iniciada por um pequeno grupo, ainda em 67, em algumas regiões de São Paulo e da Bahia, e intentava a prática proletária produtiva como construtora da visão científica da AP, fator gerador de uma consciência revolucionária genuína, “real”. A partir de então, a organização promoveu a Pesquisa de Áreas Estratégicas (PAE), para escolha apropriada das áreas de base prioritárias para que a militância se integrasse, utilizando-se de dados econômicos, sociais, políticos e geográficos para a decisão.

Dessa forma, as áreas rurais escolhidas pela AP foram a zona canavieira de Pernambuco, a região de plantação de cacau na Bahia, Periconha e Água Branca em Alagoas, o Vale do Pindaré no Maranhão, e o norte do Paraná⁷⁰¹. A escolha pela região urbana e das fábricas, se dava por uma ordem de prioridade e de consciência revolucionária: regiões como ABC paulista e Contagem (MG), em categorias como a metalúrgica, a têxtil, a da indústria de alimentação, os portuários, e enfim, os trabalhadores de indústria química⁷⁰². Os autores ainda estimam que, nas regiões do Pará, Maranhão, Nordeste⁷⁰³, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São

⁶⁹⁹ Depoimento de José Nascimento de França, IN: SILVA, Amaro H. L. da. **Serra dos Perigosos: Encontro entre Índios e Revolucionários de Esquerda no Alto Sertão de Alagoas (década de 60)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005, p 110.

⁷⁰⁰ Vale ressaltar que essa integração foi também baseada na tradição dos revolucionários profissionais bolchevique, e na experiência dos padres operários franceses.

⁷⁰¹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 66.

⁷⁰² AÇÃO POPULAR. **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1969.

⁷⁰³ Sobre a R7, Luciano Siqueira comenta em entrevista à autora da dissertação em 20/11/2014: “Então a Direção Regional, na época, era da região 7, é 7. Pegava Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e um pedaço do Ceará [...] era uma coisa imensa...”

Paulo, Paraná e Goiás, 120 pessoas se integraram nestes primeiros momentos, em 23 frentes de trabalho (16 no campo e 7 no operariado; 9 delas já com militância apista antes da diretiva) e em trabalhos menores (em duplas de militantes), onde “90 se dirigiram ao campo, “integrando-se” na produção agrícola como assalariados rurais ou camponeses; 30 dirigiram-se à produção fabril”.⁷⁰⁴

De acordo com Haroldo Lima e Aldo Arantes, os Comandos (nacional, regionais e zonais) desenvolviam os planos de integração de acordo com as funções das regiões prioritárias, tanto no campo quanto no operariado:

No campo, a orientação geral era para que se fizesse a “integração” na condição de camponês pobre (meeiro, renteiro, posseiro, pequeno proprietário) ou assalariado rural, dependendo da região. Onde já havia anterior base de massa, a “integração” era facilitada e as pessoas que se “integravam” iam-se aproximando rapidamente das organizações de base existentes. Se a área era pioneira, mandavam-se geralmente duplas de homens, ou casais, ou ainda casais com algum “parente”, pessoas essas que se fixavam mais ou menos perto umas das outras, muitas vezes sem conhecer previamente ninguém no lugar para onde iam, com a cara e a coragem. Nas cidades procuravam os bairros mais pobres para morar, as fábricas para trabalhar.⁷⁰⁵

Uma avaliação era feita periodicamente a fim de “medir” (entre avançado, intermediário e atrasado) a proletarização dos militantes, havendo atribuição de notas de +1 à -3; de acordo com a clareza teórico-política e ideológica (grau de clareza e leitura do marxismo-leninismo). Dos critérios ideológicos, nos conta Franklin de Oliveira Jr:

a) integração com as massas, b) integração na produção, c) estilo duro de vida, Esse item concretizava na ausência de eletrodomésticos como geladeira e fogão (Sic!). Havia ainda o relacionamento, “unidade afetiva”.⁷⁰⁶

Dessa forma, os apistas seguiam a proposta de análise baseada no desapego, na crítica à repressão do regime quanto às massas trabalhadoras, no nível de consciência política destes. Com esse conhecimento, os apistas se aproximavam dessas classes, instigando-os à militância na organização e ao comando da revolução a ser implementada no Brasil. Luiz Anastácio Momesso fala sobre a estrutura da AP na Integração:

⁷⁰⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 111.

⁷⁰⁵ Idem, Ibidem, pp. 112-113.

⁷⁰⁶ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 317.

Bom, primeiro a gente tinha a reunião semanal que a gente chamava de célula. A célula precisava ter pelo menos três militantes, um dirigente político que a gente chamava secretário político, secretário de organização, um secretário de agitação e propaganda. [...] Então, aí a gente tinha uma reunião semanal para discutir a política, o planejamento, a avaliação [...] a gente analisava assim a situação de cada lugar, que a gente tinha contato...⁷⁰⁷

A integração com massa operária começaria a ser intentada ainda em novembro de 1966, com o I Encontro Nacional Operário, onde compareceram 27 militantes, entre operários, dirigentes nacionais e regionais, comparecendo representantes da R1 (Rio Grande do Sul), R3 (São Paulo), ambos com maioria de operários metalúrgicos, a R4 (na Guanabara e Espírito Santo), com movimento de favelas, a R5 (que compreendia Minas Gerais), R6 (Bahia e Sergipe), e R9 (no Pará)⁷⁰⁸. A pauta da reunião deu vazão à importância da educação dessa militância no marxismo, através de diretivas para cursos, política de organização do trabalho junto à classe, plano de lutas e demandas, e a organização e assessoria nacional para o meio. O relatório deste primeiro encontro deu conta de um universo de 62 militantes e 70 simpatizantes do movimento operário, com predominância na R3 e R5; concluindo que, ainda que não se compreendesse realmente a necessidade da mudança da composição da organização, o nível do debate político estava evoluindo, com a organização nos sindicatos a fim de instaurar a radicalização da luta institucional nas fábricas e vilas operárias. Ainda constatou-se que a militância já compreendia o uso das greves e reivindicações para elevação da luta de classes e como meio de discussão política com as massas⁷⁰⁹.

O *modus operandi* dos apistas à época pode ser observado na fala de Luiz Anastácio Momesso:

[...] Esse trabalho a gente fazia assim, pegava uma fábrica que a gente tinha contato, ia lá, esperava o cara sair, ou se soubesse onde ele morava ia aos fins de semana, às vezes ia tomar uma cachaça com o cara no bar, na fábrica, essas coisas. Então sabia de alguém e ia atrás e lá ia conversando, juntava dois três numa fábrica e já formava uma célula. Então a gente já tinha esse trabalho, e os que a gente ia recrutando para a AP, a gente ia formando a célula da AP, uma coisa era o grupo de fato... era um trabalho que a AP orientava e podia ter um, dois, três militantes, ou nenhum, conforme a gente

⁷⁰⁷ Depoimento de Luiz Anastácio Momesso. PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Entrevista a Luiz Anastácio Momesso**. Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, 2ª entrevista, p. 5.

⁷⁰⁸ A R7, que compreendia os estados nordestinos e R10, de Goiás e Mato Grosso, compareceram em data anterior por erro de comunicação.

⁷⁰⁹ AÇÃO POPULAR. **Relatório do Encontro Nacional Operário**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1966.

começava. Por exemplo, a gente fazia um jornalzinho de fábrica, umas duas folhas rodarem, e o pessoal trabalhava com esse material, sempre clandestino com capacete, eu trabalhava com esse material. Então o Boletim de Fábrica era um instrumento fundamental para organizar bem...Nesses boletins eram muitos os problemas da fábrica que o pessoal vivia, geralmente coisas específicas [...] nesse período de mil novecentos e sessenta e sete, a gente começava muito o grupo dentro de fábrica e já queria fazer ações, pequenas greves, tinha muita insatisfação, muito arrocho, havia muita insatisfação. Então, de certa forma, era fácil criar um clima de... Assim, clima de insatisfação. Então a gente começou a organizar pequenas greves dentro de fábrica e o que acontecia é que identificavam a gente e demitiam, e o grupo se acabava, tinha que arrumar um emprego em outro lugar para retomar.⁷¹⁰

O II Encontro Operário se deu em meio às agitações de 67, com a falência de empresas, várias demissões, atrasos de pagamento e redução de salários. No Relatório da reunião, se propôs que:

A resolução do CTN sobre profissionalização e deslocamento para o setor deveria ser discutida com prioridade, atenção especial para a formação das assessorias para o trabalho, colocando aí nossos melhores quadros, cursos de capacitação, assistência efetiva, profissionalização dos quadros para implantarem núcleos, iniciativas para abrir novas frentes de ampliação. O relatório recomenda o deslocamento de alguns dirigentes dos CRs para áreas operárias; formação dos melhores militantes operários para, a partir destes, haver base de irradiação, de existir novos métodos e trabalho direto de membros dos CRs por tempo determinado na produção.⁷¹¹

Essa diretiva vai ser basilar para o ano de 1968, que marcará o despertar do operariado, golpeado pela alta da inflação, pelo desemprego e pela política de “arrocho salarial”. A renovação sindical intentada pelo governo naquele ano suspendeu a intervenção estatal em alguns sindicatos, que começariam a realizar eleições diretas para suas diretorias. Os trabalhadores criariam, na ocasião, o MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho), que ganharia eleições importantes no Sindicato de Metalúrgicos, em Contagem e Osasco. As primeiras eleições foram para o sindicato dos Metalúrgicos em Contagem, em que militantes apistas montaram chapa com Ênio Seabra, militante da organização. Sobre a presença apista no setor:

...era a força hegemônica na Comissão de Fábrica da Mannesmann e esta era a maior empresa da cidade. Ali, inclusive, criou-se um jornal de massas

⁷¹⁰ Depoimento de Luiz Anastácio Momesso. PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Entrevista a Luiz Anastácio Momesso**. Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, 2ª entrevista, p. 5-10.

⁷¹¹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 278.

chamado “Companheiro”, que era muito lido pelos trabalhadores da oficina central, onde se reunia o pessoal mais especializado. O próprio Ênio Seabra era militante da AP, juntamente com Mário Bento, que era outra grande liderança operária da região. O primeiro era liderança em Contagem e o segundo em Belo Horizonte.⁷¹²

O Ministério do Trabalho, ao tomar conhecimento da eleição para presidente de Ênio, vetou o direito deste de assumir o mandato. Obrigando as esquerdas a assumirem o controle do sindicato. Do evento, surgiu o “grupo dos 5”, que reunia AP, Corrente Revolucionária e COLINA, que uniram esforços para a agitação do meio operário, criando jornais e panfletos⁷¹³. Além do *Companheiro*, a AP publicava ainda periódicos como *O Martelo*, que ainda sob o comando da organização, era feita pelos próprios operários e distribuídos nas fábricas e bairros operários.

A primeira greve de significado nacional pós-64 se deu em 16 de abril, quando cerca de mil empregados da Siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem, paralisaram as atividades, ocuparam a fábrica e impediram a direção de se retirar. Uma comissão de membros da fábrica foi montada para negociar um aumento na ordem de 25%, negada pela direção. Os operários então se reuniram na sede do sindicato, à revelia do comando deste, decidindo por manter a greve. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho a consideraria ilegal: estava armado o primeiro embate de peso entre os trabalhadores e a ditadura.

O movimento dos trabalhadores da Belgo-Mineira não passou imune a outras categorias, que também reivindicavam não só melhores condições trabalhistas, mas também o reajuste salarial, acima do teto oficial já estipulado do governo de 17%. Em poucos dias, os grevistas já passavam de 15 mil, com cerca de 15 fábricas paralisadas contra o arrocho salarial, apesar da repressão⁷¹⁴. O movimento vinha aumentando, com novos contingentes de operários incorporando-se a ele, obrigando Costa e Silva a enviar o Ministro do Trabalho, o coronel Passarinho, para conversações com a categoria. O governo liberou o aumento de 10%, rechaçada pelos trabalhadores. Era o momento da “empresa de fazer cadáveres” entrar em ação: “o governo reafirmou sua proposta e lançou mão de aberta repressão. A cidade industrial

⁷¹² **Revista Debate Sindical**, p.32. In: OLIVEIRA JR. **Op. cit.**, p. 294.

⁷¹³ Apesar das ações com outros grupos serem, de certa forma, habitual, Luciano Siqueira (em entrevista citada anteriormente) observa que “Havia convivência na disputa, havia muita disputa pela hegemonia do movimento. Acho até que, como é compreensível, que até pela inexperiência, até pela imaturidade, nós transformávamos, muitas vezes, questões menores em objeto de grandes e prolongadas polêmicas”.

⁷¹⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 77-78.

de Contagem foi ocupada por forças da Polícia Militar, as assembleias foram proibidas, as detenções e ameaças cresceram”⁷¹⁵. A greve foi perdendo força, com a massa sendo obrigada a aceitar os 10%, e encerrando a greve um dia depois do dia do trabalho.

O primeiro de maio de 68 marcou a primeira comemoração da data no pós-64, ao mesmo tempo que a Ação Popular começa a divulgar suas políticas para as classes fundamentais no periódico *Libertação*, posto em circulação nacional (clandestina) a partir dos primeiros meses de 68, em substituição ao calejado *Revolução*, de tendência em consonante com a *Resolução Política* de 65. Sua primeira tiragem atingiu cinco mil exemplares, um marco para os jornais produzidos pela esquerda à época, com a primeira edição sendo distribuída nas grandes manifestações brasileiras do 1º de maio, chegando às 10 regiões em que a AP se estruturava. Lima e Arantes observam que “*Libertação* saiu continuamente, quinzenal, mensal ou bimensalmente, sem nenhuma interrupção, exatamente durante sete anos, de maio de 1968 a maio de 1975”⁷¹⁶, transformando-se na “voz” da AP para as massas⁷¹⁷.

Na maior manifestação de 1º de maio, cerca de 15 mil pessoas compareceram à Praça da Sé, em São Paulo. Quase toda a audiência pertencia às forças de esquerda, que consideraram ofensiva a presença e as palavras do governador Abreu Sodré, compromissado com o regime ditatorial. Armado o movimento, os grupos de esquerda junto aos trabalhadores:

...decidiram escoraçá-lo da praça. Fretaram ônibus, que partiram dos bairros da capital e das cidades do ABC, instruíram os militantes e simpatizantes, municiados com pedras, estilingues, bastões, ovos podres, sem esquecer os recipientes de leite e amoníaco para caso de bombas de gás lacrimogêneo. No meio da massa, ativistas de organizações clandestinas ainda em circulação legal. [...] Assim que Abreu Sodré e membros do Governo subiram ao palanque, acompanhados de pelegos ministerialistas e sindicalistas do PCB, tiveram de recuar diante de pedradas. O Governador se retirou amparado por auxiliares, com pequeno ferimento na testa, e se abrigou na catedral. Rompidos os cordões policiais, o palanque foi incendiado e destruído. Os trabalhadores saíram em passeata da Praça da Sé até a Praça da República...⁷¹⁸

⁷¹⁵ Idem, Ibidem, p.78.

⁷¹⁶ Idem, Ibidem, pp. 107-108.

⁷¹⁷ Boa parte das edições do *Libertação* estão no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth. Seu primeiro exemplar pode ser vislumbrado nos anexos desta dissertação.

⁷¹⁸ GORENDER, Jacob. **Op.cit.**, pp. 143-144.

Luiz Anastácio Momesso, que estava na ocasião, concorda com Gorender:

Então o primeiro de maio de sessenta e oito aproveitou o embalo que arrumaram ônibus, toda a estrutura para levar o pessoal. Aí a gente se organizou e fomos lá para tomar o palanque, eu estava lá com um dos principais líderes do movimento no ABC.... mas lá a gente tomou o palanque, botou o cardeal, o governador, os pelegos tudo para correr, tomamos o palanque, fizemos o comício, eram várias forças de esquerda, não era só a AP, a ALN, outras forças também estavam preparadas para tomar o palanque. Aí fizeram uma passeata, um comício lá na Praça da Sé, uma passeata até na Praça da República, e outro comício lá, quando a repressão chegou, prendeu alguns retardatários que ficaram lá batendo papo, não pegou ninguém da minha liderança.⁷¹⁹

Na ocasião, se discursou, tendo ainda o comício representado vozes que exigiam justiça e verdade acerca da morte de Edson Luiz. O 1º de maio serviu para a AP como uma experiência possível na construção da primeira seccional da organização para o operariado no ABC.

Manifestações múltiplas foram vistas em junho, com paralisações curtas e espontâneas nas fábricas de automóveis em São Bernardo, São Paulo. Mas foi em 28 de julho de 1968, que deu-se outra greve de grandes proporções com a presença apista pré-racha de 1968, em Osasco. Diferentemente de Contagem, Osasco conseguiu eleger sua diretoria, homologada pelo Ministério do Trabalho. O movimento iniciou-se na Fábrica COBRASMA (material ferroviário), com sua ocupação e a detenção de 15 engenheiros e 30 chefes de serviço na fábrica, exigindo aumento salarial de 35%, o fim do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e das leis que cerceavam as liberdades. A greve, que dessa vez contava desde o princípio com a diretoria do sindicato, eleita recentemente e de oposição (José Ibrahim), se alastrou à outros empreendimentos, contando com a paralisação de 6 mil metalúrgicos. A Ação Popular participou ativamente da greve de Osasco, seja como base, seja em sua Comissão de Greve,

em sessenta e oito, eu participei da greve, de apoio a greve dos Metalúrgicos de Osasco. Nessa greve de Osasco, eu trabalhei ativamente, a minha casa era uma casa, eu morava com mais dois rapazes, nesse período era sangue na ditadura. A gente morava em uma casa grande, e nessa casa morava muita gente da AP, quando precisava utilizar, como chama de aparelho [...] Durante a greve de Osasco, tinha uma porção de operários, vários operários

⁷¹⁹ PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Entrevista a Luiz Anastácio Momesso**. Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, 2ª entrevista, pp. 5-6. O grifo contém alterações relatadas a autora desta dissertação pelo ex-militante Luiz Anastácio Momesso.

escondidos lá em casa, procurados e escondidos lá e estava numa noite a direção local da Ação Popular fazendo reunião lá, tinha mimeógrafo e o aparelho todinho foi sair para fazer panfletagem nas casas dos trabalhadores, nos bairros, de noite, de madrugada. Eu e mais dois rapazes, e aí, prenderam a gente, pegaram a gente...⁷²⁰

O evento não conseguiu muitos avanços, principalmente por conta do governo, que calejado com Contagem, cercou a região de carros blindados e policiais armados. Estes ocuparam as fábricas, com um saldo de cerca de 500 operários detidos em apenas 5 dias de greve⁷²¹. O fim desse movimento deu início ao período de cassações de dirigentes e de novos mecanismos de intervenções nos sindicatos, com a sociedade civil se opondo abertamente à repressão sofrida:

A greve de Osasco despertou iniciativas de solidariedade, em desafio à repressão governamental. Declarações de apoio vieram da Conferência de Bispos e de entidades estudantis. Surgiram campanhas de arrecadação de dinheiro para os trabalhadores, com destaque do pessoal de teatro, que doou metade da receita das sessões do domingo, dia 21 de julho de 1968.⁷²²

Das experiências no meio operário, viria a ideia do jornal *Libertação*⁷²³, e a tentativa de organizar uma “Comissão Nacional Operária”, que almejava encontros nacionais do setor operário para troca de experiências, mais uma alternativa que ficou presa nas grades da repressão, atenta à AP desde a greve de Contagem.

Anos depois, os atores envolvidos nas greves de Osasco e Contagem realizaram a autocrítica quanto ao movimento, reconhecendo alguns erros no *modus operandi*:

sem dúvida um setor social submetido por longo tempo a uma política de confisco salarial, vendo deteriorar sua situação de vida e serem golpeadas suas liberdades, está predisposto à luta enérgica e até atos violentos.⁷²⁴

Esses desvios são, de certa forma, produtos de numa época de euforia dos movimentos sociais, onde a confiança em alta transformava todo momento, no último respirar da ditadura empresarial-militar:

Houve muita greve pequena que não se tornou grande porque não foi convenientemente amadurecida, muito trabalho que se tornou vulnerável e muita gente que se expôs desnecessariamente porque não se pensou a longo

⁷²⁰ Idem, Ibidem, p. 12.

⁷²¹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, 1984, pp. 78-79.

⁷²² GORENDER, Jacob. **Op.cit.**, pp.144-145.

⁷²³ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 291.

⁷²⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 79.

prazo, não se teve a preocupação de deixar forças de reserva para assegurar a continuidade da luta em nível elevado.⁷²⁵

Essa esperança foi golpeada violentamente com a promulgação do AI-5 em dezembro do mesmo ano.

Vale destacar que, nos vários cantos do país em que a AP esteve envolvida no meio operário, a região em que teve mais reverses para o trabalho de massas, foi em Pernambuco, devido, basicamente, à luta interna que a organização travava à época (como veremos adiante), que foi destacado por um militante anônimo, em depoimento contido no APEJE-DOPS-PE, no prontuário 29661 – Ação Popular. Nele, o militante atenta para o marasmo nas ações em geral, destacando que “nunca o princípio ‘os interesses da massa vêm em primeiro plano’ foi relegado a plano tão secundário. Passamos meses inseridos no subjetivismo prejudicando o conjunto do partido e as massas na região”, com as bases do Partido sendo marginalizadas das decisões e discussões da linha de massas pela qual passava a AP em nível nacional.

Resultado disto é que, nos anos de 1966-1968, quase não houve articulação regional operária, produto da ausência de prática e base operária local; situação só contornada, precariamente, em junho de 68, com o I Encontro Operário regional, onde foi formada uma debilitada Comissão Regional Operária⁷²⁶.

Se a situação do operariado foi difícil no pós-64, a do campesinato não foi melhor: toda a violência e descaso que o novo regime tinha implantado no campo com o advento do primeiro de abril, continuou a fazer vítimas⁷²⁷. As leis que visavam maior justiça social no campo por meio de uma reforma agrária – proposta pelo Estatuto da Terra – não foi implementada a contento, fazendo com que Costa e Silva criasse o Grupo de Estudo da Reforma Agrária (GERA) para contornar o problema e as pressões externas⁷²⁸. O Decreto

⁷²⁵ Idem, Ibidem, p. 105.

⁷²⁶ Recife: APEJE- DOPS-PE, prontuário 29661 – Ação Popular.

⁷²⁷ Socorro Abreu exemplifica as violências sofrida na Zona da Mata em Pernambuco, em LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. 2ª Ed. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, pp. 130-132.

⁷²⁸ Que temiam “novas Cubas”. Ver Discurso do embaixador estadunidense sobre os Projetos da Aliança para o Progresso para o NE em 66 (14-17). IN: Recife: APEJE- DOPS-PE, prontuário 28688 - Federação dos Trabalhadores Rurais de PE.

57.020 de 11 de Outubro de 1965⁷²⁹, que previa uma mini-reforma agrária, só foi regulamentado em 68, e claro, totalmente ignorado⁷³⁰.

As armas que a repressão e os grandes senhores de terra utilizavam para cometer seus desmandos e injustiças contra os camponeses eram múltiplas: pressões para que os trabalhadores desanimassem e se irritassem a ponto de pedir demissão e perder os direitos trabalhistas; troca de casas para uma moradia piorada nos engenhos ou de sítios para um lugar distante, que impossibilitasse o acesso do camponês, bem como a criação de gados e cultura de subsistência; interferência nos serviços executados bem como nas promoções; pressão sobre os familiares, entre outros. Era contra essa política que as esquerdas direcionavam suas lutas cotidianas e se ligavam ao povo.

A presença apista no campo foi bem mais atuante, sendo “no movimento camponês que a Ação Popular acumulou maior experiência no trabalho junto às massas fundamentais”⁷³¹; visto as bases lançadas ainda pela organização desde os idos das *Juventudes*, inseridas na ACB. A autocrítica do trabalho da organização no meio detectou diversas irregularidades nas relações com o campesinato, principalmente a permanência de diversos vícios da “velha AP” (que remontam ao período democrático, onde o MEB, a SUPRA, os Sindicatos e a CONTAG eram os meios de inserção). O trabalho realizado até então foi basilar para a experiência dos apistas no campo, sofrendo uma severa queda no pós-64, quando o movimento perdeu força e adquiriu morosidade, tanto por conta da repressão, quanto pela situação interna da AP, fragilizada até a RP.

Progressivamente, principalmente a partir de 66, a Ação Popular ensaia a reaproximação, no I Encontro Nacional Camponês, de objetivos semelhantes aos do Encontro Operário. No Segundo encontro, em 67, foi criada a Comissão Camponesa, com intuito de instaurar escolas da formação de quadros e bases de apoio. A partir das discussões no encontro, foi constatado que a AP não estava realizando a luta de massas (campesinato, operariado) a contento, elaborando-se a Comissão Nacional de Massas para o Movimento Camponês, alastrando a política organizacional para a área de assalariados agrícolas e de pequenos proprietários.

⁷²⁹ Panfleto sobre o Decreto, IN: Recife: APEJE- DOPS-PE, prontuário 27057 - Ofícios Diversos.

⁷³⁰ LIMA, Socorro Abreu e. **Op. cit.**, pp. 128-132.

⁷³¹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 80.

Nesse ínterim, vale a pena destacar o documento *Diretrizes para o Campesinato*, onde é sintetizado estes problemas, bem como discutido as condições no campo e sua estrutura capitalista. O documento ainda esquematiza a diretiva de Integração: em sua estratégia revolucionária, na estrutura de produção, na análise das classes sociais presentes no meio, na política de massas de caráter revolucionário para o campo, e nos métodos de trabalho. A política de deslocamento deveria partir da preparação político-ideológica, com a pesquisa sobre as abordagens, assim como de alguma experiência na luta de massas e na capacidade de organização revolucionária, na luta ideológica e armada com vistas á instauração do poder revolucionário. A militância deslocada teria ainda que ter facilidade de adaptação ao meio, conhecimento básico em agricultura e em medicina, para que o militante pudesse ser útil, resolvendo os problemas imediatos do povo. O quadro intelectual também poderia se deslocar, integrando-se como professores em cidades do interior, vendedores, proprietário de uma bodega, entre outros.

Além do trabalho no campo, dever-se-ia realizar o trabalho partidário: propunha-se a educação e propaganda (com altos-falantes, por exemplo), cursos, mobilização, panfletagem e tiragens de jornais, usando literatura de cordel, cantadores, etc. Também era necessário a participação nos sindicatos, associações e cooperativas, bem como em organizações de ajuda mútua, femininas e juvenis.⁷³²

Após o estudo para levantamento das áreas-chave, definiu-se pelas regiões carentes da Zona da Mata Pernambucana, do Vale do Pindaré no Maranhão, e Água Branca e Pindaré, no alto sertão de Alagoas. Além dessas áreas – em que houve implementação maciça de integrados – militantes foram deslocados para o interior de outros estados brasileiros, como Goiás⁷³³ e Paraná⁷³⁴.

⁷³² AÇÃO POPULAR. **Diretrizes para o Campesinato**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leurenroth, 1968.

⁷³³ Alípio foi mandado pela AP para reorganizar a região de GO e MA após as prisões de 67, motivo pelo qual a maioria dos militantes da região passaram a militar no PRT. Vale ressaltar que Renato Rabelo foi para o mesmo lugar em julho de 68, região liderada por José Porfírio. Observar a experiência em: PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Repressão e Direito à Resistência**. Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013, p. 223.

⁷³⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit**, p. 80; DIAS, Reginaldo B. **Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2083/1565> . Acesso: em: 20/06/2015 às 20:20 h.

A Zona da Mata pernambucana era analisada pelos apistas como a área de maior semelhança com o campo chinês: pobre, subdesenvolvido, sofrido pela supervalorização da cana e a perda gradual da roça de subsistência; portanto, ideal como foco para a revolução. Em 1967, os trabalhadores rurais pernambucanos lançaram um manifesto, face às arbitrariedades no campo que estavam sofrendo⁷³⁵. Desde cedo, a repressão em Pernambuco havia sido arrasadora, com a perseguição camponesa, e a instituição da figura do interventor (comprometido com o regime e com o patronato) para gerir os órgãos de liderança do meio, unificadas posteriormente com a criação da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) em 1966 (em substituição a federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, FTRP, criada ainda em 1962), cooptada também pelo governo Castelo Branco.

A primeira greve na região ocorreu no Cabo, em dezembro de 1966, que atingiu 18 engenhos, e durou cerca de três meses, sendo muitas vezes “furada” e confusa⁷³⁶. Dentro em pouco, os trabalhadores rurais denunciaram os engenhos que não cumpriram as leis trabalhistas, tensionando o governo Nilo Coelho, que interviu através de um acordo. Sendo assim, com apenas três engenhos decretaram greve⁷³⁷. Em janeiro de 1968 o governo desapropriou cinco engenhos na região, a fim de evitar e aplacar as tensões sociais: estavam armadas as bases do movimento que deflagraria a greve do Cabo de Santo Agostinho, última das grandes greves do ano, que reuniu cerca de 3000 camponeses; na qual a Ação Popular participaria já como maoísta, sob o aspício da *Carta dos 6 pontos*⁷³⁸. Sobre o movimento, Haroldo Lima e Aldo Arantes contam:

Em 1968 começa-se a se pensar em uma greve para pressionar um aumento salarial que compençasse, em parte, a perda do poder aquisitivo dos salários. A AP põe-se a campo, em toda a medida de suas forças, para ajudar a preparação dessa greve. As jornadas de trabalho eram estafantes, a alimentação sem condições de refazer forças perdidas, e o horário de pegar o serviço, cedo; as articulações e o trabalho de convencimento tinham que ser feitos à noite, entre casas distantes, sem dar lugar a descanso. A ambiência geral vivida pelo país beneficiava uma expectativa favorável face à luta. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo passou a assumir as *démarches* preparatórias à greve. Essa eclodiu, com grande repercussão nacional.⁷³⁹

⁷³⁵ Recife: APEJE- DOPS-PE, prontuário 28688 - Federação dos Trabalhadores Rurais de PE.

⁷³⁶ LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Op. cit.**, p. 137.

⁷³⁷ JORNAL DO COMMERCCIO. 16 de janeiro de 1968. IN: Idem, Ibidem, p. 138.

⁷³⁸ JORNAL DO COMMERCCIO. 20 de janeiro de 1968. IN: Idem, Ibidem, p. 138.

⁷³⁹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 94.

Nesse episódio, destacou-se a figura do estudante de engenharia Luís Medeiros, militante apista dedicado, que desistiu da faculdade para dedicar-se à integração na região do Cabo. Participando ativamente da greve, passou a viver na sede do Sindicato, tomando providências, e atendendo e orientando os grevistas e as autoridades; sendo preso logo após o fim das manifestações e brutalmente torturado, ficando paraplégico ao tentar a fuga pela janela da Delegacia de Segurança Pública; fato que causou grande comoção social na capital recifense⁷⁴⁰.

Outro pernambucano foi o responsável por grandes ações no campo nordestino: Ruy Frazão⁷⁴¹, que dentre outros, recutou o lendário líder camponês Manoel da Conceição, importante figura em Pindaré Mirim, interior maranhense; bem a cooptação de líderes de diversos sindicatos para a AP⁷⁴², em 1966. No momento pré-maoísta da organização, em 1967, quando ainda eram significativas as vozes foquistas dentro da AP, teria havido um projeto de preparação para tomada das cidades do interior do Maranhão, com Manoel a liderar 200 lavradores, treinando-os para o ataque. A Ação Popular nunca tomou a iniciativa, tendo o plano frustrando-se em setembro de 1968, quando do grande racha da organização⁷⁴³.

A importância da entrada de “Mané” para a organização não pode ser medida: lavrador desde a infância, Manoel foi alfabetizado pelo MEB no começo da década de 60, passando a lutar por melhores condições no campo e para a massa camponesa, organizando várias escolas de alfabetização no interior do Maranhão, e fundando, em 1963, o Sindicato de Trabalhadores Rurais Autônomos em Pindaré Mirim, aumentando muito sua influência na área. Foi um dos principais organizadores da resistência ao golpe de 64 no campo, sendo cooptado pela AP em 1966, e seguindo para um curso capacitação política e militar na Academia Militar de Nanquim (China)⁷⁴⁴. Baleado no pé numa diligência em 68, recebeu apoio da sociedade maranhense, que se manifestou contra a ação. Dalí, migrou rumo a São Paulo, despedindo-se

⁷⁴⁰ Idem, Ibidem, pp. 94-95.

⁷⁴¹ Ver biografia de Rui Soares Frazão In: Idem, Ibidem, pp. 92-93.

⁷⁴² OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 279-280.

⁷⁴³ RIDENTI, Marcelo. **O Romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Chicago: meeting of the Latin American Studies Association, 1998, pp. 14-15. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

⁷⁴⁴ SANTANA, Cristiane Soares de. **O Processo de Integração na Produção da Ação Popular: uma experiência maoísta na Bahia. (1967-1970)**. Artigo Científico apresentado na ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009, pp. 6-7.

numa Assembleia em que foi ouvido por quatro mil pessoas. Dentre em pouco, chegaria à direção nacional da Ação Popular⁷⁴⁵.

A experiência mais interessante da AP no campo, no entanto, se deu no Alto Sertão alagoano, em que membros da organização chegaram a se integrar a indígenas Geripankó, na intenção de formação de um núcleo revolucionário camponês na área. Apesar de ter havido alguns contatos com os trabalhadores rurais de Pariconha antes do golpe, foi com a *Política de Integração na Produção*, que a AP começou a atuar efetivamente na região, já em 67.

Quando a organização de sindicatos rurais começou a ser desenvolvida no alto sertão de Alagoas, a Ação Popular começou a se interessar pela região, tendo o sindicato de Pariconha servido como instrumentos de interesse para a organização dos apistas que se encontravam em Recife à época. Este foi o caso de José Novaes, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, junto com José Correia, maiores lideranças da AP em Pariconha⁷⁴⁶. Josué Correia, presidente do sindicato em 1966, relatou a Amaro da Silva como se deu essa aproximação:

[...] a gente precisava de técnicos e só encontrava os técnicos na AP. Aí, foi como eles chegaram aqui. Depois que eles se entrosaram mais e viram que aqui era bom para o trabalho, aí chegaram mais. (...) Porque a gente já tinha uma consciência; era companheiro da gente, tava sendo perseguido por aí afora e não tinha onde ficar. E aqui tinha mais segurança pra eles. Só com uma condição: eles tinham que ir pra roça mais a gente trabalhar; porque não tinha outro jeito. Eles tinham que se camuflar por aqui. (...) Viveram na roça porque não tinha outro jeito de viver. De dia trabalhava, à noite ou um pedaço da tarde ensinava, mas tinha que trabalhar um pouco na roça [...] Nós trouxemos o Aldo pra cá, trocamos o nome dele, botamos o nome... Roberto. Veio também um rapaz... Não sei exatamente o nome do rapaz. Era uma pessoa ligada à União Nacional dos Estudantes, de Goiás, João... Os dois com esposas e filhos. Possivelmente, veio mais gente. Veio umas seis ou sete pessoas morar aqui em Pariconha, moraram nessas serras daqui. O João e o Aldo moraram aqui em Pariconha, desenvolveram um papel no sindicato, ajudaram o sindicato. As esposas deles eram professoras do sindicato, como forma de legitimar a presença delas aqui. Lógico que era um emprego que não tinha... Só um negócio para ajudar os amigos, porque não tinha salário. O sindicato não tinha como pagar a elas e não era esse o objetivo⁷⁴⁷.

⁷⁴⁵ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 345.

⁷⁴⁶ Zé Novaes chegou a ser eleito vereador por Água Branca, mas foi cassado por ter passado seis meses fazendo curso militar na China. IN: SILVA, Amaro H. L. da. **Op. cit.**, p. 115.

⁷⁴⁷ Entrevista concedida à Amaro da Silva. Idem, Ibidem, pp. 73; 81.

Com a chegada dos apistas citados, foi instalada uma escola de formação política e de treinamento de quadros e de guerrilha na Serra do Pajeú, enquanto a Serra do Engenho serviria à integração dos militantes. À essa militância, se integraram raros indígenas, entre eles, Antônio Galego⁷⁴⁸. Amaro observa que:

Esse encontro fortaleceu uma nova história Geripankó: a história da luta de classes. O índio jamais seria considerado como classe, mas o índio proletarizado sem dúvida seria membro de uma classe, a dos trabalhadores, resultado simplificado vindo da construção do sistema capitalista.⁷⁴⁹

A experiência apista no meio duraria até o fim de 1968, quando a repressão acabou com a experiência da AP em Pariconha, com a prisão dos que ali se encontravam.

A diretiva de integração na produção foi muito importante para que a Ação Popular calculasse a real dimensão do alcance de seu projeto de Brasil junto às massas; bem como pudesse ajustar os erros e acertos da sua política no meio. Como consequência por ter sido uma política partidária, obrigatória a todos militantes, a integração foi alvo de constantes críticas posteriores, tanto positivas, quanto negativas.

Haroldo Lima (que se integrou na zona de cacau da Bahia) e Aldo Arantes (que como vimos, esteve em Pariconha), pioneiros na escrita da história da Ação Popular escreveram sobre a proletarianização e seus bônus, tanto para a AP quanto pessoalmente:

[...] o movimento de “integração na produção” serviu para consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras. Contribuiu para que inúmeros quadros e militantes tivessem mais contatos com as massas [...] muitos dos que se “integraram” não mais se desvincularam das massas pobres, do contato com as bases trabalhadoras, havendo os que se tornaram, eles próprios, respeitados líderes populares, condição que desfrutaram alguns até hoje!⁷⁵⁰

Essa visão positiva da integração, principalmente no que tange ao aspecto pessoal, também é levantada por Luciano Siqueira:

Era uma vida muito simples. E era a forma de se ligar ao povo...trabalhador, escapar da perseguição policial, sobreviver e ainda contribuir financeiramente para a Organização...Do ponto de vista material era um

⁷⁴⁸ Idem, Ibidem, p.114. Amaro, no entanto chama atenção para o fato que a intenção era a relação com o proletariado, não com indígena, sendo essa uma relação por consequência.

⁷⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 111.

⁷⁵⁰ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 115-116.

sacrifício, do ponto de vista subjetivo era uma felicidade, era um prazer. Porque nós estávamos ali com muita consciência que estávamos com a cabeça à prêmio. A qualquer momento poderíamos ser presos, torturados, e até mortos... mas tinha sido uma opção consciente...nós estávamos muito convencidos que aqui nós estávamos contribuindo para mudar a história do Brasil. Estávamos mesmo, né [...] A militância, na minha opinião, eu já tenho, o quê, 47 anos de militância organizada, sempre ali, uma fonte permanente de felicidade pessoal, né. Porque permite que a gente não abandone as pessoas, as propostas pessoais, familiares e tudo, não abandone, são legítimas, mas permite que a gente funde o nosso destino com o destino do próprio povo, da nação, isso dá muita força pra, pra compreender a realidade das quais nós estamos inseridos, até pra enfrentar eventuais augúrios pessoais, porque você pensa como povo, pensa como milhões e não individualmente, de maneira mesquinha, só em si. Então foi isso [...] um período de dificuldades, mas de muita felicidade também. Valeu à pena? Claro que valeu à pena! Claro que a dor é muito grande, nós perdemos amigos e irmãos, companheiros de luta na tortura, entre outras formas, essa é uma dor insuperável, mas...nós vencemos [...] E....as relações de amizade construídas naquela época...no movimento, e sobretudo aqueles que conviveram naquela cidade se tornaram muito sólidas, muito sólidas. Nós não precisamos ver frequentemente para continuarmos nos amando! É isso que a gente sente! Quer dizer, o sentimento é esse...sempre que encontro em Congresso, esses eventos, é uma felicidade, uma festa! E os nossos filhos se tornaram amigos...⁷⁵¹

Lima e Arantes também realizam uma autocrítica bastante pontual, destacando os reveses da proletarianização, que levou ao seu fim na década de 70:

Pondo de lado os erros localizados que se manifestaram no curso da “integração”, os seus erros mais gerais e mais importantes foram: primeiro, a generalização de um método que poderia e deveria ser empregado em caráter parcial, respeitando-se as aptidões, as possibilidades e o voluntariado; segundo a compreensão que se teve de que a integração na produção era a forma mais elevada de se integrar com as massas, reduzindo-se, por algum tempo, a importância da integração na luta das massas e assimilação da ideologia e política proletárias.⁷⁵²

Uma visão mais crítica é compartilhada por diversos membros, como o maior expoente do maoísmo, Jair Ferreira de Sá, que criticou a emergência da diretiva: “O companheiro era deslocado, tinha um mês para entrar na fábrica e dois meses para puxar uma luta. Se no terceiro mês não conseguisse nada, era considerado em crise ideológica”⁷⁵³. Herbert de Souza, em seu *Revoluções de minha geração*, faz uma crítica ferrenha à proletarianização, acusando-a de dogmática e destruidora de qualificação e capacidade dos membros:

⁷⁵¹ Depoimento em entrevista já citada anteriormente à autora desta dissertação.

⁷⁵² LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 117.

⁷⁵³ JORNAL DA REPÚBLICA. 8 de setembro de 1979. IN: Idem, Ibidem, p.115.

[...] todos estavam condenados a se tornar operários ou camponeses, as duas únicas classes que poderiam existir no Brasil. A pequena burguesia passava pelo purgatório; foram muitos que caíram no inferno e acabaram sendo destruídos. Quantos morreram naquela história, ou foram psicológica, ideológica e humanamente destruídos...⁷⁵⁴

Essa visão dogmática ainda é confirmada por Derley Catarina, que acusou a Secretaria Nacional, sediada em São Paulo, de censurar até as cartas dos militantes e de seus familiares; além de criticar que, muitos dos mais exigentes, nunca chegaram a se integrar na produção (caso de alguns dirigentes)⁷⁵⁵.

Rita Sipahi, expulsa da organização comenta sobre os problemas pessoais da proletarianização:

Eu não tinha condição objetiva, por exemplo, eu jamais poderia fazer o que estavam querendo que eu fizesse, que eu saísse da minha casa em 15 dias, alugasse uma casa lá na Vila Leopoldina, uma casa que tenha uma área de serviço comum e me integrasse na produção [...] eu era uma pessoa casada e tinha que separar do meu marido pra fazer isso, aliás foi imposto isso...⁷⁵⁶

Luiz Anastácio Momesso, então integrado como operário em São Paulo, acrescenta:

Então eles começaram, houve o que eles chamavam de deslocamento, qualquer coisa assim, botaram os estudantes mesmo, os jornalistas profissionais, para trabalhar nos setores básicos, para ajudar a organizar os trabalhadores, os camponeses, os operários etc., só que assim, foi uma decisão muito, uma imposição, muito imediatista, eu tive muito problema com o pessoal, com os estudantes, tinham vários deles lá no ABC. Eles chegavam sabiam muito, eu não sabia aquelas coisas todas, marxismo, toda aquela teoria que eles sabiam, aquela experiência do movimento, mas eles não conheciam nada da realidade, entende? Aí ficavam, eu entrei muito em choque, eu cheguei a pedir para sair da AP, por causa desse pessoal.⁷⁵⁷

⁷⁵⁴ SOUZA, Herbert José de. **Revoluções da minha geração**. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996, p. 46.

⁷⁵⁵ Entrevista concedida a Wright. IN: OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 318. Vale destacar aqui que, com todas as atividades obrigatórias dos dirigentes, era óbvio que estes, apesar de desejarem, não conseguiam se integrar, devido, principalmente, à exigência de membros na Direção Nacional a fim de coordenar os mais diversos trabalhos.

⁷⁵⁶ Entrevista de Rita Sipahi concedida a Hugo Villaça Duarte em 19.11.2009. IN: DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p. 62. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:05 h.

⁷⁵⁷ Depoimento de Luiz Anastácio Momesso. PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Entrevista a Luiz Anastácio Momesso**. Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, 1ª entrevista, p. 14.

Duarte Pacheco Pereira, conclui de forma bem sistemática a questão da Integração:

Em suma, a política de integração na produção, como foi inicialmente formulada e aplicada por AP, fracassou, porque não atendeu ao objetivo básico que a justificaria, a transformação político-ideológica e da composição social da AP; secundariamente, desestruturou grande parte de nossos trabalhos em outras áreas e militantes que foram submetidos à experiência sem preparação e apoio adequados; por isso, foi criticada e reformulada já na época; mas conteve também aspectos positivos e, reformulada e seletiva, tem um papel a jogar ainda hoje. Por que o MST vingou e cresceu? Não tem a ver também com seus métodos de trabalho e com as normas que regem a adesão, a militância e as condições de vida de seus quadros?⁷⁵⁸

A integração na produção ainda trouxe problemas graves à Ação Popular, como a quebra de vínculos regionais, e a pauperização da organização:

A base de sustentação econômica da organização sofreu também rude golpe. Eram custosas as freqüentes viagens de famílias inteiras de cima para baixo do país, de um lado a outro. Esse pessoal não arranjava trabalho de pronto e tinha despesas para se instalar, para se manter, para resguardar a segurança. Por outro lado, os empregos bem remunerados eram abandonados, assim como as bases pessoais de apoio, ficando a organização privada de fontes sistemática de seus contribuintes.

A situação era tão precária, que logo os membros mais abastados foram obrigados a abrir mão de alguns bens, como carros, imóveis, heranças, pequenas jóias, etc⁷⁵⁹.

A consolidação da política de Integração na Produção foi concretizada na Primeira Reunião da Direção Nacional Ampliada (I RDNA), em setembro de 1968, quando da expulsão dos membros foquistas da Ação Popular. Os capítulos e meandros que levaram a esse desfecho são o objetivo de discussão do próximo tópico.

4.3. Ação Popular e as lutas pelo discurso vencedor: o tortuoso caminho ao maoísmo cristão.

*O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta da Sierra Maestra a partir do nada, do zero.*⁷⁶⁰

⁷⁵⁸ RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, p. 245.

⁷⁵⁹ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 113.

⁷⁶⁰ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 81.

*China e Cuba eram envolvidas por uma certa “magia revolucionária” que, longe de retirar toda a percepção dos militantes brasileiros sobre a realidade destes acontecimentos, dava-lhes forte inspiração para a certeza que a revolução viria pela força das armas, pelas mãos dos trabalhadores, pela liderança do partido.*⁷⁶¹

*O foquismo “adaptava” a revolução para a realidade latino-americana, respaldada em certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, “adaptava” a revolução num país com forte tradição rural*⁷⁶²

A Ação Popular nas ondas 1968 pode ser observada pela tensão latente entre os diversos caminhos que a organização intentava propor para seus membros. Resultado natural desse movimento é a autocrítica, atitude comum à AP desde seus primórdios.

Enquanto radicalizava a diretiva de “Integração na Produção” e a profissionalização de seus quadros, o Comando Nacional tentava combater a “velha AP”: ativista e verbalista, elitista e eclética, grupista, resistente às transformações necessárias, e de baixo nível político-teórico. Era necessário mudar também a estrutura precária da organização quanto a questão financeira e territorial, tendo em algumas regiões e setores, a Ação Popular, resistido apenas de forma limitada.

No âmbito da autocrítica, os militantes também se mostravam descontentes com a CN, acusando a organização de linha política acentuada (esquecendo o político-ideológico), de tendência militarista; criticando também a falta de segurança e o esquecimento do trabalho de organização em detrimento da Integração. As críticas ao *Documento Base* e à *Resolução Política* se faziam, assim, necessárias à evolução apista, como bem exemplifica Luciano Siqueira:

Era natural...Era o seguinte: a luta tinha evoluído, né, já existia essa adesão ao marxismo, era natural que tivesse que renovar os fundamentos da Organização, né. [O *Documento Base* continuou sendo respeitado] pelo seu valor histórico...mas isso é assim em qualquer Partido Político, quer dizer, particularmente nos Partidos que se orientam, por exemplo, pelo marxismo, a própria teoria marxista se renova constantemente, então, por isso que tem Congresso, se fazem ajustes de programa, né, a teoria evolui, também como a realidade evolui, né.⁷⁶³

⁷⁶¹ PAULON, Alessandra Ciambarella. **Entre o Rosário e as Armas: A Ação Popular e a questão da Luta Armada no Brasil**. Londrina: Artigo produzido para a XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2005, p. 04. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=14470>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

⁷⁶² Idem, Ibidem, p. 03.

⁷⁶³ Luciano Siqueira em entrevista já citada anteriormente.

Essa visão também é observada em Lima & Arantes, que criticam sua postura confusa, o revisionismo e a posição anti-marxista, bem como o humanismo que “realizaria todos os homens”, abstrato, inexistente, “esquecendo-se que no contexto social concreto esses homens estão em lutas implacáveis, divididos em minorias exploradoras e majorias exploradas”⁷⁶⁴

O ano de 1968 também representa o período em que a Ação Popular ganha notoriedade na mídia, e portanto, mais atenção dos órgãos repressores⁷⁶⁵. Já no começo do ano, ocorre a publicação dos documentos *Política Revolucionária para o Brasil*, separata da *Resolução Política* de 1965⁷⁶⁶ e da *Alternativa Revolucionária*, apontando as divergências e instabilidades que a organização apresentava até então⁷⁶⁷. Costa e Silva, na Convenção da ARENA, após as passeatas que eclodiram na dos “cem mil”, denuncia projeto da AP para tomada do poder no Brasil pela violência: se tornava cada dia mais urgente a tomada de posição quanto à identidade marxista, e a questão do Partido de Vanguarda do Proletariado; bem como da integração com as massas a fim de despistar os planos do regime de contenção da organização.

Um dos problemas diretos dessa efemeridade com que foram desenvolvidas as discussões no âmbito de 1968, foi a crescente perda da direção das rédeas do movimento estudantil; que como observamos anteriormente, era a base da organização e vivenciava um momento único na história brasileira. Apesar do refluxo do ME (quase que resumidas à atuação de Marc Van der Weid e alguns poucos mais), devido à repressão vivida e pela necessidade que foi adquirindo o deslocamento da militância para áreas estratégicas e a inserção nas classes fundamentais desses “pequeno-burgueses”, que sofre ainda um forte golpe com a extinção legal da UNE, após os eventos de Ibiúna no fim do ano (que foi decisivo para essa ressaca apista, que perdeu o grande local de militância/recrutamento de sua base); algumas ações continuaram a se desenrolar.

Nas grandes passeatas, capitaneadas pelos órgãos estudantis, em particular, a UNE, sempre havia presença de apistas nos discursos mais importantes, dada também a sua

⁷⁶⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 38-40.

⁷⁶⁵ Que já haviam entrado em contato com outros documentos da organização, como podemos observar a partir dos estatutos da AP apreendidos pela repressão IN: Recife: APEJE- DOPS-PE, prontuário 29661 – Ação Popular.

⁷⁶⁶ O GLOBO, 17 de janeiro de 1968. IN: OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 327.

⁷⁶⁷ JORNAL DO BRASIL, 26 de junho de 1968. IN: Idem, Ibidem.

hegemonia no meio⁷⁶⁸, como na “passeata dos cem mil”, que reuniu amplos setores da sociedade, e contou com o “comando” de Vladimir Palmeira, presidente da União Municipal dos Estudantes, e Luiz Travassos⁷⁶⁹:

O movimento estudantil era objetivamente o que mais mobilizava, o que mais direta e clara contestava a ditadura. E a influência da AP no movimento estudantil, por essa época, assumiu ma importância tão marcadamente majoritária, que praticamente não era contestada eficazmente por nenhuma outra força política.⁷⁷⁰

Essa base apista há muito se digladiava entre duas teorias marxistas distintas, que apesar de visarem o socialismo como projeto final, apresentam propostas diferentes de luta revolucionária.

A primeira delas a chegar à Ação Popular foi a teoria do foco, propostas nas idéias de Che Guevara em seu texto *A Guerra de Guerrilhas*, de 1960⁷⁷¹. Esta baseou os projetos de Brasil que a organização desenvolveu no documento nacional *Resolução Política*, de 1965. O foquismo se dividia em duas fases revolucionárias: na primeira, um grupo atuaria entre camponeses em regiões com condições naturais de defesa, caso houvesse ataques do exército (daí a preferência por regiões montanhosas). Após madura e vitoriosa a luta no primeiro momento, colunas guerrilheiras se deslocariam para outras regiões, levando a opção da luta armada, visando formar um grande exército, capaz de derrotar as forças nacionais. As ações dependiam dessas condições objetivas e de outras, subjetivas, que deveriam ser criadas ou maturadas pela ação do foco, grande motor do grande fator vitorioso: as massas⁷⁷². Como podemos observar, a escolha pela guerrilha rural como forma absoluta de ação revolucionária previa a supervalorização da questão militar sobre a política, com a assunção de que o foco independeria de um Partido, fadado à corrupção e à burocratização ao exemplo do que

⁷⁶⁸ Os presidentes da UNE, pós-65 até sua extinção em 68-69, foram todos apistas: Altino Dantas (1965), José Luiz Moreira Guedes (1966), Luís Travassos (1967), Von der Weid (1969), substituído por ter sido preso em por seu vice, e também apista, Honestino Guimarães. Observar esse último mandato IN: Recife: APEJE- DOPS-PE, prontuário 29661 – Ação Popular.

⁷⁶⁹ SANTOS, Nilton (org.). **Op. cit.**, p.60.

⁷⁷⁰ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 65-66.

⁷⁷¹ GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

⁷⁷² Apesar de ter a Revolução Cubana traços do foquismo, Jacob Gorender atenta que, a todo momento, os camponeses estiveram ao lado das forças revolucionárias contra o regime de Batista; o que o faz observar que “O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à ideia do foco”. GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 81.

acontecera aos bolcheviques. A revolução seria, assim, numa única etapa: diretamente socialista.

A teoria do foco funcionou em Cuba devido a vários fatores excepcionais, como a simpatia quase imediata das forças burguesas e a demora dos Estados Unidos da América de analisar corretamente as intenções dos revolucionários de Sierra Maestra; nunca depois repetidas na América Latina, como mostraram as experiências isoladas na Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina, Peru e Bolívia, quando da morte de Che em 1967. No entanto, para boa parte das esquerdas, o discurso foquista se manteve como proposta revolucionária.

A diretivas maoístas foram introduzidas na Ação Popular e nas esquerdas a partir dos textos de Lin Piao, traduzidos em 1966. Apesar de ter alguns pontos em comum com a teoria do foco, como o papel chave do campesinato na condução da luta revolucionária, o caráter revolucionário dos povos do terceiro mundo e a luta armada para a tomada do poder; o maoísmo partia do marxismo-leninismo clássico, baseado num Partido de Vanguarda do Proletariado, que realizaria trabalho político no meio rural, a fim de incutir nessa massa a consciência revolucionária e guerrilheira. Para tal, o caráter da guerra deveria ser popular e de forma prolongada, sendo travada em duas etapas, uma de aliança com a burguesia, e a final, de caminho ao socialismo pleno.

Por um processo cheio de rupturas e ressignificações, os embates chegaram ao denominador maoísta como proposta de luta revolucionária. A chegada da AP ao maoísmo em setembro de 1968 não foi linear, muito menos um processo simplório: após os acontecimentos de julho de 1966, abriu-se o debate interno na AP sobre o caminho da luta e das estratégias militares. A Direção Nacional vai, progressivamente, se afastando de Cuba: devolvendo a ajuda monetária que o governo Fidel havia emprestado à organização, chamando Betinho, à época em Havana para voltar ao Brasil imediatamente, ao mesmo tempo que os grupos de estudos militares deixaram de ser enviados à ilha. Concomitante, o imediatismo da revolução antes da transformação ideológica ia sendo abandonado pela alta cúpula da direção, que após a volta de “Dorival” (Jair) da China, se aproximava cada dia mais do marxismo-leninista de Mao Tsé-Tung, propagada pela luta da guerra popular prolongada. Dessa forma, os acontecimentos se precipitaram para rachar a organização, com os grupos de tendências múltiplas a batalhar pela vitória de seu discurso e de seu projeto de organização e de Brasil.

A eleição do marxismo-leninismo como teoria científica foi se maturando do período de março a julho de 68, quando da reunião do Comando Nacional. Nela, se previa a elaboração da linha geral militar marxista-leninista baseada na integração com as classes fundamentais. A reunião marca a chegada de Jair, da China e de Betinho de Cuba, devidamente comprometidos com as propostas de marxismo dos dois países.

Nas reuniões, firmou-se posição quanto ao internacionalismo proletário e a situação mundial. Foi reconhecido o papel de vanguarda proletária do PC chinês, e privilegiada uma aliança com este. Quanto ao PC cubano, não se definiu uma visão geral, a despeito da opinião de Jair, ficando claras as disparidades entre este e Vinicius Caldeira Brant (Rolando). Foi decidida uma pequena integração para os dois: enquanto Jair integrou-se na R3 na Comissão Militar, Brant integraou-se como jornalista para assuntos externos e jornais⁷⁷³. As posições aceitas de Jair, a cada dia o levaram para mais perto do Comissão Nacional⁷⁷⁴.

O período em que o “direito de tendência” do grupo de Rolando começa a ser questionado coincide com a publicação do documento *Autocrítica do Comando Nacional*⁷⁷⁵, em maio de 1968; documento que apresenta a autocrítica da DN de fins de 67 e primeiros meses de 68, bem como serve para preparar a reunião ampliada do mesmo, que aconteceria em poucos meses.

O documento começa por elevar os efeitos da autocrítica e da luta interna: uma maior, entre das duas correntes, (a progressista x a retrógrada, a anticomunista x comunista, a maioria intelectual x maioria nas bases); e com uma terceira, “Corrente III”, reacionária, da antiga linha de direita da AP, que havia quase toda sido expulsa, sobrando remanescentes em algumas regiões⁷⁷⁶. Essas lutas seriam as únicas capazes de realizar a transformação ideológica, evitando desvios, subjetivismo, individualismo e liberalismo através da integração com as massas, da análise da realidade brasileira, da criação de uma linha militar proletária e de uma linha geral da revolução a ser travada.

⁷⁷³ AÇÃO POPULAR. **Esboço de um histórico da Corrente I**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1969, p. 17.

⁷⁷⁴ Idem, Ibidem, pp. 23-25.

⁷⁷⁵ AÇÃO POPULAR. **Autocrítica do Comando Nacional**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1968.

⁷⁷⁶ As regiões 6 e 7, inclusive, apresentavam questões graves de “fanatismo”, inclusive devido a total ignorância do que acontecia na AP nacional. Ver mais em AÇÃO POPULAR. **Esboço de um histórico da Corrente I**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1969, p. 30-42.

Dessa forma, a *Autocrítica* se inicia por analisar a *Resolução Política* de 1965, admitindo seus pontos fortes e seus avanços para o *Documento Base*, como a assunção da existência basilar de um Partido do Proletariado. O problema maior da carta teria sido a supervalorização da ideologia para explicar as dificuldades da organização, que apresentava, na verdade, uma má resolução teórica. Dessa forma, as análises foram comprometidas, não atingindo, assim, as raízes dos problemas, e não desenvolvendo os métodos e objetivos para a revolução⁷⁷⁷.

A seguir, o documento propõe-se a discutir a *Resolução sobre o Debate Teórico Metodológico*, fazendo um resumo e autocrítica: para começar, a explicação do problema teórico-ideológico teria sido feita de maneira discutível, com o documento não distinguindo teoria de ideologia corretamente (muitas vezes, apresentando como paralelas). A *Autocrítica* tenta contornar a situação, levantando o problema ideológico nos campos teóricos e práticos, elegendo a integração (prática) e o estudo e análise das classes (teoria), como “saneamento dos males” de ideologias dogmáticas e pequeno-burguesas, pois pequeno-burgueses só conseguiriam fazer uma revolução pequeno-burguesa, desassociada das massas.

Como já percebemos, já no primeiro DTI foram detectadas cinco correntes dentro da organização⁷⁷⁸, destaque para uma maioria interessada nos estudos marxistas, a despeito de uma minoria engajada e comprometida “às origens” humanistas. As fases de discussão se caracterizam em: uma primeira, centrada nos Textos para Debate (até 1966), uma segunda, em que foram debatidas e estudadas obras escolhidas de Marx, Engels, Lenin, Mao e Althusser. Para a assimilação completa da teoria científica, necessitava-se a integração com as massas, a ligação entre teoria e prática, e a crítica e autocrítica constante, contra o dogmatismo e o revisionismo; bem como contra as deturpações e “ópio” da religião, como vimos, muito presente ainda na Ação Popular. Carecia-se modificar a ideologia pequeno-burguesa, da

⁷⁷⁷ AÇÃO POPULAR. *Autocrítica do Comando Nacional*. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1968, pp.7-10.

⁷⁷⁸ Desde o anti-marxismo aberto e declarado, que opunha-se ao estudo do ML e exigia a fidelidade às origens; passando pelos anti-marxistas enrustidos, que defendiam o empirismo e a prática em defasagem à teoria, opondo-se ao debate centralizado do marxismo; a corrente majoritária, que não tinha opinião sobre o marxismo, mas estava disposta á discussão; a corrente da CN, responsável pelo *Debate Teórico Ideológico*, portanto, que já tinham uma certa idéia do marxismo, querendo sua discussão na AP; e finalmente, os marxista-leninistas já comprometidos. O documento porém situa que nenhuma dessas correntes eram proletárias. Idem, Ibidem, pp. 11-12.

concepção de mundo para a concepção proletária, procurando assimilar os escritos marxistas, aplicado às condições brasileiras⁷⁷⁹.

Posteriormente, o documento apresenta os erros de análise e tratamento das áreas do Rio Grande do Sul (R1), São Paulo (R3), Guanabara e Espírito Santo (R4) e em Minas Gerais (R5), lugares onde a luta interna era mais intensa. Dentro das regiões, os problemas se davam a nível de direção e de base, focados nos três setores que a AP tinha ramificação: o campesinato, o operariado e o movimento estudantil. A Comissão Camponesa (instaurada em 67), teria se reduzido só na conscientização, não conseguindo ligar-se aos camponeses de base, não se definindo que tipo de revolução intentava, nem a linha política de chegar a esses camponeses. Além disso, o CN não se integrou às massas camponesas nem dirigiu seu trabalho para o campo, não destacando quadros. O mesmo teria acontecido com o operariado, carente de uma definição da linha política geral, já que em alguns documentos, ainda era considerada como a classe de vanguarda, em detrimento do campesinato, confundindo os militantes. De uma maneira geral, a falta de experiência na área teria gerado os erros ocorridos. No meio estudantil, as críticas se basearam na manutenção da UNE a todo custo, o que teria causado desgaste e afastamento da verdadeira luta, a luta de classes⁷⁸⁰.

A *Autocrítica do Comando Nacional* apresenta a maturação dos conceitos apreendidos pelo grupo que foi à China em 67, com forte tendência maoísta que lança as bases para a publicação da série de documentos que dariam o enfoque das lutas finalizadas na I RDNA, em setembro.

A disputa pelos discursos, de maneira mais direta, inicia-se com a divulgação da *Carta dos Seis Pontos*⁷⁸¹, estudo realizado por Jair Ferreira de Sá, em julho de 1968. Os seis pontos (que na realidade eram sete), era a tentativa do grupo majoritário maoísta de realizar uma esquematização dos princípios básicos que viriam a reger a organização.

O primeiro ponto observado, dizia respeito à Reconstrução do Partido do Proletariado, levando-se em consideração o terreno dos princípios, aquele sob o qual seria construído um Partido político independente (necessário à revolução), extraído da luta de classes e do

⁷⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 18.

⁷⁸⁰ Idem, Ibidem, pp. 40-71.

⁷⁸¹ AÇÃO POPULAR. **Os 6 pontos**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1968.

proletariado internacional, gerado na teoria marxista-leninista. Este focaria tanto o terreno da experiência histórica interna ao Partido do Proletariado, como a I e II internacional e a crítica leninista e maoísta às reuniões e partidos que surgiram após; quanto o terreno das experiências brasileiras, adquiridas com o Partido Comunista em 1922, e sua vanguarda perdida com seu reformismo, suas dissidências e falta de coesão. O PP genuíno, só seria possível com a perda das deturpações numa provável fusão entre partidos, ou incorporação dos mesmos no novo Partido do Proletariado, de orientação maoísta, não-sectária nem dogmática.

O segundo ponto concluía na necessidade de integração com as massas, política já posta em prática pela Ação Popular à época. O deslocamento e a autocrítica que o documento propunha, tinha em vista evitar a revolução ideológica individual, a religiosidade, o sentimento de auto-punição e auto-purificação. A integração não intentava levar as lutas às massas, pois elas já estariam em constante luta: o que deveria ser feito era dirigir a massa para a luta cotidiana revolucionária.

O ponto terceiro definia o pensamento de Mao Tsé-Tung como a terceira etapa do marxismo-leninismo, tratando a teoria bolchevique como intermediária, com os escritos de Josef Stalin sendo um complemento (com erros estratégicos graves) da teoria leninista. Marx e Engels teriam recolhido as experiências da luta do proletariado, sistematizando-as, fundando e desenvolvendo a teoria da revolução, teoria que Vladimir Lenin, com a proposta das condições objetivas e subjetivas para a revolução socialista, teria completado. Nessa perspectiva, o pensamento de Mao, inserido nas perspectivas mundiais em que o socialismo avançaria para a vitória no mundo inteiro, baseadas em acontecimentos como a vitória do socialismo em alguns países, a vitória eminente dos vietnamitas, e a Revolução Cultural na China (em 66); que previa o caminho da luta armada a partir do campo, a luta em duas etapas, focadas na luta popular prolongada, seria “a nova etapa do ML; é a síntese da revolução mundial [...] Mao é o maior marxista-leninista vivo, continuador da obra de M.E.L.”⁷⁸².

A partir do maoísmo, o esquema sinalizava para as linhas gerais da revolução brasileira, a partir da análise da sociedade como semi-feudal e semi-colonial, com a existência de uma burguesia nacional e uma urbana, desvinculadas de uma burguesia monopolista ligada

⁷⁸² Idem, Ibidem, pp. 4-5. ML (Marxismo-leninismo) e M.E.L (Marx, Engels e Lenin).

ao imperialismo, e principais alianças da primeira fase da revolução. A luta seria então, de caráter democrático-nacional e popular, em duas etapas ininterruptas (democrática e socialista), em que as forças motrizes seria o proletariado (dirigente), com o campesinato e o assalariado agrícola como força principal.

O quinto ponto propunha uma linha militar em alguns princípios básicos: a guerra como forma suprema para resolver as contradições da sociedade, tendo como fator principal o homem, não as armas, e a política, não a técnica; a possibilidade de guerra a partir da mobilização das massas e com o apoio delas; a visão da guerra revolucionária como total e prolongada, cercando as cidades a partir do campo; uma luta baseada num exército revolucionário popular, com tarefa de mobilizar as massas, combater e produzir, dirigido pelo Partido. Ainda se criticava o caminho pacífico e o “foco” (presente na RP) como formas burguesas e revisionistas, com o foquismo partindo da desconfiança da massa, colocando a técnica acima do homem e o militar acima do político, desprezando o papel do Partido e de outras classes na revolução.

O sexto ponto representa a necessidade de mudança no eixo do trabalho e da fixação de uma política de quadros: da população urbana burguesa para as massas camponesas, da cidade para o campo, sempre cuidando para um não-desvio mecanicista, imediatista, dogmático e personalista. O último ponto, Política Internacional, apontava para o nível político das sociedades socialistas, levando em consideração o caráter de classe do Partido e do poder que esse exerce, destacando como genuínas apenas as revoluções na China, Albânia, Vietnã e Coreia do Norte, destacando a URSS e Cuba como revisionistas⁷⁸³.

Apesar da adesão da maioria da Organização, é importante destacar que o esquema dos *Seis Pontos* ainda não era aceito como política oficial da Ação Popular. Lima e Arantes, numa posterior autocrítica, observam que o carisma do esquema estava no fato de ter sido “fundamentalmente transplantada da experiência chinesa”:

No ambiente abrasado pelas idéias marxistas pouco digeridas e dispersas, onde o papel revolucionário que a China então jogava no cenário internacional dava-lhe enorme prestígio, o “Esquema dos Seis Pontos”, fundamentalmente transplantado da experiência chinesa teve grande receptividade e foi apoiado de maneira dogmática. As suas idéias serviram

⁷⁸³ Idem, Ibidem, p.6.

de denominador comum do que veio a chamar-se de “corrente 1”, caracterizando-se a partir de então um processo que já era de luta interna pela prevalência de posições políticas.⁷⁸⁴

Como bem observaram Lima e Arantes, o maoísmo ainda não era política partidária, devido, principalmente, à resistência de alguns membros. Estes, acusados pela “Corrente I” de “foquistas”, formaram a denominada “Corrente II”, baseada nos escritos do filósofo francês Althusser e formado ainda nos idos de 67, por uma “vanguarda interna” que “focaliza três frentes de luta interna, segundo duas no Rio de Janeiro, e a maior, a partir de companheiros que estavam chegando de Paris”⁷⁸⁵. Esse grupo expõe seus pensamentos no documento *Dois Caminhos*, apresentados no plenário da I RADN.

4.3.1. A I RADN: a ascensão de Dorival e a expulsão do grupo provocador de Rolando.

*A viagem da Jair foi mais que um curso de treinamento político-militar, tomando parte do mais importante processo de mobilização de massas da história mundial. Viajou muito e era saudado como parte desse esforço. Escreveu dois artigos para o jornal do PCC o **Diário do Povo** tendo o Comitê Revolucionário do órgão de imprensa o premiado com uma caneta de ouro. Em primeiro de maio de 1968 se encontra na Praça da Paz com o presidente Mao, que, observa, na frente dos três instrutores de Jair “esqueça tudo isso. Faça a revolução à sua moda”⁷⁸⁶*

Voltaram transformados. Um deles, Jair Ferreira de Sá, travestiu-se de “camarada Dorival”, futuro líder da revolução no Brasil e na América Latina. O “grupo chinês” tomou o controle da Ação Popular e, de um dia para o outro, nos tornamos uma organização maoísta.⁷⁸⁷

Não pela primeira vez na história apista, a reunião nacional que discutiria os rumos da Ação Popular apresentava uma preparação tensa e delicada, devido às lutas das duas posições majoritárias e heterogêneas dentro da organização. Desta forma, em setembro de 1968, dá-se início à Primeira Reunião Ampliada da Direção Nacional, com cerca de 30 dirigentes: abrindo o plenário, a apresentação do *Duas Posições*, chocando os membros que ainda não haviam tomado conhecimento do documento.

A chamada corrente II, comumente conhecida por “foquista”, levava a plenário na pessoa de Aumond, uma crítica ferrenha aos esquemas dos *Seis Pontos*, desenvolvidas no

⁷⁸⁴ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 65-66.

⁷⁸⁵ Depoimento de Duarte Pacheco Pereira a Franklin de Oliveira Jr. OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 333.

⁷⁸⁶ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 308.

⁷⁸⁷ SOUZA, Herbert José de. **Op. cit.**, pp. 40-41.

documento *Dois Caminhos*⁷⁸⁸, assinado pelos autodenominados “comunistas da Ação Popular”: Costa (Sérgio Menezes) do Comando Nacional; Rolando (Vinicius Caldeira Brant) encarregado do Jornal *Libertação*; Sônia (Maria do Carmo), da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; Daniel (Altino Dantas), do Comando Regional do Rio Grande do Sul; e Mário (Alípio de Freitas) do Comando Regional de Goiás. O documento intentava, desde seu princípio, revelar as discordâncias do grupo em relação às práticas do “terreno falado” da maioria dos dirigentes apistas, acusados de reformistas e oportunistas.

Ao contrário de condenar o *Documento Base* e a *Resolução Política*, a “corrente II” leva em consideração os acertos dos documentos, principalmente na correta análise dos erros da sociedade, e do caminho revolucionário para por fim ao regime vigente. As cartas teriam, assim, realizado grandes progressos, ainda que persistisse utopicamente, na questão humanista e socialista, na revolução de cunho moral contra as injustiças (socialismo bom, capitalismo ruim), sem se preocupar em indicar nem o tempo, nem os caminhos para a revolução. Enquanto que o *Documento Base* pecaria por não reconhecer o marxismo, a *Resolução Política* também tinha problemas quanto a não indicação do proletariado rural como parte do proletariado que deveria dirigir a revolução⁷⁸⁹.

Os apistas da conhecida “Corrente II” defendiam a Revolução de Libertação Nacional revolucionária através da luta armada, reconhecendo a proposta reformista do PCB desde sua criação, característica que a incapacitava como o genuíno Partido de Vanguarda do Proletariado marxista-leninista, e razão pela qual a Ação Popular havia sido criada. A questão então não seria a reconstrução do Partido do Proletariado, mas sim a transformação apista para que essa pudesse exercer seu futuro frente às classes fundamentais da sociedade brasileira.

Assim como errônea a análise sobre o PP, “o grupo de Rolando” se posicionava contra o modelo “pré-fabricado” e “clonado” de Integração na Produção, tido como “cópia ferrenha” da Revolução Cultural Chinesa. A política, longe de modificar a ideologia pequeno-burguesa da organização, servira apenas para transformação pessoal e expiação de pecados:

⁷⁸⁸ AÇÃO POPULAR. **Dois Caminhos**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1968.

⁷⁸⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 6-11.

A integração na produção não é vista em função da conduta da luta de classes na eficácia política decorrente da participação direta nos locais onde se verificavam a concentração de operários e camponeses, [...] mas pela importância do trabalho manual para a transformação ideológica do militante de origem pequeno-burguesa [...] a fábrica passou a ser vista não como local onde o partido deve estar fortemente implantado e organizado para conduzir a luta de classe, mas como um santuário onde se busca santificação, ou seja, a condição operária.⁷⁹⁰

O mesmo poderia ser dito do ponto sobre o caráter da revolução brasileira: sistema dogmático e oportunista, representava uma análise falseada, transportada, de sociedade. O Brasil teria sido sempre um país capitalista, inserido no sistema capitalista imperialista, com a agricultura de mercado atrasada e dependente, subordinada ao sistema industrial dos países desenvolvidos. O país contaria com cerca de sete milhões de assalariados num universo de 8 milhões de trabalhadores⁷⁹¹, explorados ou pelo trabalho assalariado (em que o trabalhador assegura parte de sua subsistência no cultivo individual), ou na condição de pequenos proprietários ou arrendamentos (que dependem do comércio, monopolizado pelo capitalismo). Nunca se pode, dessa forma, supor uma feudalização ou sistema pré-capitalista no Brasil; fato que corroboraria a tentativa de assimilação do CN à teoria chinesa, caracterizando assim, um desvio de direita, ao projetar condições do país em manifestações internacionais. Nesse âmbito, também seria errônea a tese de uma burguesia nacionalista, desvinculada da classe burguesa geral, pois elas seriam hegemônicas⁷⁹², tornando assim, impossível a aliança com essa classe social.

Portanto, ao contrário do que defendem os maoístas, a revolução teria caráter anti-imperialista e democrático em suas tarefas imediatas, na forma de uma democracia popular. Desta forma, a força principal seria o proletariado urbano e rural, a força dirigente da revolução socialista, sendo o proletariado urbano fundamental, através do Partido do Proletariado, que embarcava todas as classes fundamentais, não apenas a camponesa, como queria o esquema da corrente I. O caminho deveria se iniciar pelas tarefas pré-socialistas, na ajuda às condições de vida e trabalho do proletariado atual, e a partir do PP, criar-se o exército popular, que projetaria a luta por meio da guerrilha. A importância do campo seria estratégica, como campo de batalha preferencial, bem como para o trabalho político de arregimentação, devido à relativa segurança. A luta de classes se daria por meio de milícias e suprimimento de

⁷⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 47.

⁷⁹¹ Idem, Ibidem, p. 29.

⁷⁹² Idem, Ibidem, p. 43.

armas, entre outros. Numa segunda fase, o foco seria a defensiva estratégica e sua tríplice função: destruição econômica do inimigo, proteção e estímulo a luta de massas, e a colaboração com as guerrilhas e exército popular, através da mobilização que prepara materialmente e em detalhes sua ação. Como a guerra é do proletariado, o seu desenvolvimento dependerá da decisão da luta pelo poder político travada na cidade, fato que eliminaria a necessidade de mudança de eixo de trabalho para o campo⁷⁹³.

Outra crítica se dava no que tange à teoria que denominava o pensamento de Mao como a terceira via marxista. De acordo com o grupo, essa análise era compreendida como uma deformação teórica do ML: Marx e Engels teriam lutado para constituição da teoria marxista, com Lenin sendo uma fonte de destituição dos excessos e deformações da teoria marxista; categoria em que Mao e o PCC também se inseririam. Dessa forma, longe de ser um continuador das ideias marxistas clássicas, os estudos maoístas serviriam aos marxistas apenas valiosa fonte de resolução de desvios.

Enfim, os apistas do *Duas Posições* criticavam a incorreta leitura de Che e da Revolução cubana, bem como da guerra no Vietnã. Os revolucionários dos dois países deveriam ser reconhecidos em suas lutas contra o imperialismo estadunidense, pois foram capazes de derrotá-lo⁷⁹⁴.

Por fim, o documento do “grupo de Rolando” apoiava a luta interna como fortificação e alerta constante para o genuíno Partido do Proletariado, reconhecendo, em autocrítica, os erros anteriores devido ao conformismo; a importância do *Manifesto do Partido Comunista*⁷⁹⁵ como documento legitimador das lutas proletárias ao redor do mundo; e a nova luta mundial: a dos Estados burgueses x a dos Estados proletários. O documento é revelador ao concluir que “Levaremos até a às últimas consequências a luta entre as duas posições”⁷⁹⁶.

O documento foi recebido como uma afronta pela “Corrente I”, majoritária, tendo “quase a totalidade do plenário da I Reunião Ampliada [participado] de enérgico protesto ao

⁷⁹³ Idem, Ibidem, pp. 25-34.

⁷⁹⁴ Idem, Ibidem, p. 49.

⁷⁹⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:27 h.

⁷⁹⁶ AÇÃO POPULAR. **Dois Caminhos**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1968, p. 11.

que considerou ser provocação da ‘Corrente 2’⁷⁹⁷. Os membros presentes considerados foquistas foram expulsos categoricamente da reunião antes de seu fim, sendo dispensados sumariamente do seio da organização. As expulsões então se alargam nas regiões de seus líderes que seguiriam Rolando: Distrito Federal e Goiás tem sanções generalizadas, com a expulsão de Alípio; Altino, membro da direção de Rio Grande do Sul, nem chega a se reunir regionalmente, pois chegando ao aparelho, foi posto num carro, e “expulso em um Volkswagen”⁷⁹⁸.

A AP livre do “grupo oportunista e provocador de Rolando” oficializou o maoísmo a partir da aprovação em nível partidário nacional do esquema dos *Seis Pontos* e da *Integração na Produção*, a ser posta em prática por todos os membros da Ação Popular. Dava-se, enfim, a conclusão da 3ª fase do DTI, de superação do foquismo em favor das obras marxista-leninistas de influência chinesa⁷⁹⁹, iniciadas com o texto *Teses para a Revolução Brasileira*⁸⁰⁰. Nesse âmbito, a utilização dos escritos de Althusser também foi duramente criticado:

Era um marxismo deformado no que há de essencial na teoria revolucionária de Marx, a articulação da teoria com a prática, o “guia para a ação”, pois Althusser era o reabilitador da teoria, vista como prática concreta, a ser valorizada. Permitia ainda a manutenção de uma posição “terceirista”, ao formular a questão em termos de Teoria e Ideologia, ou seja, permitia que fosse contornado o problema religioso sem ser enfrentado, assim como pretendia tirar o caráter de classe da teoria e, mais é claro que não conseguia tirar o caráter de classe dos teóricos. Resumindo em uma frase: Althusser fazia a magia de transformar elementos de origem não proletária e de posição de classe não proletária, em marxistas leninistas, proletários, pelo simples estudo de suas obras e de Marx e Lênin, pois escamoteava a questão chave da transformação ideológica, ligada aos aspectos práticos concretos.⁸⁰¹

No fim dos trabalhos, uma nova Direção foi eleita, com Jair Ferreira de Sá, Paulo Wright e Duarte Pacheco Pereira, com este último publicando o texto *Desmascarar e liquidar*

⁷⁹⁷ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo, op. cit., p. 72.

⁷⁹⁸ Observar depoimento do mesmo a um jornal, disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

⁷⁹⁹ Sobre as três fases das Discussões Teórico-Ideológicas aqui citadas, ver OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, pp. 297-307.

⁸⁰⁰ AÇÃO POPULAR. **Esboço de um histórico da Corrente I**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1969, p. 28.

⁸⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 6.

*política e ideologicamente o grupo oportunista e provocador de Rolando*⁸⁰², a fim de explicar os últimos acontecimentos à base, como também expurgar os últimos adeptos da “corrente II”.

O documento é duro com o grupo, começando por declarar uma nova e decisiva fase na organização, tendo a Ação Popular se visto livre do grupo de Rolando – tido como revisionista, pequeno-burguês, manobrista e calunioso, liquidacionista, e fracionista –, destacando ter sido a luta interna contra o “um dos últimos embates pela transformação da velha AP numa nova AP, integrada com as massas fundamentais e unificadas sobre a base de uma linha política e militar revolucionária, proletária, marxista-leninista.”. A luta seria basilar para essa nova organização, já que era impossível o “desenvolvimento sem contradições e sem luta entre os contrários. É a conciliação, não a luta que enfraquece um Partido revolucionário. Conduzida corretamente, a luta purifica, faz avançar”: o grupo de Rolando, ao despejar calúnias infundadas, teria tornado a AP apenas ainda mais unida e rija⁸⁰³.

A seguir, o documento se dirige aos “confusos”, destacando o esforço da organização para colocar nos prumos os companheiros desviados, e lembrando aos hesitantes que estes seriam expulsos caso persistam nos erros, diretiva reforçada pelo documento *Comunicado da 1ª Reunião da Direção Nacional Ampliada*:

Os companheiros integrantes do grupo oportunista e provocador só deverão ser expulsos imediatamente em caso de se negarem a reconhecer as diretrizes atuais do Partido, a disciplina partidária e o centralismo democrático, e passarem a boicotar a luta de massas e fazer a articulação divisionista e liquidacionista. Neste caso, mesmo com a expulsão, deve-se continuar a mobilização intensa de todas as bases até a eliminação completa da perniciosa influência política e ideológica desse grupo.⁸⁰⁴

Após a apresentação dos expulsos da Ação Popular, Duarte analisa as discordâncias do grupo com as políticas aprovadas na RADN: o ataque ao princípio da Integração com as massas era descabido, pois Integração não era uma perspectiva individual, de auto-aperfeiçoamento de si. Ainda que no princípio tenha sido vista desta maneira, a AP sempre lutou contra essa visão deturpada, aconselhando a integração com as massas, a integração

⁸⁰² AÇÃO POPULAR. **Desmascarar e liquidar política e ideologicamente o grupo oportunista e provocador de Rolando**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1968.

⁸⁰³ Idem, *Ibidem*, pp. 1-3.

⁸⁰⁴ AÇÃO POPULAR. **Comunicado da 1ª Reunião da Direção Nacional Ampliada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, p.33. IN: DUARTE, Hugo Villaça. **Op. cit.**, pp. 103-104. Vale salientar que o documento não se encontra no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, pois teria sido emprestado por Duarte a Jair Ferreira de Sá, tendo este nunca o devolvido a original.

entre teoria e práticas, e crítica e autocrítica como únicos passos que levariam à condução de luta de classes. A crítica do grupo de Rolando seria de cunho althusseriano, tido como ultrapassado nesta nova fase.

O mesmo se pode dizer da questão do pensamento de Mao como terceira via do marxismo-leninismo. O *Duas Posições* fala de uma valiosa contribuição de Mao ao ML, reduzida à questão da linha de massas na construção do socialismo e comunismo, resumida à realidade chinesa, ignorando que o próprio Lenin também teria sido tachado de “apoiador” do marxismo antes de ser conhecido como mais uma fase do mesmo.

O documento então sai destacando os erros de *Duas Posições*: os problemas centrais, a linha política e militar da revolução, a crítica da direção à revolução socialista em uma etapa, a visão do proletariado urbano destacado do rural (eles seriam unos, com setores burguesia nacional apoiando, em processo de proletarização), a luta armada através da guerra de guerrilha, a negação de um feudalismo brasileiro (que de forma nenhuma era unânime na AP); uma “luta para o povo, não com o povo”. Os pontos propostos fariam parte da ideologia de um grupo “foquista envergonhado”⁸⁰⁵, que desconhecia o caráter catastrófico da guerrilha foquista (pequeno-burguesa, não-marxista, etc), bem como da Revolução vietnamita, com seu Partido revisionista.

O grupo de Rolando seria oportunista de ultra-esquerda, aventureiro, que pretendia “defender os objetivos finais sem levar em conta os interesses imediatos nem o estágio concreto das contradições sociais e das lutas de classes”⁸⁰⁶. Na sua “loucura”, a “Corrente II” teria feito injúrias aos *Seis Pontos*, analisando erroneamente algumas passagens, bem como se baseando em livros e citações discutíveis, ou que simplesmente não existem⁸⁰⁷. Por conclusão, o documento atesta:

R. e seus seguidores se escrevem hipocritamente “comunistas”. Dizem-se “marxistas-leninistas”, querem passar por “revolucionários”. R. e seus adeptos não são comunistas, nem revolucionários proletários: são pequeno-burgueses que, sem se disporem a se transformarem radicalmente em revolucionários proletários pretendem usurpar o título de comunistas e a posição de vanguarda do proletariado. R. e seus adeptos não são marxistas-leninistas: são revisionistas disfarçados. Enfim, com sua linha, suas ações e

⁸⁰⁵ Idem, Ibidem, p. 26-27.

⁸⁰⁶ Idem, Ibidem, p. 39.

⁸⁰⁷ Idem, Ibidem, pp. 32-35.

suas iniciativas, R. e seu grupo oportunista e provocador abandonaram o campo revolucionário, estão servindo objetivamente os interesses do imperialismo, dos latifundiários e da burguesia, estão prejudicando a revolução e ajudando a contra-revolução. Recusando-se a fazer a auto-crítica de seus êrros, passando de repente e de modo traiçoeiro a um ataque liquidacionista contra o nosso Partido R. e seus seguidores não nos deixaram outro caminho senão o da luta sem quartel contra seu grupo e ameaça que êle constitui para nosso Partido e para a nossa Revolução.⁸⁰⁸

Superadas as lutas internas pela disputa do discurso vencedor, se acentua a ruptura com o passado, a destruição da velha AP e a construção das novas bases marxista-leninistas e proletárias. Discute-se os deslocamentos e processo de preparação da Guerra Popular.

Apesar desta diretiva, a adesão ao maoísmo em 1968 é analisada – tanto para parte da militância, quanto para estudiosos da Ação Popular –, como um caminho que não apresentou rupturas extremas com o passado, visto as confluências da teoria de Mao com os escritos de cunho religioso que haviam embasado a “velha AP”. O maior expoente desta teoria é o historiador Jacob Gorender, que se propõe a analisar a “simbiose cristã maoísta”⁸⁰⁹ da AP no “combate nas trevas” das organizações de esquerda durante a ditadura empresarial-militar.

As análises de Jacob Gorender – que fundamentam esta pesquisa – se basearam nos escritos advindos do DTI, remontando ainda à sua primeira fase em 1966, no documento *Profissionalização de quadros, uma proposta urgente*, onde ainda encontramos passagens de clara alusão às fontes cristãs, a despeito das influências althuressianas fortemente presentes à época:

Esse testemunho vivo, esta comunhão efetiva e pessoal com o povo oprimido, este esforço de identificação com o povo trabalhador para nele introduzir a semente da revolução, estamos convencidos, é um ponto capital para o êxito da revolução brasileira. Se não formos capazes deste nível de identificação, se não tivermos a audácia e a renúncia desta forma superior de dedicação e solidariedade, que é *viver em comum* e *sofrer em comum*, tanto quanto lutar em comum – é inútil elaborarmos nossas teses políticas, nossas estratégias e nossos planos de profissionalização.⁸¹⁰

⁸⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 44.

⁸⁰⁹ A denominação do capítulo relativo à AP, inclusive, se chama “O maoísmo cristão” GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 114.

⁸¹⁰ VÁRIOS AUTORES. **Textos para Militantes: Profissionalização dos quadros: necessidade urgente**. Campinas: Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth, 1966, p.14. Grifos da autora desta dissertação.

Dois outros estudiosos basilares a essa pesquisa também fazem referência a esse “maoísmo cristão”. Franklin de Oliveira Junior destaca uma ética maoísta por parte dos apistas comprometida com a abnegação e o esquecimento de si, traduzidas na generosidade da mudança da condição de vida: na proletarização e no voto de sacrifício e doação⁸¹¹. Já Daniel Aarão Reis Filho, em artigo publicado na coletânea *História do Marxismo no Brasil* (volume I), dedica-se ao estudo do marxismo, reservando algumas palavras para a Ação Popular e sua “ética maoísta” em simbiose com o “cristianismo primitivo igualitarista”⁸¹².

A análise da resistência cristã no seio da AP com o advento do maoísmo também é trazida à luz por Marcelo Ridenti, e na sua conceitualização de “romantismo revolucionário”, tendência comum às fases cristã, guevarista e maoísta, “que sucessivamente, expressou o desenvolvimento particular de um movimento social mais amplo em curso no Brasil, que lhes dava a base da existência material”. Esse romantismo era revolucionário, pois:

...visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada na idealização do homem do povo, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades. Mas essa volta ao passado seria a inspiração para construir um *homem novo*. Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo, mas sim de pensar – com base na ação revolucionária a partir do campo – a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades, tidas na época como “túmulos revolucionários” na expressão do teórico guevarista francês, Régis Debray.”⁸¹³

Essa análise de simbiose cristã-maoísta também fica clara nos depoimentos de Jean Marc Van Der Weid e Herbert de Souza. Enquanto o primeiro constata a ligação pela “ideologia de servir o povo”, o caráter “anti-soviético” e o “voluntarismo”; Betinho atesta uma religiosidade mística na “missão salvadora do maoísmo”: Depois de Cristo, deu-se o vazio, mas o Maoísmo chegou e o camarada Mao pegou de novo a bandeira”⁸¹⁴:

[...] O maoísmo caiu melhor na minha estrutura de inspiração cristã. Um católico praticante, fervoroso pode virar maoísta numa questão de segundos,

⁸¹¹ OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 312.

⁸¹² REIS FILHO, Daniel Aarão. **O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros**. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão, MORAES, João Quartim de. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p. 214.

⁸¹³ RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, pp. 255-256.

⁸¹⁴ Depoimento de Herbert de Souza IN: CAVALCANTI, Pedro, C. U & RAMOS, Jovelino (coord). **Memórias do Exílio**. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1976, p. 67-111.

porque você tem deus, que é o Mao, tem o camarada que é chefe, tem a revolução que inexorável [...] tem a bíblia vermelha, que é pequenininha e fácil de ler.⁸¹⁵

...há que se entender essa continuação, essa continuidade [...] é essa mesma mística que lhe vai servir de base, de reencontro histórico, com uma base já existente. Essa idéia de missão, de testemunho, de compromisso radical com a causa e com a idéia de revolução.⁸¹⁶

À mesma conclusão chegaria Heloísa Martins, quando realizou uma série de entrevistas com militantes de origem católica, integrados a operários do ABC paulista:

Lia-se o livro [de Mao] da mesma forma que se lia a *Bíblia* e o que se lia era aceito como dogma. O pessoal da Igreja, talvez pelo conteúdo humanista, tinha uma grande atração por Mao. Para o entrevistado, o ponto principal de aproximação era a idéia de *doação*, presente no texto de Mao e presente na formação ideológica dos grupos cristãos, assim como a idéia de *sacrifício*. A ida do militante de AP, para a produção, é explicada na entrevista como “nós temos que ir para a fábrica fazer uma limpeza interior, de nossos pecados do capitalismo”. O trabalho na fábrica, obrigatório para os militantes da AP, afigurava-se como uma cerimônia de purificação – o batismo –, como o rito de passagem necessário para que se assumisse a nova religião.

Um outro entrevistado destaca, justamente, esse caráter de nova religião que a AP apresentava: “o negócio era o seguinte, bom, quem é o novo Cristo? É Marx. O proletariado é o povo que vai conquistar o reino. O negócio era mesmo muito místico. Era um partido político, mas místico demais”. Para esse entrevistado, que estava saindo da JOC quando entrou em contato com a AP, tudo lhe parecia como uma outra religião e “eu não estava procurando uma outra religião”⁸¹⁷

Pelas razões aqui supracitadas, podemos concluir que, longe de ser uma negação ao cristianismo, o maoísmo apresentou uma proposta cabível aos cristãos que ainda existiam dentro da organização Ação Popular.

Quanto ao futuro dos agentes envolvidos no grande Racha de 1968, podemos ressaltar que, expulsos, ex-membros da AP fundarão, em fevereiro de 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, junto a dissidências da POLOP e do PCB, Iniciando “com núcleos de militantes no Nordeste, Goiás, São Paulo e Minas. Dedicou-se ao trabalho no meio operário, em fábricas e sindicatos, e à preparação de áreas rurais para futuras ações armadas”⁸¹⁸,

⁸¹⁵ SOUZA, Herbert. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996, p. 83.

⁸¹⁶ CAVALCANTI, Pedro, C. U & RAMOS, Jovelino (coord). **Op. cit.**, pp. 72-76.

⁸¹⁷ MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: Hucitec, 1994, pp. 189-190. IN: RIDENTI, Marcelo S. **Op. cit.**, p. 265.

⁸¹⁸ GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, pp. 115-116.

atingindo ainda o Rio de Janeiro e Pernambuco. O PRT agiu na sociedade brasileira até 1971, quando cairia nas malhas da repressão⁸¹⁹.

A expulsão dos companheiros da chamada “corrente II” excluiu a voz destoante da Ação Popular, impossibilitando os embates internos, necessários e basilares para apurar as arestas e contornar os desvios. Por esse motivo, posteriormente, o acontecido foi bastante criticado dado o caráter prematuro da DN:

A expulsão do núcleo mais responsável da “corrente 2”, em que se pese ter ele contribuído para desvirtuar o debate do plano propriamente político e de princípios, foi feita intempestivamente. Com isso a “corrente 2” se esvaziou inteiramente, e a luta interna, que se ensaiava em torno de posições políticas, frustrou-se. O conjunto não pôde beneficiar-se do aprofundamento e do contorno das idéias, inclusive de algumas críticas corretas que eram feitas ao “Esquema de Seis Pontos” pela “corrente 2”. Ironicamente, alguns dos maiores críticos das posições da “corrente 2” e dos mais intransigentes defensores da expulsão precipitada assumiriam e desenvolveriam posteriormente as opiniões equivocadas daquela corrente, especialmente Jair Ferreira de Sá.⁸²⁰

Outro motivo de desagrado, foi o “dogmatismo maoísta” que se seguiu com a exclusão dos “foquistas” da organização. Exemplo desta visão crítica, Derley Catarina observa que, ao realizarem uma “verdadeira revolução na AP que leva a organização construída com carinho, com sacrifício, desde 1962, a destruição”:

neste período aproveitou para por nos postos chaves de organização interna apenas aos maoístas (...). Os maoístas conduzem a AP ao caos. Tentam substituir a ação das massas, tirando das massas a sua autonomia. Só o Partido é o centro, o verdadeiro. O Partido não erra. Esquecendo-se que só a organização própria de massas faz a revolução. Mistificam pessoas, principalmente da direção. Estevão e Dori são nomes sagrados. São os intocáveis da organização. Dias, Melo, Antônio, estão acima de qualquer crítica ou questionamento.⁸²¹

Apesar de velada, as tensões e embates entre as diversas alas da heterogênea Ação Popular não se deu por finalizada, pelo menos em nível de base. Os primeiros embates pós-68 se dariam quanto ao real Partido Proletariado de Vanguarda, já na década de 1970, com novos

⁸¹⁹ Para mais informações, ver Banco Digital do Projeto Brasil Nunca Mais sobre o PRT. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=PRT&pesquisa=Pesquisar>. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:30 h.

⁸²⁰ LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, p. 72. Grifos da autora.

⁸²¹ Duarte Pereira, Jair Ferreira, Aldo Arantes, Renato Rabelo e Haroldo Lima. Depoimento de Derley Catarina a Delora Wright. IN: OLIVEIRA JR., Franklin. **Op. cit.**, p. 318.

rachas que levariam a transformação da AP em Ação Popular Marxista-Leninista no Brasil a partir da III Reunião Ampliada⁸²². A AP-ML surge num período difícil das esquerdas brasileiras: com a publicação do AI-5 em dezembro de 1968 e a eleição de mais um “duro” à presidência, o general Emílio Garrastazu Médici, tendo início um dos capítulos mais obscuros da história brasileira, em que a repressão e a tortura eram generalizadas aos considerados “inimigos do regime”. A ditadura se escancarava na perseguição implacável à militância de esquerda, na censura à mídia, às artes, e aos setores que poderiam de alguma forma representar uma voz destoante na sociedade brasileira.

Reconhecendo-se incapaz de sobreviver a tão implacável realidade sem bases mais sustentáveis, os apistas marxista-leninistas se voltaram ao tratamento da questão da luta interna. O *Bureau* Político, eleito na III RDNA se voltou, poucas semanas depois, ao estudo da sobrevivência da organização, concluindo pela unificação da AP-ML ao PCdoB, reconhecido como o genuíno partido marxista-leninista, “fundado em 1922, reorganizado em 1962, centro de aglutinação dos marxistas-leninistas do país, com o qual a AP concordava no fundamental, em torno do qual deveria unir-se”. A concretização da incorporação se deu no II Congresso da AP, em que a “maioria” seguiria para o PCdoB em 1973, e a “minoría”, capitaneada por Jair e Wright, continuaria a sustentar a sigla de AP-ML⁸²³. A AP-ML se reorganiza em 1976, e em 1980, durante seu II Congresso, a Direção aprovaria a integração ao recém-inaugurado Partido dos Trabalhadores (PT)⁸²⁴.

⁸²² LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **Op. cit.**, pp. 131-135.

⁸²³ Idem, *Ibidem*, p. 45.

⁸²⁴ DUARTE, Hugo Villaza. **Op. cit.**, p. 112. Para mais informações, ver DIAS, Reginaldo B. **A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)**. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, p. 231-235.

Considerações Finais

Como comumente encontramos em trabalhos científicos que se inserem numa linha crítica-analista, as nossas conclusões sobre os assuntos aqui apresentados se encontram distribuídas ao longo do texto, se fazendo necessário aqui retomar algumas das colocações sobre a trajetórias da Ação Popular no Brasil.

A organização Ação Popular percorreu um longo e tortuoso caminho ao encontro do marxismo, desde se suas raízes majoritariamente cristãs e estudantis, a uma visão de Partido de Vanguarda do Proletariado, com um projeto marxista-leninista claramente identificado com as propostas que Mao Tsé-Tung implementara na China comunista dos anos sessenta. Esta jornada se desenvolverá e gerará a valorização da “ação no meio”, principalmente após os acontecimentos de primeiro de abril de 1964, diante da necessidade urgente de derrubada do governo golpista através de uma política e projetos para a transformação da realidade brasileira.

Esta ação apresentava uma forte ligação com as mudanças advindas do projeto ultramontano da Igreja Católica, que dará início à “Doutrina Social” que, fundamentada pelas encíclicas papais, propunha, principalmente, a “recristianização” das almas perdidas pela Igreja para a modernidade dos costumes e para o eminente “perigo vermelho” em voga. Estas políticas darão um novo sentido de inclusão às massas e o desenvolvimento das práticas político-sociais dos agentes envolvidos na recém-criada Ação Católica Brasileira, de onde sairá a Juventude Universitária Católica, indispensável entidade para a criação da posterior Ação Popular, como contextualizamos num primeiro momento. É enveredando pela senda dos movimentos sociais que a antes apatia desses agentes é transformada numa vontade de inserir-se no meio, a fim de modificar as arcaicas estruturas da sociedade.

Inseridos na União Nacional dos Estudantes, os jucistas se envolverão em diversos projetos estatais, como os movimentos em prol da educação e cultura popular, ou no sindicalismo rural. A crescente “esquerdização” dessa ala da ACB, advinda com o envolvimento desses jovens na sociedade brasileira com suas diversas carências e deficiências, criará atritos com a alta hierarquia eclesiástica, famigerando no seio dessa *Juventude* a necessidade de uma atuação político-social autônoma anticonfessional e revolucionária: a Ação Popular nasce, assim, sob o signo do “humanismo socialista” (simbiose da consciência histórica cristã e dialética do método e forma marxista), da “tradição

cristã” de engajamento e da ideia de transformação “real e possível” da sociedade (claramente promulgada em seu *Documento Base* de 1963), características presentes em toda atuação da organização.

Como observamos, o golpe militar-empresarial de abril de 1964 interromperá, momentaneamente, esta ligação, deixando a Ação Popular (bem como diversos grupos de esquerda) perdida e combalida pelas diversas prisões e perseguições empreendidas pelo regime de exceção. Cedo os apistas se reorganizarão (mesmo que essencialmente) à procura de estudos que expliquem a falência de seu “projeto de Brasil” e embasem uma nova visão revolucionária. Desse esforço nascerá a *Resolução Política* de 1965, último documento de visão humanista que produzirá a organização, já fincada e identificada com o marxismo, nesse primeiro momento, de tendência foquista como o praticado em Cuba.

O documento de 1965 será revelador por diversos aspectos, mais precisamente, por denotar os diversos projetos de marxismo da, cada dia mais, “heterogênea AP”. Sob seus auspícios, a organização lançará as discussões, conhecidas como “Debate Teórico e Ideológico”, principal canal de isenção e análise de ideias marxistas retiradas de textos de Karl Marx e Friedrich Engels, Lênin, Che Guevara, Fidel Castro, Mao Tsé-Tung, Lin Piao etc. Aos clássicos, serão adicionados os estudos de Louis Althusser, desenvolvidos a partir dos anos sessenta e “apresentados” à Ação Popular pelos exilados em Paris. Em pouco tempo, Althusser se transformará numa das tendências mais fortes dentro da organização, visto como basilar para a transformação que esses agentes intentavam, da “velha AP cristã” para o futuro partido marxista-leninista do Brasil. Como verificamos, apesar de política formal, na realidade, os estudos marxistas de Althusser não destruiu o cunho religioso ainda presente na organização, característica essa que sobreviverá pelo menos, até o fim de 1968, período em que compreende o nosso estudo.

As diversas linhas marxistas supracitadas iniciarão um longo debate interno sob a égide das experiências revolucionárias cubana e chinesa, dando seguimento às conversações com tais governos, iniciadas ainda no período democrático. Dessa forma, constatamos os efeitos de tais lutas, que têm seu ápice em julho de 1966, quando da ação no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, de orientação foquista. Neste sentido, nosso estudo apresenta uma breve discussão sobre as intenções por trás do acontecido, revelando as impossibilidades de autoria inquestionáveis do atentado.

Chocada com o ato revolucionário realizado à revelia da Direção Nacional, os apistas se aproximarão cada vez mais do maoísmo, principalmente a partir da chegada de Jair Ferreira de Sá da China, o que, de fato, acelerará as discussões dos projetos os últimos anos da década de sessenta. Como destacamos, é nesse momento que se intensificará a diretiva de integração na produção, opção de apenas alguns membros neste primeiro momento, e tornada política partidária obrigatória a todos os membros a partir da primeira Reunião da Direção Nacional Ampliada, em setembro. A nova diretiva, que de certa forma diferenciava a Ação Popular de outras esquerdas da época, será, desde sempre, bastante polêmica, gerando reações diversas de apoio e desagrado, como veremos ao dar luz a discursos posteriores de diversos apistas.

No encontro da primeira Reunião da Direção Nacional Ampliada, a ser realizada em setembro, é divulgado o documento *Duas Posições* pelo “grupo de Rolando” (Vinicius Caldeira Brant), comumente chamada de Corrente 2, em contrapartida à maioria da Corrente 1, já majoritariamente maoista. A apresentação do documento gerará reações enérgicas, que precipitarão a expulsão do grupo 2 por ‘divergências ideológicas’ com o resto da militância. Como destacamos, os acontecimentos da RDNA foram considerados por muitos como prematuros, uma decisão tomada no “calor do momento” e que haveria destruído todo um caminho de análise e discussões que poderiam ter sido desenvolvidas dentro da Ação Popular, provendo-a, talvez, de vários equívocos provocados pela organização e discutido muito posteriormente. Eliminada a concorrência importunadora, a AP enfim se decidirá pelo marxismo do tipo maoista, sendo uma das poucas organizações de esquerda nos anos sessenta ao fazê-lo.

Em suma, pudemos observar, que longe de um caminho linear, a escolha e implementação do maoísmo na Ação Popular apresentou um processo longo e desgastante de intensas rupturas e ressignificações. O cunho humanista adquirido nos primeiros anos ganhou características marxistas importantes, mas nunca foi de fato destruído em suas bases informais, como pudemos observar, resistindo na valorização das relações com as chamadas classes fundamentais – operariado e campesinato – que, desde o princípio sempre intentou a revolução humana em todos os seus aspectos. Estas conclusões se inserem na interpretação de que as características únicas da AP as transformaram numa organização complexa em suas ações e objetivos, cabendo portanto apenas uma análise crítica de seus momentos diferenciados para dar vazão às suas escolhas.

Fontes

1. Arquivo Edgard Leuenroth

1.1. Fundo Duarte Pacheco Pereira

AÇÃO CATÓLICA. **Boletim da Ação Católica Brasileira**. n.2, Rio de Janeiro, dezembro de 1960.

AÇÃO POPULAR. **Carta do Paraná**, 1963.

_____. **Documento Base**, 1963.

_____. **Jornal Ação Popular**, 1964.

_____. **Formação do Dispositivo Armado**, 1965.

_____. **Resolução Política**, 1965.

_____. **Comentários sobre a Resolução Política**, 1965.

_____. **Brésil: pouvoir et luttes de classes**, 1966.

_____. **Relatório do Encontro Nacional Operário**, 1966.

_____. **Informe Sobre a I Conferência da OLAS**, 1967.

_____. **Jornal Revolução**, 1966-1968.

_____. **Jornal Revolução n. 1**, 1966.

_____. **Pesquisa sobre a situação da organização**, 1967.

_____. **Resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico**, 1967.

_____. **Jornal Libertação**, 1968.

_____. **Diretrizes para o Campesinato**, 1968.

_____. **Autocrítica do Comando Nacional**, 1968.

_____. **Os 6 pontos**, 1968.

_____. **Dois Caminhos**, 1968.

_____. **Desmascarar e Liquidar Política e Ideologicamente o grupo provocador de Rolando**, 1968.

_____. **Esboço de um histórico da Corrente I**, 1969.

_____. **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**, 1969.

_____. **Integrar-se em todos os aspectos da vida das massas, construir solidamente o Partido Revolucionário Proletariado para comandar a guerra do povo**, 1969.

AFONSO, Almino. **Discurso pronunciado na Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho perante a Comissão Geral**, 1963.

ARANTES, Aldo. **Uma terceira via: o socialismo nos moldes iugoslavos**, 1967.

DELGADO, D. José de Medeiros. **O homem e a comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Agir, s/d.

GALLEJONES, Eustáquio. **AP – socialismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Informação Universitária, 1965.

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC). Herbert José de Souza. **A JUC de Amanhã**, 1960.

O GRUPO. **Esboço do estatuto ideológico do grupo**, 1962.

PEREIRA, Duarte Pacheco. **Dossiê Atentado aos Guararapes**, s/d.

_____. **Entrevista**, s/d.

SECRETARADO NACIONAL DA AÇÃO POPULAR. **Informe especial n.02**, 03 de junho de 1963.

SILVA, C. **Erros da Teoria do Foco**, s/d.

SOUZA, Herbert José de., CARDONNEL, frei. & VAZ, pe. Henrique. **Cristianismo Hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1962.

TARSO. Paulo. **Educação para o desenvolvimento. Cultura para a libertação. Discurso de Bogotá**. Bogotá: agosto de 1963.

TORRES, Aloísio A. Barbosa. **Ação Popular, capítulo deplorável na história do Brasil Católico**. Rio de Janeiro: Catolicismo, ano XVI, n. 183, 1966.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Cartilhas para Alfabetizados**, 1962.

_____. **Nota Oficial**, 1964.

VÁRIOS AUTORES. **Hombre, Ideología y Revolucion en America Latina**. 1965.

VÁRIOS AUTORES. **Testemonium - Presencia Cristiana En La Revolucion De America latina**. Revista De Los Movimientos Estudiatiles Cristianos De America Latina, Vol. X No. 1, 1965.

VÁRIOS AUTORES. **Textos para Militantes: Profissionalização dos quadros: necessidade urgente**, 1966.

VAZ, Pe. **Consciência Histórica**, 1962.

1.2. Fundo José Dirceu

JORNAIS, 1968.

MOVIMENTO ESTUDANTIL. **Manifestações estudantis 1964/1969**, s/d.

MOVIMENTO ESTUDANTIL. **Movimento Estudantil: Principais acontecimentos históricos de 1960 à 1987.**, s/d.

VÁRIOS AUTORES. **1968 – Cronologia**, s/d.

VÁRIOS AUTORES. **Estudantes – Brasil**, s/d.

VÁRIOS AUTORES. **Memorex: Elementos para uma história da UNE**. Rio de Janeiro: Apesar de Tudo: UNE Revista, s/d.

1.3. **Fundo Movimentos Sociais na América Latina (entrevistas)**

Entrevista de Marc Van der Weid concedido à Marcelo Siqueira Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, em 23 de janeiro de 1986.

Depoimento de Vera Sílvia Magalhães, concedido a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, s/d.

2. **APEJE - DOPS-PE**

JORNAL DO COMMERCIO. **A Bomba do Aeroporto**, 1995.

Prontuário 1332 – Congresso da UNE.

Prontuário 1699 – Ação Popular Revolucionária.

Prontuário 27057 - Ofícios Diversos.

Prontuário 28688 - Federação dos Trabalhadores Rurais de PE.

Prontuário 28801 – Inquéritos Estudantis 1968.

Prontuário 29661 – Ação Popular.

Prontuário 30247 – Explosão da USIS.

Prontuário 30253 – Ofícios Diversos.

3. **Internet**

ALVES, Márcio Moreira. **Íntegra do Discurso do dia 02/07/1968**. Disponível em <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68041/Leia+e+ouca+a+integra+dos+discursos+emblematicos+do+deputado+marcio+moreira+alves+em+1968.shtml><http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68041/Leia+e+ouca+a+integra+dos+discursos+emblematicos+do+deputado+marcio+moreira+alves+em+1968.shtml>. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:10 h.

BARRETO, Francisco de Sá. **A construção social do tempo: 1995 e a leitura do Jornal do Commercio sobre o atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes**. Artigo desenvolvido para a Revista eletrônica Memória em Movimento (Revista eletrônica de comunicação, política e direitos humanos), volume 5, número 5. Disponível em: https://www.ufpe.br/memoriaemmovimento/artigo_francisco.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:00 h.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO (CDPB). **Jackson de Figueiredo (1891-1928). Bibliografia e Estudos Críticos**. Salvador, 1999. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/jackson_figueiredo.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:07 h.

COELHO, Rebeca. **Esquerda e movimento: estudantes em luta na resistência à Ditadura Militar (1964/1968).** Disponível em:

http://www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol10/vol10_03.pdf . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:55 h.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil.** Brasília: 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, 23 a 26 de novembro de 1982. Disponível em http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/87-25-as-comunidades-eclesiais-de-base-na-igreja-do-brasil. Acesso: em: 20/06/2015 às 18:58 h.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 29 de março de 1968. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/ha-44-anos-cortejo-de-estudante-assassinado-repudiava-ditadura/>. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:05 h.

DELGADO, Lucilia de A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 64: memória, história e historiografia.** Artigo Publicado pela Scielo em 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:22 h.

DIAS, Reginaldo B. **Da Esquerda Católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/088/88dias.htm> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:01 h.

DIAS, Cristiane M.A. **Ação Popular (AP) de 1962 até 1964.** Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1278519060_ARQUIVO_artigoanpuhrs-2010.pdf . Acesso: em: 20/06/2015 às 21:09 h.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:05 h.

FERREIRA, Daniela Maria. **Educação, militantismo católico e Filosofia no Brasil.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200008. Acesso: em: 20/06/2015 às 18:59 h.

JOÃO XXIII. **Mater et Magistra.** Vaticano, 1961. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_en.html . Acesso: em: 20/06/2015 às 20:40 h.

_____. **Pacem in Terris.** Vaticano, 1963. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_en.html . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:25 h.

LACERDA, Regina C.L. **Memória de duas militantes de Ação Popular (AP): a fé determinada e a inquietude revolucionária.** Artigo disponível em: <http://portalcfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Claudia%20Regina%20Costa%20Lacerda.pdf%20.%20Ultimo> . Acesso: em: 20/06/2015 às 21:00 h.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum.** Vaticano, 1891. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_en.html . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:06 h.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:27 h.

MATOS, R.C.O. **A Juventude Operária Católica - Visão de uma Utopia.** Saber Digital, Revista Eletrônica do CESVA, Valença: n.I, 2008. Disponível em http://www.faa.edu.br/revista/v1_n1_art06.pdf . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:09 h.

PAULON, Alessandra Ciambarella. **Entre o Rosário e as Armas: A Ação Popular e a questão da Luta Armada no Brasil.** Londrina: Artigo produzido para a XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2005, p. 03. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=14470> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

PIO XI. **Quadragesimo Anno.** Vaticano, 1931. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_en.html . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:10 h.

_____. **Divini Redemptoris.** Vaticano, 1937. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19031937_divini-redemptoris_en.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:08 h.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ato Institucional n. 2.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:45 h.

_____. **Ato Institucional n. 3.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm Acesso: em: 20/06/2015 às 20:47 h.

_____. **Ato Institucional n. 4.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:48 h.

_____. **Decreto-lei 228-67.** Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:52 h.

_____. **Lei 5107.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5107.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:55 h.

_____. **Lei 5439.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

_____. **Lei 15250.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acesso: em: 20/06/2015 às 20:24 h.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS (Banco Digital). **PRT.** Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=PRT&pesquisa=Pesquisar>. Acesso: em: 20/06/2015 às 21:30 h.

RIDENTI, Marcelo. **O Romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoismo.** Chicago: meeting of the Latin American Studies Association, 1998. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:57 h.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro.** Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:38 h.

RUVIARO, V. e SILVIA, Y. Sitio Polêmico – um terreno crítico. **Entrevista com Padre Rubens e “Tijolo” (José Carlos de Souza).** Disponível em: <http://www.sitiopolemico.com.br/?p=49> . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:45 h.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e Revolução: o máximo do drama político.** Disponível em: http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art_SILVA_catolicismo_revolu%C3%A7%C3%A3o.pdf . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:12 h.

VATICANO. **Concílio do Vaticano II.** Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm . Acesso: em: 20/06/2015 às 19:25 h.

4. Entrevistas

Entrevista a Luiz Anastácio Momesso (duas sessões). Recife: Projeto Marcas da Memória, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

Entrevista de Luciano Siqueira, concedida a autora em 20/11/2014.

Entrevista a Zuenir Ventura, a Clarissa Vasconcellos para a Revista História Viva. São Paulo: Edição 117, de julho de 2013. Disponível em

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/em_1968_morria-se_de_tudo_menos_de_tedio.html. Acesso: em: 20/06/2015 às 19:00 h.

5. Documentos Anexos

Anexo A – Depoimento de Ricardo José Dias Selva sobre a rede apista no Estado de Pernambuco no pré-golpe de 1964, disponível no acervo do Arquivo João Emereciano, processo DOPS-PE, 14978 “Ruy Frazão Soares”.

Anexo B – Primeira Edição do Jornal “Ação Popular”, produzido pelo Secretariado Nacional da Ação Popular, em 13 de Janeiro de 1964. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.

Anexo C – Primeira Edição do Jornal “Revolução”, produzido pelo Secretariado Nacional da Ação Popular, em 16 de dezembro de 1966. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.

Anexo D – Primeira Edição do Jornal “Libertação”, produzido pelo Secretariado Nacional da Ação Popular, em 1º de maio de 1968. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.

Anexo E – Panfleto “Frente de Libertação Nacional contra a Ditadura Militar”, ação do Movimento Contra Ditadura (MCD), relatado pelo órgão repressivo DOPS-PE, disponível no acervo do Arquivo João Emereciano, processo DOPS-PE 29661 “Ação Popular”.

Anexo F – Auto das explosões do dia 25 de julho de 1966 em Recife (Aeroporto dos Guararapes, sedes da UEE e USIS), disponível no acervo do Arquivo João Emereciano, processo DOPS-PE 29661 “Ação Popular”.

Anexo G – Documento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sobre o atentado ao Aeroporto dos Guararapes em Recife, em 1966. Nele podemos observar o conhecimento, desde 1971, dos órgãos de exceção de que a Ação Popular teria sido a autora do atentado. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.

Referências.

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. Editora Fontes, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura muito tempo**. São Paulo: Schwarcz, 1992.
- _____. **A querela do humanismo**. In: Campinas: Revista Crítica Marxista, n. 9 de 1999.
- ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil:(1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005.
- ARAÚJO, Rita de Cássia de & BARRETO, Túlio Velho (org). **1964: O Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis: Da Fundação da UNE os nossos Dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ARGOLO, José, et al. **A Direita Explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- BADERNA. **Paris: Maio de 68**. São Paulo: Conrad Livros, 2003.
- BARROS, Raimundo C. **Brasil, uma igreja em renovação**. Petrópolis, Vozes, 1967.
- BARSOTTI, P. & PÉRICAS, L. B. **América Latina. História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.
- BEOZZO, José Oscar. **Les mouvements des universitaires catholiques au Brésil**. Lovaina: Université de Louvain, 1968.
- _____. **Cristãos na universidade e na política, história da JUC e da AP**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- BEZERRA, Gregório. **Gregório Bezerra. Memórias**. São Paulo: Bomtempo, 2011.
- BLOCK, Marc. **Apologia da história. O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOTAS, Paulo C. Loureiro. **A benção de abril - Brasil Urgente: memória e engajamento católico (1963-64)**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. São Paulo: São Paulo Editora, 2007.
- BRESSER-PEREIRA. **Das revoluções utópicas: a revolução política na Igreja - a revolução estudantil**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CALIL, Pedro. **A Infiltração comunista no meio estudantil**. Revista Vozes, ano 56, julho de 1962.

- CARDONNEL, Frei Thomas; VAZ, Padre Henrique; SOUZA, Herbert José de. **Cristianismo hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária da UNE, 1962.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CAVALCANTI, Pedro, C. U & RAMOS, Jovelino (coord). **Memórias do Exílio**. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1976.
- CAVALCANTI, Paulo. **A luta clandestina**. Recife: Guararapes, 1985.
- COELHO, Fernando. **Direta volver. O golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2004.
- CONTREIRAS, Hélio. **Militares. Confissões: Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- COUTINHO, Carlos. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.
- DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964)**. São Paulo: Atual, 1991.
- DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo, Centro Ed. Latinoamericano, s.d.
- DECKES, Flávio. **Radiografia do Terrorismo no Brasil 66/80**. São Paulo: Cone, 1985.
- DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini. A Paixão Revolucionária**. São Paulo: Icone, 2006.
- DELGADO, Lucília de A.N. **Ásperos tempos - Catolicismo direitos humanos e direitos sociais: Brasil nos anos sessenta e setenta**. In CABRERA, Olga (org). **Experiências e Memórias**. Goiânia: UFG/ECAB Vieira, 2001.
- DIAS, Reginaldo B. **A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)**. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9 , n. 1, p. 231-235, 2005.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo. Volume I: o Campo do signo, 1945-1966**. São Paulo: Ensaio, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FÁVERO, Osmar. **MEB - Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961-1966**. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação em Évora, Portugal: 2004.

FERREIRA, Jorge. **A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961**. Rio de Janeiro: Revista Tempo, Vol. 2, nº 3, 1997.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. V.3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Brasil republicano. V.4. O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GALEANO, Eduardo H. **Ser como eles**. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMEZ DE SOUZA, Luiz A. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

GONTIJO, Ricardo. **Sem vergonha da utopia: conversas com Betinho**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

GORSKI, Juan. **El desarrollo historico de la Misionologia en America Latina - Orientaciones Teológicas del DEMIS-CELAM: 1966-1979**. La Paz: 1985.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. **Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70. Caminhos, experiências e dimensões**. Igreja do Brasil: Petrólis, 1994.
- KADT, Emmanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: INEP. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (direção). **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.
- LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da ação popular. Da JUC ao PC do B**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.
- LIMA, Luiz Gonzaga Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil, hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- LIMA, Socorro Abreu e. **Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos**. 2ª Ed. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã**. 4ª ed. São Paulo: Dominus, 1962.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964- 1968**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

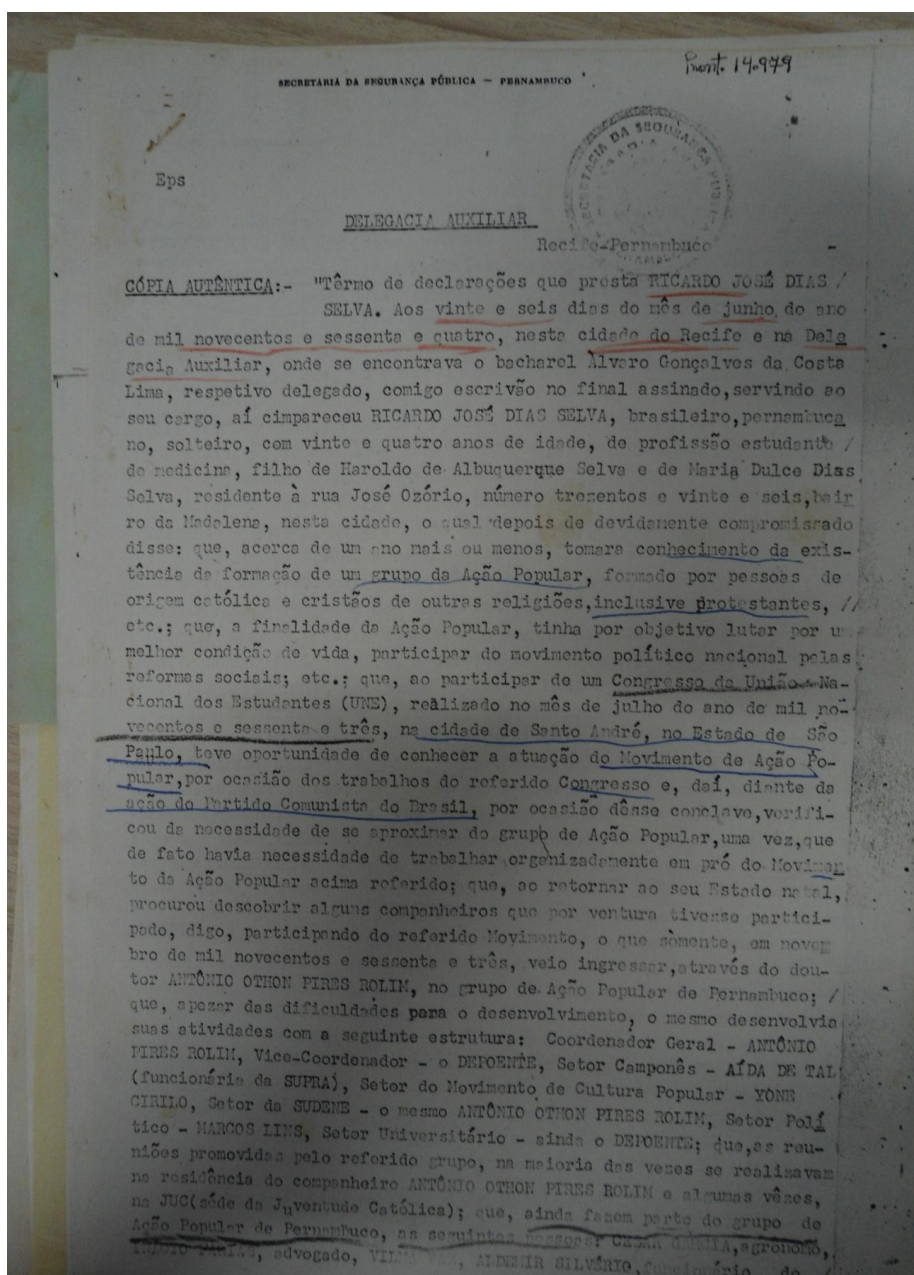
- MELO, Demian Bezerra. **Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no Pós-64 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural, ano XIII, n. 27, segundo semestre de 2012.
- MENDES, Cândido. **Memento dos Vivos - A esquerda católica no Brasil.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- MENDONÇA, Sônia R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MOTTA, Sérgio. **O Trator em ação.** São Paulo: Geração Editorial, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOUNIER, Emmanuel. **L’Âgonie du Christianisme.** Paris: Revue Esprit, mai 1946.
- _____. **O Personalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- NOBRE, Marcos; REGO, José Márcio (org.). **Conversas com filósofos brasileiros.** São Paulo: Ed. 34, 2000.
- OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP.** Tese de Doutorado em História apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- PADRE LAGE. **O padre do diabo. A Igreja ausente na hora de mudar.** Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.
- PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964).** Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** Vol. 1. Editora Brasiliense, 1945.
- _____. **A Revolução brasileira.** Editora brasiliense, 1966.
- PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Repressão e Direito à Resistência. Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985).** São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013.
- RAMOS, Carla M. **Teatro Político Cepecista: O Auto dos 99% como peça de agitação e propaganda.** Artigo publicado em Espaço Plural- Marechal Cândido Rondon, Ano VII, N.º 15, 2º Semestre 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. QUARTIM, João (org.) **História do marxismo no Brasil, I: o impacto das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Organizações comunistas e a luta de classes, 1961-1968.** Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

- _____. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (org). **Imagens da Revolução: Documentos Políticos de Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971.** 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- RÉMOND, René; ROCHA, Dora. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.
- ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico.** São Paulo: Kairós, 1979.
- SANFELICE, José L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964.** São Paulo, Cortez, 1986.
- SANTANA, Cristiane Soares de. **O Processo de Integração na Produção da Ação Popular: uma experiência maoísta na Bahia. (1967-1970).** Artigo Científico apresentado na ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009.
- SANTOS, Nilton (org.). **História da UNE. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes.** São Paulo: Editorial Livramento, 1980.
- SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60. A geração de Betinho.** São Paulo: Ed. Loyola, 1994.
- SERBIN, P. Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma ideologia (1950-1968).** São Paulo: Cortez e Universidade Metodista de Piracicaba, 1980.
- SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, Amaro H. L. da. **Serra dos Perigosos: Encontro entre Índios e Revolucionários de Esquerda no Alto Sertão de Alagoas (década de 60).** Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada. A Dissidência Comunista na Guanabara**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Recife, 2009.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª Edição, 1979.
- SOUZA, Herbert José de. **Cristianismo e História**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- _____. **Teoria e Política**. n.16, 1991.
- _____. **Teoria e Debate**. n.16, out-dez de 1991.
- _____. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- _____. **Revoluções da minha geração**. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996.
- SOUZA, M. G. de. **Do Arena ao CPC: o debate em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- EIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de Luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
- TELES, Edson & SAFALE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THOMPSON, E. P. **The Poverty of Theory and Other Essays**. London: Merlin, 1978.
- TOLEDO, Caio Navarro. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TSÉ-TUNG, Mao. **O Livro Vermelho. Citações do comandante Mao Tsé-Tung**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- VAZ, Henrique C. de Lima. **Ontologia e História**. SJ. São Paulo: Duas Cidades, 1968.

ANEXOS

Anexo A – Depoimento de Ricardo José Dias Selva sobre a rede apista no Estado de Pernambuco no pré-golpe de 1964, disponível no acervo do Arquivo João Emereciano, processo DOPS-PE, 14978 “Ruy Frazão Soares”.



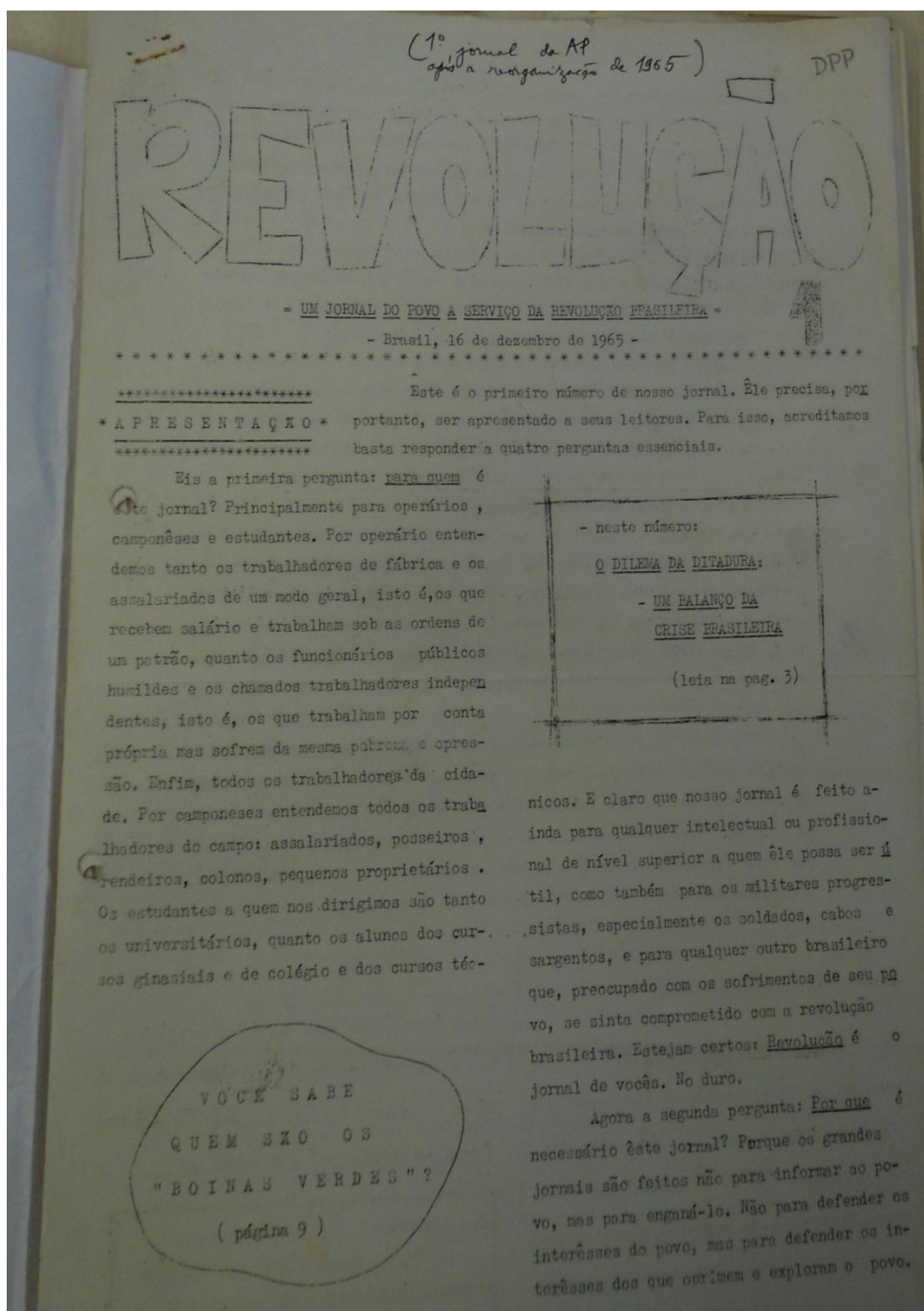
Movimento de Educação de Base, RUI FRAZÃO e JOSÉ CARLOS, ambos estudantes de engenharia e outros que no momento não se recorda; que, dos assuntos / debatidos por ocasião dessas reuniões, recorda-se da incentivação do Movimento no sentido de recrutar novos adeptos, desenvolver atividades em prol da Ação Popular no meio universitário através de reivindicações e certas reformas no sistema de ensino, visando mesmo conquistar diretórios acadêmicos, etc.; que, em relação aos debates de natureza política do ambiente nacional, não dava o apoio as reformas preconizadas pelo Governo da República, não quando elas não fossem com bases demagógicas; que, em relação a aquisição de uma sede para a instalação do Movimento de Ação Popular de fato cogitou-se disso no seio dos militantes, não chegando porém a concretizar-se essa idéia; que, em princípio deste ano de mil novecentos e sessenta e quatro, esteve nesta capital, de passagem para o Estado do Ceará, a serviço da SUPRA, o senhor JAIR PEREIRA DA SILVA, o qual procurou se inteirar do problema agrário neste Estado, porém o depoente não pode adiantar nada a respeito dos contactos pelo mesmo mantido em Recife com quaisquer pessoas, o mesmo acontecendo quando da visita também a este Estado, do senhor PAULO MENDES, a serviço da Prefeitura da cidade de Salvador, do Estado da Bahia, convocando Prefeitos Municipais, para o encontro dos Prefeitos do Nordeste, em Salvador; que, recorda-se ainda, de ter havido envio de correspondência, por parte de ANTÔNIO OTHON PIRES ROLIM, ao Conselho Nacional da Ação Popular, solicitando orientação face a situação política nacional do momento, o que foi correspondido através de outros documentos, que orientavam o grupo de Pernambuco sobre as questões das reformas básicas, conforme já explicou no início do seu depoimento; que, dos membros do Conselho Nacional da Ação Popular, conhece apenas o JAIR PEREIRA DA SILVA, o senhor PAULO MENDES, OSMIR SANTOS e JOSÉ SENRA, Presidente da UNE, sem contudo poder afirmar se de fato este último pertence a Coordenação Nacional da Ação Popular, podendo entretanto, assegurar que o mesmo mantém estreitas ligações com o já citado Conselho; que, em relação ao companheiro MARCOS LINS, a essa altura não mais pertence ao grupo da Ação Popular de Pernambuco. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente termo, o qual lido e achado conforme o assina com o depoente e comigo escrevão que o ditilografei e assino. (as) Bacharel Alvyro Gonçalves da Costa Lima, Ricardo José Dias Silva, Edésio da Holanda Cavalcanti. Copiei do próprio original. O referido é verdade, dou fé. Eu, Widem de Oliveira da Faria, Escrevente de Polícia da Capital, ditilografei, li e assino. Widem de Oliveira da Faria

Widem de Oliveira da Faria
Escrevente de Polícia da Capital

Anexo B – Primeira Edição do Jornal “Ação Popular”, produzido pelo Secretariado Nacional da Ação Popular, em 13 de Janeiro de 1964. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.



Anexo C – Primeira Edição do Jornal “Revolução”, produzido pelo Secretariado Nacional da Ação Popular, em 16 de dezembro de 1966. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.



São jornais que escondem a verdade, dão notícias falsas, inventam toda sorte de desculpas e pretextos para desorientar e iludir o povo. Mesmo os que são melhores, não contam a história toda. Nem poderiam contar, se quisessem, sob pena de serem fechados. Nem têm com o povo uma conversa franca para mostrar o caminho verdadeiro de sua libertação. Por isso é que o povo precisa de um jornal como Revolução. Porque este é um jornal dele e para ele. Por isso mesmo, é claro, é um jornal pobre, escrito, impresso e distribuído com dificuldade e sacrifício. Mas nêle o povo tem confiança e orgulho.

Passemos à terceira pergunta: Para que é este jornal? Feito para o povo e porque o povo precisa dele, é claro que este jornal é feito para dizer a verdade inteira. Para dar as notícias importantes que os outros não dão. Para ajudar o povo a compreender o que é que está se passando. E sobretudo para discutir com o povo, às claras, sem meia conversa nem indiretas, o que é que ele tem de fazer para se libertar e humanizar.

Enfim, a última pergunta: Por quem é feito este jornal? É muito simples: por estudantes, operários e camponeses. Mas por um grupo qualquer de camponeses, operários e estudantes? Não. Por um grupo que faz parte de um movimento, de um movimento político. Mais ainda: de um movimento político-revolucionário que tem por finalidade última ajudar o povo brasileiro, isto é, ajudar vocês a construir aqui uma sociedade socialista e uma real democracia: a democracia dos trabalhadores. Mas disso falaremos melhor outra vez, certo?

Por hoje, chega. Fica representado nosso jornal. Que ele seja útil a vocês, a você que está lendo agora, e possa ajudá-lo a lutar com mais decisão, com mais dedicação e mais clareza pela revolução brasileira. Leia. Leia se adiante. Tire outras cópias, se possível. Distribua as cópias. Discuta com seus companheiros. Concorde ou não com as nossas posições, mas faça alguma coisa por você e por seus irmãos de luta e sofrimento.

.....

Estados Unidos... (conclusão)

A relação não é completa. Não mencionamos as formas disfarçadas de intervenção diplomática e econômica. Nem referimos os misteriosos "golpes de estado" que a não menos misteriosa CIA organiza de vez em quando na América Latina. No entanto, a relação já basta para demonstrar que os EUA têm uma

longa tradição de "bons serviços" prestados aos povos latino-americanos. Tinha toda razão o presidente Monroe, dos EUA: "A América é para os americanos" - do norte...

Eles disseram:

"Os que fazem a revolução pacífica impossível, tornam inevitável a revolução violenta" - (John F. Kennedy)

ser uma ditadura mas não parecer
uma ditadura: esta é a questão.

O DILEMA DA DITADURA:

UM BALANÇO DA CRISE

(E.)

No momento em que estamos escrevendo nosso jornal, a ditadura está sendo sacudida por uma nova crise: a crise da posse dos eleitos. Castelo desafiou a "linha dura": dará posse aos eleitos. Mandou fechar a LIDER (organização fascista). Prendeu coronéis. Está transferindo comandos militares. Enquanto isso os "duros" se articulam. Pedem a deposição de Castelo. Na Marinha já foi descoberta uma conspiração. Castelo está sob ameaça de sofrer o mesmo que Jango: o feitiço vira contra o feiticeiro. Mas para o povo, para você, que significa tudo isso? Não é esta a primeira crise que a ditadura enfrenta. Que significam essas crises? Que é que se esconde por debaixo dessa história de "linha dura"?

Para ser capaz de responder a essas perguntas, você deve antes procurar entender o próprio golpe de abril, suas origens, suas razões, seus propósitos.

Por que era necessário o golpe? Em resumo, por dois motivos. O primeiro motivo, o mais importante, o fundamental, era: preservar a chamada "ordem estabelecida", isto é a situação de dominação: o imperialismo, o latifúndio, o capitalismo brasileiro aliado ao imperialismo. E eles estavam ameaçados? Estavam. Desde que Jango assumiu a presidência, ou mesmo, desde que Jânio venceu a eleição, nosso país atravessava uma crise política cada vez mais séria, ligada a uma crise econômico-social cada vez mais grave. A crise econômico-social resultava da diminuição do ritmo de desenvolvimento e da inflação crescente, da elevação cada vez maior do custo de vida. A crise política resultava dos remédios que se propunha para solucionar a crise econômico-social, isto é, para acabar ou mesmo diminuir a inflação e intensificar o desenvolvimento.

Havia, basicamente, duas soluções. Uma era: contenção dos salários, aumento dos impostos, restrição do crédito, corte das despesas públicas, liberação do câmbio e dos preços. Em suma: conter a inflação à custa do povo. "Aparar o cinto", como se tem dito, mas só o cinto do pobre. Era a solução defendida pelo Fundo Monetário Internacional e hoje posta em prática pela ditadura; a solução que interessava sobretudo ao imperialismo e ao latifúndio, mas interessava também ao capitalismo brasileiro, na medida em que a outra se tornava impossível ou perigosa demais (o capitalismo não estava inteiramente satisfeito com esta solução, porque não dava ênfase à retomada do desenvolvimento, e ele estava interessado tanto em conter a inflação, quanto em aumentar o desenvolvimento capitalista do país).

A outra solução era: fazer as reformas de base, sobretudo a agrária; diminuir a remessa de lucros (para aumentar os recursos para o desenvolvi-

to e melhorar a situação cambial); aumentar o controle do Estado sobre o comércio e retomar o desenvolvimento à custa do imperialismo, do latifúndio e do capitalismo nacional ligado ao imperialismo e ao latifúndio.

Orá, com o avanço das lutas populares, com a radicalização do processo político, não só se tornava mais provável que a solução aplicada fosse a segunda, mas ainda a burguesia corria o risco de perder o controle do processo, tornando-se a luta popular uma luta revolucionária por valer. Tornou-se necessária, portanto, o golpe: não só a deposição do presidente, mas sobretudo o esmagamento dos movimentos populares, a revogação das últimas conquistas do povo.

Mas havia outro motivo, não fundamental, aliado, mas que iria desempenhar um papel importante nos acontecimentos posteriores ao golpe: a sucessão presidencial, os interesses partidários da UDN, do PSD, do PGP, que acabaram por se convencer que seus candidatos a presidente (Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar, Juscelino) não seriam eleitos pelo povo. Tentaram, então, um outro caminho para chegar ao poder: não o do voto, mas o da força. Vamos afastar os adversários e as forças populares e depois dividiremos o bolo, disseram. Mas nesse dividir o bolo é que a história iria pegar fogo.

Por que era necessária uma ditadura? Está certo que o golpe fosse necessário. Mas era necessário estabelecer depois do golpe uma ditadura? Não foi um erro que um golpe, dado para "salvar a democracia", como eles diziam, acabasse por implantar uma ditadura? Nada disso. Não foi erro. O golpe foi dado justamente para implantar uma ditadura. Essa história de "ameaça comunista" e "salvar a democracia" foi inventada somente para enganar. De que adiantava dar o golpe se não se implantasse depois um governo como eles diziam, "forte", isto é, um regime policial, uma ditadura? Sem ditadura como é que eles iriam impedir que os operários continuassem a lutar pela democratização e libertação do país e pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho? Sem ditadura como é que eles iriam impedir que os camponeses continuassem a lutar por uma reforma agrária radical? Sem ditadura como é que eles iriam impedir que os estudantes e intelectuais continuassem a lutar pelas liberdades democráticas e pela libertação de seu povo? Sem ditadura como impedir que os deputados e senadores progressistas fizessem oposição de verdade ao governo? Como inclusive, sem ditadura, aplicar a política econômica de conter a inflação às custas do povo sem um regime policial para impedir as greves por aumentos salariais? Para atingir seus objetivos, por conseguinte, eles precisavam de um golpe, primeiro, e depois de uma ditadura. E o mais importante não era o golpe em si, a simples deposição do presidente; o mais importante era a ditadura, a repressão violenta, o controle policial: para impedir o avanço das lutas populares, para impedir a revolução que o povo estava começando a decidir a fazer.

Mas por que era e é necessário disfarçar a ditadura? Agora repare bem. Era necessário um golpe: foi dado. Era necessária uma ditadura: foi estabelecida. Mas era e é necessário também disfarçar a ditadura. Este é um ponto muito importante. É a chave para se entender todos os acontecimentos políticos desses dois anos de ditadura. Por que essa necessidade de uma ditadura que não pareça ditadura?

Em primeiro lugar, pela pressão da opinião pública internacional, pela pressão dos outros países. Uma ditadura aberta, clara, isolaria o Brasil no plano internacional, criaria grandes dificuldades diplomáticas. Pelo noticiário e dos jornais você pode verificar que, mesmo com o esforço de disfarçar, essas dificuldades não foram inteiramente afastadas, e mesmo um país como a Venezuela se recusa a manter relações com o Brasil alegando que o governo de Castelo não passa de uma ditadura militar!

Em segundo lugar, há o perigo interno. Uma ditadura aberta, ostensiva, levantaria contra o governo mesmo setores e forças sociais que apoiaram o golpe de abril. Não é, aliás, o que está ocorrendo mesmo com o esforço de disfarçar? Por outro lado, quando o povo tomar plena consciência do caráter do governo que está aí, uma ditadura militar contra o povo, e quando tomar consciência de que contra essa ditadura militar de traição nacional só a luta revolucionária é eficaz, dá resultado, então estarão contados os dias de ditadura. Por isso, é necessário impedir essa tomada de consciência. Ora, uma ditadura disfarçada ajuda a iludir o povo, adia um pouco mais a hora final da resistência aberta. Os próprios Estados Unidos já compreenderam isso, e estão recomendando essa linha às ditaduras que eles protegem na América Latina. Ainda há pouco, Dean Rusk, Secretário de Estado dos EUA (ou seja, Ministro do Exterior) visitou o Paraguai para recomendar ao ditador Stroessner que "liberalize" um pouco o país. Stroessner prometeu seguir o conselho.

Houve alguém que disse a Napoleão que "as baionetas servem para tudo menos para se sentar sobre elas". Isto significa que nenhum governo se sustenta apenas pela força. Todo poder emana das armas mas não pode ser exercido apenas em seu nome. Daí a necessidade de disfarçar a ditadura. Isto é: colocar a faca na bainha para só usar quando necessário.

Pergunta: como disfarçar a ditadura? Resposta: pela política de normalização democrática. É contra esse pano de fundo que se pode compreender bem os objetivos da ditadura, chefiada pelo Marechal Castelo Branco. Esses objetivos, na própria palavra de seus defensores, podem ser resumidos a dois: estabilização da moeda e normalização democrática. Na estabilização da moeda, isto é, da política econômico-financeira do governo deixaremos para falar em outra oportunidade. Cuidemos hoje da chamada "política de normalização democrática".

Em que consiste essa "normalização democrática"? A manobra é muito sim

ples. Castelo e seus auxiliares mais próximos compreenderam que não adiantava continuar dizendo ao povo que não tinha havido violação da democracia para instaurar o novo regime. Tudo tinha sido muito claro para ser enoberto. Um presidente eleito pelo povo tinha sido deposto, deputados eleitos pelo povo tiveram seus mandatos cassados, juizes foram demitidos, houve perseguições policiais, muita violência, violações claras de direitos humanos. Era muita coisa para ser escondida. Então, pensaram os castelistas, o melhor é evitar discutir sobre isso. Vamos colocar uma pedra sobre o passado. Tudo isso fêz parte de uma fase do golpe, a "fase repressiva", em que foi necessário empregar processos não-democráticos para salvar a própria democracia, dizia eles. E continuam: mas agora chegou o momento de passar a outra fase: a "fase construtiva". É preciso devolver o país à democracia, restabelecer a "normalidade democrática".

Que significa isso? Que os castelistas querem sinceramente instaurar a democracia verdadeira no país? Coisa nenhuma! O que eles querem é disfarçar a ditadura. Política de normalização democrática quer dizer política de disfarce da ditadura, de institucionalização, de legalização da ditadura.

Essa "institucionalização" da ditadura começou já com a eleição de Castelo. Castelo chegou ao poder pela força, foi imposto pelo Exército, ninguém tem dúvidas. Aparentemente, no entanto, ele é um "Presidente" eleito pelo Congresso. É claro que desse Congresso já haviam sido afastados os que podiam fazer oposição à ditadura. É claro que o Congresso votou sob coação militar. Mas que importa? Oficialmente, e para os desatentos, Castelo é um presidente eleito pelo Congresso! Percebem o que queremos dizer quando falamos em "normalização democrática", disfarce da ditadura, "institucionalização" da ditadura?

Essa institucionalização prosseguiu com as leis feitas de encomenda para a ditadura mas "aprovadas" pelo Congresso. E temos de concordar que os deputados e senadores foram suficientemente covardes e traidores do povo (o que não é nenhuma novidade) para se prestarem a esse papel de "legalizadores" da ditadura.

De repente, porém, começaram as crises.

Ah, as crises! Começou a haver resistência militar e civil à política de "normalização democrática", à "linha castelista". Começaram as crises. A crise dos IPMs. Prende ou não prende? Prorroga ou não prorroga o artigo 7º do Ato Institucional nº 1? A crise Goiás. Respeita ou não respeita as decisões do Supremo Tribunal Federal? A crise da eleição da Mesa do Congresso. A crise da eleição municipal de São Paulo. Enfim, não vamos nos perder nos detalhes. O importante é que amplos setores do golpe começaram a combater a política de "normalização democrática" de Castelo. Falava-se em retorno dos "corruptos e subversivos", em "traição aos ideais da revolução de março" (revolução, coisa nenhuma: golpe de abril!). Em suma, surgiu uma "linha dura".

A tal de "linha dura". Ora, que é que distingue a linha dura da linha castelista? O fato de que a linha castelista é pela democracia e a linha dura pela ditadura? Não, de forma alguma. Ambas são pela ditadura. A diferença não é de objetivos, mas de métodos. A diferença está em que a linha castelista é pela "ditadura disfarçada" e a linha dura pela "ditadura aberta".

Mas há vantagem em ser pela "ditadura aberta"? Do ponto de vista da contra-revolução, por enquanto não. Tanto assim que o Departamento de Estado americano, o Serviço Nacional de Informações (o SNI), o Ministério da Guerra e as classes dominantes continuam apoiando a linha castelista da ditadura disfarçada. Mas do ponto de vista das ambições pessoais de Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar, do ponto de vista dos coronéis que ainda não conseguiram ser promovidos, e de todos que pensavam ficar por cima com o golpe e não conseguiram por causa dos castelistas, é claro que existe alguma vantagem em ser da "linha dura". É a forma de fazerem oposição a Castelo e tentarem chegar ao po-

der. Mas quando chegarem lá provavelmente farão o mesmo que Castelo está fazendo. Neste sentido os castelistas têm razão: os "duros" e os chamados "líderes civis" do golpe criticam o governo mas não apresentam outra alternativa. Qual será a alternativa para a política econômico-financeira do governo? Só uma política popular. Mas os "duros" e os lacerdistas são também contra o povo!

É claro que a linha dura coloca a questão em outros termos. Agora ela está procurando captar o apoio popular, sobretudo da classe média e tem-se daí finido como "ditatorial" mas "nacionalista". Conversemos mais. Só para iludir. Veja Lacerda. Enquanto Castelo ainda não havia decidido se permitiria ou não eleições estaduais, Lacerda se declarava favorável às eleições. Os lacerdistas chegaram a lançar na Guanabara o slogan: "Queremos votos, não vetos". Mas no momento em que Castelo autorizou as eleições e acabou com os vetos (aliás, porque não precisava mais deles), então os lacerdistas ficaram furiosamente contra Castelo. E quando perderam as eleições, eles, que não tinham conseguido os votos, começaram a exigir os vetos, os vetos aos eleitos. Perceberam a manobra. Cabe a pergunta da modinha: "Há sinceridade nisso?" Não há, não há."

O dilema: ser e não ser. Mas os "duros" ainda conseguem alguma coisa porque

de fato, do ponto de vista da contra-revolução, é possível discutir sobre qual o método mais eficaz, se o da "ditadura disfarçada", se o da "ditadura aberta". Isto acontece porque, se o método da "ditadura disfarçada" é mais eficaz a longo prazo, a curto prazo o método da "ditadura aberta" é mais eficaz. Em outras palavras: uma ditadura aberta, completa, "linha dura", permite um controle muito maior e mais rígido da situação imediata, mas em compensação provoca uma resistência mais poderosa que acabaria por derrubar a ditadura. Já uma ditadura disfarçada não controla tão bem a situação imediata, mas tem condições de sobreviver mais tempo.

Isto porque, para se disfarçar, a ditadura precisa fazer concessões. Ora, essas concessões podem se voltar contra a ditadura. O caso das eleições ilustra bem o que queremos dizer. Castelo precisava das eleições para impressionar a opinião pública internacional, para dar a aparência de que de fato ele queria a "normalização democrática" do país. Por outro lado, ele não podia permitir que nenhum candidato verdadeiramente popular ganhasse as eleições. Daí, os vetos às candidaturas, a intimidação dos candidatos que conseguiram sobreviver aos vetos, o controle das campanhas. Resultado: houve eleições, mas de forma alguma eleições livres. Em suma, tudo aconteceu exatamente dentro da linha da ditadura disfarçada: liberdade mas até certo ponto, concessões mas só enquanto não põem em perigo a ditadura. Tudo saiu tão bem que ninguém tinha o direito de se queixar, a não ser o povo. Mas a "linha dura" se queixou. Por que?

Porque com as eleições Castelo matou dois coelhos com uma só paulada. Consagrou sua política de "ditadura disfarçada" e destruiu politicamente os chamados "líderes civis" do golpe, sobretudo Lacerda e Magalhães. Consequência: começou a gritar contra os "traidores" do golpe de abril. O resultado é que, para sobreviver, Castelo teve de fazer concessões, desta vez à "linha dura". Promulgou o Ato Institucional nº 2. O Ato era um golpe em sua tática de "disfarçar a ditadura". O Ato desmascarava ainda mais a ditadura. Mas era necessário para os castelistas ganharem tempo.

Fortalecidos pelo Ato, tanto contra a "linha dura" quanto contra o início da reorganização das forças populares, os castelistas passam agora a enganar os "duros", ao mesmo tempo que tentam uma manobra ainda maior de envolvimento do povo, falando em diálogo com os operários e os estudantes (como se fosse possível diálogo verdadeiro entre estudantes e operários e uma ditadura) falando em abertura para o centro, em aproximação com os intelectuais, etc.

Que fazer diante da ditadura? Resistir. Mas como?

Em primeiro lugar, tomando consciência de que estamos lutando contra a ditadura e contra uma ditadura que procura se disfarçar. Porque estamos lutando contra uma ditadura disfarçada, podemos aproveitar suas brechas, suas pequenas concessões, para usá-las contra ela e obrigá-la a se desmascarar, a se tornar uma ditadura aberta. Mas porque, ainda que disfarçada, estamos lutando contra uma ditadura, que em última análise repousa na força (já disse Costa e Silva: "o Exército é o partido mais forte do governo"), é preciso não esquecer que nossa luta não pode ser apenas política, mas tem de ser político-militar.

Por isso mesmo, em segundo lugar, não é correto lutar apenas pela "redemocratização" do país. Ao contrário, é preciso ligar a luta pela democracia à luta pela libertação do povo, ou seja, é preciso dar à luta pela democracia do povo seu verdadeiro caráter de luta revolucionária. De contrário, coincidindo a luta popular pela "redemocratização" com a política castelista de "normalização democrática", as forças populares correm o risco de se deixarem envolver pela manobra de disfarce da ditadura. É preciso levar a luta contra a ditadura até suas últimas consequências; é preciso torná-la uma luta pela revolução brasileira.

Consequentemente, é necessário abandonar um trabalho meramente de articulação de cúpula e passar a um trabalho de base: de operário por operário, de camponês por camponês, de estudante por estudante, de intelectual por intelectual. Um trabalho ao mesmo tempo de politização, organização e ação. No início, pequenas ações, de acordo com as circunstâncias, até lutas apenas reivindicatórias. Logo, procurar passar à luta propriamente política e, quando possível, revolucionária. Sempre procurando dar à luta um caráter de massas.

A vitória não será fácil nem rápida. O caminho é longo. Mas nem por isso devemos ficar de braços cruzados esperando a "hora decisiva". Diz um velho provérbio chinês: "Uma viagem de mil léguas começa com o primeiro passo". Começemos, sem demora, a dar nossos primeiros passos.

Para onde vai	Acaba de encerrar-se no Rio a tantas vezes adiada Reunião da OEA
a	(OEA: Organização dos Estados Americanos).
América Latina?	No próximo número de nosso jornal publicaremos uma apreciação não só dos resultados da reunião, mas também da evolução histórica das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, e da situação atual e perspectivas da luta libertadora dos povos latino-americanos.
Desde já, porém, advertimos que ninguém se engane com os resultados da reunião. Por causa da resistência de alguns governos, os EUA foram obrigados a desdobrar seu plano em duas etapas.	

OS ROINAS VERDES

- O EXÉRCITO SECRETO DOS ESTADOS UNIDOS -

"Diante do impasse nuclear, as revoluções passaram a ser a principal preocupação de nossa época." (da capa de um dos muitos livros publicados nos EEUU sobre revoluções)

Como é que os Estados Unidos garantem sua dominação sobre a América Latina? - Quais são os meios empregados contra a luta de libertação dos povos latino-americanos? Em linhas gerais, são três os principais instrumentos dos Estados Unidos: o DEPARTAMENTO DE ESTADO, o PENTÁGONO e a C.I.A. .

O Departamento de Estado - Corresponde ao nosso Ministério de Relações Exteriores. Cuida da política externa dos Estados Unidos. Com sua rede de embaixadas, consulados e representantes diplomáticos, com seus programas de "ajuda" e com tratados e acordos, o Departamento de Estado é o instrumento de dominação política e diplomática. Atualmente o Departamento está preocupado em aumentar sua influência cultural e ideológica. Para isso conta: com os filmes, livros e outras publicações que financia e distribui; com os escritórios do famoso USIS (United States Information Service: Serviço de Informação dos EEUU); com acordos culturais como o que foi assinado entre o Ministério de Educação do Brasil e a USAID; com os institutos para formação de liderança sindical que está criando; e com os programas, cada vez maiores e mais bem planejados, de bolsas e viagens de estudo e intercâmbio de professores. Em outras palavras: o Departamento quer se tornar também um instrumento eficaz de dominação ideológica. É claro que, através dos programas de "ajuda econômica" e de sua "proteção diplomática", o Departamento colabora também para a dominação econômica.

O Pentágono - Mas quando os meios econômicos, políticos e ideológicos

falham, os EEUU têm, em último recurso, seus meios militares: seus fuzileiros navais, seus navios de guerra, seus aviões. Não foi assim que aconteceu agora na República Dominicana? São variados os instrumentos dessa dominação militar. Mas eles são coordenados e dirigidos pelo Pentágono. O Pentágono é um edifício de cinco lados (daí seu nome) onde tem sede o Departamento de Defesa dos Estados Unidos que corresponde ao nosso Ministério da Guerra mais ou menos. No Pentágono se reúnem as pessoas e órgãos que decidem sobre a estratégia militar dos EEUU: além do Presidente, o Secretário de Defesa, o Conselho de Segurança Nacional e a Junta dos Chefes de Estado Maior. Mas nem sempre os EEUU podem se servir de sua força militar abertamente. Isso às vezes provocaria graves dificuldades diplomáticas e mesmo militares (um choque, por exemplo, com os países socialistas). - Nesses casos entra em cena a CIA.

A CIA - CIA quer dizer Central Intelligence Agency, isto é, Agência Central de Inteligência. Em outras palavras: Serviço Central de Espionagem dos EEUU. A CIA faz boa e muita espionagem. Sabe quase de tudo. Em regra, sabe mais sobre um país do que seus próprios serviços secretos. Para isso dispõe de muito dinheiro, muitos apare-

lhos, muita experiência e muita gente. Saborna, enganar, mas quando necessário. Às vezes consegue acordos maravilhosos como os que foram feitos no Brasil para que "técnicos americanos" viessem ajudar a reorganizar as polícias estaduais. O que a CIA queria, e conseguiu era ter acesso aos arquivos secretos - de nossas polícias. Você já pensou também o que significa para a CIA um acordo como o que a ditadura fez agora, autorizando os EEUU a fazerem o levantamento aerofotogramétrico total de nosso território? Já pensou o que esse levantamento significa para a CIA e para as empresas americanas interessadas em nossas riquezas naturais?

Mas nem só de espionagem vive a CIA. Ela vive também de organizar golpes de Estado, invasões, assassinatos políticos. Disso tudo falaremos em outras oportunidades. A grande novidade nos Estados Unidos, porém, são os "boinas verdes".

Os Boinas Verdes - Parece que os Estados Unidos não querem confiar mais apenas nos traidores de cada país que se dispõem a servir à CIA, como até agora vinha sendo feito. Pode ser que, num momento crítico, a CIA não consiga reunir um número suficiente de militares ou de civis que, a troca de dinheiro ou do que seja, queiram ajudá-la a executar seus planos. Os EEUU resolveram, então, manter um corpo próprio de agentes especiais, infiltrados em todos os países, para qualquer emergência. São especialmente treinados para tudo: os golpes de estado, assassinatos, sabotagem, motins de rua. Entram nos países disfarçadamente: como comerciantes, turistas, compradores de fazendas, "Voluntários da Paz". Formam uma corporação, ligada às "Forças especiais dos EEUU", e tecnicamente classificada co-

mo "paramilitar". A gíria jornalística batizou: "boinas verdes".

Sobre eles, o "US News & World Report", uma das revistas americanas - mais ligadas ao Pentágono, publicou, em abril de 1965, uma reportagem, que pode ser resumida nas seguintes frases: 1) "Impulsionados pela agressão comunista no Vietnã, os EEUU desenvolvem através do mundo uma nova espécie de guerra, utilizando 25 mil combatentes bem treinados e créditos que somam bilhões de dólares. Esse exército secreto de elite conduz contra-revoluções em 50 países, com o objetivo de impedir que a subversão comunista assumam proporções iguais às do Vietnã"; 2) "Os distúrbios no Panamá, o contrabando de armas na Venezuela e a infiltração comunista no Chile puderam ser enfrentados sem a menor publicidade, graças aos métodos eficazes - postos em prática por esses peritos - norte-americanos em contra-revoluções. Da mesma maneira esperam os norte-americanos desmanchar o complô comunista na Guatemala, Irã e Tailândia"; 3) - "Nossas forças secretas não têm sido bem sucedidas na África, se bem que algumas equipes puderam trabalhar na Argélia, no Mali e na Etiópia. A ampliação de seu campo de atividades está sendo negociada com vários governos africanos." Será por isso que os golpes de estado começam a suceder-se na África, a ponto de já se falar na "sulamericanização da África"?

A revista reproduz ainda, na mesma reportagem, a seguinte explicação dada por um oficial do Pentágono: "Pouco a pouco tornamo-nos capazes de desmanchar qualquer complô comunista. Oficiais estrangeiros treinados por nós dão o sinal de alerta logo que surgem sintomas de complicações."

Sobre o mesmo assunto, Robin Mogre acaba de publicar um livro, que está provocando muito escândalo: "The Green Berets", isto é, os boinas verdes. Nêle conta a história dessas "fôças especiais". Entre outras coisas, narra a participação dos boinas verdes na invasão da República Dominicana. Eles chegaram lá antes dos fuzileiros navais, para os quais prepararam o caminho. A eles são atribuídas as execuções sumárias de líderes dominicanos ocorridas nos primeiros dias da rebelião. Dedicavam-se, por outro lado, à caça de combatentes populares isolados, utilizando um novo tipo de arma, denominado "law": uma espécie de fuzil cuja munição se espalha logo depois do disparo, ampliando a área de impacto, de sorte que toda a copa de uma árvore pode ser atingida com um só tiro, o que faz com que o artilheiro dificilmente erre. Uma arma ideal contra guerrilhas e levantes populares, não?

Qual a moral da história? Toda história tem uma moral, uma lição. Qual a moral de nossa triste e suja história? Esta: o imperialismo já aprendeu que sua luta contra a libertação dos povos subdesenvolvidos é uma luta político-militar que tem de ser travada sob tôdas as formas e em tôdas as frentes: econômica, política, diplomática, ideológica, cultural, militar. Para isso, sobretudo a partir de Kennedy, e com a ajuda especialmente de Maxwell Taylor, Mc Namara e Walt Rostow, os Estados Unidos montaram um sistema e um mecanismo extraordinários. Logo, os povos dominados têm de aprender também que sua luta de libertação é político-militar e deve, para ser vitoriosa, ser travada em tôdas as frentes e sob tôdas as formas. É o que procuraremos ex-

plicar nos números futuros de nosso jornal. Uma coisa, porém, é certa: ninguém consegue dominar um povo inteiro quando ele decide se libertar e aprende o que deve fazer para se libertar!

ELES DISSEBAM

"O cristianismo é pela paz, mas não e menos pela justiça. E as sociedades que oprimem e exploram são as menos indicadas para condenar os movimentos revolucionários que usam de uma violência transitoria enquanto elas mesmas instauraram um regime de violência permanente, pelas condições criminosas de vida e de trabalho que mantêm a custa do exército e da polícia."

(Claude Tresmontant)

"A guerra é uma coisa feia, mas não é mais feia das coisas; pior é o decadente e o decaído estado de sentimento moral patriótico que pensa que nada vale uma guerra. Um homem para o qual nada exista acima de sua segurança pessoal é uma criatura miserável, sem oportunidade de tornar-se livre e não ser que esforços de homens melhores do que ele o libertem e o mantenham livre."

(John Stuart Mill)

REVOLUÇÃO

é um jornal que só

deseja uma coisa:

SER INSTRUMENTO DA REVOLUÇÃO
BRASILEIRA.

- leia, discuta, distribua
- tire outras cópias
- transcreva o que você quiser
- mande suas críticas

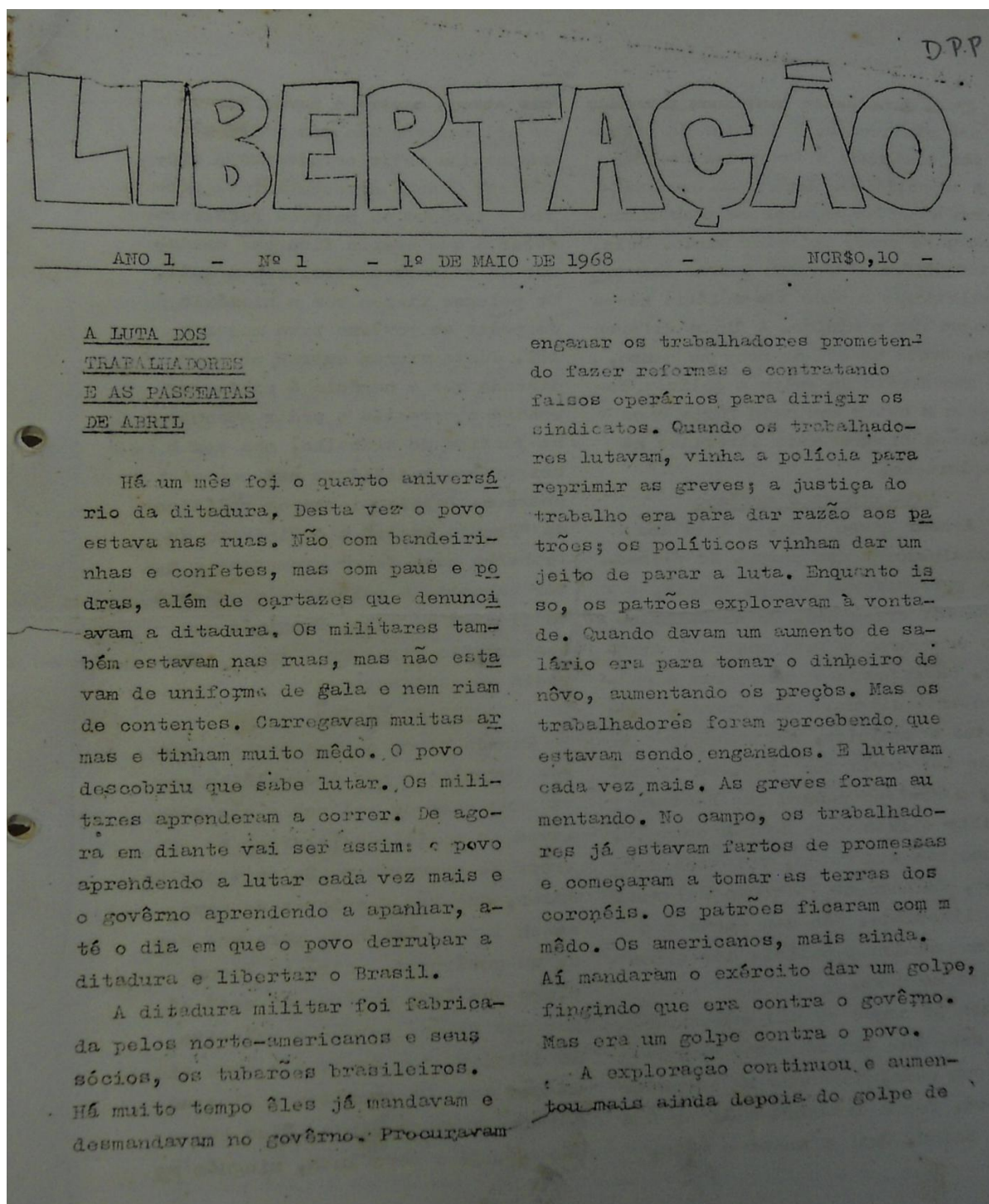
ESTADOS UNIDOS :

MAIS DE UM SÉCULO DE

"AJUDA" E "BOA VIZINHANÇA"

- 1831 - Ataque dos fuzileiros navais norte-americanos (os famosos "marines") as Ilhas Malvinas. Destruição de Puerto Soledad.
- 1835 - Participação na guerra separatista do território mexicano do Texas contra o governo do General Santa Ana.
- 1836 - Anexação do território mexicano do Texas.
- 1846-1848 - Guerra contra o México, que resultou na mutilação de milhões de quilômetros quadrados do território desse país, sobretudo com a anexação da Califórnia.
- 1853 - Imposição do Tratado de Mesilla, pelo qual o México perdeu outra faixa de seu território.
- 1855-1860 - Invasão da América Central pelo aventureiro William Walker, que foi, em 1857, reconhecido pelo governo norte-americano como presidente da Nicarágua.
- 1898 - Intervenção armada na guerra de independência de Cuba contra a Espanha.
- 1898 - Aquisição de Puerto Rico, Guam e Filipinas, como despojos da Guerra contra a Espanha, em consequência do Tratado de Paris.
- 1898-1902 - Governo militar norte-americano em Cuba, chefiado pelo general Leonard Wood.
- 1900 - Imposição dos Tratados de Hay-Coreia e Hay-Calvo a Nicaragua e Costa Rica, com a finalidade de adquirir uma rota interoceânica.
- 1902-1934 - Imposição da Emenda Platt e Constituição cubana, dando aos EEUU o direito de intervenção em Cuba. A Emenda só foi revogada em 1934.
- 1903 - Declaração da Independência do Panamá através de intervenção direta norte-americana contra a Colômbia. Em compensação, imposição do Tratado Bunau-Varilla, pelo qual os EEUU anexaram perpetuamente uma faixa do território panamenho: a Zona do Canal.
- 1906-1909 - Segunda intervenção militar em Cuba, dirigida pelo general Charles Magoon.
- 1907 - Intervenção fiscal na República Dominicana, estabelecendo nesse país uma "Coletoria de Impostos" controlada pelos Estados Unidos.
- 1909 - Primeira intervenção militar na Nicarágua.
- 1912 - Terceira intervenção militar em Cuba para "proteger vidas e interesses norte-americanos".
- 1912-1913 - Nova intervenção armada na Nicarágua.
- 1914 - Imposição do Tratado Bryan-Chamorro, pelo qual os EEUU obtiveram perpetuamente uma rota interoceânica através da Nicarágua com direito de construir novo canal.
- 1914 - Bombardeio de Vera Cruz, México, com desembarque de forças militares.
- 1915 - Ataque, invasão e ocupação do Haiti até 1934, portanto, durante 19 anos.
- 1916 - Invasão do México pela "expedição punitiva" do general Pershing, contra revolucionários mexicanos.
- 1916-1924 - Intervenção armada na República Dominicana, com estabelecimento de um "governo dominicano" composto de militares norte-americanos.
- 1919 - Ocupação armada de Costa Rica.
- 1926-1933 - Terceira intervenção armada dos "marines" na Nicarágua. Ocupação desse país e assassinato do patriota Cesar Sandino em 1934.
- 1954 - Intervenção armada na Guatemala com a deposição do presidente Arbenz.
- 1959-1960 - Ameaças econômicas, diplomáticas e militares a Cuba.
- 1961 - Tentativa frustrada de invasão de Cuba, através de contra-revolucionários cubanos treinados pela CIA (Central Intelligence Agency = Serviço Secreto dos Estados Unidos).
- 1962 - Bloqueio armado a Cuba pela marinha e aviação dos Estados Unidos.
- 1965 - Ocupação armada da República Dominicana.

Anexo D – Primeira Edição do Jornal “Libertação”, produzido pelo Secretariado Nacional da Ação Popular, em 1º de maio de 1968. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O periódico contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.



-2-

1964. A pelejada continuou a mandar nos sindicatos. A justiça do trabalho continuou a favor dos patrões e os políticos demagogos continuaram a tentar enganar os trabalhadores. No campo foi pior ainda. Os latifundiários tomaram terras dos trabalhadores e onde tem salário nunca pagam nem o mínimo. A única diferença, tanto na cidade como no campo, é que depois do golpe a polícia começou a bater com mais força e os patrões ficaram mais atrevidos na exploração.

luta contra o arrôcho

Apesar disso tudo, a luta dos trabalhadores não parou. As primeiras greves foram duras. Depois, a luta foi crescendo. Os trabalhadores começaram a luta contra o arrôcho. Os estudantes começaram a enfrentar a ditadura com greves, passeatas e comícios, mostrando que a gente não devia ter medo. No princípio, o governo pensou que bastava proibir a luta para acabar com ela. Quando não deu certo, veio com demagogia, falando de "afrouxo salarial" e de liberdade. Não deu certo e o governo mandou a polícia dar tiros e bater no povo.

Quem já caçou ou viu onçada de tatu sabe que ele só morde quando está com medo, tentando se esconder na toca. Com a ditadura militar é a mesma coisa. Quanto maior o medo,

mais ataque contra o povo. Porque os militares estão com tanto medo que mandam matar estudantes e operários? Quando começou a luta contra o arrôcho os patrões resolveram fazer o que sempre fizeram: mandaram os pelegos controlarem a luta. Os pelegos vieram com a história de pedir ao governo para mudar a lei. Junto vieram outros pelegos dizendo que o negócio é protestar contra a carestia e pedir aumento na justiça do trabalho, mas sem brigar com a ditadura nem com os patrões. Depois vieram os políticos da "Frente Ampla" e o Ministro do Trabalho para fazer promessas e tentar enganar. A polícia e o exército ficaram na toca, fingindo que não existia ditadura e que o povo podia se manifestar.

como no Vietnã

Quando viram que os trabalhadores levantavam nas assembléias para denunciar os pelegos e não deixavam os políticos falarem, os patrões se apavoraram. Se os trabalhadores, que são a maioria do povo, sabem lutar sozinhos, para que serve um governo de patrões? Ficou claro que esse governo só está aí por uma razão: porque o exército da ditadura tem armas e o povo ainda não tem. Os americanos ficaram mais apavorados ainda. Eles sabem que quando o povo luta, ninguém se

-3-

segura. Estão aprendendo isso mais uma vez, com as pancadas que levam dos camponeses do Vietnã. E por isso que resolveram reprimir com mais força as manifestações e mataram o estudante Edison Souto.

As lutas que vieram em seguida ao assassinato do estudante se foram maiores e diferentes. Quando os trabalhadores de Santo André, em São Paulo, organizaram a sua passeata de protesto e quando os estudantes bateram na polícia em mul-

tos lugares, eles estavam mostrando que a luta é uma só: contra o imperialismo americano, contra a ditadura, contra a opressão dos trabalhadores na cidade e no campo. Essa demonstração é a grande vitória que o povo alcançou durante as manifestações de abril. Ela foi um passo importante, embora inicial, na longa luta pela libertação dos trabalhadores.

PARA INTERMEDIAR

O ALÇOCHO

E PARA INTERMEDIAR

A DITADURA E

IMPERIALISMO

O IMPERIALISMO

A repressão violenta usada pela ditadura contra as manifestações de revolta popular que ocorreram em abril, as prisões e expulsoes mostraram que o ARROCHO da ditadura não é somente uma lei salarial que o trabalhador precisa derubar, como dizem os palcos que foram postos à força na direção dos sindicatos. O ARROCHO é uma política nacional de exploração do trabalhador e também de opressão para impedir que ele proteste contra essa exploração.

As empresas imperialistas norte-americanas há anos roubam o trabalho do trabalhador brasileiro. Mas depois da instalação da ditadura militar os imperialistas se tornaram mais atrevidos na granação dos lucros que enviam para os Estados Unidos. E impuseram

aos trabalhadores brasileiros, através da ditadura, a lei de arrocho salarial, que só permite pequenos reajustes salariais, sempre abaixo do aumento do custo de vida (Por exemplo, em 1966, quando a vida subiu em 46% o reajuste foi de 30%). Com isso os imperialistas pulcras

-4-

aumentar seus lucros tomando uma ~~parte~~ ~~maior~~ ~~do~~ ~~salário~~ ~~dos~~ ~~traba-~~ ~~lhadores~~. Por causa disso o salá-rio mínimo continua em 129 mil cru-zeiros. Mas se tivesse acompanha-do a alta do custo de vida hoje o, mínimo seria de 400 mil cruzeiros.

O produto desse roubo é entre-gue ao Banco Central do Brasil e distribuído às grandes empresas imperialistas para elas promove-rem o "desenvolvimento" (as em-presas pequenas, de propriedade de brasileiros não vêm nem a coôr desse dinheiro). Os imperia-listas usam esse dinheiro aumen-tando as instalações da fábrica, comprando as concorrentes brasi-leiras e enviando mais dinheiro para seu país.

para calar a boca dos operários

Para facilitar a exploração dos trabalhadores, a ditadura impôs também o Fundo de Garantia de Tem-po de Serviço, que tira a estabi-lidade do trabalhador, que é para ele calar a boca se não quiser ser mandado embora. A ditadura também impôs ao trabalhador a lei de greve, que torna a greve quase impossível e um recurso inútil se fôr feita dentro dessa lei. A di-tadura impôs o atestado ideológi-co, que é fornecido pelo DOPS, as-

saíam destruindo a liberdade sindi-cal, pois só toma posse em sindica-to quem a polícia considera bonzinho. Isso é para a ditadura ter a garan-tia que só se elegem nos sindicatos os pelegos treinados nos "cursos de liderança" feitos nos Estados Uni-dos. Além disso, a ditadura incenti-vou a corrupção sindical organizada pelo governo dos Estados Unidos que, através de agentes no Brasil, estão enchendo os pelegos de dinheiro pa-ra êles enganarem os trabalhadores, fazendo sede nova no sindicato, ins-talando gabinetes de dentista, tudo como uma esmola para o trabalhador e com a intenção verdadeira de se manterem no poder, impedindo que os trabalhadores lutem por seus direi-tos.

Como sustentar uma situação de tanta exploração? A ditadura sabe que, apesar de tudo, a qualquer mo-mento o trabalhador enfrentará esse estado de coisas. Por isso, impôs ao povo uma Constituição fascista, que proíbe até as eleições corruptas que ela mesmo fazia. Arranjou uma Lei de Segurança Nacional que diz ser crime tudo que é contrário à ditadu-ra. E uma Lei de Imprensa que deixa os jornais serem vendidos aos impe-rialistas e sufoca qualquer protes-to que chegue às redações. A ditadu-ra aumentou o número de soldados do

Exército, Marinha e Aeronáutica e comprou armas novas com o dinheiro do povo para usá-las contra esse mesmo povo. Todo esse sistema implantado em 1964 é que é o verdadeiro ARRÔCHO.

Quem se beneficia desse ARRÔCHO total? Somente nas grandes empresas imperialistas instaladas no Brasil, os seus sócios brasileiros que traíram o povo brasileiro e os chefões militares, traidores treinados nos quartéis dos Estados Unidos.

É preciso derrotar o arrôcho

O arrôcho precisa ser derrubado. Como levá-lo à derrota?

1) Não abandonando as ruas. Em 28 de março e nas manifestações de rua dos dias seguintes o povo brasileiro conquistou as ruas, enfrentando a polícia sem medo. É preciso que essas manifestações prossigam e que os trabalhadores sigam o exemplo dos operários de Santo André (SP) e daqueles que vieram às praças neste Primeiro de Maio, protestando e denunciando a ditadura nas ruas;

2) Mas não devem ficar só nas manifestações de ruas. Ao lado delas os trabalhadores não podem deixar de denunciar, daqui por diante, em todas as ocasiões possíveis, os polôgos impostos pela ditadura. Os trabalhadores devem deixá-los

falando sôzinhos e organizar-se em cada fábrica em COMITÊ DE MOBILIZAÇÃO ANTI-ARRÔCHO. Esses comitês serão formados por trabalhadores verdadeiros, sem admitir um só polôgo, pois o polôgo é inimigo dos trabalhadores. Estes comitês deverão propor lutas tais como as seguintes:

a) lutar por reajuste salarial que devolva o salário roubado, isto é, exigir muito mais do que dão os reajustes impostos pelo governo. Não aceitar os aumentos ditados pela ditadura;

b) quando não atendidos os trabalhadores farão greves-tartaruga para prejudicar a produção do patrão e prejudicar os planos econômicos da ditadura e dos imperialistas;

c) é preciso voltar a fazer greves. Greves baseadas na força invencível dos trabalhadores quando estão unidos. Quando houver condições farão greves livres, sem respeitar as normas ditatoriais da lei de greve que exigem que se peça autorização do governo para poder fazer greve;

d) os trabalhadores, de agora em diante, precisam denunciar a todo instante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e não podem aceitá-lo em nenhuma hipótese. Devem lutar pelo restabelecimento da Lei da Lei de Estabilidade

-6 -

de Estabilidade.

Lutando assim, corajosamente, contra o ARRÔCHO, negando-o na prática, mostrando que não aceitam as leis da ditadura, os trabalhadores

estarão, ao mesmo tempo, desmascarando a ditadura e também desmascarando os imperialistas diante de todo o povo brasileiro e diante dos povos do mundo.

OS TRABALHADORES

JÁ ESTÃO

CONSEGUINDO

ALGUMAS

VITÓRIAS

Os operários de Santo André (São Paulo), ao fazerem sua passeata de 4 de abril, e os operários da Belgo Mineira (Minas Gerais), ao fazerem uma greve que começou em 16 de abril, demonstraram que a negação do ARRÔCHO da ditadura e do imperialismo é a posição correta e o caminho certo para vitórias importantes.

A passeata de 4 de abril, que reuniu perto de tres mil pessoas, foi sabotada pelos polígonos dirigentes dos sindicatos. Os operários não se importaram, eles mesmo organizaram a manifestação. Eles resolveram que ela não seria apenas uma manifestação de pesar pela morte de um estudante (ora isso que os polígonos queriam, quando muito), mas seria uma passeata de protesto e de denúncia. Protesto e denúncia da violência e da exploração feitas pelos imperialistas sobre os trabalhadores brasileiros, cobertos pelas armas da ditadura militar, inimiga do povo. Então,

Eles gritaram nas ruas: "ABAIXO O ARRÔCHO DA DITADURA E DO IMPERIALISMO" e também "O POVO ORGANIZADO DERUBA A DITADURA".

Os operários de Santo André já perceberam que o arrôcho não é só uma lei salarial, como afirmam os polígonos em suas reuniões fechadas dentro dos sindicatos, mas o arrôcho é toda a máquina de opressão montada pela ditadura que tomou o poder em abril de 1964 com o apoio dos imperialistas americanos. É assim que se denuncia o arrôcho e se mostra a ilegalidade dessa ditadura. A ditadura nada pôde fazer para impedir a passeata, pois teve

- 7 -

nêdo de que a repressão provocasse um movimento que levasse todos os operários de São Paulo e ABC a uma greve de solidariedade que prejudicaria seus planos econômicos e agravaria a crise em que o país vive, em virtude da exploração imperialista que sofre.

a primeira greve

Mas não basta lutar nas ruas. É preciso também combater a ditadura e o imperialismo dentro das fábricas. Como fazer? Os 1.600 operários da Metalúrgica Belgo-Mineira, sediada em Minas Gerais, mostraram como se faz, com sua greve iniciada no dia 16 de abril último. Eles fizeram uma greve livre, sem pedir autorização ao Ministério do Trabalho. Uniram-se e de surpresa, pararam completamente. O movimento foi tão bem organizado que surpreendeu completamente a direção da indústria, a polícia e também o pelôgo que é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região. Com essa o pelôgo ficou desmoralizado. Os ope-

rários da Belgo-Mineira exigiram um reajuste salarial de 25% além dos 17% que receberam em outubro do ano passado.

É assim que se faz: dessa forma as leis da ditadura foram negadas e o arrêcho foi desmoralizado. É assim que todos os trabalhadores precisam fazer. Onde já se viu o- perário pedir autorização para fazer greve? E se os pelôgos montados nos sindicatos sabotam a greve, pior para eles, os trabalhadores fazem a greve sem eles e assim deixam o pelôgo desmoralizado.

Esses dois acontecimentos, a passeata de Santo André e a greve da Belgo-Mineira, mostram como os trabalhadores descobrem a forma correta de lutar. Quando estão verdadeiramente decididos a lutar contra a exploração e a opressão, os trabalhadores sentem a necessidade de se unirem e se organizarem. Para isso, eles procuram agrupar todos os trabalhadores em torno dos mais decididos e sem os pelôgos. E lutam bem, como ficou comprovado.

ESTE JORNAL É DOS TRABALHADORES. COMPANHEIRO, VOCÊ DEVE USÁ-LO PARA DENUNCIAR A OPRESSÃO DA DITADURA E DO IMPERIALISMO. PORTANTO, LEIA-O E PASSE ADIANTE, DISCUTA-O COM SEUS COMPANHEIROS E FAÇA CHEGAR A REDAÇÃO SUAS CRÍTICAS, SUGESTÕES E DENÚNCIAS.

O PRIMEIRO DE MAIO
NÃO É DIA DE FESTAS,
É DIA DE LUTA

O Primeiro de Maio é um dia de protesto e de luta para os trabalhadores de todo o mundo. Esse dia foi escolhido pelos trabalhadores para lembrar a morte de Adolfo Fischer, Alberto Parsons, August Spies e Jorge Engel, assassinados pelo governo de patrões dos Estados Unidos em 1887. Esses quatro operários foram enforcados em Chicago porque lutavam ao lado de seus companheiros pela diminuição das horas de trabalho.

No século passado, o trabalho nas fábricas durava de 11 a 16 horas por dia. Em todos os países, os trabalhadores se uniam para lutar contra a exploração e a opressão. Muitas greves foram feitas para conseguir melhores condições de trabalho. Através dessas greves os trabalhadores se uniam e se organizavam para enfrentar a opressão capitalista. As maiores lutas foram desencadeadas em torno da questão da diminuição de horas de trabalho. Em 1886, representantes dos trabalhadores de todo o mundo, reunidos pela Associação Internacional dos Trabalhadores, resolveram que a luta devia ser por oito horas de trabalho. Alguns trabalha-

res isso foi conseguido logo.

Nos Estados Unidos, depois de muitas lutas isoladas, os operários resolveram fazer uma greve geral para conseguir o dia de oito horas de trabalho em todo o país. A greve foi marcada para o dia 1º de Maio de 1886. No dia marcado, as fábricas pararam em todo o país. Os patrões e o governo de patrões ficaram espantados com a capacidade de luta dos trabalhadores e começaram a procurar um jeito de reprimir a greve. Em Chicago, cidade industrial no Norte dos Estados Unidos, só numa fábrica os grevistas eram mais de cem mil. Os patrões trataram de conseguir alguns trabalhadores mais fracos para fazer a greve. Conseguiram duzentos. No dia seguinte foi feito um comício na porta da fábrica para convocar esses trabalhadores a apoiar seus companheiros. A polícia dissolveu a manifestação a bala. Os trabalhadores reagiram jogando pedras nos policiais. Mas não estavam preparados para vencer.

enforcaram os líderes

No dia 3 de maio uma passeata de mulheres operárias foi atacada violentamente pelos policiais. Os trabalhadores resolveram protestar.

-9-

contra a repressão e marcaram um og mício para o dia 4 na Praça de Mer- cado. A polícia começou a atirar contra o povo. De repente, uma bomba estourou entre os policiais matando um e derrubando sessenta no chão. Para se vingar os policiais massacraram os manifestantes, matando até velhos e crianças. Depois resolveram jogar a culpa nos dirigentes operários e prenderam os principais líderes da greve. O governo dos patrões mandou enforcar quatro dôlos: Adolfo, Alberto, Augusto e Jorge. Outros ficaram na prisão. Cinco anos depois, o próprio governo reconheceu que o julgamento tinha sido ilegal e que tudo tinha sido um golpe preparado contra os trabalhadores. Nessa época, os operários de todo o mundo já tinham decidido considerar os mortos de Chicago mártires da classe operária e lembrar a sua luta no Primeiro de Maio de cada ano.

Por causa disso, os capitalistas passaram a fazer tudo o que podem para que os trabalhadores se esqueçam da razão da comemoração do Primeiro de Maio. Quando viram que não conseguiam impedir as manifestações de trabalhadores nesse dia, começaram a organizar festinhas para desviar o povo das lutas. Com

o Primeiro de Maio era dia de greve em todo o mundo, decretaram feriado para fingir que não havia trabalho por bondade dos patrões. Como havia manifestações de rua, passaram a fazer comícios e desfiles com a presença de governadores, deputados, ministros e presidentes da república, para fingir que esses representantes dos patrões são amigos dos trabalhadores. É seu costume fazer festinhas no Sesi e na Igreja e colocar bandas de música nas praças, para que a voz dos trabalhadores não seja ouvida.

Mas o Primeiro de maio é um dia de luta contra os patrões, contra os governos dos patrões, contra a polícia organizada pelos patrões para reprimir os trabalhadores. Dia de luta contra a opressão organizada contra os trabalhadores. Em nossos dias essa opressão é dirigida e organizada principalmente pelo Imperialismo norte-americano. Somente no dia em que os trabalhadores tiverem vencido o Imperialismo e tiverem organizado um poder dirigido pelos próprios trabalhadores, quando estiverem construindo um país livre, em que os campos, as fábricas, as casas, as escolas e tudo o mais pertencerão aos trabalhadores, somente aí o 1º de maio será uma festa.

A LUTA CONTRA
O IMPERIALISMO
É UMA SO
NO VIETNÃ E
NO BRASIL

-10-

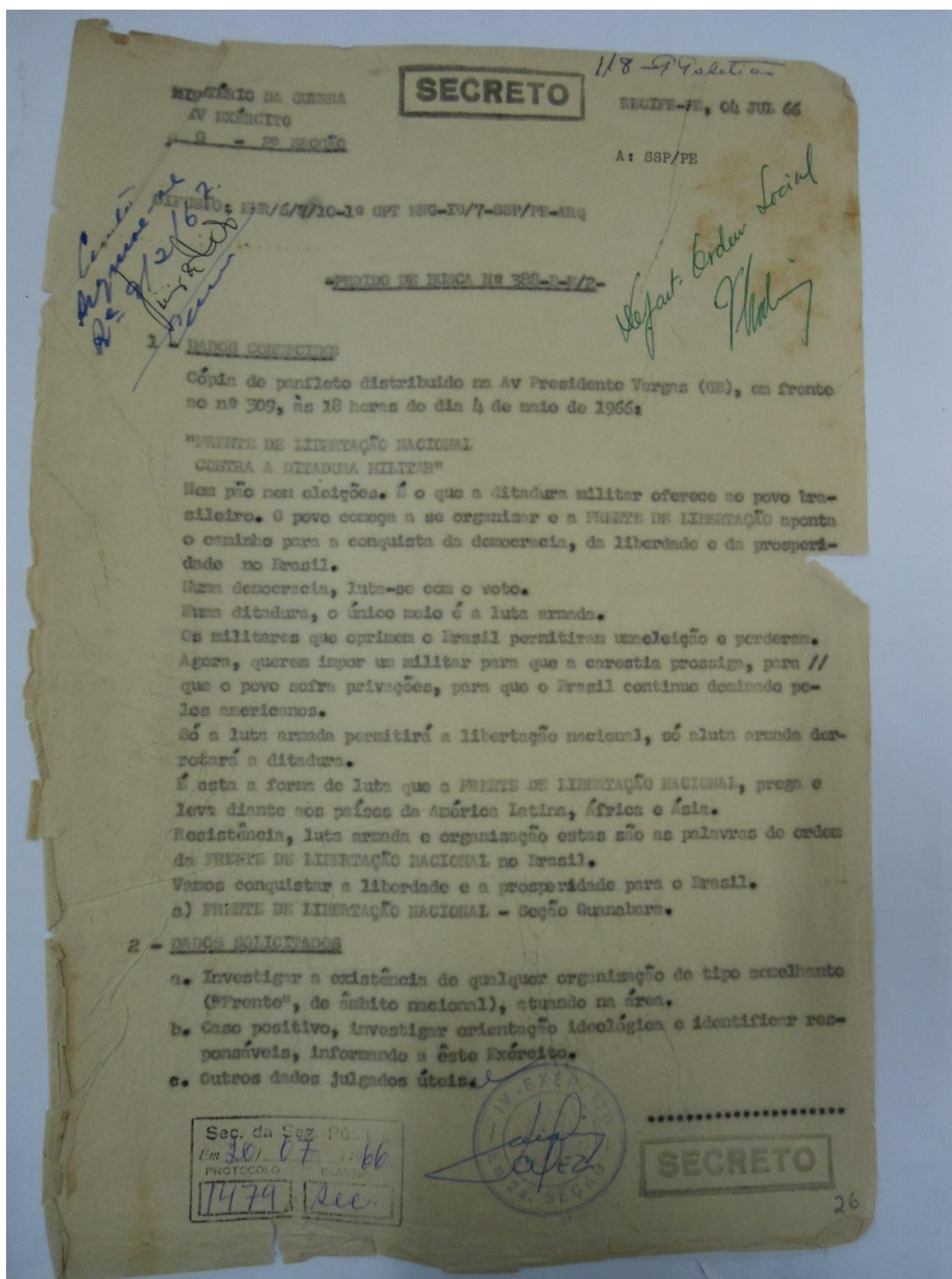
Com o desenvolvimento da dominação imperialista em todo o mundo, as lutas de libertação dos povos oprimidos são hoje feitas contra o mesmo inimigo principal, seja na Ásia, na África ou na América Latina. Este inimigo é o imperialismo americano, que explora os povos dos países do continente e mantém tropas de ocupação e agressão em todos os continentes e mares. Por essa razão, ao enfrentar herôicamente as tropas imperialistas e ao derrotá-las como vem derrotando, o povo do Vietnã está na primeira linha da luta de morte contra o imperialismo e assim está enfraquecendo os imperialistas americanos e contribuindo de forma inestimável para as lutas de libertação de todos os povos explorados e oprimidos.

O povo do Vietnã está dando uma lição a todos os povos explorados do mundo. A lição é: O IMPERIALISMO PODE SER DERROTADO. As suas espantosas máquinas de guerra, seus imensos exércitos podem ser derrotados numa GUERRA POPULAR por um pequeno povo desde que ele esteja unido e, acima de tudo, disposto a lutar até o fim para que os invasores sejam expulsos.

O povo do Vietnã é composto de 30 milhões de pessoas, quase todos muito pobres, a maioria sendo camponeses. E esse pequeno povo está conseguindo grandes vitórias contra o país mais rico e mais armado do mundo, os Estados Unidos. A Frente Nacional de Libertação do Sul do

Vietnã (que os imperialistas chamam de "vietcong") lançou uma ofensiva no princípio deste ano, que está provando a fraqueza dos imperialistas americanos. Ao mesmo tempo que mostra no campo de batalha que o povo vencerá, o Vietnã ajuda também a desmascarar os imperialistas e suas mentiras. Os americanos dizem que querem a paz. O governo da República Democrática do Vietnã resolveu então mostrar como o imperialismo é o responsável pela guerra e não quer parar a agressão. Chamou os americanos para conversar e eles começaram a arranjar desculpas para não irem. Isso mostra quem são os imperialistas e como os povos oprimidos podem vencê-lo.

Anexo E – Panfleto “Frente de Libertação Nacional contra a Ditadura Militar”, ação do Movimento Contra Ditadura (MCD), relatado pelo órgão repressivo DOPS-PE, disponível no acervo do Arquivo João Emereciano, processo DOPS-PE 29661 “Ação Popular”.



Anexo F – Auto das explosões do dia 25 de julho de 1966 em Recife (Aeroporto dos Guararapes, sedes da UEE e USIS), disponível no acervo do Arquivo João Emereciano, processo DOPS-PE 29661 “Ação Popular”.

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL.

Recife, 25 de julho de 1966

RELATO DAS OCORRÊNCIAS VERIFICADAS HOJE, PELA MANHÃ, NA SEDE DA USAID, à Avenida Rio Branco, na sede da UNIÃO DOS ESTUDANTES, à rua Gervásio Pires, bairro da Boa Vista e, no Aeroporto Guararapes.

1ª) Por volta das 8 horas e 30 minutos, a Delegacia recebeu um telefonema de investigador Edson Magnata, informando que uma grande explosão ocorrera minutos antes, à sede da USAID. Imediatamente para ali se transportou o comissário Aurino Xavier de Oliveira, acompanhado dos investigadores Manoel Tobias Mairynck, Fausto Venâncio da Silva Filho e Leandro, onde encontrou o investigador Edson Magnata e um guarnição de uma Unidade Móvel, que já haviam tomado as medidas preliminares, isolando o local e interditando o prédio. Com a chegada do comissário referido, ficou constatado que havia sido jogado um petardo por uma janela que fica para a Avenida Rio Branco, local onde tinha instalado um condicionador de ar, causando grande estrago material na parte interna do prédio.

O comissário reforçando as medidas tomadas pelo investigador Edson Magnata, retornou à Secretaria de Segurança Pública, providenciando o comparecimento no local do fato, de Perito e Fotógrafo para as medidas complementares.

2ª) Minutos depois, o comissário Vinício recebia novo telefonema que igual explosão se verificara na sede da União dos Estudantes, localizada à rua Gervásio Pires. Imediatamente foi mandado ao local indicado, o comissário Aurino Xavier de Oliveira, acompanhado do investigador Cleto Ferreira da Silva. Chegando ao local, o comissário em apreço já encontrou dois carros de bombeiros sob o comando do 2º Tenente, PEDRO AUGUSTO MACHADO, bem como uma guarnição da Rádio Patrulha e uma Unidade Móvel da Polícia Civil, que já havia tomado todas as providências, isolando o local e interditando o prédio. O comissário Aurino, deixou no local, como reforço o investigador Cleto Ferreira da Silva, providenciando a ida do Perito e Fotógrafo para os devidos fins. Na União dos Estudantes de Pernambuco, além dos estragos materiais, ainda houve um ferido e um empregado com perda da audição esquerda.

3ª) Ainda com pouco espaço de tempo, ou seja, por volta das 9 horas, o investigador Benedito Gomes de Lima, encarregado de 8 /

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL.

do serviço de observação no Aeroporto Guararapes, telefonava comunicando que minutos antes um petardo de grande proporção havia explodido no salão de espera daquele Aeroporto, próximo a entrada que dá para a pista, e qual havia sido colocado encostado em uma pilastra existente. Adiantava ainda o policial em aprêço que infelizmente / a explosão verificada no salão do Aeroporto Guararapes, além dos / prejuízos materiais, causara certo número de feridos e alguns casos fatais. Que imediatamente o pessoal da Polícia Civil de serviço ali tomou as urgentes providências transportando os feridos para o hospital de Pronto Socorro e hospital da Aeronáutica. Informou ainda o investigador Benedito, que, decorridos cerca de vinte minutos, chegou ao local uma patrula da Base Aérea, que assumindo a direção dos trabalhos dispensou todo e qualquer serviço ou auxílio por parte da Polícia Civil, mandando que todos os investigadores e guardas civis se retirassem, que a partir daquele momento a responsabilidade era deles.

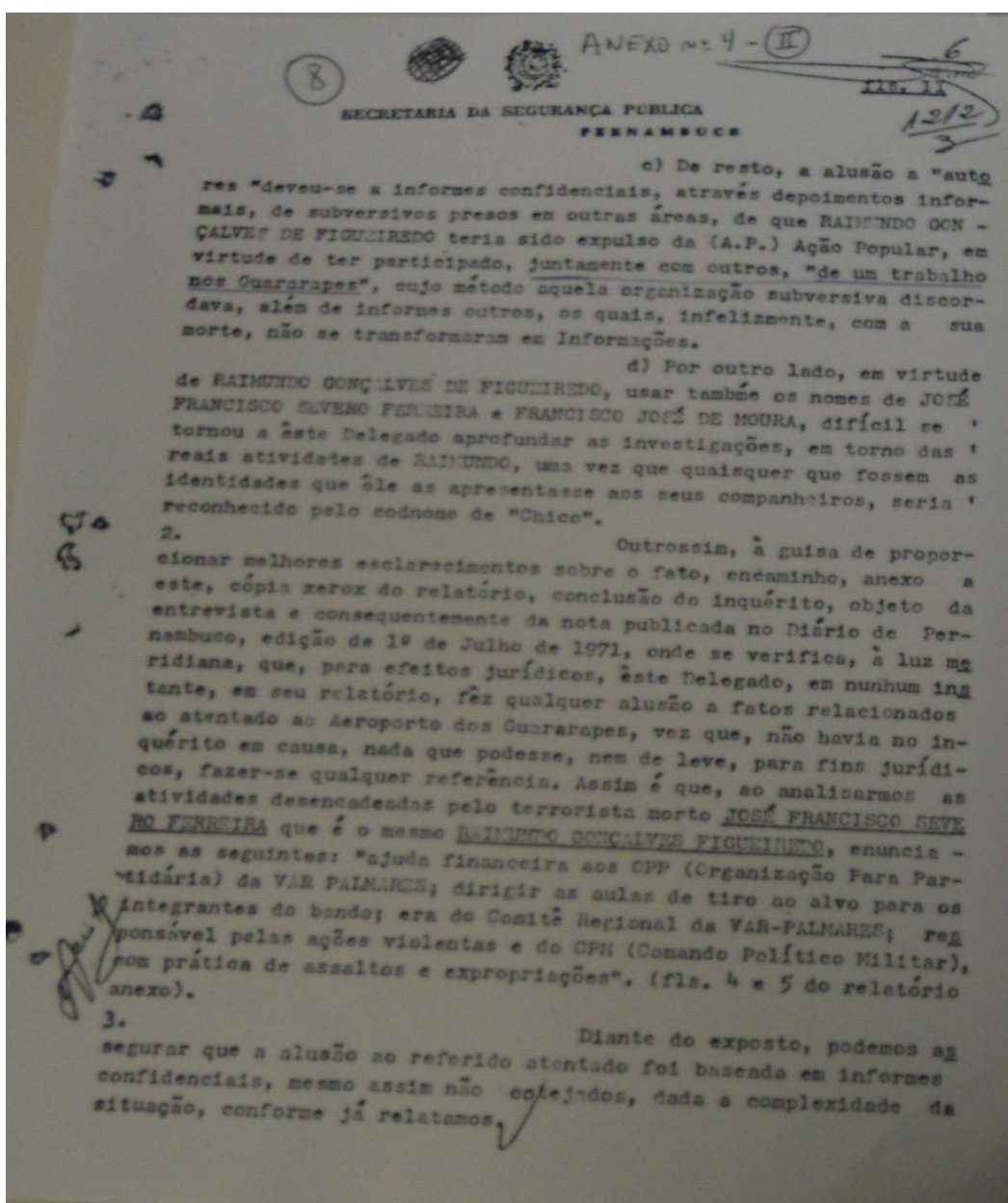
Informou ainda o investigador Benedito que o petardo / que explodira, segundo informação geral, se encontrava dentro de uma maleta ou pasta de couro.

É tudo que chegou ao conhecimento desta Delegacia.

bel. Malebranche Bernardo

Delegado de Segurança Social

Anexo G – Documento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sobre o atentado ao Aeroporto dos Guararapes em Recife, em 1966. Nele podemos observar o conhecimento, desde 1971, dos órgãos de exceção de que a Ação Popular teria sido a autora do atentado. Disponível no Fundo Duarte Pacheco Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). O documento contém grifos de Duarte Pacheco Pereira.





ANEXO nº 4 - III

fls. III

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PERNAMBUCO

12/3
3

4.

Acreditando ter prestado as informações necessárias ao esclarecimento do que pretende a -
quela Alta Corte da Justiça Militar, aproveito a oportunidade
para renovar a V.Exa., os meus protestos de apreço e distingui-
da consideração.

Redivaldo Oliveira Acioly
REDIVALDO OLIVEIRA ACIOLY
DELEGADO

Anexo:

- Cópia xerox do meu relatório, datado de 30 de junho de 1971,
da Delegacia de Segurança Social, enviado ao Exmo. Sr. Dr. '
Auditor da 7ª. C.J.M.